

11º



F I P A

FÓRUM INTERNACIONAL DE PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO

2026

11º



F I P A

FÓRUM INTERNACIONAL DE PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO

2026



Barra da Lagoa
Florianópolis / Santa Catarina



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

11º FIPA 2026 [livro eletrônico] : Fórum
Internacional de Patrimônio Arquitetônico 2026 /
[organização Maria Rita Amoros, Liliane
Janine Nizzola, Ana Carolina Gleria Lima]. --
Campinas, SP : Ed. dos Autores, 2026.
PDF

Vários autores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-02-33605-2

1. Arquitetura 2. Diversidade 3. Mineração
4. Mudanças climáticas 5. Patrimônio cultural
6. Planejamento urbano 7. Patrimônio arquitetônico -
Preservação I. Amoros, Maria Rita. II. Nizzola,
Liliane Janine. III. Lima, Ana Carolina Gleria.

26-391778.0

CDD-363.69

Índices para catálogo sistemático:

1. Patrimônio cultural : Memória e preservação
363.69

Camila Aparecida Rodrigues - Bibliotecária CRB -
SP-010133/O

ORGANIZAÇÃO

Maria Rita Amoroso
Liliane Janine Nizzola
Ana Carolina Gleria Lima

REVISÃO

Marcelo Beso

Projeto Gráfico, Diagramação e Capas: CEDCAD Studio

Iconografia: Imagens licenciadas via Unsplash e Pexels

Finalização do Projeto: Julho de 2026

Os textos são de exclusiva responsabilidade de seus autores.

Proibida a reprodução parcial ou integral do livro sem consentimento dos autores.



Mercado Público de Florianópolis/SC
disponível na Wikipédia, licenciado sob CC BY-SA 4.0.

COORDENAÇÃO GERAL / ORGANIZAÇÃO

Arq. Urb. PhD Maria Rita S. de P. Amoroso Chair 11 FIPA

Coordenação Geral Brasil

Arq. Urb. PhD Maria Rita S. de P. Amoroso

Coordenação Geral Portugal

Prof .PhD Dr. Aníbal Costa e Arq^a PhD Alice Tavares

Comissão Executiva

Andrey Rosenthal Schlee - (Universidade Brasília - UNB - Brasil)

Maria Rita S. de P. Amoroso - (Universidade de São Paulo FAU/USP - FIPA-Brasil)

Liliane Janine Nizzola, (Politecnico di Milano/IPHAN – Brasil)

Sérgio Ferraz Magalhães - (Universidade Federal Rio de Janeiro /IAB /Brasil)

Suzana de Souza - (Presidente ACCR)

Kátia Bogeia - Pres. da Fundação Municipal de Patrimônio Histórico - São Luís, MA - Brasil

Comissão de apoio a organização Florianópolis

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR)

Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina (CAU/SC)

Comissão Temporária CT- FIPA 2026

Marcelo Machado Rodrigues - Coordenador da CTFIPA-CAU/BR e Conselheiro Federal CAU/MA

Carlos Alberto Barbosa de Souza - Coordenador-adjunto da CTFIPA-CAU/BR e Presidente do CAU/SC

Carla Tames Alvarez - Coordenadora da CPUA-CAU/BR e Conselheira Federal CAU/RO

Arq. Urb. PhD Maria Rita S. de P. Amoroso - Coordenadora Geral do FIPA Brasil - Chair 11 FIPA

Eliane de Queiroz Gomes Castro - Conselheira Estadual CAU/SC

Comissão Científica

Adalberto Dias (FAUP – Portugal)

Alessandra Devitte, (UNIVAL, Universidade do Vale do Itajaí – Brasil)

Alice Tavares (CICECO, DEMAC, Universidade de Aveiro – Portugal)

Ana Carolina Gleria Lima (PPG-FAUUSP, Universidade São Paulo – Brasil)

Ana Paula Amendoeira (ICOMOS – Portugal)

Ana Velosa (RISCO/CERIS, DECivil, Universidade de Aveiro – Portugal)

Andrey Rosenthal Schille (FAU UNB, Universidade de Brasília – Brasil)

Aníbal Costa (RISCO/CERIS, DECivil, Universidade de Aveiro – Portugal)

Anne Sotto (Univille, Universidade de Joinville – Brasil)

Antonio C.R. Lorette (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – Poços de Caldas – Brasil)

Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno (FAUUSP, Universidade São Paulo – Brasil)

Bernardo Brasil (IFSC-Brasil)

Clara Magalhães (Universidade de Aveiro – Portugal)

Clara Vale (FAUP – Portugal)

Dalmo Vieira (UFSC, Universidade Federal Santa Catarina – Brasil)

Daniel Oliveira (Universidade do Minho – Portugal)

Diva de Mello Rossini, (Univali, Universidade do Vale do Itajaí – Brasil)

Douglas Emerson Deick Heidtmann Jr (UDESC, Universidade do Estado de Santa Catarina – Brasil)

Eduarda Vieira (Universidade Católica do Porto – Portugal)

Elisabete Moura (Divisão de Valorização e Conservação do Património da Assembleia da República – Portugal)

Hugo Rodrigues (RISCO/CERIS, DECivil, Universidade de Aveiro – Portugal)

Inês Flores - Colen (IST – Portugal)

João Carlos Santos (Ex. Diretor Geral da DGPC e Ex. Presidente do Património Cultural, IP – Portugal)

João Labrincha (CICECO, DEMAC Universidade de Aveiro – Portugal)

João Miranda Guedes (FAUP – Portugal)

João Paulo Schwerz (UFSC, Universidade Federal de Santa Catarina – Brasil)

João Serraglio Presidente IAB-Santa Catarina-Brasil

João Soalheiro (Património Cultural IP-Portugal)

Joaquim Teixeira (FAUP – Portugal)

Jorge Fernandes (UMinho – Portugal)

Katia Maria de Paula, (Centro Universitário Católica de Santa Catarina – Brasil)

Leandro Torres Di Gregorio (Departamento de Construção Civil, Escola Politécnica, Universidade Federal do Rio de Janeiro – Brasil)

Leonardo Barci Castriota (ICOMOS – Brasil)

Lilian Fabre, (UDESC, Universidade do Estado de Santa Catarina – Brasil)

Liliane Janine Nizzola, (Politecnico di Milano/IPHAN – Brasil)

Luciana Bongiovanni Martins Schenk (IAU- São Carlos – SP - Universidade São Paulo USP – Brasil)

Marcos Tognon (IFCCHI – Universidade Estadual Campinas - UNICAMP-Brasil)

Maria Jose Feitosa – Universidade de São Paulo USP –Brasil

Maria Fernandes (Património Cultural IP – Portugal)

Maria Rita Silveira de Paula Amoroso (PPG-FAUUSP, Universidade São Paulo – Brasil)

Mariana Banea (CICECO, DEMAC, Universidade de Aveiro – Portugal)

Miguel Malheiro (FAAULN- Porto/ CITAD – Portugal)

Miriam Carbonera, Arqueóloga. (Unochapecó – Brasil)

Nuno Valentim (FAUP – Portugal)

Paula Seabra (CICECO, DEMAC, Universidade de Aveiro – Portugal)

Paula Silva (Arquitectura – Portugal)

Paulo Cachim (RISCO/CERIS, DECivil, Universidade de Aveiro – Portugal)

Paulo Lourenço (Universidade do Minho – Portugal)

Pedro Sobral de Carvalho (EON – Portugal)

Prof. Dr. Ronaldo A.Rodrigues (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC – Brasil)

Ricardo Magalhães (Rota do Românico – Portugal)

Rosário Correia Machado (Rota do Românico – Portugal)

Rosário Veiga (Laboratório Nacional de Engenharia, LNEC – Portugal)

Rui Póvoas (FAUP – Portugal)

Rui Silva (Diretor do Departamento de Engenharia de Materiais e Cerâmica Universidade de Aveiro, Portugal, CICECO – Portugal)

Telma Ribeiro (DAM Gallaecia, UPT – Portugal)

Teresa Ferreira (FAUP – Portugal)

Vasco Peixoto de Freitas (FEUP – Portugal)

Virginia Gomes de Luca (UFSC, Universidade Federal de Santa Catarina –Brasil)

Vladimir Stello, (UNISUL - Universidade do Sul de Santa Catarina – Brasil)

Violeta Kubrusly (FAU USP - Brasil)

SUMÁRIO

PREFÁCIO	10
Maria Rita Silveira de Paula Amoroso FIPA/Brasil	12
Alice Tavares, Aníbal Costa CAU/BR	16
INSTITUCIONAIS	18
Patrícia Serques Herden FIPA/Portuga CAU /BR	20
Carlos Alberto Barbosa de Souza CAU/SC	22
IPHAN	24
Nuno Sampaio - Casa da Arquitetura	26
Andrey Rosenthal Schlee, Prof. Titular da Universidade de Brasília	28
Kátia Bogéa - FUMPH	30
EIXO 1: A DIVERSIDADE NAS FORMAS DE MANIFESTAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL	34
Do outro lado do espelho: Desafios e oportunidades na gestão do patrimônio cultural em Portugal	36
<i>Ana Catarina Sousa</i>	
Avaliação de manifestação patológica causada por umidade: Análise de trecho do revestimento da Antiga Faculdade de Medicina UFRGS	41
<i>Francisca Larah Vasconcelos Araújo Paz , João Pedro Dalberto de Cesaro, Pedro Roveda de Brum, Fernanda Lamego Guerra, Daniel Tregnago Pagnussat</i>	
Cacimba do Povo: O chafariz público em uma vila do semiárido nordestino	46
<i>Gerson Amaral Lima</i>	
Percepção da paisagem urbana e análise da arquitetura no Centro Histórico de Laguna/SC como ferramenta de ensino	55
<i>Liriane Baungratz, Lilian Louise Fabre Santos</i>	
Patrimônio em movimento: Diversidade de ações culturais no processo de preservação do Casarão da Dona Lóquinha	61
<i>Suzana de Souza, Fernanda Aidê Seganfredo do Canto, Sônia Marisa Melim Rocha</i>	
Patrimônio como Experiência Integrada: Abordagem Estratégica em Patrimônio Histórico e Cultural e a Formação do Arquiteto	66
<i>MSc Andréa Cristina Soares Cordeiro Duailibe, DSc Carolina Maria de Araujo Martins Silva, Dsc Érico Araújo Peixoto</i>	
A cartografia e seus símbolos: Os mapas do maranhão no acervo da biblioteca nacional do Rio de Janeiro	72
<i>Grete Pflueger</i>	
O que resta quando o patrimônio desaparece?A capela do rosário, o vazio e a memória negra em Laguna/SC	78
<i>Guilherme Olivier de Aguiar Flausino, Amanda Schüler Bertoni, Carolina Stolf Silveira , Claudione Fernandes de Medeiros</i>	
A diversidade portuguesa nas fortificações da amazônia brasileira: o caso da fortaleza da barra, em Manaus/AM	86
<i>Graciete Guerra da Costa</i>	
Museu de território Cânion do Poty: Patrimônio arqueológico, memória e preservação cultural em Buriti dos Montes/PI	92
<i>Laline Mendes Araújo, Hanna Morganna de Deus Alves, Jéssica Santiago Correia, Isadora Mendes Lins</i>	
Igreja Matriz São Luís Gonzaga de Brusque/SC: A (re)construção do projeto	98
<i>Rudivan Luiz Cattani, Bárbara Heliodora Alves d'Acampora, Marcellus Oliveira de Aguiar, Thiago Borges Mendes, Rutnoemi Luisa Castillo Quijada</i>	
Educação patrimonial e construção de pertencimento: Práticas de transmissão do patrimônio cultural em Santa Tereza - RS	104
<i>Patrícia Pasini</i>	
Entre materialidade e Imaterialidade: O terreiro de mina Dois Irmãos como patrimônio cultural	110
<i>Bianca Góes Pantoja, Orientador: Luan Cavaleiro</i>	
Projeto de Restauro do Conjunto Arquitetônico Franciscano em Itanhaém.	114
<i>Regina Helena Vieira Santos</i>	

Patrimônio vivo tupiniquim-guarani: O Centro Cultural Indígena e Contemporâneo de Aracruz-ES (CUIA) Como Instrumento de reconhecimento e Transmissão de Identidades	120
<i>Natalha Vaz</i>	
Entre vestígios e visitantes: Turismo arqueológico e preservação patrimonial no Parque Nacional Serra da Capivara	127
<i>Alessandra Devitte, Diva de Mello Rossini</i>	

EIXO 2: A DIVERSIDADE NAS FORMAS E DIAGNÓSTICO DAS PATOLOGIAS EDILÍCIAS 134

A Cal de Sambaqui da Fortaleza da Barra Grande - Guarujá (Brasil)	136
<i>Alice Tavares, Maria Rita Amoroso, Clara Magalhães, Aníbal Costa</i>	
Entre Sambaquis, Fortificações e Memórias: Arqueologia como prática de mediação em projetos de restauro	142
<i>Wagner Magalhães, Elaine Alencastro</i>	
Igreja Matriz de Pirenópolis, 20 anos após seu restauro: Novos desafios e novas perspectivas	152
<i>Belisa Evangelista, Joaquim Teixeira</i>	
Sistemas estruturais em edificações históricas: A combinação de métodos tradicionais e digitais na preservação do patrimônio edificado da Fiocruz	158
<i>Belchior Fernandes Lopes, Barbara Cortizo de Aguiar, Patrícia Cavalcante Corde</i>	
Diagnóstico patológico e proposição projetual para o Conjunto Irmãos Stoltenberg: Patrimônio rural teuto-brasileiro em Vidal Ramos (SC)	164
<i>Isabel Boing Barni, Laura Bahia Ramos Moure</i>	
Diagnóstico de obra brutalista: Uma abordagem teórica e metodológica empregada na casa escritório Hans Broos (São Paulo, 1971/ 1978)	172
<i>Alcília Afonso de Albuquerque e Melo</i>	

EIXO 3: A DIVERSIDADE NAS FORMAS DE RESILIÊNCIA ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS 184

Um mergulho no potencial da cidade de Gramado, na busca de novas estratégias para seu crescimento econômico, frente aos desastres naturais: movimento do solo e intempéries	192
<i>Maria José Gomes Feitosa</i>	
Patrimônio em Disputa: Repensando o Patrimônio Modernista por Meio da Resiliência Urbana	198
<i>Alessandra Branco Moreira</i>	
Do mar à cidade: Regeneração da Orla do Mar Grosso, Laguna/SC como estratégia de resiliência climática e proteção do patrimônio costeiro	204
<i>Vitória Kallenberger Parzianello, Claudione Fernandes de Medeiros</i>	
Paisagem Cultural da Serra Catarinense. Patrimônio ameaçado	210
<i>Ana Alice Miranda Duarte</i>	
Patrimônio edificado em um clima de transformação: desafios da restauração contemporânea frente às mudanças climáticas	216
<i>Aline de Gusmão Ronchetti Kist</i>	
Patrimônio como recurso climático: moradias históricas e resiliência urbana no interior paulista.	217
<i>Ana Carolina Gleria Lima, Natalia Cappellari de Rezende</i>	

EIXO 4: A DIVERSIDADE NAS FORMAS DE RESILIÊNCIA ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS 222

Mineração e Patrimônio Cultural	224
<i>Ana Alice Miranda Duarte</i>	
Patrimônio e Paisagem Minerária: o Reconhecimento como Estratégia para o Fechamento de Mina	228
<i>June Elaine Minomi, Flávio de Lemos Carsalade</i>	
A interveniência do IPHAN no Licenciamento Ambiental: uma cartografia das controvérsias da mineração na cidade de Serro	232
<i>Daniela Lorena Fagundes de Castro</i>	

ORGANIZADORES / PARCERIA INSTITUCIONAL 236





PREFÁCIOS



Pontes Colombo Salles e Pedro Ivo Campos
Florianópolis, Santa Catarina,

**Maria Rita Silveira de Paula Amoroso**

Coordenadora Geral FIPA Brasil –LAB Campinas - Pesquisadora pós doc FAU USP, Vice Presidente IFP-Instituto Fazendas Paulistas, Presidente DPA Ltda

Em 2026 o Fórum Internacional do Patrimônio Arquitetônico Brasil-Portugal – FIPA – chega a sua 11ª edição, mais de uma década de importantes realizações (ver <https://www.fipabrasil.com.br/>). Sediado na cidade de Florianópolis (Brasil, estado de Santa Catarina), na presente edição o fórum segue em consonância com o diálogo entre as arquiteturas brasileira e portuguesa no contexto da paisagem urbana e também das paisagens cultural e natural. De início gostaria de ressaltar o desejo de que cada vez mais pessoas se juntem a nós nessa trajetória, ampliando a rede de conhecimento compartilhado e colaborações, necessárias para avançar ainda mais nas reflexões, nas pesquisas e nas trocas de experiências e expertises, fortalecendo o conhecimento compartilhado e abrindo novos caminhos para a compreensão e a valorização dos patrimônios.

Dando prosseguimento a uma conversa que atravessa tempos e lugares, o conhecimento histórico dos patrimônios não nos prende ao passado; ao contrário, oferece matéria para que o presente se reinvente e o futuro possa ser pensado com mais criatividade, consciência e abertura à inovação. Assim nos posicionamos, tal qual o simbolismo de uma ponte originária/contemporânea que permite o acesso ao conhecimento da história em forma de diálogos significativos, evolutivos, desafiadores, no exato momento em que reafirmam uma identidade articulada e renovadora comum, atravessada enquanto constante território da cooperação humana ainda capaz de salvaguardar o caminho da diversidade: ponte entre memórias, ponte entre margens, ponte para o futuro.

Esta é a estrada percorrida pelo fórum em mais de uma década de diálogo aberto entre instituições, sociedade civil e comunidade técnica e científica, reunindo à mesma mesa aqueles que guardam a herança cultural construída, aqueles que a estudam e aqueles que a vivem. Após a última e excelente edição do Fórum realizada 2025 em Portugal, na Universidade de Aveiro, com o tema “Valorização do Território para a promoção e preservação do Patrimônio Cultural”, o 11º FIPA se propõe com o tema central, evocando em 2026 a Pluralidade e a Amplitude da questão patrimonial em uma proposta interdisciplinar bem articulada, representada nos subtemas que compõem a programação dos três dias do fórum. Agenda esta que, em sua multiplicidade de perspectivas, invoca urgentemente a responsabilidade pela Humanidade e pelo planeta pleiteando a riqueza de diferenças; por sua vez, o foco se encontra na análise dos desafios e na discussão de soluções que, mediante as medidas de preservação em cenários de transformação, possam efetivamente reafirmar o intercâmbio de conhecimento como fundamental para a proteção do meio ambiente e do patrimônio. Não parece haver, neste momento histórico, alternativa ética e intelectualmente defensável senão a de insistir na construção de bases contemporâneas capazes de responder aos desafios do nosso tempo — alicerces resilientes, matérias sustentáveis e adaptadas às transformações climáticas em curso, à reboque das novas tecnologias que, para dizer o mínimo, devem ser usadas com consciência pelo ser humano. Pois é fato que um tal compromisso com a manutenção da diversidade em meio à inovação que nos chega, cada vez mais rápida e desafiadora — a qual é preciso entender, conhecer e avaliar —, esta exige além da formulação de novas estratégias de desenvolvimento, também uma postura crítica diante de modelos de governança de gestos públicas e privadas incapazes de conduzir sociedades e nações, por vezes, rumo a horizontes coletivos viáveis e socialmente justos.

Diante da complexidade das crises ambientais, sociais e culturais que marcam o século XXI, torna-se imperativo reconhecer que múltiplos caminhos permanecem abertos à humanidade. Entretanto, poucos desses caminhos parecem destinados a concretizar-se de forma efetivamente positiva, infelizmente, diante da permanência de modelos políticos que, desde o século passado, se alimentam de discursos marcados pelo preconceito, pela intolerância e pela busca do poder dissociada de uma consciência da alteridade. Ao reforçarem divisões, exclusões e antagonismos, tais perspectivas comprometem a convivência entre culturas diversas, condição indispensável para uma experiência humana mais aberta, evolutiva e orientada para o diálogo. Em contraposição às lógicas da competição permanente, da militarização e das estratégias geopolíticas e financeiro-bélicas que alimentam o medo e a insegurança, torna-se necessário reafirmar valores capazes de sustentar um devir coletivo pautado pela cooperação, pelo reconhecimento mútuo e pela construção de futuros mais justos, pacíficos e compatíveis com os desafios do nosso tempo — quais sejam, assegurar condições de permanência, coexistência e evolução em harmonia com o planeta, respeitando os limites ecológicos e as responsabilidades intergeracionais. Cabe-nos ainda e sempre, portanto, fortalecer a capacidade de imaginar e construir futuros possíveis, orientados por uma visão de longo prazo que articule conhecimento, inovação, memória e compromisso com a vida, no tempo e no espaço que nos foram legados e que, de nossa parte, transmitiremos às gerações futuras — nosso compromisso, nossa alegria, satisfação no trabalho de coletivização dos modos de ser e estar no mundo.

nte onde o horizonte é aurora.m presente valente, espaço de trocas, tempo diversificado, o hoje de outrora, pra seguirmos em frente onde o horizonte é aurora.

Através de planejamentos sustentáveis e comportamentos resilientes propomos em 2026 a continuidade de um trabalho de inclusão de diferentes perspectivas e realidades em ambientes em constante concorrência nos quais, a rigor, enquanto se articula o discurso green de caráter produtivo e “livre” em escala industrial com competitividade internacional, insiste menos no uso consciente dos recursos naturais e da matéria prima exclusiva e dá prioridade à elevada capacidade produtiva cuja meta rentável norteia as negociações. Este modelo engessado de “progresso a qualquer preço”, que se impõe hoje em dia de maneira autoritária frente à sociedade civil, termina por se justificar perante as dificuldades econômicas e o custo de vida em crescimento após (e para se restringir a eventos pontuais e globais) a superação da pandemia e o imediato advento de intermináveis conflitos como a guerra entre Rússia e Ucrânia, e também o cenário geopolítico e militar no Oriente Médio que conecta as frentes de combate na Faixa de Gaza e no Líbano a um conflito mais amplo de grandes proporções. Importante notar que, dentro deste cenário político-econômico algo brutal, este modelo incompatível para a vivência de grande parcela das populações das nações ao redor do globo tem-se justificado, entre artimanhas dos discursos jornalísticos e propagandísticos, mediante uma massificação do pensamento e das opiniões vinda a cabo, agora, por meio do uso da inteligência artificial – sobretudo usada através de ferramentas de comunicação – assistida como a próxima solução ou “salvação” para os problemas da humanidade no dia a dia de nossas sociedades, o qual se precariza na perda do pensamento criativo e crítico. A difusão das tecnologias de IA nas diversas esferas da vida social tem sido apontada, enfim, como a grande responsável pela desagregação de referências culturais comuns e o progressivo enfraquecimento dos valores coletivos, e, sob a promessa de conexão e eficiência, corrói silenciosamente as formas de convivência e pertencimento que, por gerações e tal qual raízes profundas, mantinham unidos os indivíduos em uma mesma comunidade de sentidos.

“Tudo que é sólido desmancha no ar” diria Marshall Berman (na esteira de Karl Marx), e, de fato, todo este conjunto de características paradoxais tende a confundir o entendimento do contexto histórico moderno mais recente, do qual inevitavelmente viemos e que se inscreve na realidade enquanto raízes mais ou menos sólidas. Décadas atrás, quando os avanços tecnológicos contribuíram para a chegada da era da informação – sobretudo os múltiplos acessos à ela devido às novas e mais simples ferramentas – ocorreram transformações extremamente positivas de um lado, como a democratização dos meios de comunicação, por exemplo; de outro lado, a experiência de convívio comum com o contato alienante de uma deliberada sabotagem da verdade (fake news, por exemplo, já anunciada na ficção do pós-guerra de George Orwell) resultou em vivências contraditórias, imorais ou intolerantes, instaurando comunidades menos solidárias e mais injustas por fim. Mais grave ainda, os interesses das superpotências na manutenção da hegemonia global mediante um poder multidimensional, reforçou as atividades – e, sobretudo, as economias bélicas – justamente após a superação “coletiva” da tragédia não anunciada do COVID-19, que atingiu pessoas de todas as classes e condições sociais. Este olhar geral na atualidade nos dá uma ideia de quão árduo continuará a ser o trabalho em prol do patrimônio e da paisagem urbana, cultural e natural: parodiando a grande ex-chanceler alemã Angela Merkel, “Problemas internos e externos podem acontecer em qualquer nação ou empresa. Saber como superá-los por meio de pragmatismo, análise e comunicação é dever de todo líder.” pragmatismo, análise e comunicação

Ato contínuo, e este é o ponto aqui, no momento é de essencial relevância discutirmos no Brasil a exploração irresponsável de metais raros, juntamente ao uso dos recursos hídricos provenientes de fontes naturais, especificamente no tocante ao estado de Minas Gerais, território este de cenários trágicos no passado próximo, quando dos dois maiores desastres socioambientais da história do país causados pela atividade de mineração e decorrentes rompimentos das barragens de Fundão, em Mariana (2015), e da Mina Córrego do Feijão, em Brumadinho (2019).

Se a era da industrialização marcou a passagem para uma economia baseada na produção mecanizada, iniciada no final do século XVIII e caracterizada pela mecanização, urbanização e crescimento das indústrias, posteriormente a era da comunicação expandiu-se sobretudo nos séculos XIX e XX, com o desenvolvimento de meios como o telefone, o rádio e a televisão, acelerando a circulação global de informação. Já a era das tecnologias digitais em que vivemos atualmente (a partir do final do século XX e início do século XXI) é definida pela internet, pela computação e, mais recentemente, pela inteligência artificial, transformando profundamente os modos de produção, comunicação e organização da sociedade. Urge, pois, um posicionamento operacional sem precedentes, na atual conjuntura deste contexto brasileiro, frente a exploração de metais raros sem adequada salvaguarda ambiental, a qual tem suscitado preocupações significativas devido aos seus impactos sobre os ecossistemas, nomeadamente através da degradação de habitats, da contaminação de solos e recursos hídricos e da crescente pressão sobre os territórios e comunidades locais. Paralelamente, a utilização intensiva de recursos hídricos provenientes de fontes naturais acentua os desafios associados à gestão sustentável da água, evidenciando a necessidade de conciliar desenvolvimento econômico, preservação ambiental e proteção dos recursos naturais, de modo a assegurar a sua disponibilidade e resiliência para as gerações futuras.

E o FIPA deste ano é terreno propiciatório para debatermos as soluções de extrema necessidade para salvar a Heterogeneidade local nacional, sempre como exemplo a ser posto em prática em uma abrangência de perfis, experiências ou abordagens úteis sobretudo para o respeito com problemas de origem autóctones em Portugal também, como de resto ao redor de todo o planeta, seja nas realidades mais autoritárias, seja nas barreiras que impedem a empatia cultural em ciclos de vida natural.

Dito isso, e porque a “Ilha da Magia” (como é chamada Florianópolis) se internacionaliza neste 11º FIPA mediante a presença de uma comunidade heterogênea de arquitetos, urbanistas, pesquisadores e acadêmicos, para além do interesse comum no patrimônio arquitetônico – advindo, como nas demais edições anteriores, das teorias e das boas práticas trazidas por especialistas e, como visto, representadas pelas principais instituições que compõem, apoiam e participam ativamente desta edição do evento –, ousamos inserir uma mesa-redonda no fórum deste ano para debater isoladamente a questão da mineração de metais raros no Brasil atual – especialmente de terras raras, lítio, nióbio, grafita e outros minerais considerados estratégicos para a transição energética e as tecnologias digitais –, os quais são frequentemente associados à chamada “economia verde”, embora sua extração pode reproduzir impactos ambientais semelhantes aos observados em outras atividades minerárias. Este é mais um exemplo de nosso comprometimento com o pensamento resiliente necessário para se discutir a salvaguarda do patrimônio natural na contemporaneidade, o qual, afinal, compõe o conjunto patrimonial histórico e cultural de todas as nações do globo. Mais do que nunca, torna-se imperativo reforçar mecanismos de proteção e gestão sustentável dos recursos naturais, garantindo que o desenvolvimento econômico não comprometa a integridade ambiental nem os direitos das populações afetadas.

Não se trata de impedir o fortalecimento de indústrias nacionais que estabelecem parcerias com agentes estrangeiros, nem de dificultar o crescimento econômico e social de comunidades situadas fora dos grandes centros urbanos. Pelo contrário, o desenvolvimento dessas regiões pode representar oportunidades importantes de geração de emprego, renda e infraestrutura. Contudo, esse processo deve ocorrer de forma responsável, considerando as particularidades locais e garantindo que os benefícios sejam distribuídos de maneira justa, especialmente em contextos onde os mecanismos de proteção social e de participação pública podem ser menos consolidados do que aqueles observados em centros urbanos mais populosos. No âmbito dos empreendimentos industriais e da exploração mineral no Brasil, como de resto em outros países, a estrutura operacional requer avaliação prévia criteriosa e fundamentada, condizente com a necessária capacidade de articular tecnologias avançadas com a abundância de recursos naturais disponíveis, em quaisquer atividades a serem implementadas em território público, de modo a promover um modelo de desenvolvimento capaz de conciliar crescimento econômico, sustentabilidade ambiental e equidade social.

Certamente, a geração de novos postos de trabalho, o estímulo às economias locais e a promoção de uma distribuição mais equitativa dos benefícios econômicos constituem objetivos fundamentais. Concomitantemente, devemos exigir que tais processos sejam conduzidos em estrita observância à legislação nacional, assegurando a efetividade dos direitos civis e sociais. Nesse contexto, torna-se imprescindível que as parcerias com agentes estrangeiros sejam pautadas por elevados padrões de responsabilidade e transparência, assim como que as próprias instituições encarregadas da implementação dos empreendimentos industriais e da fiscalização de suas atividades – e consequente conservação – atuem de maneira ética, eficiente e em conformidade com os princípios do interesse público.

Assim como ocorre em outras economias contemporâneas, o Brasil enfrenta o desafio estratégico de conciliar desenvolvimento econômico, aproveitamento de recursos naturais e responsabilidade socioambiental. Embora, numa perspectiva realista, tal cenário pareça pouco provável face à atual conjuntura político-econômica nacional — marcada, não raras vezes, pela subordinação do interesse público a interesses privados, fenómeno particularmente evidente em economias emergentes —, é imperativo manter uma postura otimista e, acima de tudo, agir de forma determinada para superar este desafio. A transformação exige vontade política, compromisso coletivo e uma atuação firme de todos os atores envolvidos, sob pena de perpetuarmos os obstáculos que limitam o desenvolvimento e o bem-estar da sociedade.

Por fim, gostaria de lembrar que, como arquiteta urbanista brasileira e defensora do patrimônio universal, vejo o 11º FIPA – 2026 como a continuidade viva de um diálogo iniciado em 2014, onde Brasil e Portugal se reencontram para pensar, juntos, a preservação e o futuro patrimonial. Reunidos em uma cidade singular, única no mundo, presença viva da diversidade onde a paisagem natural se entrelaça com a memória açoriana e a arquitetura vernacular, o território torna-se reflexão e desafio, entre crescimento urbano, turismo, sustentabilidade e humanidade. Sob a égide das Diversidades, reúnem-se agora vozes diversas para reforçar o patrimônio como identidade, ligação social e horizonte comum de futuro.

O 11º FIPA aí está, 21, 22 e 23 de julho de 2026 em Florianópolis. O futuro é agora, e nosso passado também será, ainda que ressignificado em tantas formas e meios, seremos artífices da valência cultural, de um presente valente, espaço de trocas, tempo diversificado, o hoje de outrora, pra seguirmos em frente onde o horizonte é aurora.





Alice Tavares

Coordenadora geral FIPA Portugal, CICECO, Depart. Engenharia de Materiais e Cerâmica da Universidade de Aveiro, Presidente APRUPP, P3R, Ltda

Aníbal Costa

Coordenador geral FIPA Portugal, CERIS, Depart. Engenharia Civil

O fórum Internacional do Património Arquitetónico (FIPA) Brasil Portugal revela em cada ano os temas precursores de necessidade de ação do futuro próximo, em torno do Património Cultural e mais especificamente o Património Arquitetónico. Numa leitura holística que integra a coesão social, os modelos de desenvolvimento e a sustentabilidade (cultural e ambiental). Lendo cada livro do FIPA, um ano em Portugal e outro ano no Brasil, fica-se com a percepção do como o debate em torno do Património se tem desenvolvido, a variação de temas abrangidos, desde a Educação ao conhecimento das boas práticas de intervenção e salvaguarda, à necessidade de qualificar os técnicos, mas também integrar o conhecimento científico nas metodologias de intervenção e avaliação do Património edificado antes da decisão, passando pelo respeito da diversidade cultural, com sucessos e insucessos em ambos os países. Até recentemente, esta procura de temas de interesse bilateral, centrava o debate nos problemas internos e no diálogo com as entidades públicas responsáveis pela defesa do Património e pela sua valorização.

O mundo resolveu mudar. O primeiro sinal foi a reação à pandemia Covid 19 que em 2020 trouxe com grande impacto mundial a noção de perigo, testando a preparação de cada Estado para enfrentar uma onda global, que não olhou a fronteiras, nem classes e atingiu a população sem olhar a Culturas. Seguiu-se a guerra na Ucrânia com uma devastação brutal, que continua. A atenção mundial dividida entre cenários de guerra enfrenta agora a visão igualmente brutal da devastação de Gaza e mais recentemente de parte do Líbano. Se no Covid 19 era recomendado às pessoas ficarem em casa, esperando impotentes as notícias pelos meios de comunicação social, os atuais cenários de guerra voltam a trazer a ideia do quanto os valores importantes se afastam da Humanidade. Os valores que queremos preservar para o nosso futuro - a solidariedade, o respeito, a empatia, a justiça – estão a deixar para segundo plano o Património Cultural, base identitária de regiões e países. O lado Humano, os séculos de vivência de gerações, que nenhuma Inteligência artificial poderá substituir.

Em Portugal luta-se contra o tempo para que as obras, com financiamento da União Europeia, sejam finalizadas dentro do prazo, julho de 2026, a data do 11º FIPA, no que representa uma das maiores ações de intervenção de preservação do Património ocorrida no país. O futuro deverá trazer: o planeamento da valorização social em torno do Património classificado; o planeamento da gestão de financiamento para que seja acessível a todos; a conservação anual; a comunicação do valor desse Património com forte ligação à Educação das crianças e dos pais. Em fase de encerramento de uma etapa, já se vislumbra a seguinte, muito mais exigente e difícil, a desafiar os limites à liberdade e à cidadania, em pré-globalização da IA. As assimetrias territoriais, são também assimetrias sociais e ao acesso à Cultura e ao Património Arquitetónico. Estes sucessivos financiamentos têm sido reduzidos para as regiões do Interior do país, englobam a retirada de infraestruturas fundamentais desde a Saúde à Educação, para a vida das populações, tornando-as mais dependentes de ciclos políticos e sobretudo mais vulneráveis à instalação de funções incompatíveis com a qualidade de vida, como são as minas de lítio a céu aberto, as estações com centenas de hectares de painéis fotovoltaicos e eólicas. Sob a capa da necessidade de energias “verdes”, pelo país e pela União Europeia, instala-se nos territórios afastados das metrópoles de decisão, a consequência das populações a sacrificar. Como numa guerra, quando se atinge o corte de ligação umbilical ao território e à Cultura, o Património não sobrevive para as gerações futuras. Este é o desafio atual que deve mobilizar a cidadania.





INSTITUCIONAIS



Praia da Joaquina
Foto João C. Barros



Deyvesson Gusmão

Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN

Esta publicação reúne os melhores trabalhos apresentados no 11º Fórum Internacional do Patrimônio Arquitetônico Brasil-Portugal. Ao promover o encontro entre pesquisadores, profissionais, estudantes e instituições dos dois países, o Fórum reafirma a importância do diálogo, da produção de conhecimento e da cooperação internacional para o fortalecimento das políticas de preservação do patrimônio cultural.

A parceria entre o Iphan e o Fórum, consolidada ao longo de mais de uma década, demonstra que a preservação do patrimônio se fortalece quando diferentes experiências, saberes e perspectivas se encontram. A publicação dos artigos amplia o alcance desse debate, registra importantes reflexões sobre os desafios contemporâneos da preservação e contribui para a circulação do conhecimento produzido no campo do patrimônio arquitetônico.

Que esta obra inspire novas pesquisas, fortaleça os laços entre Brasil e Portugal e incentive a construção de soluções cada vez mais qualificadas para a proteção do patrimônio cultural. Preservar nosso patrimônio é preservar a memória, a identidade e os valores compartilhados por nossas sociedades, reafirmando o compromisso coletivo com a transmissão desse legado às futuras gerações.



Casarões históricos de Laguna/SC
foto Gabriela Carvalho de Moura

Patrícia Sarquis Herden

Presidente do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR)

Receber a 11ª edição do Fórum Internacional de Patrimônio Arquitetônico Brasil-Portugal (FIPA), em Florianópolis, Santa Catarina, é motivo de grande satisfação para o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR), ainda maior para mim, por ser a representante federal deste estado. A realização deste evento representa a concretização de uma candidatura construída com diálogo, compromisso e articulação entre academia, poder público e atores do Patrimônio, apresentada em 2025 em Portugal e acolhida como oportunidade de fortalecer o intercâmbio de conhecimentos e experiências voltados à preservação do patrimônio cultural nesta ilha de cultura açoriana.

O FIPA amplia o debate sobre os desafios contemporâneos da conservação e do restauro e reafirma a importância do patrimônio arquitetônico desses dois países como expressão da história das comunidades e de seus territórios.

Nesse contexto, o tema “Diversidades” assume especial relevância. O patrimônio cultural é material e imaterial, constituído por múltiplas manifestações presentes nas edificações, nas paisagens, nas técnicas construtivas e nas formas de fazer que atravessam gerações e ajudam a construir a memória coletiva. Reconhecer essa pluralidade significa compreender que sua preservação depende desta multiplicidade.

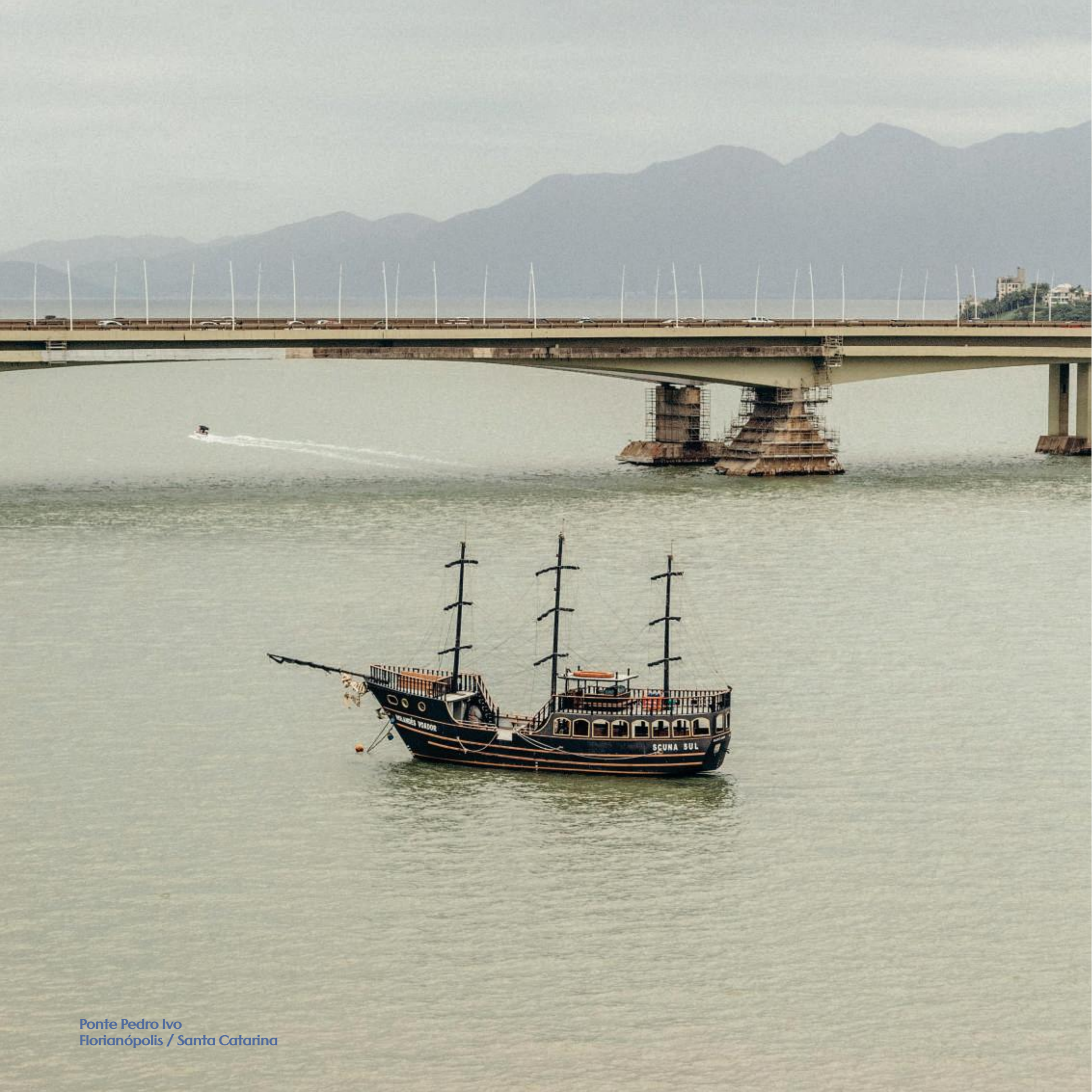
Nesta edição, as diferentes abordagens para o diagnóstico das patologias edilícias, as estratégias de resiliência diante das mudanças climáticas e os instrumentos de avaliação dos impactos ambientais demonstram que a proteção do patrimônio cultural envolve desafios complexos, que exigem respostas integradas e soluções compatíveis com cada realidade.

Por essa razão, proteger o patrimônio depende da contribuição de diversas áreas do conhecimento. Arquitetos e urbanistas, restauradores, arqueólogos, pesquisadores, engenheiros, historiadores e gestores públicos de diversas áreas ajudam para a construção de práticas qualificadas de conservação e restauro.

Ao longo da sua história, o FIPA consolidou-se como um espaço de cooperação entre Brasil e Portugal, promovendo o compartilhamento de experiências e de boas práticas no campo do patrimônio. Em um cenário marcado por transformações ambientais, urbanas e tecnológicas, o diálogo entre diferentes países, instituições e profissionais torna-se essencial para a construção de novos caminhos para a preservação.

Para o CAU/BR, contribuir para a realização desta edição reafirma o compromisso da arquitetura e urbanismo com a valorização da cultura e da memória.

Que as ideias compartilhadas nestas páginas inspirem novas ações, fortaleçam esses múltiplos saberes e reafirmem a diversidade como elemento para a preservação do patrimônio cultural.



Ponte Pedro Ivo
Florianópolis / Santa Catarina

Carlos Alberto Barbosa de Souza

Presidente do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina – CAU/SC

Estado diverso e a riqueza da memória construída

Quando a capital catarinense foi escolhida para sediar a 11ª edição do Fórum Internacional de Patrimônio Arquitetônico Brasil–Portugal (FIPA 2026), recebemos essa missão com muito orgulho e responsabilidade. Vimos a oportunidade de aproximar o debate sobre patrimônio cultural das pessoas, percorrer o Estado e construir um legado que permanecesse para além dos dias do Fórum.

Essa trajetória começou ainda em maio de 2025, durante a realização do 10º FIPA, na Universidade de Aveiro, em Portugal. Na ocasião, tive a honra de integrar a missão brasileira ao lado do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR), e lá estivemos com os coordenadores do FIPA em Portugal, os professores Aníbal Costa e Alice Tavares, e com a coordenadora-geral do FIPA Brasil, Maria Rita Amoroso. Na cerimônia de encerramento, anunciamos oficialmente que Florianópolis sediaria a edição de 2026, reforçando os laços de cooperação em torno da preservação do patrimônio cultural.

A partir desse compromisso, o CAU/SC iniciou uma intensa agenda de encontros preparatórios em diferentes regiões catarinenses. Promovemos caminhadas patrimoniais, visitas técnicas guiadas e palestras em nove cidades, aproximando arquitetos e urbanistas, estudantes, pesquisadores, gestores públicos e comunidades do patrimônio arquitetônico de seus territórios.

Percorremos centros históricos, museus, igrejas, praças e edificações que ajudam a contar a história do Estado. Mais do que conhecer esses espaços, encontramos pessoas comprometidas com sua preservação, compartilhando conhecimentos, experiências e histórias que revelam a riqueza da memória construída.

Essa experiência reafirmou que o patrimônio cultural vai muito além das edificações. Ele está presente nas técnicas construtivas, nas paisagens, nas tradições, nos saberes transmitidos entre gerações e, principalmente, no sentimento de pertencimento que une as comunidades aos lugares onde vivem.

Em Santa Catarina possuímos uma diversidade significativa, com influências açorianas, italianas, alemãs e ainda das tradições tropeiras, dos povos indígenas e da matriz afro-brasileira. Uma pluralidade que reflete diretamente nas festas, costumes, gastronomia e, claro, na arquitetura.

Essa característica também inspira o tema da 11ª edição do Fórum: **Diversidades**. O evento propõe uma reflexão sobre as múltiplas formas de compreender, preservar e valorizar o patrimônio cultural, abordando temas como as diferentes manifestações patrimoniais, os métodos de diagnóstico e conservação, a resiliência frente às mudanças climáticas e a avaliação dos impactos ambientais sobre os bens culturais.





Compreender o presente. Inspirar o futuro

Vivemos um momento particularmente desafiante para o património arquitetónico. Num mundo marcado por rápidas transformações ambientais, tecnológicas, económicas e sociais, a arquitetura não é apenas um legado do passado. O património é, hoje, uma ferramenta para compreender o presente e construir o futuro. É memória, mas também é projeto. É materialidade, mas também é conhecimento.

A Casa da Arquitetura nasceu precisamente desta convicção. Ao reunir um dos grandes acervos de arquitetura contemporânea da Europa, procuramos não apenas conservar desenhos, maquetas, fotografias e outros documentos, mas preservar os processos de pensamento que lhes deram origem. Cada arquivo representa uma forma de olhar o território, de responder a problemas concretos e fornece uma inspiração para novas possibilidades.

O património arquitetónico não se esgota nos edifícios classificados ou nas obras consagradas. Não inclui apenas o que se vê à superfície e à volta dela, mas abarca também a tradição, os costumes, e é neste património imaterial que reside uma parte essencial da nossa capacidade de compreender a evolução das cidades e do território.

Portugal e Brasil partilham uma história profunda e cruzada. Também no domínio da arquitetura existe um diálogo que continua vivo através das pessoas, das instituições e das ideias. Esse diálogo é hoje mais importante do que nunca. Os desafios que hoje enfrentamos como a emergência climática, a pressão sobre os recursos naturais, a necessidade de reabilitação, exigem respostas construídas em cooperação.

Acreditamos que as instituições dedicadas à arquitetura têm uma responsabilidade crescente na aproximação entre a produção de conhecimento e as sociedades que servem. Não basta conservar; é necessário interpretar, refletir, comunicar e envolver.

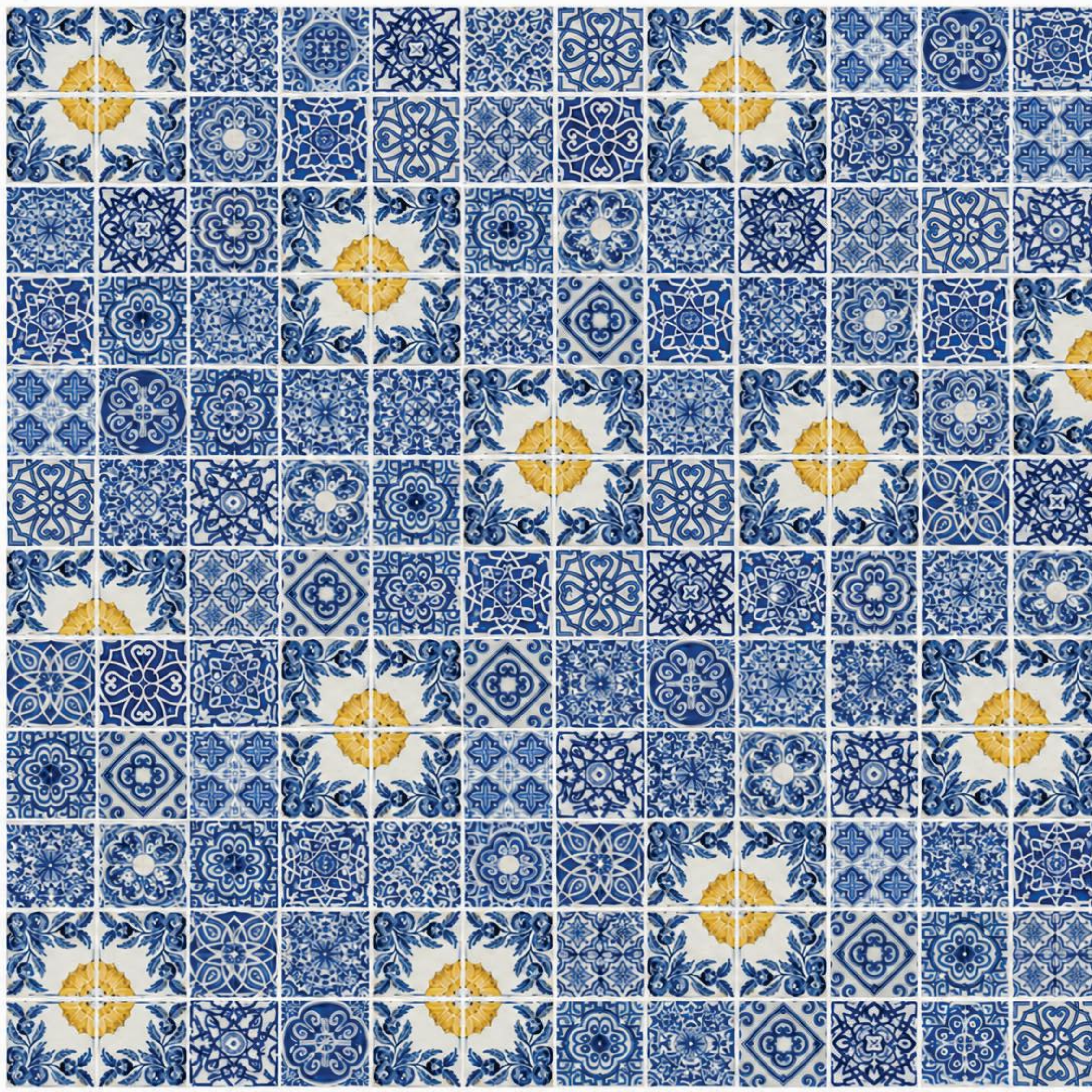
É por isso que a Casa da Arquitetura desenvolve exposições, programas educativos, debates, publicações, projetos de investigação e eventos internacionais que procuram tornar a arquitetura acessível a públicos cada vez mais alargados.

O património arquitetónico deve ser entendido como um recurso coletivo e um instrumento de cidadania. Conhecer a história dos lugares ajuda-nos a participar de forma mais consciente na sua transformação. Preservar significa garantir que a mudança acontece com conhecimento, responsabilidade e respeito pela memória.

Neste contexto, a colaboração internacional assume um papel decisivo. A circulação de arquivos, exposições, investigadores e projetos garante uma visão mais ampla da arquitetura e o respeito pelas especificidades de cada território. A cooperação entre Portugal e Brasil representa para a Casa da Arquitetura uma oportunidade extraordinária para aprofundar esse conhecimento comum e para reforçar redes de investigação, formação e divulgação.

Num tempo tão acelerado e polarizado como este que vivemos, preservar o património é também preservar a capacidade de imaginar futuros mais responsáveis e mais sustentáveis. É esta a missão a que a Casa da Arquitetura está dedicada.

Nuno Sampaio Diretor- *Executivo da Casa da Arquitetura*





Quando se aborda, no contexto brasileiro, o FIPA, impõe-se a necessidade de explicitação preliminar de sua natureza e de sua relevância no campo do patrimônio cultural. O Fórum Internacional de Patrimônio Arquitetônico (FIPA) constitui-se como uma iniciativa acadêmico-institucional promovida por docentes portugueses e brasileiros, orientada à consolidação de redes internacionais de cooperação, à valorização da produção científica e à difusão de conhecimentos relativos aos processos de identificação, proteção, conservação e gestão do patrimônio cultural, compreendido em sua ampla complexidade material e imaterial.

Organizado em regime de alternância entre Portugal e Brasil, o FIPA terá sua edição de 2026 sediada em Florianópolis, configurando-se como um espaço privilegiado de encontro e debate no campo disciplinar. Trata-se de um evento que se insere em uma agenda contemporânea marcada pela crescente centralidade das questões relativas à sustentabilidade, à resiliência e à participação social na gestão do patrimônio cultural, bem como à sua articulação com desafios de escala planetária.

Nesse sentido, o FIPA estrutura-se como fórum de caráter interdisciplinar, reunindo pesquisadores e profissionais vinculados a distintas esferas institucionais — acadêmicas, técnicas e administrativas — em torno da apresentação de pesquisas e da construção coletiva de reflexão crítica. A cada edição, são propostos eixos temáticos que buscam responder a demandas emergentes do campo.

Para a edição de 2026, o tema definido — “Diversidade” — é operacionalizado por meio de quatro eixos analíticos complementares: (i) diversidade nas formas de manifestação do patrimônio cultural; (ii) diversidade nos métodos de diagnóstico de patologias edilícias; (iii) diversidade nas estratégias de adaptação e resiliência às mudanças climáticas; e (iv) diversidade nos critérios de avaliação de impactos ambientais. Tais eixos permitem abarcar um espectro ampliado de abordagens teóricas e metodológicas relacionadas às práticas de intervenção, interpretação e salvaguarda do patrimônio cultural.

Dessa forma, e na condição de participante histórico das edições do FIPA, registro votos de êxito à realização do Fórum Internacional de Patrimônio Arquitetônico Brasil-Portugal, em sua edição de 2026.

Andrey Rosenthal Schlee, Prof. Titular da Universidade de Brasília.



São Luís, Cidade dos Azulejos: O Nascimento de um Museu Nacional

Em 2023, a Prefeitura de São Luís, por meio da Fundação Municipal de Patrimônio Histórico (FUMPH), teve a honra de sediar a 9ª edição do Fórum Internacional do Patrimônio Arquitetônico Brasil/Portugal. Sob o tema “Diversidade em Diálogos Permanentes”, o evento consolidou-se como um espaço de rico intercâmbio interdisciplinar, estreitando os laços e as trocas de experiências institucionais entre as duas nações.

Naquele momento, cruzávamos a linha de partida de um grande sonho coletivo: o início das obras de restauração do Palacete da Rua Formosa, edifício escolhido para abrigar o futuro Museu Nacional do Azulejo. Esse sonho é fruto de uma parceria entre a Fundação Municipal de Patrimônio Histórico e o Instituto Pedra, com o apoio financeiro do BNDES e Instituto Cultural Vale, através da Lei de Incentivo à Cultura (Lei Rouanet).

Na programação do 9º FIPA, os arquitetos, engenheiros e pesquisadores tiveram a oportunidade de visitar o início da obra de restauração do edifício do museu, uma construção da arquitetura tradicional portuguesa, com a tecnologia do sistema de gaiola pombalina. Passado três anos, a restauração do palacete foi finalizada e estamos montando o museu que tem a previsão de entrega em abril de 2027.

A vocação e desafios institucionais de um museu dedicado a um patrimônio de relevância pública carrega a missão de ser, simultaneamente, guardião, agente articulador e espaço de fruição cultural. O futuro Museu Nacional do Azulejo, hoje em fase de criação e implantação em São Luís, nasce pioneiro. Sua função museológica central será salvaguardar, pesquisar e difundir a riqueza azulejar brasileira.

A azulejaria é um fio condutor da história nacional. Ela conecta o patrimônio colonial de São Luís, Belém, Olinda, João Pessoa e Salvador à arquitetura modernista do Rio de Janeiro e de Brasília; estende-se dos ateliês populares do Nordeste às produções contemporâneas de alcance global. Diante dessa amplitude, o novo museu assume um compromisso estrutural com as múltiplas e diversas expressões dessa arte, equilibrando a singularidade local com uma legítima aspiração nacional.

No cenário internacional, o museu já colhe os primeiros frutos de sua articulação. Firmamos um acordo de cooperação com o prestigiado Museu Nacional do Azulejo de Lisboa (MNAz), cujo acervo — recebido em regime de comodato — integrará a nossa exposição de longa duração.

Como horizonte estratégico, a instituição projeta parcerias com comitês internacionais do Conselho Internacional de Museus (ICOM), com destaque para o ICDAD (Artes Decorativas e Design) e o ICOFOM (Museologia). O plano de expansão prevê, ainda, o estreitamento de laços com museus de cerâmica e azulejaria de referência em Portugal, Espanha, Reino Unido e Estados Unidos.

A escolha de São Luís como sede não é casual. O Centro Histórico da capital maranhense abrange uma área de aproximadamente 220 hectares e conta com cerca de 5.600 imóveis protegidos. É neste conjunto que se concentra a maior densidade de azulejos remanescentes dos períodos colonial e imperial no Brasil. Ao todo, são 423 imóveis catalogados com azulejos antigos aplicados em fachadas, tapetes, silhares, tarjas, painéis e adornos, além de 84 registros que misturam a tradição e a contemporaneidade.

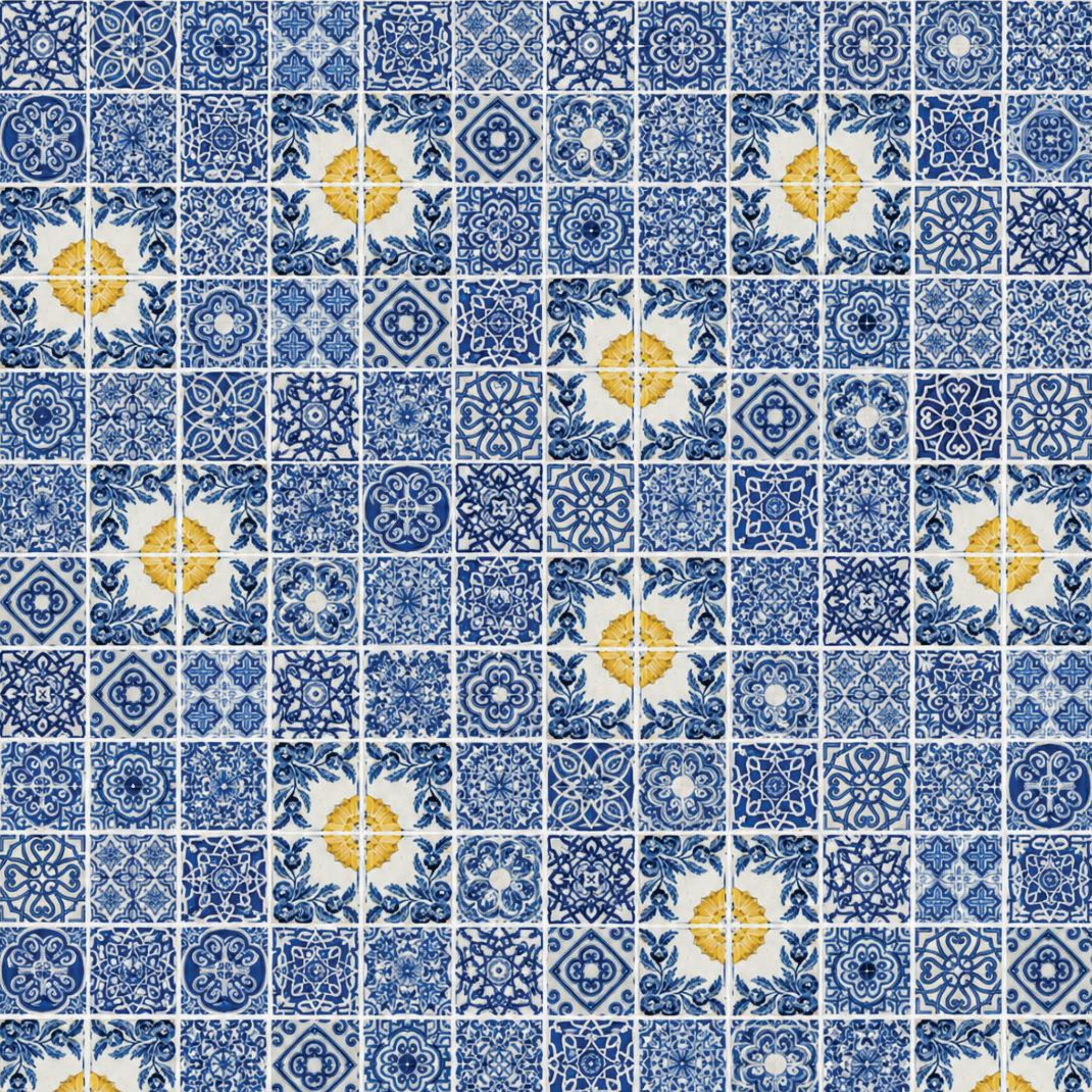
Apesar de sua magnitude, este acervo enfrenta severas ameaças. Fatores como infiltrações, vandalismo, ação de microrganismos, crescimento de vegetação urbana, insetos e a negligência — que se estende do abandono de proprietários à falta de continuidade nas decisões políticas — aceleram a perda desse patrimônio ao longo do tempo. A criação do museu surge, portanto, como uma resposta urgente e necessária a essa realidade.

Os azulejos estão intrinsecamente ligados à alma de nossa capital. Eles moldam a nossa identidade e justificam o título que carregamos com orgulho e responsabilidade perante o mundo: São Luís, a verdadeira Cidade dos Azulejos.

Por Kátia Bogéa

Presidente da Fundação Municipal de Patrimônio Histórico de São Luís (FUMPH)





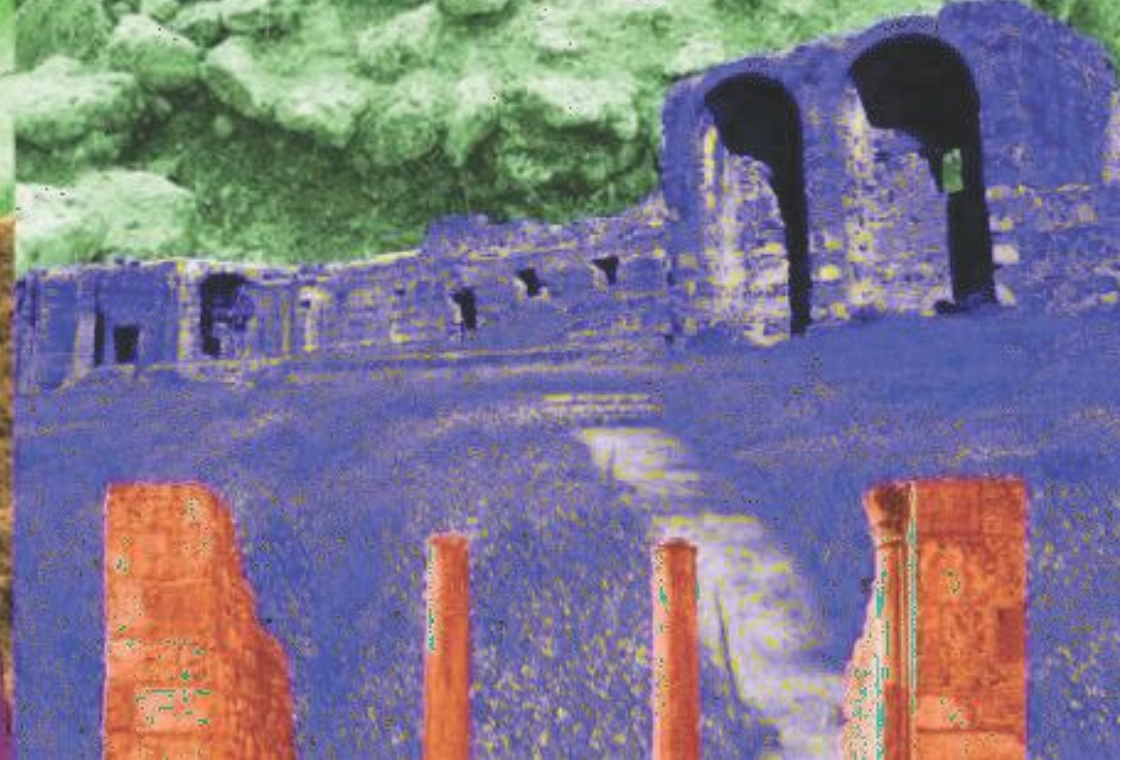
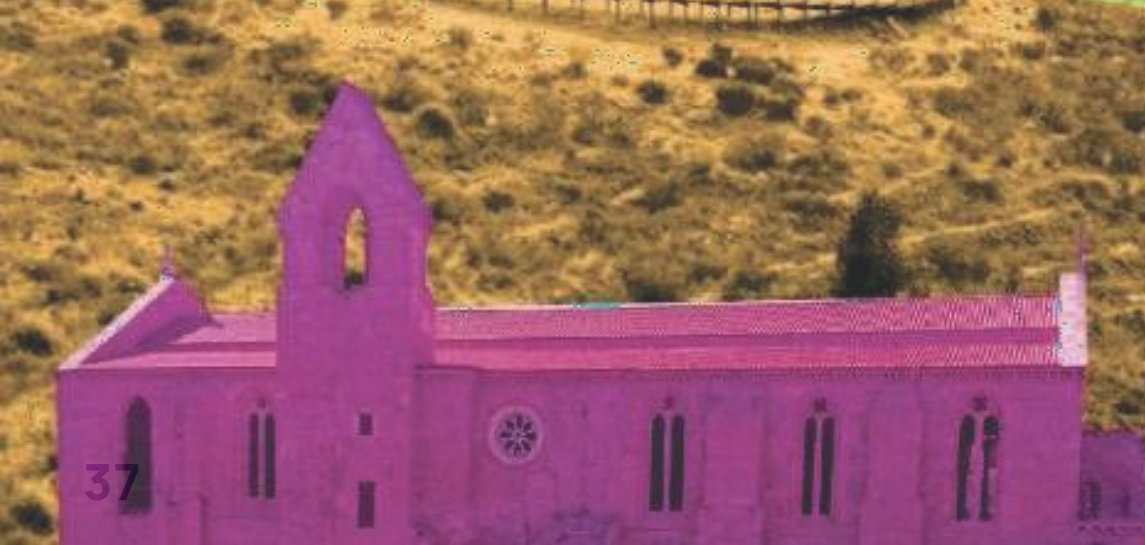
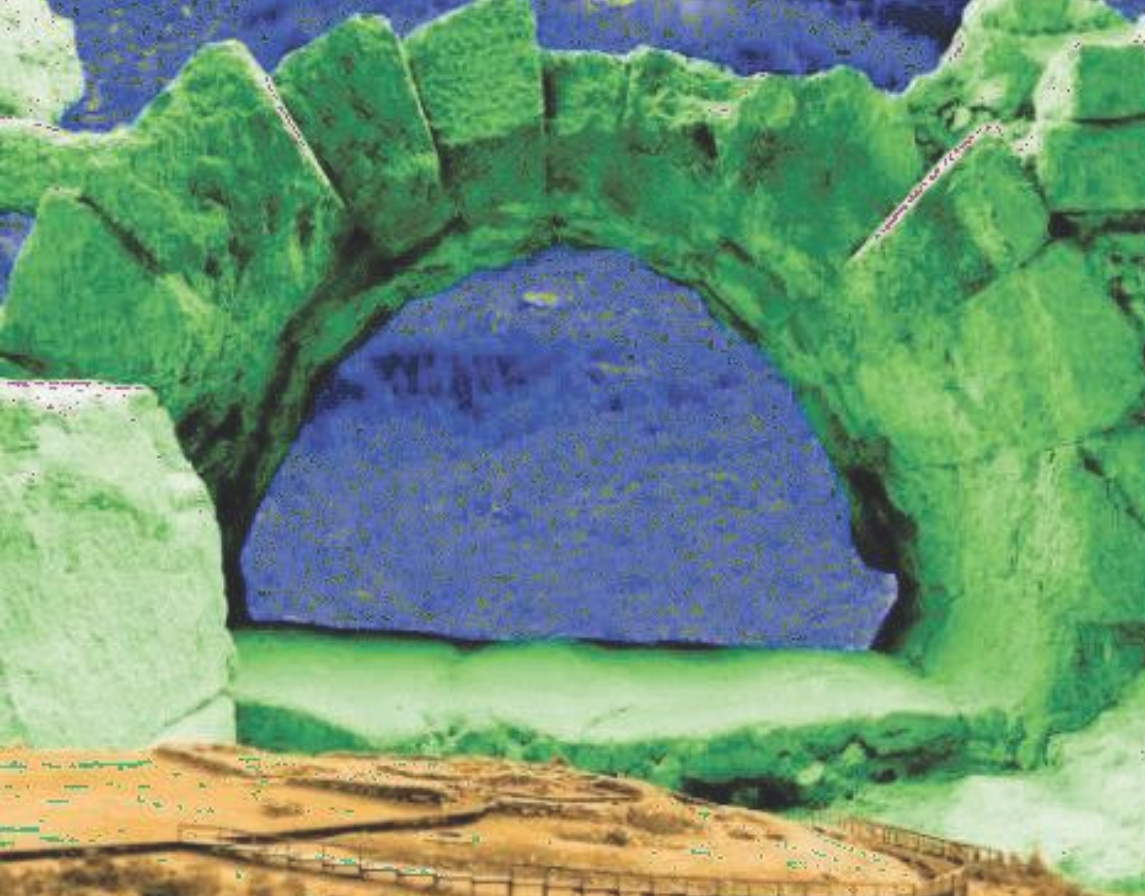
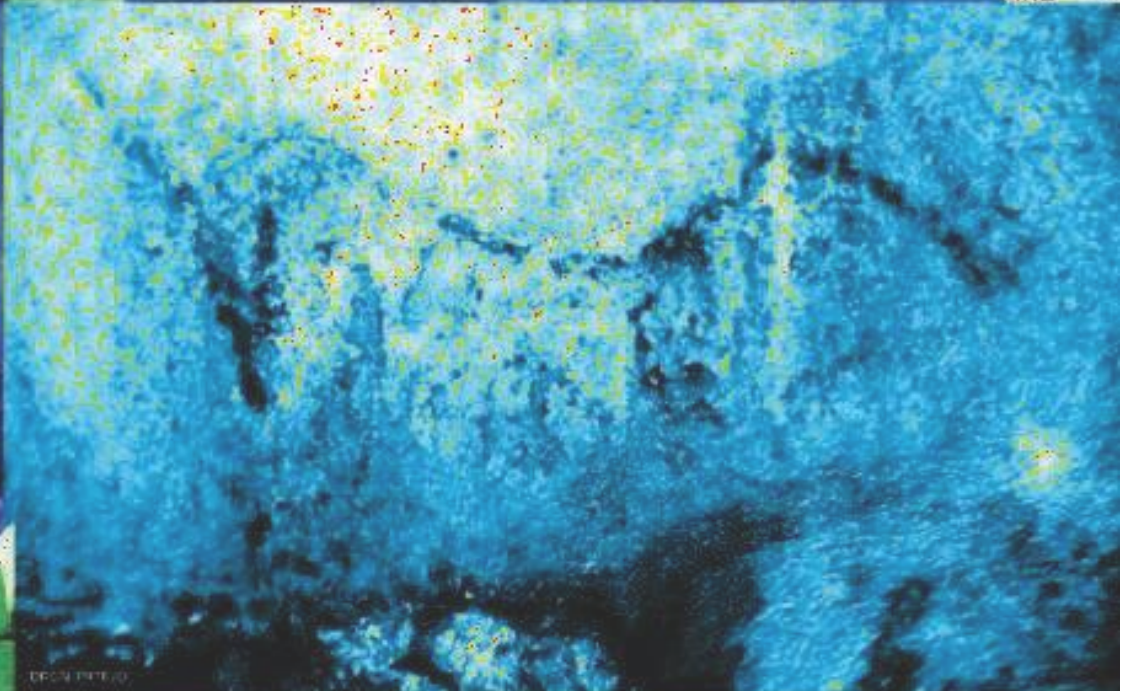
Todos os artigos presentes neste livro
são de inteira responsabilidade de seus autores.





EIXO 1

A DIVERSIDADE NAS FORMAS
DE MANIFESTAÇÃO
DO PATRIMÔNIO CULTURAL



Do outro lado do espelho: desafios e oportunidades na gestão do património cultural em Portugal

Ana Catarina Sousa - Vice-Presidente do Conselho Diretivo do Património Cultural, IP - Professora da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Como em todas as dimensões da ciência e da sociedade, a gestão do património cultural é sempre um reflexo do contexto histórico, o qual determina a agenda, estabelece prioridades e condiciona políticas públicas.

No difícil equilíbrio entre passado e futuro, conservação e contemporaneidade, trabalhar em Património Cultural é sempre um exercício desafiador para todos os agentes envolvidos: técnicos e investigadores de Património Cultural, promotores públicos e privados, administração cultural, decisores políticos e comunidades.

O exercício da gestão do património cultural torna-se arriscado quando se mudam constantemente as arquiteturas processuais de regulação, causando instabilidade durante os processos de transição e tornando muito difícil a imagem pública dos “cuidadores do património”.

Em Portugal, a área do Património Cultural tem “sofrido” sucessivas remodelações na arquitetura das competências e atribuições, datando a mais recente de 1 de janeiro de 2024, data da criação do Património Cultural, Instituto Público através do Decreto-Lei 78/2023, de 4 de setembro. Este recém-criado organismo é apenas o último de uma longa sucessão de entidades que tutelaram o património cultural: apenas no século XXI esta é a terceira grande remodelação administrativa, depois da criação do Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico (Decreto-Lei n.º 96/2007, de 29 de março) e da Direção Geral do Património Cultural (Decreto-Lei n.º 115/2012, de 25 de maio).

Nos processos de fusões e remodelações deste tipo de organismos existem sempre áreas e momentos críticos. Desde logo na fase de transição, em que se redesenham fluxos e procedimentos internos e externos, e que existe uma ameaça real de perda de eficácia no cumprimento da missão. Por outro lado, sendo complexos os processos de transição, os (parcos) recursos humanos são sucessivamente canalizados para esta tarefa. Naturalmente que é desejável que a gestão do Património Cultural acompanhe a velocidade da mudança da sociedade, mas é necessário assegurar um processo participativo, com reflexo e sem sobressaltos.

Existem, contudo, redes de apoio que se revelam decisivas para manter o equilíbrio. Por um lado, a existência de um corpo de convenções internacionais, normativas e diplomas legais constitui o eixo que vai mantendo o equilíbrio. Contrariamente ao que sucedeu com a administração cultural, o ordenamento jurídico tem-se mantido estável em Portugal, ancorado essencialmente na Lei de Bases do Património Cultural (Lei 107/2001, de 8 de setembro) que este ano cumpre um quarto de século e que é ainda o estio de toda a atuação nas mais variadas áreas disciplinares. Ainda que falte desenvolvimento de regulação em algumas áreas e que pontualmente a Lei de Bases do Património Cultural pudesse ser atualizada, este diploma mantém a sua pertinência e eficácia. Mas a par do quadro legal, é a entrega e dedicação de todos os profissionais do património cultural que vai mantendo o funcionamento,

independentemente do organismo em que estejam inseridos.

O tema do XI Fórum Internacional do Património Arquitetónico e a diversidade do património cultural é atualmente um dos grandes desafios e construir um modelo de gestão integrada de todas as categorias patrimoniais. Na rede imbricada de normativos, disposições legais e entidades responsáveis existem diferenças consideráveis na salvaguarda, valorização e divulgação das várias categorias patrimoniais: património arquitetónico, arqueológico e imaterial.

Em Portugal, enquanto as políticas de proteção do património arquitetónico se encontram quase exclusivamente centradas no património classificado, a proteção do património arqueológico tem uma abrangência universal, no espírito da Convenção de Malta, assinada em 1992 e ratificada por Portugal em 1997 através da Resolução da Assembleia da República n.º 71/97, tendo entrado em vigor em 1999.

Com algumas poucas exceções, a maior parte do património arqueológico encontra-se invisível, oculto no subsolo e em áreas submersas. No regime jurídico português todos os bens integráveis no Património Arqueológico estão protegidos por lei, uma vez que a Lei de Bases do Património Cultural, Lei n.º 107/2001, institui o princípio da “conservação pelo registo” que se aplica a qualquer bem arqueológico que so pode sofrer algum impacto destrutivo, após o prévio registo científico, estando a salvaguarda do Património Arqueológico na classificação prevista no ordenamento do território e na avaliação de impactos em empreendimentos. Acresce que o inventário do património arqueológico é muito heterogéneo quer em termos territoriais quer tipológicos, pelo que não é suficiente assegurar a proteção dos sítios classificados e inventariados. Estas disposições, determinam um grau de proteção sistémica, tendo como princípio a proibição de destruição de qualquer bem arqueológico, especialmente os que se encontram inventariados. Em Portugal, o inventário de património arqueológico inclui todas as ocorrências e sítios que integram o Sistema de Informação Endovél (c. 35 000 em Portugal continental). Os sítios arqueológicos que constam dos instrumentos de ordenamento territorial, frequentemente com regulamentação, apresentam ainda uma proteção acrescida.

A especificidade da atividade arqueológica e a ausência de um órgão profissional que regule a credenciação da atividade profissional determinou a criação de regulação desde as primeiras décadas do século XX, atualmente fixadas através do Regulamento de Trabalhos Arqueológicos (Decreto-Lei 164/2014, de 4 de novembro), que estabelece as condições para autorização de trabalhos arqueológicos e estabelece o normativo da atividade.

Numa área científica muito especializada, a credenciação em termos de requisitos académicos e experiência profissional, assumiu atualmente um carácter de maturidade, depois de décadas de atividade exercida com percursos académicos muito diversos. Esta trajetória está ainda em

desenvolvimento noutras áreas disciplinares, nomeadamente com os profissionais de conservação e restauro, que se encontram também numa trajetória de profissionalização e de maior robustez da formação académica.

Finalmente, as políticas de salvaguarda do património cultural imaterial têm uma existência recente. A protecção do património imóvel (arquitetónico e arqueológico) é secular, remontando em Portugal a 1721, data do Alvará Régio promulgado por D. João V, primeira lei de âmbito nacional para a protecção e salvaguarda do património cultural em Portugal. O património cultural imaterial foi apenas enunciado vagamente em 1985 (Lei 13/1985, de 6 de julho), tendo sido posteriormente desenvolvido e alargado em termos conceptuais nos artigos 91º e 92º da Lei de Bases do Património Cultural (Lei 107/2001, de 8 de setembro). A partir da ratificação da Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial (Resolução Assembleia da República n.º 12/2008), intensifica-se a protecção a este património, dando origem ao Decreto-Lei n.º 139/2009 (Dia rio da República, I/S, n.º 113, 15 de junho de 2009) que estabelece o regime jurídico de salvaguarda do Património Cultural Imaterial em Portugal, posteriormente regulamentado através da Portaria n.º 196/2010 (Dia rio da República, I/S, n.º 69, de 9 de abril de 2010).

O processo de inscrição no Inventário do Património Cultural Imaterial é atualmente uma área de intensa dinâmica, constituindo-se como medida fundamental para a salvaguarda do Património Cultural Imaterial em Portugal e condição indispensável para sua eventual candidatura a Lista Representativa do Património Cultural Imaterial da Humanidade ou a Lista do Património Cultural Imaterial que Necessita de Salvaguarda Urgente. Desde 2010 que foram já inscritas 70 manifestações no Inventário do Património Cultural Imaterial. Ainda que esteja prevista a possibilidade de qualquer cidadão propor a classificação de património arqueológico e arquitetónico (Decreto-Lei 309/2009, de 23 de outubro), o processo de Inventário do Património Cultural Imaterial distingue-se essencialmente por se tratar de um processo que surge das comunidades, em associação com investigadores, administração cultural e regional.

Neste contexto, a salvaguarda do Património Arquitetónico tem um suporte legal mais limitado, estando restrito ao património arquitetónico classificado, ascendendo a c. 4000 Bens classificados em Portugal continental, o qual inclui monumentos classificados individualmente e conjuntos, incluindo os centros históricos património mundial como Évora, Guimarães e Porto.

Em Portugal há mais de 100 anos que o Estado classifica património arquitetónico e arqueológico. Durante esta longa caminhada, ampliaram-se as categorias, estabeleceram-se zonas de proteção e restrições, mas o panorama é ainda demasiado heterogéneo. Encontram-se especialmente vulneráveis categorias patrimoniais como o Património Industrial, a Arquitetura Vernacular, Arquitetura Contemporânea e, em geral, as áreas urbanas e os centros históricos sujeitos a uma intensa pressão urbanística e a processos decisórios rápidos e cada vez mais simplificados. A criação de processos de inventário temáticos e regionais impõem-se assim como uma ferramenta essencial de proteção.

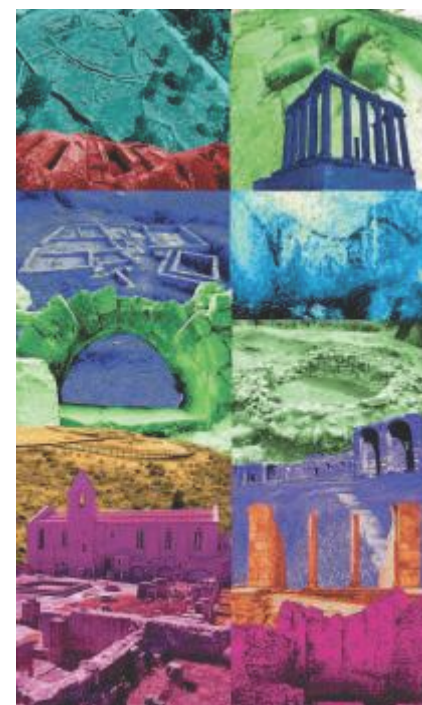
Deve ainda reflectir-se sobre a capacitação técnica para intervenção

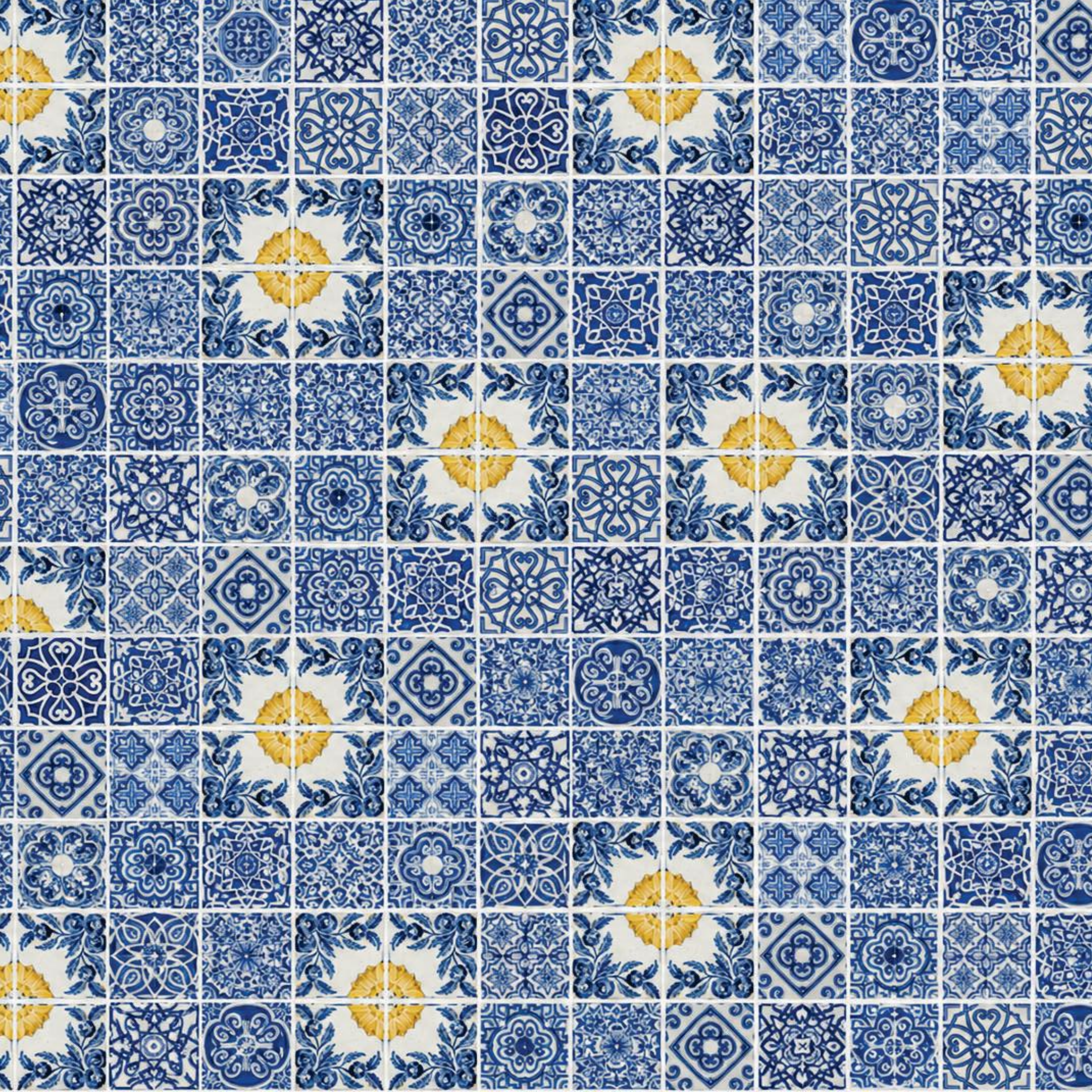
em património arquitetónico. Apesar da vigência de diplomas que regulam a intervenção em Património Classificado (Decreto-Lei 140/2009, de 15 de junho), existe ainda muita iliteracia de muitos agentes que fazem intervenção em Património Cultural – promotores públicos e privados e mesmo técnicos – o que torna por vezes muito complicado o processo de licenciamento. Cada monumento e sítio encerra especificidades históricas e técnicas que merecem uma análise de per se: apesar dos normativos e dos diplomas legais existem muitas matérias e decisões em aberto.

A salvaguarda do património arquitetónico beneficiaria dos ensinamentos dos percursos recente do património arqueológico e imaterial. A importância do inventário em Arqueologia e do espírito de conservação pelo registo constitui uma linha de atuação que poderia ser mais bem desenvolvida, nomeadamente nos instrumentos de gestão do território. Por outro lado, o carácter participativo do inventário do património cultural imaterial enriqueceria certamente os inventários de património arqueológico e arquitetónico, desde logo cruzando estudos académicos com inventários nacionais.

O património arqueológico, arquitetónico e imaterial apresenta trajetórias distintas em termos de políticas públicas de salvaguarda. Impõem-se uma estratégia de leitura holística, que integre processos numa perspectiva integrada de território e de paisagem. A salvaguarda das paisagens culturais, esta enunciada em várias convenções internacionais, desde a Convenção Europeia da Paisagem (2000, ratificada por Decreto n.º 4/2005) mas há ainda um longo caminho a percorrer por todos: decisores políticos, tutela do património, técnicos e investigadores, promotores públicos e privados.

Do outro lado do espelho, esta reflexa o posiciona-se na perspectiva da administração cultural, mas sempre com os ensinamentos de quem investiga e intervém em Património Cultural







Avaliação de manifestação patológica causada por umidade: Análise de trecho do revestimento da Antiga Faculdade de Medicina UFRGS

Francisca Larah Vasconcelos Araújo Paz – UFRGS, Porto Alegre, Brasil – laraharaujo@gmail.com

João Pedro Dalberto de Cesaro – UFRGS, Porto Alegre, Brasil – joao.cesaro@ufrgs.br

Pedro Roveda de Brum – UFRGS, Porto Alegre, Brasil – pedro.roveda@ufrgs.br

Fernanda Lamego Guerra – UFRGS, Porto Alegre, Brasil – fernanda.guerra@ufrgs.br

Daniel Tregnago Pagnussat – UFRGS, Porto Alegre, Brasil – daniel.pagnussat@ufrgs.br

Resumo

Antiga Faculdade de Medicina, parcialmente desocupada desde a década de 1950, devido à mudança de sede do Instituto de Ciências Básicas da Saúde (ICBS) da UFRGS, evidencia as limitações e impactos por dificuldades de gestão do edifício, embora este seja patrimônio cultural estadual. A umidade é uma das principais causas de danos às edificações. Desse modo, torna-se fundamental a análise da sua ação adversa no objeto de estudo. Assim, a metodologia empregada busca compilar estratégias de registro para análise do problema, com a quantificação digital do manchamento da superfície pelos softwares *AutoCAD* e *ImageJ*, caracterização biológica, caracterização da camada de tinta e estudo da incidência solar. Os resultados levam a crer que o crescimento biológico é provavelmente resultante do ingresso de água por infiltração, através de falhas no sistema de vedação vertical ou de cobertura – associado a um substrato com condições favoráveis ao crescimento de fungos, tais como *Aspergillus*, *Cladosporium* e *Stachybotrys*, identificados através dos métodos de coleta e identificação biológica

Palavras-chave: edificação histórica; fungos filamentosos; patrimônio.

Introdução

O patrimônio histórico arquitetônico porto-alegrense é composto de uma coleção de edifícios públicos e privados construídos desde o século XVIII, resultantes do crescimento de importância econômica e política da cidade, que tornou-se capital em 1773 (IPHAN, 2026). Alguns destes recebem proteção legal, que garante que o objeto tenha suas características e valor histórico preservados – a antiga Faculdade de Medicina, em análise, recebe proteção municipal da estrutura, estadual do edifício e federal do entorno que compõe o campus, que apresenta um conjunto de outras edificações históricas de estilo eclético (SPH-UFRGS, 2023).

A edificação está sujeita a ação de vários fatores de degradação: agentes mecânicos, eletromagnéticos, térmicos, químicos e biológicos que diariamente agem sobre os sistemas e seus elementos constituintes, podendo ocasionar fissuras, deslocamentos ou deformações (SOCOLOSKI, 2021). O

comprometimento das condições de preservação de parte do revestimento interior do edifício em estudo resulta de problemas como a elevada umidade interna devido às infiltrações, resultando na colonização de microrganismos. A presença de colônias de fungos filamentosos pode representar não apenas uma problemática estética, mas também estar associada a sintomas como alergias, asma e infecções respiratórias (HE *et al.*, 2018). Além disso, verifica-se a fragilização dos revestimentos acometidos pelo problema, que comporta-se como um fenômeno de difícil erradicação após seu estabelecimento. O presente estudo se propõe a analisar o fenômeno de biodeterioração na superfície do revestimento interno da edificação, através da quantificação da área de manchamento verificada e identificação morfológica dos fungos presentes, através de coleta superficial.

Nesse sentido, compilou-se estratégias de análise capazes de diagnosticar as manifestações patológicas presentes.

Objeto de Estudo

O objeto em estudo é o edifício da Antiga Faculdade Livre de Medicina e Farmácia da UFRGS, localizada no Campus Centro da UFRGS, também conhecido como Instituto de Ciências Básicas da Saúde (ICBS). A edificação teve projeto realizado em 1912 e construção concluída em 1924 (SPH-UFRGS, 2026).

O partido arquitetônico pode ser descrito como a junção de dois blocos, cada um paralelo às ruas Sarmiento Leite e Engenheiro Luiz Englert e interligados por um volume cilíndrico, na esquina (Figura 1-I). O projeto de Theo Wiederspahn, arquiteto alemão, trazia novas referências para a cidade, com um edifício em estilo barroco, inspirado nos palácios germânicos (GRIENEISEN, 2022). As fachadas ganham movimento com avanços, recuos, balaústres, colunas e pilastras. Os corrimões e o vitral trazem referência ao ofício da medicina, enquanto o coroamento exibe elementos do escultor italiano Frederico Pellarin.

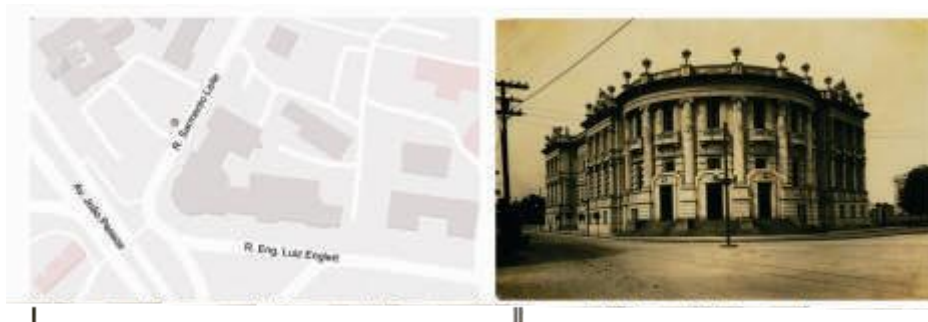


Figura 1: Antiga Faculdade de Medicina: Implantação (I) e registro fotográfico antigo.

Fonte: GOOGLE, 2026; Biblioteca IBGE, 19--; os autores.

O edifício, composto por três pavimentos, abriga salas de aula, laboratórios, salão nobre e hall de entrada monumentais que reforçam a importância do edifício. As circulações receberam um primoroso tratamento estético e arquitetônico, apresentando corredores bem ventilados e iluminados com pisos geométricos de ladrilho hidráulico.

Esta edificação foi fundamental para o desenvolvimento da saúde no estado, e posteriormente, adaptada para o ICBS e alguns setores do Instituto de Artes – após a transferência dos cursos de Farmácia e Medicina para o Campus Saúde em 1958 e 1974, respectivamente (SPH-UFRGS, 2004). Posteriormente, o prédio passou por ampliações para acomodar o Instituto Anatômico e o Anfiteatro, além de intervenções pontuais para questões de acessibilidade e salubridade, ocasionando na realocação de sua entrada, agora pelo porão na face oposta à entrada original, no interior do campus.

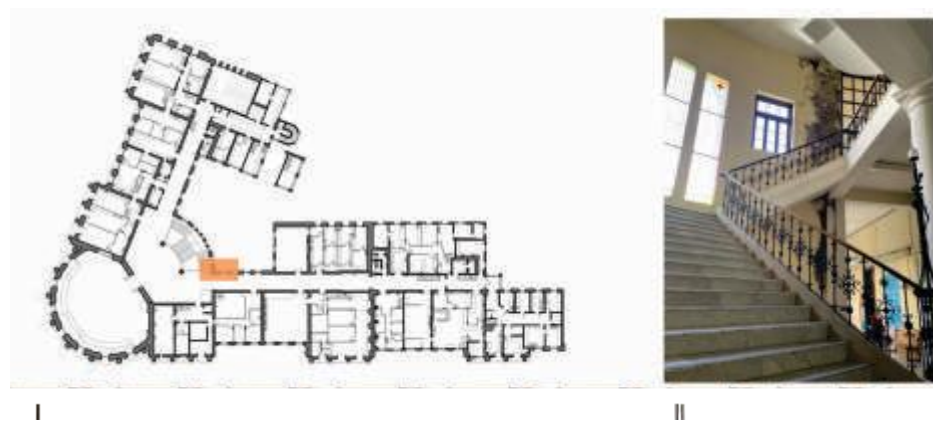


Figura 2: Antiga Faculdade de Medicina: planta baixa do 3º pavimento com sinalização em laranja do trecho em análise (I), e manifestação patológica analisada (II).

Fonte: AUTODESK, 2026; os autores.

Todavia, é notória a necessidade de medidas de manutenção, visto uma evidente manifestação patológica na circulação central do prédio, a qual foi ponto de partida para o desenvolvimento deste estudo (Figura 2-II). A reparação da edificação e seus sistemas, nesse sentido, assume o papel de preservação do valor histórico inerente e da funcionalidade do edifício, que comporta um grande acervo de pesquisa.

Investigou-se o manchamento observado no revestimento interno da circulação vertical, em destaque na Figura 2-II, causado por crescimento

biológico ao longo dos três pavimentos (Figura 2-I), com destaque ao terceiro pavimento (escadaria) e segundo pavimento (escadaria e corredor), estando presente em menor quantidade no térreo.

Método e Aplicação

O estudo foi estruturado nas seguintes etapas: coleta, cultivo e isolamento de amostras biológicas; caracterização da camada de tinta; quantificação digital do manchamento, através de software AutoCAD e ImageJ; estudo de incidência solar.

COLETA, CULTIVO E ISOLAMENTO DE AMOSTRAS BIOLÓGICAS

Em cada área definida, foi executada, em regiões próximas aos pontos de coleta biológica, a prospecção com fita adesiva na superfície do revestimento, a fim de explorar, de modo introdutório, as condições de crescimento de microrganismos na superfície de cada região dos ambientes de estudo. Após a prospecção, as fitas com material retirado foram fixadas em lâminas de vidro para visualização em lupa estereoscópica, modelo Zeiss Stemi 508.

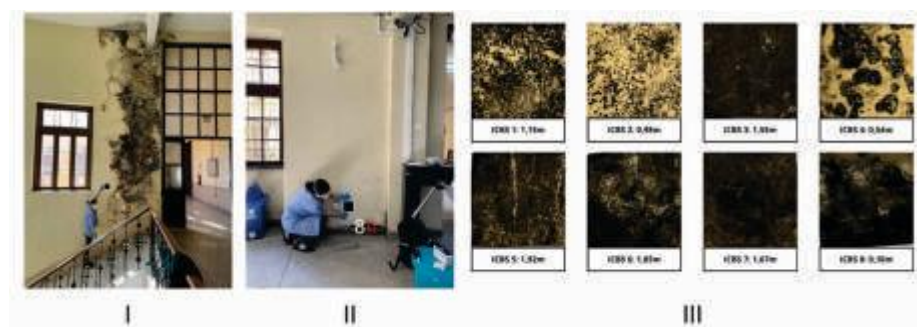


Figura 3: Identificação dos pontos de coleta: (I) pontos de coleta no terceiro pavimento, (II) ponto de coleta no pavimento térreo; (III) pontos de coleta ampliados e respectivas alturas em relação ao piso. Fonte: os autores.

A coleta biológica foi realizada com a seleção de oito pontos localizados ao longo da extensão da mancha observada. Os pontos de 1 a 7 foram feitos na região próxima ao manchamento maior, no terceiro pavimento da edificação, e o oitavo foi coletado no térreo da edificação. A Figura 3 apresenta os pontos delimitados para coleta nas regiões do revestimento.

As coletas foram executadas por meio de swab estéril umedecido com água destilada estéril. Após a coleta das amostras biológicas, o material foi agitado em tubos do tipo Falcon com tampa por meio de vórtex para garantir a dispersão dos conídios coletados no meio aquoso. Em seguida, foram inoculados 100 µL do material coletado de cada amostra em meio aquoso em placas de Petri com o meio de cultura, com espalhamento das amostras por intermédio de esferas de vidro autoclavadas de diâmetro entre 1,5 e 2,0 mm. Utilizou-se o meio nutriente Dichloran glycerol chloramphenicol (DG 18), visto que se objetivou a utilização de um meio de cultura que não disponibilizasse um teor elevado de nutrientes e, assim, oferecesse condições análogas às do revestimento inorgânico.

Adicionalmente, Loukou et al. (2024) destacam que o meio DG 18 está entre os mais utilizados, capaz de abranger uma ampla faixa de atividade de água. Para o cultivo das amostras biológicas coletadas das superfícies do revestimento, optou-se pelo uso do meio DG 18, enquanto para os procedimentos posteriores (de isolamento e microcultivo) foi selecionado o meio ágar Sabouraud.

A primeira coleta, realizada em 11 de setembro de 2025, cujas amostras biológicas não foram diluídas, apresentou crescimento muito elevado, impossibilitando a contagem das colônias, sendo necessária uma nova coleta (25 de setembro de 2025), adotando-se uma diluição decimal (10-1).

Após seu crescimento, as colônias com aspectos morfológicos distintos foram purificadas, a fim de analisar a morfologia das colônias cultivadas. O procedimento de microcultivo, para análise das estruturas morfológicas das colônias e viabilizar a identificação dos gêneros, foi executado por meio da elaboração de lâminas de vidro com meio de cultura ágar Sabouraud.

CARACTERIZAÇÃO DA CAMADA DE TINTA

Com o auxílio de bisturi, foram retiradas amostras da superfície do revestimento, em áreas em que havia o destacamento da tinta. Essas amostras foram analisadas por meio de Espectroscopia de Infravermelho por Transformada de Fourier (FTIR) por intermédio de espectrômetro Lyza 7000 (Anton Paar).

QUANTIFICAÇÃO DIGITAL

A quantificação da área do manchamento presente na superfície do revestimento se deu através de registros fotográficos realizados paralelos ao plano da parede, junto de um molde de dimensões 5 cm x 5 cm – utilizado como parâmetro de comparação para a área superficial total da superfície.

Primeiramente, no software de desenho vetorial AutoCAD, a fotografia geral da parede foi inserida, e a imagem foi redimensionada de forma a manter escala em metros. Com o uso da ferramenta “polyline”, as partes identificáveis do manchamento foram contornadas, formando um polígono irregular – que é preenchido pela ferramenta “hatch”, e este tem sua área quantificada em [m²].

Alternativamente, as imagens receberam um tratamento prévio com o uso das ferramentas “seleção”, “laço” e “pincel” do Photoshop, de modo que fossem retiradas todas as áreas de imagem em projeção ou com cores escuras que não correspondiam ao crescimento biológico. No software ImageJ, através da ferramenta “color threshold”, foram selecionados pixels da imagem, a partir dos parâmetros de matiz, saturação e luminosidade, assim as regiões da parede que apresentavam manchamentos mais escuros foram selecionadas automaticamente e quantificadas a partir da ferramenta “measure”. Os resultados (número de pixels) foram transformados em [m²] em proporção ao quadrado de seleção de 5 cm x 5 cm na imagem original.

ESTUDO DE INCIDÊNCIA SOLAR

Para a verificação da influência da posição solar na parede observada, foi elaborado um modelo tridimensional simplificado, com georreferenciamento (latitude, longitude e azimute) no software Archicad. A volumetria foi criada com o uso da ferramenta “morph” e baseada nas medidas contidas nas plantas baixas e cortes elaborados pelo SPH-UFRGS (2014). Para a verificação de sombra foram capturadas imagens com a projeção de sombra ao meio-dia nas datas relevantes: solstício de verão (21/12) e de inverno (21/06) - na ferramenta “Estudo de Exposição Solar” - determinando precisamente a influência da insolação na parede côncava analisada.

Discussões e resultados

Após a realização dos ensaios, seus respectivos resultados foram analisados e interpretados.

CARACTERIZAÇÃO BIOLÓGICA

Os resultados apresentaram crescimento elevado em ambas coletas (sem e com diluição). O elevado crescimento das colônias impossibilitou a sua contagem, mesmo com a diluição das amostras, o que indica a necessidade de uma diluição mais elevada. Esses dados apontam o desenvolvimento excessivo nesses pontos localizados na superfície.

A Figura 4 sintetiza os procedimentos que abrangem a coleta de amostras, o cultivo e a identificação das colônias isoladas. oroscências , carbonatação, que afetam a durabilidade do material.



Figura 4: I - coleta de amostra; II - crescimento das colônias; III - colônia isolada em meio de cultura; IV - aspecto morfológico em lupa estereoscópica; V - estrutura morfológica em microscópio óptico.
Fonte: os autores.

Após os procedimentos de cultivo e purificação das colônias identificadas e a confecção de lâminas de microcultivo, foi viabilizada a visualização das estruturas morfológicas dos isolados e, assim, a identificação de seus possíveis gêneros. A Figura 5 dispõe os três gêneros fúngicos identificados a partir das amostras biológicas coletadas das superfícies, ilustrando suas colônias e estruturas morfológicas.



Figura 5: Gêneros fúngicos identificados.
Fonte: os autores.



CARACTERIZAÇÃO DA CAMADA DE TINTA

A análise em lupa estereoscópica da amostra de tinta possibilitou a visualização de agrupamentos de biomassa de pigmentação escurecida que, posteriormente, nos procedimentos de coleta e identificação biológica, evidenciaram o crescimento fúngico superficial. A caracterização da camada superficial do revestimento foi realizada por FTIR, visando identificar os principais constituintes da camada de tinta. A análise da amostra seguiu as bandas de absorção características da espectroscopia no infravermelho, cujos espectros registrados são ilustrados na Figura 6.

Na Figura 6, a banda em torno de 3394cm⁻¹ está associada ao estiramento de grupos hidroxila (4000-2600cm⁻¹), o que pode indicar a presença de água ou maior retenção de umidade (Stuart, 2004). A banda de 1096cm⁻¹ indica uma possível composição baseada em tinta acrílica ou PVA com cargas de silicatos. A composição dessas tintas, dispondo de fonte de carbono, associada à deposição de sujeidade e à umidade presente no revestimento, disponibiliza uma conjuntura de fatores que favorecem a adesão e o desenvolvimento de comunidades microbiológicas, como os fungos identificados.

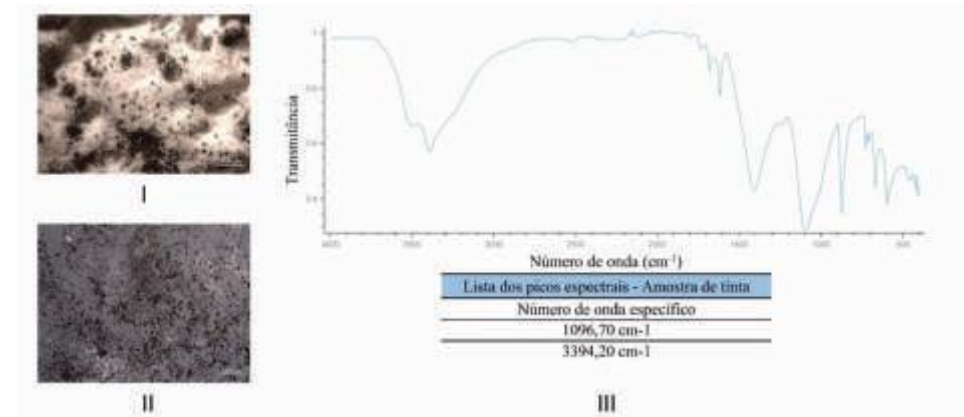


Figura 6: Amostra de tinta (I) e prospecção (II) vistas em lupa estereoscópica; resultado FTIR (III).
Fonte: os autores.

QUANTIFICAÇÃO DIGITAL DE ÁREA DO MANCHAMENTO

Os resultados da Tabela 1, referentes às análise em Autocad e Image J, mostraram uma divergência de valores. Isto resulta da forma diferente de interpretação: enquanto no AutoCAD, a mancha foi mensurada de modo a estimar a área comprometida pela manifestação patológica a partir de linhas de contorno da mancha, feitas manualmente, , no software ImageJ, foi feita a seleção automática do manchamento, contabilizando o número de pixels segundo parâmetros pré-definidos, e não como um conjunto.

Área do manchamento identificada (m²)					
Software	3º Pav.	2º Pav.	1º Pav.	Corredor	Total
AutoCAD	8,365	1,608	0,056	2,660	12,689
ImageJ	6,156	1,099	0,103	1,267	8,625

ESTUDO DE INCIDÊNCIA SOLAR

Confirma-se que a fachada côncava, na parte afetada, recebe sol por período prolongado ao longo do ano (Figuras 7-I e 7-II). Portanto, a manifestação patológica é, possivelmente, agravada por outros fatores, desvinculados da insolação - provavelmente por ingresso da umidade decorrente de falha na estanqueidade das vedações verticais, cobertura ou sistema de calhas como visto na Figura 7-III, em destaque. Esta causa é compatível com o descolamento da tinta sintética do substrato, observado na parede da escadaria e com infiltrações percebidas externamente.



Figura 7: Projeção da sombra ao meio dia nos solstícios de inverno (I) e verão (II); vista externa da parede afetada (III). Fonte: os autores.

IMPLICAÇÕES DA CONTAMINAÇÃO

A grande concentração fúngica exige manutenção urgente, impedindo fundamentalmente o ingresso de água pela parede e realizando a desinfecção e limpeza da parede, podendo ser considerada a remoção e substituição do revestimento contaminado. Por se tratarem de organismos heterotróficos, sua subsistência se dá pela presença de matéria orgânica e umidade; e o seu desenvolvimento implica na dispersão de esporos pelo ambiente.

Assim sendo, a limpeza está relacionada à saúde dos usuários que transitam diariamente por este ambiente, visto a possibilidade da Sick Building Syndrome, quando as condições da edificação afetam a saúde dos que a utilizam, podendo estar relacionado a sintomas como dores de cabeça, comprometimento respiratório, alergias, tosse, cansaço, dificuldade de concentração, ressecamento de olhos e garganta (NHS, 2023).

Conclusão

A Antiga Faculdade de Medicina é um retrato físico da modernização de Porto Alegre, sendo criada para acomodar os primeiros cursos de saúde no estado, no início do século XX. Os novos estilos e materiais empregados por Theo Wiederspahn recordam um período em que Porto Alegre buscava inspiração europeia como expressão do desenvolvimento urbano e econômico, e estava consolidando uma infraestrutura incipiente de saúde e educação pública.

A degradação evidente das fachadas e do interior, como analisado, compromete a preservação e o valor histórico acadêmico e arquitetônico, assim como a conexão com a comunidade.

O presente trabalho discorreu sobre métodos possíveis para avaliação de manifestações patológicas e que podem contribuir para a investigação das causas da degradação, como a caracterização biológica, caracterização da camada de tinta e estudo da incidência solar.

Com foco na escadaria, o estudo detectou a presença de fungos dos gêneros *Aspergillus*, *Cladosporium* e *Stachybotrys*, com área de manchamento entre 8,62 m² - 12,69 m², sendo a camada de tinta identificada como sintética. A falha na estanqueidade da envoltória é apontada como provável causa da manifestação. A alta concentração fúngica exige medidas de controle, indicando a necessidade de futuros trabalhos que poderiam adotar protocolos adequados de limpeza e desinfecção.

Referências Bibliográficas

DOBERSTEIN, Arnaldo W. 1924: A Faculdade de Medicina e o Edifício Ely. Matinal Jornalismo. Disponível em: <<https://www.matinaljornalismo.com.br/parentese/memoria/1924-a-faculdade-de-medicina-e-o-edificio-ely/>>. Acesso em 18 mai 2026.

GRIENEISEN, Vera. Arquiteto Wiederspahn: olhares contemporâneos sobre sua obra. Porto Alegre: UNISINOS, 2022.

HE, Yuyan et al. Review on mould contamination and hygrothermal effect in indoor environment. Journal of Environmental Protection, v. 9, n. 02, p. 100, 2018.

IPHAN. História - Porto Alegre (RS). Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1538/>>. Acesso em 15 mai 2026.

LOUKOU, Evangelia et al. Damp buildings: associated fungi and how to find them. Journal of Fungi, v. 10, n. 2, p. 108, 2024.

SOCOLOSKI, Rafaela F. Indicadores para Avaliação de Anomalias em Fachadas com Revestimento de Argamassa. Porto Alegre, 2021.

11º FIPA Brasil-Portugal

A DIVERSIDADE NAS FORMAS DE MANIFESTAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

SPH-UFRGS. Levantamento arquitetônico: plantas baixas e cortes do ICBS. Porto Alegre, 2014.

SPH-UFRGS. Patrimônio Histórico e Cultural da UFRGS. 1a edição. Porto Alegre, 2004.

STUART, Barbara H. Infrared spectroscopy: fundamentals and applications. John Wiley & Sons, 2004.

United Kingdom National Health Service. Sick Building Syndrome. Disponível em: <<https://www.nhs.uk/conditions/sick-building-syndrome/>>. Acesso em 18 mai 2026.



CACIMBA DO POVO: O CHAFARIZ PÚBLICO EM UMA VILA DO SEMIÁRIDO NORDESTINO

Gerson Amaral Lima – *Arquiteto e Urbanista, Especialista em Patrimônio e Restauro, Pesquisador independente*
Juazeiro do Norte, Brasil | gersonamaral.arq@gmail.com

Resumo

O artigo analisa a Cacimba do Povo em Aracati, Ceará, importante equipamento público de abastecimento hídrico no semiárido nordestino. Único exemplar do tipo preservado no Estado, o chafariz do século XIX revela a relevância econômica da antiga vila e a sofisticação de sua infraestrutura urbana. O estudo aborda aspectos históricos e arquitetônicos, destacando a necessidade de preservação desse marco patrimonial em sua relação com o núcleo histórico.

Palavras-chave: chafariz; Aracati; restauro.

1. Introdução

A ocupação do Nordeste brasileiro ocorreu em dois eixos principais: a produção de açúcar no litoral e a criação de gado no interior, ambos integrados ao projeto colonizador português. No Ceará, a expansão deu-se com o gado trazido de estados vizinhos, fixando-se nas margens dos rios Jaguaribe e Acaraú. O crescimento das fazendas gerou excedentes que passaram a abastecer de carne a zona da mata e outras áreas urbanas da colônia. (IPHAN, 1998).

Diante das dificuldades de transportar o gado vivo até Pernambuco e o Recôncavo Baiano, devido às longas caminhadas que debilitavam os animais e reduziam seu valor, os fazendeiros passaram, no século XVIII, a comercializar a carne já abatida e salgada. Esse processo levou à criação das primeiras **charqueadas** no Ceará, instaladas nos estuários dos rios Jaguaribe, Acaraú e Coreaú, locais que reuniam condições naturais favoráveis – ventos constantes, baixa umidade, proximidade de salinas e acesso à navegação costeira – transformando-se em importantes portos de escoamento da produção.

Com o surgimento das charqueadas no século XVIII, iniciou-se a fase áurea do Ciclo do Gado, que impulsionou a formação de vilas como Icó, Aracati, Sobral e Quixeramobim. Diferente da produção açucareira, a carne-seca exigia uma divisão de funções entre criação, salga e comércio externo, aproveitando condições naturais e portos estratégicos. (LEMENHE, 1991).

Nesse contexto, Aracati destacou-se como a vila mais influente da província, consolidando importância econômica, social e política graças às oficinas de salga e ao intenso comércio com Pernambuco e Bahia.

Mesmo após o declínio do Ciclo do Gado no início do século XIX, Aracati manteve sua hegemonia no Ceará graças à prosperidade acumulada. O novo ciclo econômico do algodão aproveitou os mesmos caminhos da pecuária, garantindo a continuidade do desenvolvimento da cidade até o final do século XIX. Contudo, a construção da Estrada de Ferro de Baturité deslocou o eixo econômico para Fortaleza, marginalizando os municípios do vale Jaguaribano e reduzindo a centralidade de Aracati.

2. Aracati: de arraial a maior cidade da província

Segundo o historiador Antônio Bezerra, o município de Aracati tem origem às margens do rio Jaguaribe na doação de sesmarias ao Capitão-mor Manuel de Abreu Soares em 23 de janeiro de 1685. Originalmente conhecido por Cruz das Almas e posteriormente chamado de São José do Porto dos Barcos (IPHAN, 1998), o pequeno arraial deve seu crescimento na primeira metade do século XVIII à indústria das charqueadas. Apesar de informações rarefeitas, sabe-se que por volta de 1940 em Aracati eram comercializadas carnes produzidas de vinte a vinte cinco mil bois. (LEMENHE, 1991)

Aracati tornava-se o núcleo mais populoso da capitania, mesmo antes da sua elevação à categoria de vila, com um núcleo urbano em expansão e integrado a um conjunto de currais e fazendas, situados nos arredores da vila, que recebiam o gado nas fases de pré-abate.



Figura – Carros de boi em Aracati. Fonte: CARVALHO (1859)

As atividades ligadas ao gado permaneceram relevantes, mesmo diante da queda da produção pecuária provocada pelas secas de 1777–1778 e 1790–1793. Paralelamente, o comércio do algodão expandia-se no Nordeste, consolidando Aracati como centro exportador até meados do século XIX. (LEMENHE, 1991).

No início do século XXI, a notável preservação do acervo arquitetônico da cidade, com edificações remanescentes dos séculos XVIII, XIX e XX, levaram ao reconhecimento como centro histórico pelo IPHAN. O tombamento se restringiu ao núcleo urbano que se estruturou até o final do século XIX.



Figura – O edifício da Antiga Casa de Câmara e Cadeia de Aracati é um dos principais monumentos que integram o conjunto urbano tombado pelo IPHAN em 2002. Fonte: Fotografia do autor (2020).

1. Cacimba do Povo e o abastecimento de água da vila

Ainda que implantada às margens do rio Jaguaribe, a alta salinidade resultante da sua proximidade com a foz e os extensos períodos de seca exigiram que o abastecimento de água da vila do Aracati sempre recorresse às águas subterrâneas. A escavação de cacimbas e construção de chafarizes públicos foram fundamentais para garantir a sobrevivência da população. Entre as cacimbas registradas na vila, uma delas, situada próxima às fazendas remanescentes, destaca-se por suas características arquitetônicas. Trata-se da Cacimba do Povo, equipamento público de abastecimento de grande importância para a vila do século XIX, sendo o único desse tipo remanescente no Estado.

Leal (1995) apresenta diversos apontamentos e informações sobre as antigas fontes de abastecimento de Aracati. O autor revela a existência de três cacimbões de relevância histórica na cidade: a própria Cacimba do Povo; a cacimba localizada na travessa da Cacimba (em frente à Casa de Câmara e

Cadeia); e a Cacimba do Santíssimo, utilizada na construção da igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, situada nas imediações da Praça Adolfo Caminha. Em seu texto, Leal (1995) lamenta a destruição desses bens, inclusive a Cacimba do Povo. Entretanto, este equipamento foi o único a resistir até a atualidade, destacando-se por sua estrutura física diferenciada.



Figura – Cacimba do Povo ainda em uso na década de 1950. Fonte: LEAL (1995)



Figura – Aspecto da Cacimba do Povo no ano de 2005 (edifício a esquerda da foto). Fonte: Fotografia do autor (2005).

Não se conhece a data precisa de sua construção. Entretanto, relatos de viajantes que passaram pela vila em meados do século XIX já mencionavam a localidade denominada Cacimba do Povo, nome que permanece até hoje.

Documentos das correspondências expedidas à Câmara Municipal de Aracati (1840), fazem referências à cacimba, então utilizada por Jozé da Maya, português que comercializava sua água. Esse comerciante demonstrava interesse em ampliar a oferta de água na cidade, propondo a abertura de poços nas localidades de Cajazeiras e São José, além da construção de chafarizes públicos na sede. (ARACATI, 1840)

O projeto, contudo, não obteve êxito, e Jozé da Maya passou a explorar economicamente a Cacimba do Povo, embora não tenha sido o responsável por sua construção, como revelam os documentos.

[...] depois Jozé da Maya fornese a Villa com água da Cacimba do Povo, feita a custa dos habitantes desta Villa, a reforma do despaixo dado no requerimento de Jozé da Maya para ser livre a toudos, o negócio de vender água da Cacimba do Povo, huma vez que ditto Maya não tem comprado com as condições do seo trato. // Aracati em seção ordinária de 15 de janeiro de 1840 [...] (ARACATI, 1840, n.p.)

Na mesma documentação, em seus esclarecimentos à Câmara Municipal, Jozé da Maya revela: principais pontos de fornecimento de água potável à população local”.

[...] requeri em 4 de junho de 1839 a Câmara Municipal desta villa, para que me permitisse em quanto não conduzia a água da Beira ao vender de outra água potável, ao que a Câmara [...] e em consequência comecei a vender no Chafariz a 20 reis o pote d’agua da Cacimba do Povo, única de onde os habitantes se tem sempre servido [...] (ARACATI, 1840, n.p.)

Tal fato também foi registrado pelo inglês George Gardner, que viajou pelo nordeste do Brasil entre 1836 e 1841 e publicou seu relato de viagem na Inglaterra em 1846. Assim, comentou sobre o abastecimento de água na vila de Aracati:

Aracati quando lá estive era suprida com água de qualidade tolerável, vinda de um poço perto da cidade; mas esperava-se ter em breve ótimo suprimento de uma fonte situada a cerca de uma légua de distância. Empenhava-se nisto um senhor Maia, natural de Gibraltar, que desde muitos anos se havia estabelecido em Aracati.

[...]

A água da fonte próxima que então se consumia era vendida pelas ruas em pequenos barris, levados em carrinhos quase sempre puxados por carneiros. O senhor Maia esperava compensar os seus gastos com o produto da venda da água, que certamente, por sua superior qualidade obteria preferência. (GARDNER, 1975, p.82)

Apesar de não mencionar o nome do poço próximo à cidade, é evidente que se trata da Cacimba do Povo. Francisco Freire Alemão, integrante da Comissão Científica de Exploração, descreveu o chafariz durante sua passagem por Aracati em 1859. Assim registrou:

Passamos pela Cacimba do Povo, que é um poço grande coberto e fechado, com bomba e tanques, donde saem algumas bicas; a Câmara paga a um homem, que tem sempre os reservatórios cheios, tocando a bomba. A água não parece não ser da melhor e é fornecida grátis ao povo. (ALEMÃO, 2006, P. 65)

Fica explícito o caráter público da Cacimba, mantida pela Câmara Municipal e o bombeamento manual da água para os tanques. A própria denominação “Cacimba do Povo” indica sua função pública.

Destacam-se ainda os registros feitos por Freire sobre os barris utilizados no transporte da água pela cidade, bem como sobre a cerca existente na região, também representada também por Reis de Carvalho, integrante da mesma comissão.

Evidencia-se, assim, a relevância dessa fonte para o abastecimento da vila nos primeiros anos do século XIX. Importância que se manteve ao longo do século e reaparece nos relatos de Bezerra (1902, apud LEAL, 1995) que mencionam a Cacimba do Povo ao lado de bairros “por demais agradáveis. Ali, estava situado um dos principais pontos de fornecimento de água potável à população local”.

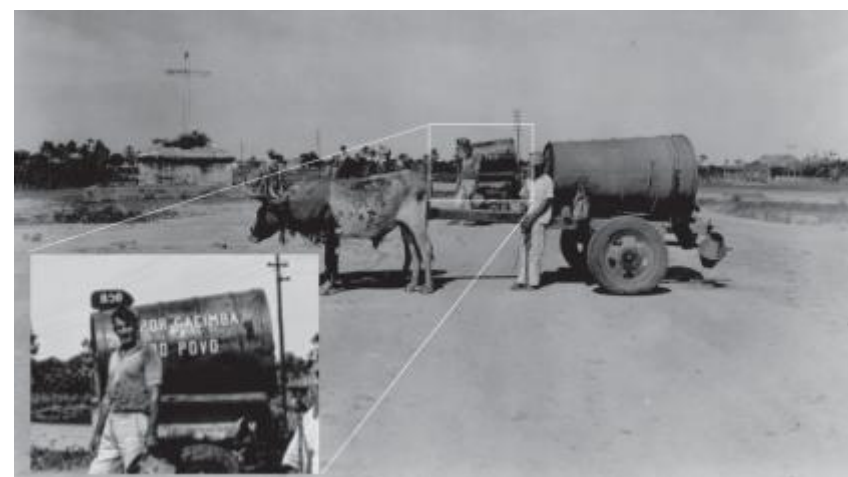


Figura - Carros de boi para transporte de água em Aracati (CE). Em uma delas é possível identificar a inscrição "Cacimba do Povo".
Fonte: Jablonsky e Santos (1952).

O uso do chafariz para abastecimento manteve-se até meados do século XX. Embora não seja confirmado emprego na Cacimba do Povo, o uso de cata-ventos para sucção de água é antigo na localidade, comprovado por registros fotográficos e já representado em aquarela de José Reis de Carvalho, membro da Comissão Científica de Exploração, em sua passagem por Aracati em 1859. Tal mecanismo ainda é utilizado em algumas localidades do município, especialmente no Cumbe, mesma região onde Jozé da Maya pretendia construir sua cacimba e onde hoje se encontra uma das principais fontes aquíferas do município.



Figura - Moinho de vento nos arrebaldes do Aracati. Todo fabricado de carnaúba (1959).
Fonte: CARVALHO (1859)

Na década de 50, o DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra a Seca) deu início a implantação do sistema de abastecimento de água em uma obra que se estendeu até 1985. Nesse período, a cacimba perdeu gradualmente sua função, sendo utilizada apenas por moradores das áreas próximas e viajantes que ingressavam pela antiga entrada sul da cidade. A tradição de distribuição de água por carroceiros, entretanto, se manteve viva na cidade até os dias atuais, utilizando outras fontes aquíferas, entre as quais se destaca a do vilarejo de Morrinho, ao sul da sede municipal.



Figura - Registro da Cacimba do Povo ainda em uso no ano de 1941.
Fonte: J. J. Rescala (1941) – Arquivos do IPHAN.

Moradores mais antigos da cidade e de vilarejos próximos ainda relatam com clareza o funcionamento do chafariz. Embora tenha sido de grande importância para a população de Aracati, o equipamento caiu em esquecimento, permanecendo apenas no nome da região onde se localiza, sem reconhecimento oficial como nome do bairro.

1.Cacimba do Povo: análise arquitetônica

Edificação peculiar da arquitetura antiga cearense, tratar-se de um chafariz público que abriga uma cacimba com tanques anexos. Construída em alvenaria autoportante de tijolo cerâmico, está implantada no alinhamento da via, em uma zona pouco adensada do núcleo urbano, próxima a uma modesta edificação residencial, possivelmente contemporânea ao chafariz.

O chafariz possui planta retangular que envolve um poço de mesma forma. Justaposto ao poço, no interior do edifício, encontra-se um tanque mais elevado, de onde a água escoava para as bicas da fachada principal. Na frontaria, os vértices são marcados por bases, delgados cunhais que chegam ao topo arrematado por cornija reta, sobreposta por duas volutas e um corpo que marca o eixo de simetria da composição. Apresenta uma porta de acesso na fachada lateral esquerda e outra na direita, esta última atualmente entaipada. Em ambas as fachadas laterais figuram tanques anexos, provavelmente destinados a usos distintos.

O tanque da fachada lateral leste servia às tropas de animais que chegavam pela estrada geral do Jaguaribe, constituindo o último ponto de parada antes de entrarem na vila. Tal uso permaneceu até a década de 1950 e foi registrado fotograficamente por João José Rescala na década de 1940, que descreveu o chafariz ainda em funcionamento.

É comum na cidade afirmarem as pessoas idosas que a cacimba do povo é uma das mais antigas construções públicas da Aracati, mas não se lembram do ano de sua edificação. [...] Erigido com tijolos e cal e pintado de vermelhão escuro, tendo na fachada parte inferior duas torneiras, e a fachada lateral que dá para o nascente tem um bebedouro de cimento para os animais. [...] Interiormente possui um cacimbão colocado ao centro, sempre cheio d'água, acima um tanque em toda largura do chafariz, atrás da fachada principal que fornece água para as torneiras. [...] Protegendo o tanque uma cobertura de telhas com madeiramento de carnaúba. (NASCIMENTO, 2012)

Em 2005, o edifício encontrava-se em avançado estado de ruína, com reboco desagregado, sem cobertura e com paredes laterais e posterior comprometidas pelas acomodações do terreno. O poço ainda possuía água, mas essa não era utilizada devido à grande quantidade de lixo acumulado em seu interior.



Figura - Maquete eletrônica da Cacimba do Povo com base no levantamento feito em 2005.
Fonte: Elaborado pelo autor (2005)

Em 2020, a prefeitura municipal de Aracati realizou obras de restauro, estabilizando estruturalmente o imóvel, recuperando características originais da fachada e protegendo a estrutura interna do poço com cobertura leve de policarbonato alveolar apoiada em estrutura metálica. A obra de restauro conferiu maior visibilidade ao imóvel, consolidando-o como importante marco arquitetônico da cidade, ainda que não tenha recuperado sua função original de abastecimento e nem seja reconhecida oficialmente como bem de valor histórico.



Figura - Cacimba do Povo após obras de restauro. Fonte: Fotografia do autor (2023).

1. Conclusão

A Cacimba do Povo constitui um exemplar único dentro do quadro da arquitetura antiga do Ceará. Sua existência como equipamento público de abastecimento de água, já no início do século XIX, evidencia a condição urbana diferenciada da vila de Aracati em relação às demais vilas cearenses.

O diferencial em relação a outras fontes de abastecimento reside no tratamento dado à construção do chafariz, que, embora simples, quando considerada a exiguidade de recursos da época, revela o esmero em sua execução. Destacam-se também as peculiaridades técnicas de bombeamento da água, perceptíveis não apenas na cacimba e nos tanques anexos, mas igualmente na utilização de cata-vento confeccionado exclusivamente em madeira de carnaúba - exemplo singular de técnica tradicional que ainda é utilizado na região e merece estudo e registro mais aprofundados.

Por fim, a preservação da Cacimba do Povo só se justifica quando compreendida em estreita relação com o núcleo histórico urbano, estabelecendo com ele uma complementaridade harmônica de contraste e integração.

2. Referências

ALEMÃO, Francisco Freire. Diário de viagem de Francisco Freire Alemão: Fortaleza-Crato, 1859. Fortaleza: Museu do Ceará; Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2006.

ARACATI (CE). Estudo para tombamento federal. IPHAN, 4ª Superintendência Regional (CE/RN), dez. 1998.

BRAGA, Renato. História da Comissão Científica de Exploração. Fortaleza: Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará, 1982. Mosseró: Fundação Guimarães Duque.

CARVALHO, José R. Casa de Câmara e Cadeira de Aracati. 1859. Pintura. Disponível em: <<https://artsandculture.google.com/asset/house-of-the-chamber-and-jail-in-the-city-of-aracaty-0000/xQEh46n-MybkEg>>. Acesso em: 29 abr. 2026.

CARVALHO, José R. Moinho de vento Aracati. 1859. Pintura.

Disponível em:

<https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Moinho_de_vento_Aracati,_1859_Jos%C3%A9_R._Carvalho.jpg>. Acesso em: 29 abr. 2026.

CORRESPONDÊNCIA expedida à Câmara Municipal de Aracati, 1840.

Arquivo Público do Estado do Ceará.

GARDNER, George. Viagem ao interior do Brasil principalmente nas províncias do Norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841. São Paulo: Edusp, 1975. Belo Horizonte: Itatiaia. 260 p.

GIRÃO, Valdenice Carneiro. As oficinas ou charqueadas no Ceará.

Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1984.

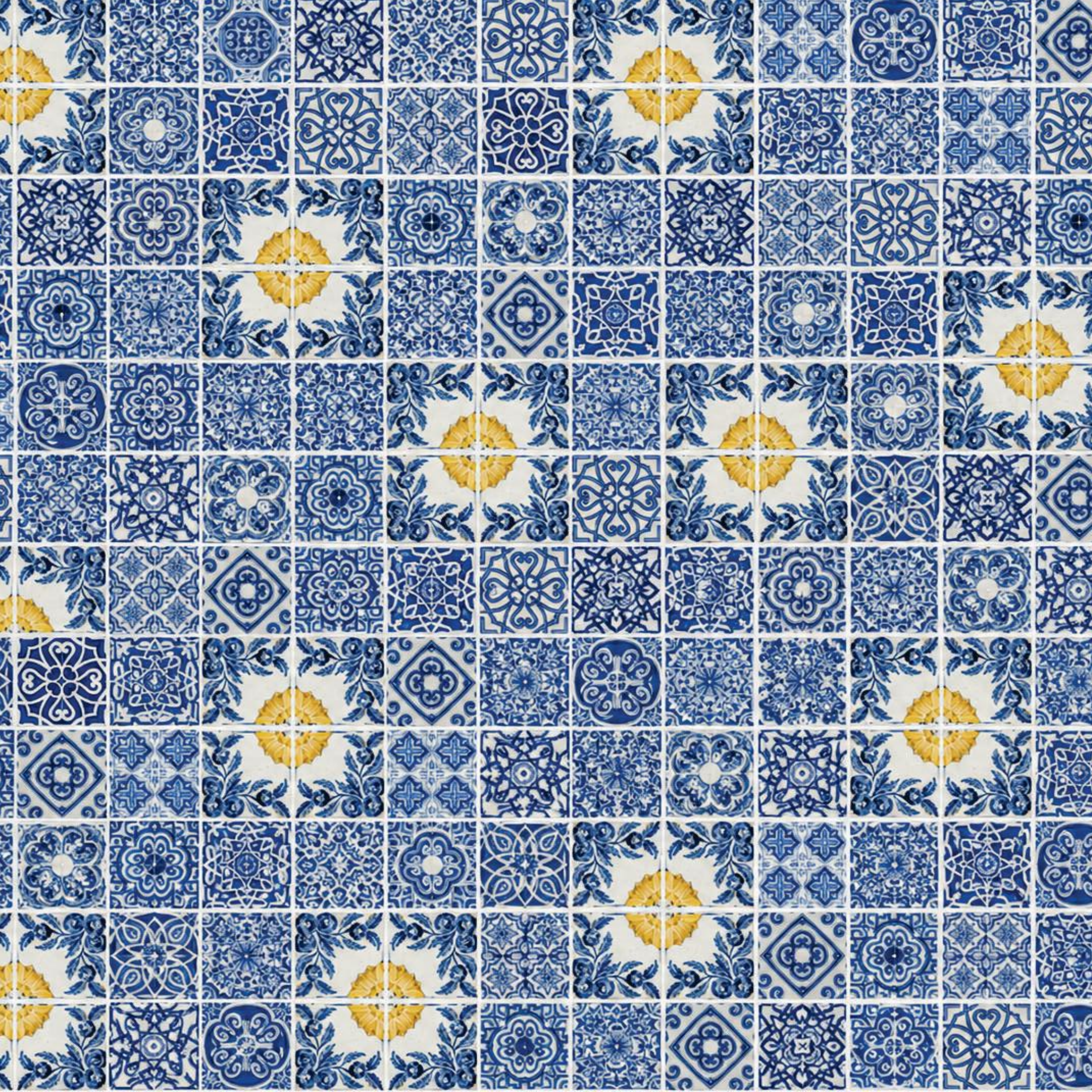
JABLONSKY, Tibor; SANTOS, Lindalvo Bezerra dos. Carros de boi para transporte de água em Aracati (CE). 1952. Fotografia, p&b. Acervo dos trabalhos geográficos de campo, Negativo 319.

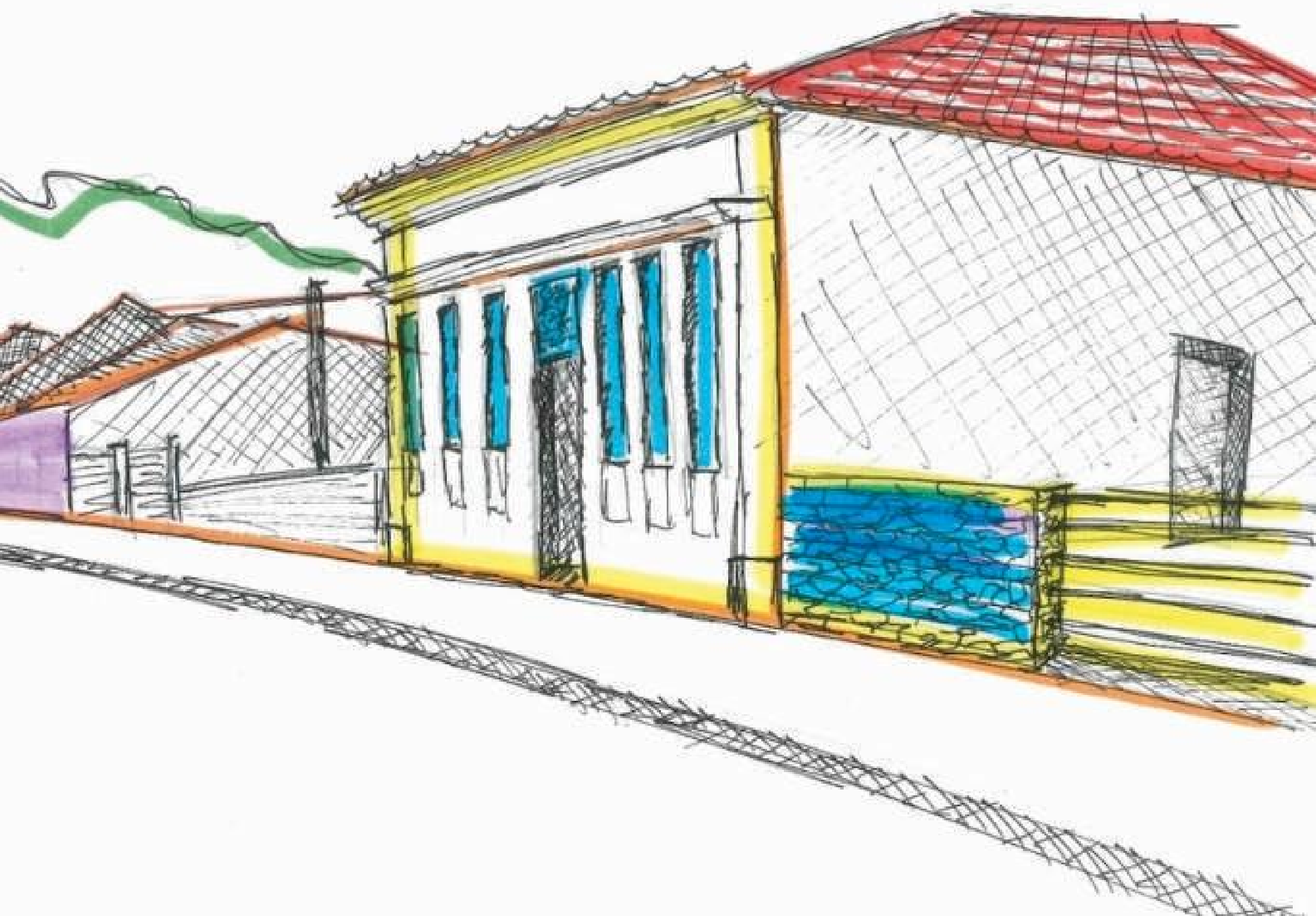
Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=410324>. Acesso em: 29 abr. 2026.

LEAL, Hélio Idelburque Carneiro. Singelo documentário de alguns atentados ao patrimônio cultural da cidade de Aracati: 1940-1954. Fortaleza: Fundação Edson Queiroz; Universidade de Fortaleza, 1995.

LEMENHE, Maria Auxiliadora. Razões de uma cidade: conflitos e hegemônias. Fortaleza: Stylus Comunicações, 1991.

NASCIMENTO, José Clewton do. Um panorama da arquitetura tradicional do Ceará, a partir do relatório de João José Rescala, de 1941. Revista Fórum Patrimônio, v. 5, n. 1, p. 36-51.





Percepção da paisagem urbana e análise da arquitetura no Centro Histórico de Laguna/SC como ferramenta de ensino

Liriane Baungratz ¹ - Mestra, Professora da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC),
e-mail de contato: liriane.baungratz@udesc.br

Lilian Louise Fabre Santos ² - Doutora, Professora da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC),
e-mail de contato: lilian.santos@udesc.br

Resumo

Este trabalho aborda a aplicação e a análise dos resultados de atividades discentes, desenvolvidas no âmbito das disciplinas de Técnicas Retrospectivas e Projeto de Intervenção no Patrimônio, sétima e oitava fase respectivamente, do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), em Laguna/SC. Tais atividades, compreendidas como análise do objeto arquitetônico de intervenção e a percepção da paisagem urbana embasam o exercício de projeto arquitetônico em um contexto tombado. O local do exercício projetual, a Biblioteca Pública Municipal Professor Romeu Ulysséa, localiza-se no Centro Histórico de Laguna, condição que trouxe aspectos adicionais à análise considerando que a área é tombada desde 1985, através de poligonal, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), não somente pelo conjunto de bens materiais, arquitetônicos e naturais, mas também pelo valor cultural imaterial que engloba a paisagem local.

Palavras-chave: Intervenção no patrimônio; percepção; paisagem urbana.

Introdução

A abordagem da intervenção no patrimônio é central nas discussões da formação atual de arquitetos e urbanistas. Talvez, uma das esferas mais complexas de atuação dada as nuances de interpretação dos bens nos quais se intervém e das bases teóricas-metodológicas disponíveis. Solà-Morales (2001), teórico contemporâneo que discorre sobre intervenções no patrimônio, indica que as possíveis formas de intervenção sempre partem da interpretação das preexistências e do novo discurso que estas poderão produzir. Complementa também, em consonância com De Gracia (1992), sobre uma abordagem perceptiva da cidade a partir da sua imagem, estabelecendo uma relação direta com os processos de leitura e análise do contexto como etapa prévia e indispensável à intervenção projetual. É necessário, portanto, conduzir o acadêmico no processo da atividade projetual com ferramentas didáticas que estimulem tais reflexões. Além disso, para se chegar na etapa de projeção, são necessárias atividades preliminares fundamentais, convencionadas como identificação e conhecimento do bem, e, diagnóstico do estado de conservação. Este trabalho aborda a aplicação e a análise de alguns resultados de atividades discentes, desenvolvidas no âmbito das disciplinas de Técnicas Retrospectivas e Projeto de Intervenção no Patrimônio, sétima e oitava fase respectivamente, do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade do

Estado de Santa Catarina (UDESC), em Laguna/SC. Tais atividades, desenvolvidas entre o segundo semestre de 2025 e o primeiro de 2026, compreendidas como análise do objeto arquitetônico de intervenção e a percepção da paisagem urbana embasam o exercício de projeto arquitetônico em um contexto tombado. O local do exercício projetual, a Biblioteca Pública Municipal Professor Romeu Ulysséa, localiza-se no Centro Histórico de Laguna, condição que trouxe aspectos adicionais à análise considerando que a área é tombada desde 1985, através de poligonal, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), não somente pelo conjunto de bens materiais, arquitetônicos e naturais, mas também pelo valor cultural imaterial que engloba a paisagem local.

Breves reflexões sobre intervenções no patrimônio tombado

As reflexões e autores aqui expostos não delimitam as discussões que se propõem em sala de aula, mas norteiam a articulação que se pretende sobre a prática de projeção de “construir no construído” ¹.

A intervenção em bens ou contextos tombados constitui um dos principais desafios da arquitetura contemporânea, uma vez que envolve a necessidade de conciliar permanência e transformação. Deve ser compreendida como um processo crítico de interpretação da realidade construída, capaz de atribuir novos significados ao patrimônio sem comprometer sua identidade histórica e cultural. Se toda intervenção parte da convergência entre interpretação e novo discurso, a partir das demandas e valores do presente (Solà-Morales, 2001), não existe uma única maneira correta de intervir, mas diferentes possibilidades interpretativas que refletem distintas concepções sobre a arquitetura histórica e sobre o papel da nova arquitetura.

Sob uma perspectiva complementar, De Gracia (1992) entende a intervenção como uma ação inserida no processo dinâmico de construção da cidade. Inspirado nas formulações de Aldo Rossi, o autor considera a cidade como uma estrutura espacial construída ao longo do tempo, formada por partes dotadas de identidade própria, mas articuladas em uma totalidade. Nesse contexto, qualquer nova arquitetura se insere em uma forma urbana previamente organizada e estabelece inevitavelmente uma relação dialética com a cidade histórica existente.

¹Analogia estabelecida com o título da obra de Francisco de Gracia (1992).

A discussão sobre intervenção em contextos tombados também se relaciona diretamente com a percepção da paisagem urbana. De Gracia (1992) destaca duas formas complementares de compreender a cidade histórica: pela sua imagem e por sua estrutura. A primeira baseia-se nos estudos da percepção ambiental e refere-se à experiência sensorial, principalmente visual, dos espaços urbanos. A segunda relaciona-se à organização da cidade e às relações formais que estruturam o contexto.

A relação perceptiva da cidade é, em partes, contribuições de Gordon Cullen, o qual propôs a leitura da cidade por meio da visão serial, enfatizando a sucessão de percepções produzidas ao longo do deslocamento do observador. Embora sua abordagem não tenha sido originalmente formulada para contextos tombados, ela oferece importante instrumento para a análise destes espaços, permitindo compreender como as intervenções podem afetar a leitura da paisagem, a identidade dos lugares e a experiência dos usuários.

A paisagem urbana resulta da articulação entre formas construídas, espaços livres, percursos, visuais, marcos referenciais e tantas outras camadas que, em conjunto, estruturam a experiência da cidade e formam a “arte do relacionamento” (Cullen, 2008). Assim, qualquer intervenção em áreas tombadas deve considerar não apenas os atributos materiais do objeto arquitetônico, mas também seus impactos sobre a percepção do conjunto urbano. Dessa forma, a intervenção no patrimônio tombado deve ser entendida como uma ação simultaneamente arquitetônica, urbana e cultural, reconhecendo a cidade como uma construção histórica em permanente transformação. O projeto contemporâneo assume, assim, o papel de articulador entre passado e presente, contribuindo para a continuidade da paisagem.

Metodologia

Por se tratar de exercícios de embasamento para a disciplina de Projeto de Intervenção no Patrimônio, houve o levantamento do objeto arquitetônico no qual se proporia a intervenção, e o levantamento do contexto urbano tombado.

A metodologia foi dividida em duas etapas: 1) identificação do objeto arquitetônico de intervenção e seu diagnóstico; 2) percepção da paisagem urbana. A primeira etapa foi desenvolvida em grupos e envolveu diversos procedimentos de coleta de dados descritos a seguir: a) pesquisa documental e iconográfica; b) levantamento fotográfico; c) atualização do levantamento cadastral; d) levantamento de danos e preenchimento de fichas de classificação das patologias; e) desenho de face de quadra. Com exceção da pesquisa documental e iconográfica, os demais procedimentos foram realizados através de visitas exploratórias in loco, com registros gráficos e textuais, e manipulados posteriormente com auxílio do software Autodesk Revit. Já a segunda etapa, foi realizada individualmente através do método da “visão serial”, proposto por Cullen (2008). Para aplicação da visão serial definiu-se um percurso com quatro paradas para os registros gráficos à mão livre, iniciado no entorno imediato da poligonal tombada até o local selecionado para a proposta projetual.

Resultados

A partir das duas etapas metodológicas propostas, apresentam-se os resultados organizados em cinco eixos: contextualização histórica e urbana da edificação; análise construtiva-tipológica; diagnóstico das patologias e danos identificados; visão serial; e, análise da face de quadra correspondente ao local de intervenção.

a) Contextualização histórica e urbana da edificação

A Biblioteca Pública Municipal Professor Romeu Ulysséa está localizada na Rua Voluntário Fermiano, no Centro Histórico de Laguna. A edificação foi construída em 1864 pelo armador e comerciante Manuel Luiz da Silva, originalmente destinada ao uso residencial. Ao longo de sua trajetória, o imóvel desempenhou diversas funções públicas, acompanhando as transformações sociais e urbanas da cidade. Entre os principais usos registrados destacam-se a instalação do Colégio Stella Maris, entre 1911 e 1929, e do Ginásio Lagunense, entre 1932 e 1964. Posteriormente, a edificação foi utilizada pela Câmara de Vereadores e por setores administrativos municipais, até consolidar o uso como biblioteca pública em 1991. Desde então o edifício passou por algumas intervenções que demandaram a realocação temporária do acervo. Concluídas as obras, o acervo retornou ao local, que mantém sua função até a atualidade.

b) Análise construtiva-tipológica

A biblioteca pública caracteriza-se como um exemplar da arquitetura colonial luso-brasileira, apresentando volumetria simples, composição simétrica da fachada principal e porão elevado com gateiras no volume principal. O conjunto arquitetônico é composto atualmente por três volumes distintos, sendo dois identificados como construção original e um resultante de intervenções posteriores realizadas para adequação funcional do imóvel.

A evolução tipológica da edificação reflete as sucessivas adaptações decorrentes de seus diferentes usos institucionais. As transformações mais significativas ocorreram durante o período de ocupação pela Câmara Municipal, culminando na ampliação realizada em 1991, que elevou a área construída para aproximadamente 582 m². Novas intervenções foram executadas em 2002 e 2011, contemplando substituição parcial da cobertura, renovação de forros e assoalhos, implantação de sistemas de segurança contra incêndio, adequações de acessibilidade e criação de novos ambientes de apoio.

Do ponto de vista construtivo, os dois volumes mais antigos são de alvenaria autoportante de pedra e tijolos maciços, cobertura constituída por estrutura de madeira e telhas cerâmicas tipo capa canal, assoalhos de tábuas largas com barrotes em madeira, forros de madeira e esquadrias em madeira com janela tipo guilhotina e postigos maciços. O volume principal frontal possui telhado com quatro águas e o posterior, três águas.

c) Diagnóstico das patologias e danos identificados

O diagnóstico do estado de conservação da biblioteca revelou um conjunto expressivo de patologias, associadas principalmente à insuficiência de manutenção preventiva ao longo do tempo. As patologias que predominaram foram infiltrações, umidade ascendente, desprendimento de reboco e deterioração de elementos em madeira. As falhas na cobertura, com ausência de telhas e goteiras, provocam danos nos ambientes internos e risco ao acervo. Há fissuras e rachaduras nas alvenarias portantes, evidenciando instabilidade estrutural e desigualdade na distribuição de cargas da cobertura.

As prospecções feitas em algumas paredes e nas esquadrias revelaram diferentes camadas de pintura e intervenções anteriores, contribuindo para a compreensão da evolução do edifício, embora também evidenciem problemas relacionados à umidade e à execução inadequada de reparos. Ainda que não tenham sido constatados indícios de colapso estrutural iminente, as patologias observadas demonstram um estado de conservação vulnerável, exigindo intervenções para eliminação dos danos e preservação dos elementos originais da edificação.



Figuras 01 e 02 – fachada frontal e posterior da Biblioteca Pública Municipal Professor Romeu Ulysséa
Fonte: material elaborado por alunos da disciplina de Técnicas Retrospectivas (2025).



Figura 03: fachada lateral da Biblioteca Pública Municipal Professor Romeu Ulysséa
Fonte: material elaborado por alunos da disciplina de Técnicas Retrospectivas (2025).



Figura 04: fachada lateral da Biblioteca Pública Municipal Professor Romeu Ulysséa
Fonte: material elaborado por alunos da disciplina de Técnicas Retrospectivas (2025).

d) Visão serial

Com base no método da visão serial, foi definido um percurso que permitisse observar diferentes perspectivas da paisagem urbana. Na abordagem proposta por Cullen, o usuário assume inicialmente uma posição de observador, interpretando os estímulos visuais e as relações espaciais presentes no ambiente. Neste exercício, entretanto, buscou-se ampliar essa condição por meio de uma leitura crítica da paisagem, incentivando uma postura mais ativa diante do espaço urbano. Para isso, os alunos foram orientados a identificar elementos de destaque, como pontos focais e linhas de força, bem como reconhecer relações espaciais e visuais estabelecidas ao longo do percurso, expressas por contrastes entre proximidade e distância, ou entre os referenciais de “aqui” e “lá”.



Figura 05: Identificação do percurso adotado para visão serial, com indicação dos pontos de registros gráficos
Fonte: Escritório do IPHAN/Laguna e Google Earth, adaptado pelas autoras (2026).



Figura 06: visão serial
Fonte: material elaborado por alunos da disciplina de Projeto de Intervenção no Patrimônio (2026).

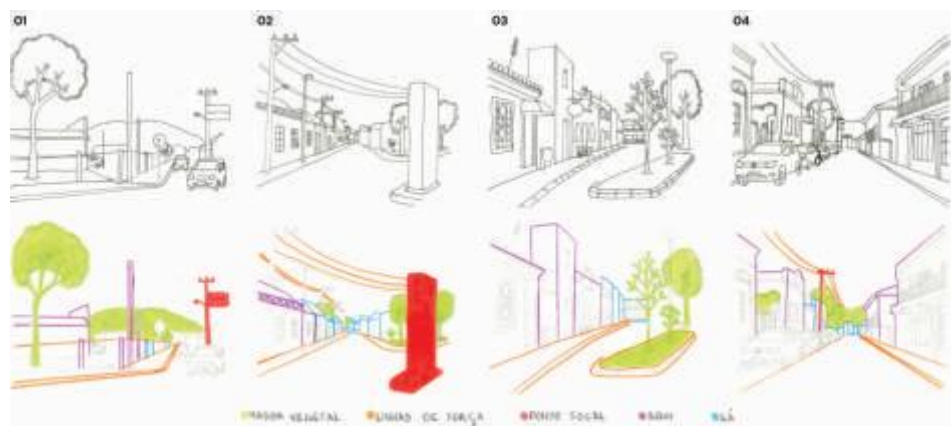


Figura 07: visão serial

Fonte: material elaborado por alunos da disciplina de Projeto de Intervenção no Patrimônio (2026).

e) Análise da face de quadra

O exercício de desenho da face de quadra consistiu na representação gráfica dos lotes e edificações da Rua Voluntário Fermiano, situados paralelamente à biblioteca pública. A atividade teve como objetivo registrar e analisar aspectos da configuração do contexto, como número de pavimentos, alturas de beiral e cumeeira, ritmo de cheios e vazios, alinhamento das edificações, afastamentos laterais e características das fenestrações.

Além de possibilitar a identificação de características predominantes da paisagem, como a horizontalidade do conjunto edificado, o exercício buscou estimular o desenho de observação e a compreensão das relações proporcionais e volumétricas entre os elementos construídos, como subsídio para a definição do novo volume arquitetônico e da relação com o entorno existente.

Embora a vista da face de quadra raramente ocorra de forma integral na experiência cotidiana, em razão de diversas configurações, sua representação gráfica constitui uma importante ferramenta para a leitura e interpretação da paisagem urbana.



Figura 08: desenho de face de quadra

(destaque para a fachada da biblioteca e seus recuos laterais, que integram o lote de intervenção)

Fonte: material elaborado por alunos da disciplina de Projeto de Intervenção no Patrimônio (2026).

Considerações Finais

As atividades desenvolvidas evidenciaram a importância das etapas de levantamento, diagnóstico e análise da paisagem como base para intervenções em bens patrimoniais. Os resultados obtidos constituem importantes subsídios para a proposta projetual, ainda em desenvolvimento, ao mesmo tempo em que contribuem para a conscientização patrimonial dos estudantes. O estímulo à percepção ambiental e o envolvimento dos alunos desde as etapas iniciais de levantamento e análise, ainda que por meio de métodos tradicionais, favorecem a compreensão dos valores históricos, culturais e urbanos associados ao patrimônio, dificilmente apreendidos sem o contato direto com o bem. Dessa forma, a experiência demonstrou o potencial dessas ferramentas para fortalecer a relação entre ensino, projeto e patrimônio, ampliando a compreensão do objeto de intervenção e de sua inserção na paisagem urbana.

Referências

ACHIAMÉ, Giovana Gonçalves; COELHO HAUTEQUESTT FILHO, Genildo. Mapa de danos: diretrizes de representação gráfica em projetos de restauro. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 2017. E-book.

CULLEN, Gordon. Paisagem urbana. Lisboa: Edições 70, 2008.

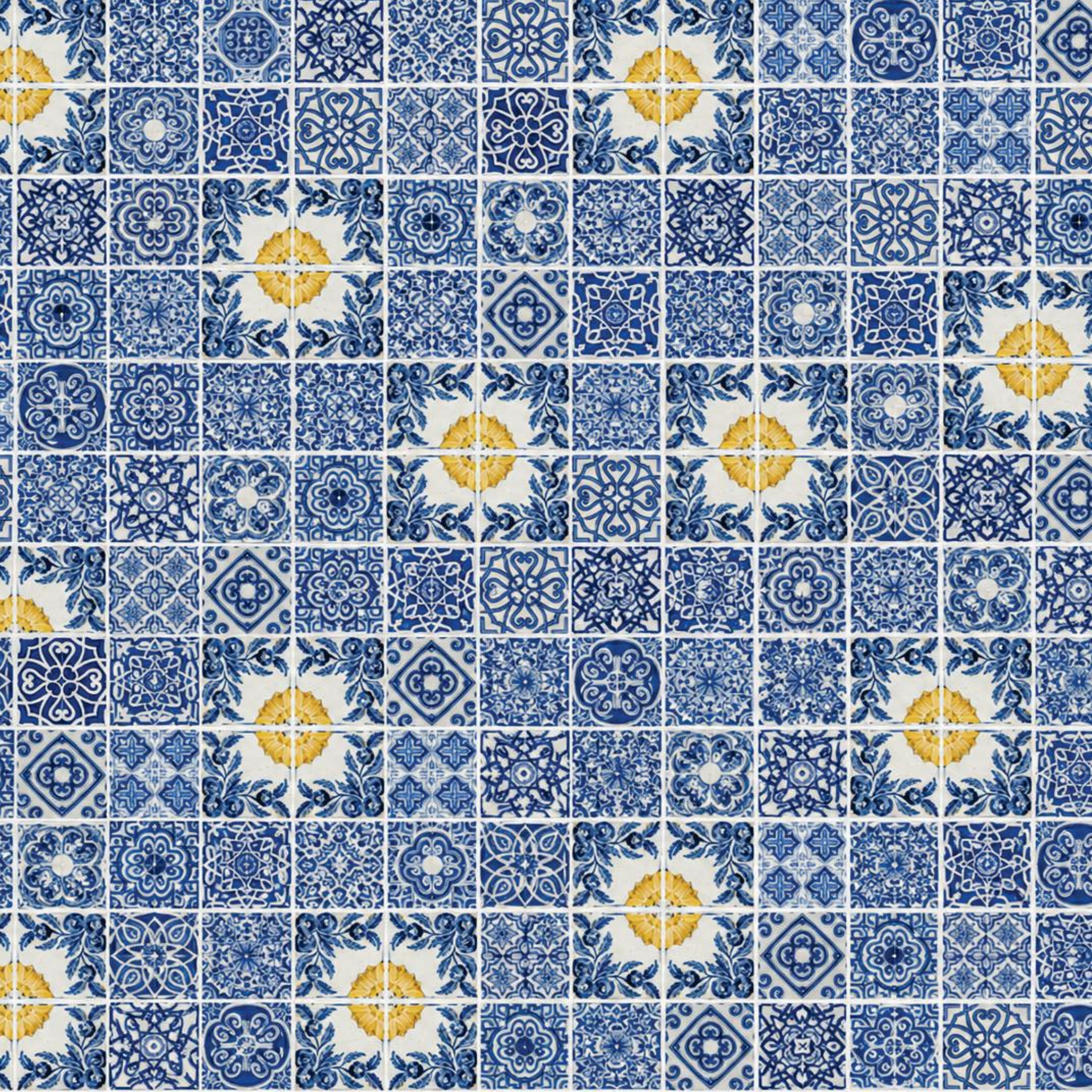
DE GRACIA, Francisco. Construir en lo construido: la arquitectura como modificación. Madrid: Editorial Nerea, 1992.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Brasília: IPHAN, [s.d.].

SOLÀ-MORALES I RUBIÓ, Ignasi de. Del contraste a la analogía: transformaciones en la concepción de la intervención arquitectónica. Revista PH: Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico, n. 37, p. 53–57, 2001. DOI: <https://doi.org/10.33349/2001.37.1270>.

SOLÀ-MORALES I RUBIÓ, Ignasi de. Teorías de la intervención arquitectónica. Revista PH: Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico, n. 37, p. 47–52, 2001. DOI: <https://doi.org/10.33349/2001.37.1269>.

TRAMONTIN, Bárbara Ferreira. Biblioteca Pública Municipal de Laguna: estudo para implantação de um laboratório de conservação e restauração de documentos. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo). Universidade do Estado de Santa Catarina, Laguna, 2013.





Patrimônio em movimento: diversidade de ações culturais no processo de preservação do Casarão da Dona Lóquinha

Suzana de Souza – *Presidente da Associação Catarinense de Conservadores e Restauradores de Bens Culturais (ACCR), Florianópolis/SC, Brasil – arq.urb.suzana@gmail.com*

Fernanda Aidê Seganfredo do Canto – *Doutoranda em Gestão da Informação na Universidade do Estado de Santa Catarina (PPGInfo/UDESC) Florianópolis/SC, Brasil – fernanda.canto@udesc.br*

Sônia Marisa Melim Rocha – *Representante do coletivo Viva o Sobrado! Casarão da Dona Lóquinha, Florianópolis/SC, Brasil – soniamelim28@gmail.com*

Resumo

O artigo analisa o projeto Viva o Sobrado! como experiência de preservação patrimonial baseada na ativação cultural contínua do Casarão da Dona Lóquinha, localizado na comunidade tradicional da Costa da Lagoa, em Florianópolis/SC. Para além do restauro arquitetônico, o estudo discute como diferentes ações culturais, educativas e comunitárias vêm produzindo novas formas de reconhecimento e circulação do patrimônio, articulando participação social local, memória, pesquisa histórica, audiovisual, economia criativa e participação em redes nacionais de cultura e memória. Entre as ações analisadas estão a realização do evento “Casarão de Portas Abertas” (2025), com feira de artesãos locais e visitas mediadas ao interior da edificação; a produção do documentário “O Diagnóstico” (2022); a contratação de pesquisa histórica que revisou a cronologia conhecida da edificação a partir de evidências genealógicas; e a inserção do coletivo em encontros como o Fórum Nacional de Museus (2025) e a 6ª Teia Nacional dos Pontos de Cultura (2026). O artigo propõe compreender o patrimônio arquitetônico como ecossistema de relações culturais, no qual a preservação depende da capacidade de manter vivos os vínculos entre território, memória e comunidade.

Palavras-chave: Patrimônio cultural; Memória social; Ativação cultural.

Introdução

Nas últimas décadas, os debates sobre preservação do patrimônio cultural têm ampliado seu escopo para além da conservação material dos bens arquitetônicos, incorporando questões relacionadas à participação social, às memórias coletivas e aos modos de vida que conferem significado aos lugares (VARINE, 2013; NORA, 1993). Nesse contexto, o patrimônio passa a ser compreendido não apenas como objeto de proteção, mas como um processo social continuamente construído por diferentes agentes, narrativas e práticas culturais.

Essa perspectiva é particularmente relevante em territórios onde patrimônio, comunidade e paisagem permanecem fortemente articulados, como ocorre na Costa da Lagoa da Conceição, comunidade tradicional localizada na Ilha de Santa Catarina, em Florianópolis (ROCHA, 2018). Estruturada historicamente por atividades agrícolas, pela pesca artesanal e pela intensa relação com a Lagoa da Conceição como via de circulação e

elemento organizador da vida cotidiana, a comunidade preserva práticas culturais singulares, entre as quais se insere o Casarão da Dona Lóquinha, patrimônio que se tornou referência para a memória e a identidade local. A Figura 1, a seguir, mostra o Casarão em seu contexto paisagístico, com o Refúgio de Vida Silvestre Municipal Meiembipe aos fundos e a Lagoa da Conceição em frente. A edificação que aparece próxima à lagoa era o antigo Engenho de Farinha do Seu Casimiro, esposo de Dona Lóquinha, que passou por reforma na década de 1990.



Figura 1: Casarão da Dona Lóquinha e Engenho do Seu Casimiro (à beira da lagoa)
Fonte: Bruno Rolf Stigger, década de 1990.

Desde 2021, o coletivo Viva o Sobrado! (TOMBÔ PRODUTORA, 2026) vem desenvolvendo ações voltadas à preservação e reativação cultural desse patrimônio. Inicialmente centradas na produção do Diagnóstico do Estado de Conservação da edificação e do documentário “O Diagnóstico” (2022), as iniciativas passaram a incorporar atividades de pesquisa histórica, educação patrimonial, mobilização comunitária, produção audiovisual, participação em redes nacionais de memória e cultura e realização de eventos públicos, como o “Casarão de Portas Abertas”. Essas ações contribuíram para transformar o imóvel em um espaço de encontro, produção de conhecimento e fortalecimento dos vínculos entre patrimônio, território e comunidade.



Partindo dessa trajetória, o presente artigo analisa o projeto Viva o Sobrado! como uma experiência de ativação cultural do patrimônio arquitetônico. Busca-se compreender de que maneira a diversidade de ações desenvolvidas em torno do Casarão da Dona Lóquinha tem contribuído para sua preservação social e simbólica, ampliando as formas de reconhecimento e apropriação do bem. Argumenta-se que a permanência do patrimônio depende não apenas de intervenções físicas de conservação, mas também da capacidade de mobilizar memórias, produzir novos usos e fortalecer redes de participação que mantenham vivo seu significado para a coletividade (BRASIL, 2000).

Ao discutir essa experiência, o artigo pretende contribuir para os debates sobre as diversidades presentes nos processos contemporâneos de preservação patrimonial, evidenciando como diferentes saberes, agentes e práticas culturais podem atuar de forma complementar na construção e transmissão dos valores atribuídos ao patrimônio.

Patrimônio arquitetônico, memória e significância cultural: contribuições para a preservação contemporânea

As discussões contemporâneas sobre patrimônio cultural têm ampliado progressivamente a compreensão dos bens patrimoniais para além de sua dimensão material. Tal perspectiva encontra respaldo em documentos internacionais e em autores que defendem uma abordagem integrada entre patrimônio, comunidade e desenvolvimento local. A Carta de Veneza, aprovada em 1964, já representava um importante avanço ao ampliar a noção de monumento histórico para além das grandes obras arquitetônicas. Segundo o documento:

A noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Estende-se não só às grandes criações, mas também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural. (IPHAN, 1995) [grifo nosso]

Essa ampliação conceitual permitiu reconhecer como patrimônio uma série de bens vinculados à vida cotidiana das comunidades, entre eles edificações vernaculares, paisagens culturais e lugares de memória. O Casarão da Dona Lóquinha insere-se nesse contexto. Além de se tratar de um exemplar “monumento histórico”, de singular arquitetura luso-brasileira, da época colonial, com engenho e intensa produção agrícola associadas, sua relevância decorre ainda da capacidade de testemunhar sucessivos modos de vida, relações familiares, processos de ocupação territorial e memórias coletivas da Costa da Lagoa.

Ao discutir os processos de atribuição de valor aos bens culturais, o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) enfatiza que:

Referências culturais são edificações e são paisagens naturais. São também as artes, os ofícios, as formas de expressão e os modos de fazer. São as festas e os lugares a que a memória e a vida social atribuem sentido diferenciado: são as consideradas mais belas, são as mais lembradas, as mais

queridas. São fatos, atividades e objetos que mobilizam a gente mais próxima e que reaproximam os que estão longe, para que se reviva o sentimento de participar e de pertencer a um grupo, de possuir um lugar. Em suma, referências são objetos, práticas e lugares apropriados pela cultura na construção de sentidos de identidade, são o que popularmente se chama de raiz de uma cultura. (IPHAN, 2000, p. 8).

Sob essa perspectiva, o Casarão da Dona Lóquinha pode ser compreendido como uma referência cultural capaz de articular pertencimento, memória e identidade. Tal interpretação dialoga diretamente com a pesquisa desenvolvida por Rocha (2018), que identifica na Costa da Lagoa um território marcado pela coexistência entre patrimônio, memória social e práticas culturais transmitidas entre gerações. A pesquisadora demonstra que a comunidade tradicional da Costa da Lagoa construiu e identificou espaços de memória vinculados tanto à paisagem quanto às experiências compartilhadas por seus moradores, ao longo dos séculos.

A relação entre patrimônio e memória também pode ser compreendida a partir da reflexão de Pierre Nora (1993), para quem os lugares de memória surgem quando determinadas referências materiais, simbólicas ou funcionais passam a condensar experiências coletivas e a representar a continuidade de um grupo social. Para o autor, um lugar de memória não pode ser reduzido à dimensão material do objeto, precisa “[...] libertar a significação simbólica, memorial – portanto, abstrata – dos objetos que podem ser materiais, mas na maior parte das vezes não o são.” (Nora, 1999, p.14) Nesse sentido, o Casarão da Dona Lóquinha constitui não apenas um vestígio do passado, mas um suporte para a produção contínua de memórias e significados. Essa compreensão encontra eco nas formulações de Hugues de Varine sobre patrimônio e desenvolvimento local. Segundo o autor:

O patrimônio (natural e cultural, vivo ou sacralizado) é um recurso local que só encontra sua razão de ser em sua integração nas dinâmicas de desenvolvimento. Ele é herdado, transformado, produzido e transmitido de geração em geração. Ele pertence ao futuro (VARINE, 2013, p. 20) [grifo nosso]

Entretanto, a noção de desenvolvimento associada ao patrimônio exige reflexão crítica. Conforme sintetiza Silva (2016), a partir das contribuições de Arturo Escobar, o termo “desenvolvimento” tem sido frequentemente mobilizado para legitimar projetos que desconsideram os modos de vida locais, impondo modelos homogêneos de crescimento econômico e ignorando a diversidade cultural existente nos territórios. Nessa perspectiva, torna-se necessário reconhecer formas de desenvolvimento – ou de “envolvimento”, como sugerem diversos pensadores indígenas (FERNANDES, 2025) – que valorizem as especificidades culturais, os saberes comunitários e as relações historicamente construídas entre população e território.

Também os conceitos de autenticidade e integridade passaram por importantes transformações ao longo das últimas décadas. O Documento de Nara sobre Autenticidade (UNESCO, 1994) representou um marco ao reconhecer que os valores atribuídos aos bens culturais variam conforme seus

contextos históricos e culturais, afastando interpretações universais e rígidas sobre patrimônio. Em diálogo com esse entendimento, Lira (2017) defende a indissociabilidade entre significância cultural, autenticidade e integridade, enquanto Araújo (2022) observa que a integridade deve ser compreendida como a capacidade de um bem transmitir sua significância cultural ao longo do tempo, incorporando as transformações vivenciadas em sua trajetória histórica. “Restaurar significa recuperar a integridade perdida, buscando, portanto, o alcance da unidade potencial” (ARAÚJO, 2022, p. 135).

Por fim, toma-se a Carta de Burra como documento de referência para uma abordagem cautelosa às intervenções, orientada pelo princípio de “fazer tão pouco quanto seja necessário para cuidar do sítio e torná-lo utilizável, mas alterar tão pouco quanto seja possível para que o seu significado cultural fique retido” (ICOMOS AUSTRÁLIA, 2013). Nessa perspectiva, a conservação ultrapassa a mera manutenção física da matéria construída e passa a considerar os valores históricos, sociais, simbólicos e afetivos associados ao bem cultural. Esse apanhado teórico é particularmente relevante para o Casarão da Dona Lóquinha, para que as ações desenvolvidas pelo projeto Viva o Sobrado! possam ser compreendidas como estratégias de ativação cultural em consonância com as práticas de preservação contemporâneas.

Diversidade de ações para a ativação cultural do patrimônio arquitetônico

Estabelecido em posição de destaque na paisagem e associado às dinâmicas históricas de ocupação do território, o Casarão da Dona Lóquinha reúne características construtivas vinculadas à tradição luso-brasileira presente na Ilha de Santa Catarina. As ações desenvolvidas pelo projeto Viva o Sobrado!, a partir de 2021, constituem uma experiência de reativação cultural voltada à valorização da edificação, com foco em seu restauro e adequação ao uso comunitário.

Um primeiro marco desse processo foi a elaboração do Diagnóstico do Estado de Conservação, realizado pela equipe da Oikos Arquitetura, acompanhado da produção do documentário “O Diagnóstico” (2022). Mais do que registrar o estado de conservação da edificação, o filme reuniu depoimentos de integrantes da comunidade, evidenciando que o valor do Casarão ultrapassa sua materialidade construtiva. O patrimônio emerge, nesse contexto, como espaço de memória, pertencimento e reconhecimento coletivo, reunindo diferentes narrativas sobre o território e sua história.

A produção de conhecimento sobre o bem foi aprofundada posteriormente por meio da contratação de uma pesquisa histórica inédita, conduzida pelo historiador Amílcar D'Ávila de Mello. O estudo buscou reconstituir a trajetória da família de Emília Félix Gonçalves Pereira, a Dona Lóquinha, e investigar a origem da edificação, contribuindo para revisar informações tradicionalmente reproduzidas sobre sua antiguidade. Segundo o historiador:

Como alternativa à ausência de documentação da época sobre a origem do sobrado, recorreremos à genealogia de Dona Lóquinha. [...] Supondo, então, que a transmissão patrimonial se deu de pai para filho, deste ponto em diante seguiremos a linha paterna ascendente de Manuel Gonçalves

Pereira [1834-1915], pois acreditamos que nela se encontra a pessoa que mandou construir o imóvel. [...] Relembremos que a tradição oral da família e da comunidade guardam memória de que Manuel era o dono do sobrado. Teria ele herdado ou mandado construir o imóvel? Na nossa opinião, sua condição de primogênito o fez herdar o casarão. Esse motivo e os expostos anteriormente reforçam a hipótese de que o construtor do Casarão foi seu pai, João Gonçalves Pereira.” (MELLO, 2026, p. 56-60).

As evidências apresentadas pelo estudo permitiram questionar a datação tradicionalmente atribuída ao Casarão, frequentemente associada ao ano de 1780 (final do século XVIII), apontando para uma construção possivelmente vinculada à primeira metade do século XIX, meados de 1840. Mais importante do que a redefinição cronológica em si, a pesquisa demonstrou que o patrimônio permanece aberto à produção de novos conhecimentos, reafirmando seu caráter dinâmico e processual.

A socialização dessas novas informações ocorreu por meio de uma apresentação pública da pesquisa histórica, realizada em 3 de abril de 2026, aberta à comunidade e ao público interessado, reunindo mais de 60 participantes. A iniciativa reforçou a compreensão do patrimônio como campo de diálogo entre saberes acadêmicos, memórias familiares e narrativas locais, ampliando o acesso da população às informações produzidas sobre o bem cultural.

Outra ação significativa de repercussão foi a realização do primeiro evento “Casarão de Portas Abertas” (Figura 2), promovido em maio de 2025. A atividade possibilitou a visita ao interior da edificação e reuniu moradores, pesquisadores, visitantes e turistas em torno de uma programação voltada à valorização do patrimônio local. Em frente ao Casarão foi organizada uma feira cultural composta exclusivamente por expositores da Costa da Lagoa, reunindo produções artesanais, alimentos tradicionais, produtos derivados de plantas medicinais e objetos produzidos a partir do reaproveitamento de materiais locais.



Figura 2: Realização do evento “Casarão de Portas Abertas”, em 05/05/2025
Fonte: As autoras, 2025.

Mais do que uma atividade complementar, a feira evidenciou a diversidade de saberes e fazeres presentes na comunidade, aproximando patrimônio arquitetônico, economia criativa e transmissão de conhecimentos tradicionais.

O processo de ativação cultural também se expressou na inserção do coletivo em redes nacionais voltadas à memória, ao patrimônio e à cultura. Em novembro de 2025, representantes do projeto participaram do 8º Fórum Nacional de Museus, realizado em Fortaleza/CE, integrando a programação da Teia da Memória, iniciativa do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) voltada ao fortalecimento dos Pontos de Memória brasileiros. Em maio de 2026, o coletivo foi responsável por promover uma roda de conversa na 6ª Teia Nacional – Pontos de Cultura pela Justiça Climática, realizada em Aracruz/ES, encontro que celebrou os vinte anos da Política Nacional de Cultura Viva e reuniu experiências culturais de todo o país (Figura 3).



Figura 3: Participação em eventos nacionais da Cultura Viva
Fonte: As autoras, 2026.

A participação nesses espaços ampliou a circulação das experiências desenvolvidas na Costa da Lagoa, permitindo que o Casarão da Dona Lóquinha passasse a integrar debates mais amplos sobre patrimônio, participação social, desenvolvimento territorial e justiça climática. Ao mesmo tempo, possibilitou a incorporação de novos referenciais e práticas ao projeto, fortalecendo sua dimensão colaborativa e comunitária. Ao articular pesquisa, documentação, mobilização comunitária, educação patrimonial, economia criativa e intercâmbio em redes nacionais, o projeto Viva o Sobrado! vem construindo uma estratégia de preservação baseada na ativação contínua dos vínculos entre patrimônio, território e comunidade. É justamente nessa diversidade de agentes, saberes e práticas que reside a principal força do processo de preservação em curso.

Considerações finais

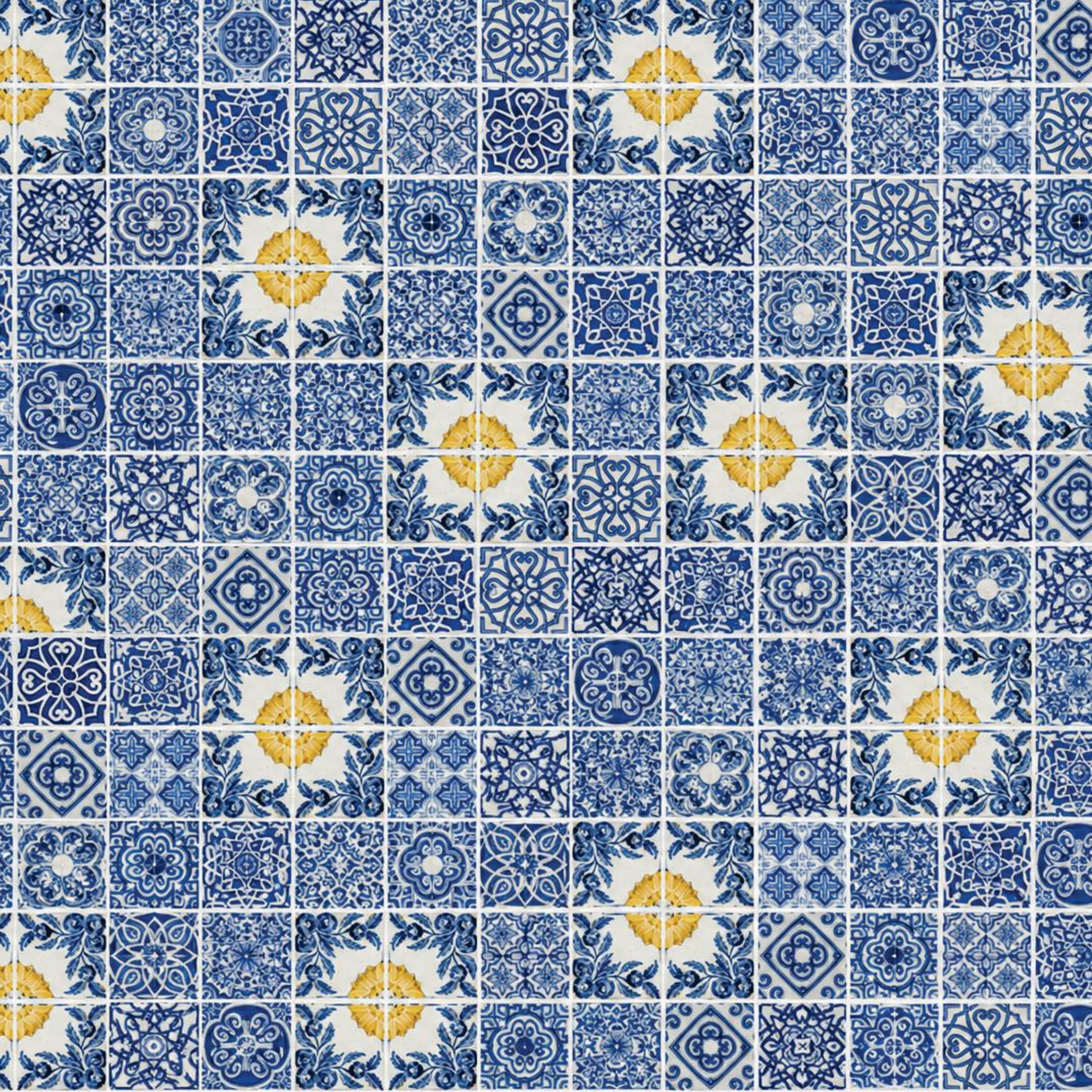
Ao longo dos últimos anos, o coletivo responsável pelo projeto reuniu arquitetos, museólogos, historiadores, cineastas, pesquisadores, moradores, mestres de ofício, gestores públicos, professores, estudantes e visitantes em torno de um objetivo comum: garantir a permanência do Casarão como referência cultural para a Costa da Lagoa. Essa diversidade de atores produziu também uma diversidade de estratégias de preservação.

Em conjunto, ações de pesquisa, produção e comunicação ampliaram o reconhecimento social do bem e contribuíram para que a edificação passasse de um processo de degradação para um espaço de encontro, debate e produção de conhecimento. O patrimônio arquitetônico tornou-se, assim, um ponto de convergência entre memória, identidade, participação comunitária e desenvolvimento local, reafirmando seu papel como elemento estruturador da paisagem cultural da Costa da Lagoa.

Por fim, a experiência reafirma que edificações históricas de caráter vernacular e comunitário, muitas vezes consideradas modestas diante dos grandes monumentos, desempenham papel fundamental na construção das identidades territoriais. Sua preservação contribui não apenas para a proteção da materialidade arquitetônica, mas também para a manutenção da diversidade cultural que caracteriza os territórios e suas paisagens.

Referências

- ARAÚJO, Natália Miranda Vieira de. Materialidade e imaterialidade no patrimônio construído: Brasil e Itália em diálogo. Recife: Ed. UFPE, 2022.
- BRASIL. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Inventário Nacional de Referências Culturais: manual de aplicação. Brasília: Iphan, 2000. 156 p.
- FERNANDES, Felipe Bruno Martins M. Desenvolvimento vs. envolvimento: perspectivas indígenas sobre natureza e cultura. In: Congresso Íbero-Americano de Educação, Sociedade e Cultura, 6., Cuiabá, 2025. Anais do VI Congresso Ibero-Americano de Educação, Sociedade e Cultura. Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso, 2025.
- ICOMOS AUSTRALIA. The Burra Charter: the Australia ICOMOS charter for places of cultural significance. Burra: Australia ICOMOS, 2013.
- LIRA, Flaviana Barreto. Da natureza complexa dos bens culturais: a indissociabilidade entre significância cultural, integridade e autenticidade. In: Arquimemória, 5., 2017, Salvador. Anais [...]. Salvador: Instituto de Arquitetos do Brasil – Bahia, 2017.
- MELLO, Amílcar D'Avila de. Ecos do passado: da pré-história ao Casarão da Dona Lóquinha: nascimento, vida, morte e ressurreição do sobrado mais antigo da Costa da Lagoa da Conceição. Ilha de Santa Catarina, 2026.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História. São Paulo, n. 10, Dez, p. 7-28, 1993.
- SILVA, Flávio José Rocha da; O conceito de desenvolvimento no pensamento de Arturo Escobar. Revista Pegada, v. 17, n. 2, p. 170- 181, 2016. DOI: <https://doi.org/10.33026/peg.v17i2.4671>.
- ROCHA, Sônia Marisa Melim. Território, patrimônio, identidade: espaços de memória da comunidade da Costa da Lagoa: possibilidades e perspectivas de musealização. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Museologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.
- TOMBÔ PRODUTORA. Viva o Sobrado. 2026. Disponível em: tomboprodutora.com/vivaosobrado . Acesso em: 30 maio 2026.
- UNESCO; ICCROM; ICOMOS. Documento de Nara sobre autenticidade. Conferência de Nara sobre Autenticidade em Relação à Convenção do Patrimônio Mundial, Nara, Japão, 1–6 nov. 1994. Disponível em: UNESCO World Heritage Centre . Acesso em: 30 maio 2026.
- VARINE, Hugues. As raízes do futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local. Porto Alegre: Medianiz, 2013.





Patrimônio como Experiência Integrada: Abordagem Estratégica em Patrimônio Histórico e Cultural e a Formação do Arquiteto.

MSc Andréa Cristina Soares Cordeiro Duailibe – *Universidade Estadual do Maranhão, São Luís/MA, Brasil* – andreaduailibe@arquitetura.uema.br

DSc Carolina Maria de Araujo Martins Silva – *Universidade Estadual do Maranhão, São Luís/MA, Brasil* – carolinasilva@professor.uema.br

DSc Érico Araújo Peixoto – *Universidade Estadual do Maranhão, São Luís/MA, Brasil* – ericoaraujo@professor.uema.br

Resumo

O debate contemporâneo sobre patrimônio histórico e cultural vem ampliando as formas de compreensão dos territórios históricos, incorporando dimensões urbanas, ambientais, socioculturais e experienciais. Nesse contexto, o artigo discute os reflexos dessas transformações na formação do arquiteto, tomando como objeto de análise experiências integradas desenvolvidas em âmbito acadêmico, voltadas à leitura arquitetônica e urbana, à documentação patrimonial e à proposição projetual. As experiências foram desenvolvidas no primeiro semestre de 2026, com o objetivo de superar a fragmentação tradicional do ensino. O resultado parcial desta primeira experiência é a de aproximação dos estudantes de uma compreensão mais ampla e transversal do patrimônio cultural, numa visão mais realista projetual, incorporando tecnologia de ponta ao tradicional.

Palavras-chave: patrimônio histórico; leitura urbana; formação profissional em Arquitetura e Urbanismo.

Introdução

Ao propor “Diversidades” como tema central do 11º Fórum Internacional de Patrimônio Arquitetônico Brasil-Portugal (FIPA 2026), o debate contemporâneo sobre patrimônio cultural desloca-se para a valorização de múltiplos agentes, saberes, narrativas e formas de apreensão do território histórico. Nesse contexto, a preservação patrimonial passa a demandar novos olhares, capazes de extrapolar leituras estritamente materiais e edículas, incorporando dimensões urbanas, territoriais, ambientais, socioculturais e experienciais na compreensão dos contextos históricos contemporâneos.

Essa ampliação conceitual dialoga com debates recentes no Brasil, os quais reforçam a necessidade de superar interpretações fragmentadas do patrimônio histórico e cultural, frequentemente restritas à materialidade edificada. Nesse contexto, ganham relevância perspectivas capazes de articular território, paisagem urbana, memória, dinâmicas ambientais e experiências sociais vinculadas aos espaços históricos.

A incorporação de temas correlatos ao patrimônio ambiental, relativos à sustentabilidade, à salvaguarda territorial, às tecnologias de

preservação e aos chamados “novos paradigmas” de abordagem, evidencia um deslocamento progressivo em direção a leituras mais abrangentes do patrimônio. Diante da crescente necessidade de construção de estratégias integradoras, emergem abordagens capazes de superar leituras fragmentadas do território histórico, incorporando relações e dinâmicas que extrapolam o objeto arquitetônico isolado e sua dimensão estritamente local. Nesse cenário, os processos de apreensão do patrimônio passam a exigir articulações entre experiência territorial, leitura urbana, documentação, análise arquitetônica, memória, paisagem, conservação integrada, dinâmica ambiental e proposição projetual. Logo, a preservação patrimonial contemporânea passa a envolver a compreensão dos processos sociais e culturais que participam da atribuição de significado ao patrimônio, evidenciando a atuação simultânea de múltiplas narrativas, memórias e identidades na constituição dos valores patrimoniais e nas próprias práticas contemporâneas de preservação.

É nesse contexto que se inserem as experiências integradas desenvolvidas junto aos estudantes do 7º período, respectivamente, do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual do Maranhão (CAU/UEMA). As estratégias pedagógicas aplicadas buscam a articulação entre atividades de ensino, de extensão e de aproximação interinstitucional voltadas à compreensão do patrimônio cultural no Centro Histórico de São Luís.

A metodologia foi estruturada a partir da integração entre as disciplinas, considerando as experiências territoriais, o levantamento urbano e arquitetônico com utilização de tecnologia Heritage Building Information Modeling (HBIM), a leitura urbana com SIG (Sistemas de Informação Geográfica), o acesso à documentação patrimonial, a aproximação com instituições de preservação e a proposição projetual. A experiência buscou estimular formas ampliadas de apreensão do patrimônio em um contexto de diversidade compositiva e de transdisciplinaridade, compreendendo-o como um campo complexo de relações urbanas, arquitetônicas, territoriais, ambientais e socioculturais.

O artigo aborda os novos modos de apreensão do patrimônio cultural e suas repercussões na formação contemporânea em Arquitetura e Urbanismo, tomando como referência a experiência integrada desenvolvida no Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual do Maranhão (CAU/UEMA). O texto discute a ampliação dos modos de leitura patrimonial e



seus desdobramentos acadêmicos e práticos, apresenta a experiência pedagógica desenvolvida junto ao curso de graduação, com foco nos instrumentos de leitura e de documentação adotados, revelando as potencialidades advindas da adoção de abordagens integradoras no âmbito da formação profissional.

1. Novos Modos de Apreensão do Patrimônio Histórico e Cultural no Brasil.

A emergência de novos modos de apreensão do Patrimônio Histórico e Cultural relaciona-se diretamente com uma tendência de ampliação das formas de compreensão dos conteúdos urbanos presentes no Brasil. No âmbito da práxis projetual, o patrimônio tem deixado de ser tratado como objeto isolado das dinâmicas urbanas, sendo entendido como expressão das relações territoriais, ambientais, arquitetônicas, culturais e sociais que corroboram para a constituição da experiência urbana.

Nesse contexto, autores como Choay (2006; 2011), Castriota (2009), Kuhl (2008), Zancheti (2015), Zancheti e Lacerda (2014) e González-Varas (2000) contribuem para a ampliação das leituras patrimoniais contemporâneas ao aproximarem o patrimônio das dinâmicas urbanas, territoriais e socioculturais que condicionam os processos de preservação, intervenção e atribuição de valor cultural.

A partir dessa ampliação conceitual, os ambientes históricos passam a ser compreendidos não apenas por sua materialidade construída, mas também pelas práticas sociais, dinâmicas urbanas, ambiências e formas de apropriação que conformam a experiência patrimonial contemporânea. Assim, a preservação patrimonial incorpora os processos sociais e culturais responsáveis pela atribuição de significado ao patrimônio e evidencia a atuação simultânea de múltiplas narrativas, memórias, identidades e agentes na constituição dos valores patrimoniais contemporâneos.

A leitura contemporânea dos territórios históricos pressupõe a atuação simultânea de múltiplos agentes e múltiplas escalas institucionais nos processos de interpretação, gestão e intervenção sobre o patrimônio urbano. Ao discutir governança territorial e ordenamento do território, Ferrão (2010) destaca a importância da coordenação entre diferentes atores, políticas e escalas de atuação na construção de propostas mais articuladas e integradas. O autor enfatiza aspectos como concertação, coordenação intersetorial, redes de colaboração e integração entre políticas públicas, reforçando a diferença entre os conceitos “governo” e “governança”, ao argumentar que a governança territorial pressupõe coordenação, negociação, articulação entre agentes, compartilhamento de informação e construção coletiva.

A leitura urbana e arquitetônica exige uma visão ampliada do patrimônio para além do comando top-down estatal, incorporando processos colaborativos, coordenação interinstitucional, articulação entre políticas públicas e participação de atores diversos da sociedade civil e organizada na construção das práticas contemporâneas de preservação. Ao discutir a

governança e o ordenamento do território, Ferrão (2010) argumenta, ainda, que os problemas territoriais contemporâneos decorrem das dificuldades de interação entre as diferentes escalas decisórias — locais, regionais, metropolitanas e nacionais —, o que exige novas formas de articulação institucional e de atuação territorial.

A visão faz com que a leitura do patrimônio urbano ultrapasse abordagens isoladas ou estritamente atreladas ao edificado, permitindo interpretações que admitem a complexidade das relações urbanas, territoriais, institucionais e sociais que incidem sobre os conteúdos urbanos contemporâneos.

Na mesma direção, Domingues (2012) critica leituras fragmentadas e excessivamente setorializadas da cidade contemporânea, compreendendo o território como resultado dinâmico da articulação entre relações sociais, econômicas, infraestruturais, ambientais e culturais que operam simultaneamente em múltiplas escalas. O autor afasta-se, assim, de interpretações que reduzem o território a um cenário passivo das atividades humanas, compreendendo-o como realidade historicamente produzida por diferentes processos urbanos e territoriais.

A complexidade do urbano não pode ser compreendida a partir de análises compartimentalizadas ou centradas em elementos isolados, uma vez que os processos territoriais dependem da interação contínua entre seus componentes e dinâmicas urbanas mais amplas.

A argumentação revela novos modos de apreensão do Patrimônio Histórico e Cultural no Brasil, e apontam para uma ampliação nas discussões acerca da Conservação Integrada e do papel da interdisciplinaridade no campo da preservação. A cidade, portanto, não se restringe a um suporte físico do patrimônio e assume um papel ativo na construção dos significados e dos valores culturais que a substanciam. O patrimônio urbano emerge como um campo relacional complexo que é continuamente produzido por múltiplos agentes nas diversas escalas territoriais.

A ampliação dessas formas de compreensão repercute diretamente sobre o processo de formação acadêmica em Arquitetura e Urbanismo, especialmente diante da necessidade de construção de práticas pedagógicas capazes de articular leitura urbana, experiência territorial, análise arquitetônica, documentação patrimonial e proposição projetual. Assim, a formação do arquiteto passa a demandar não apenas domínio técnico sobre a materialidade urbana constituída, mas também a capacidade de compreender e interpretar as múltiplas relações territoriais, ambientais, culturais e sociais que condicionam os conteúdos históricos e contemporâneos da cidade.

2. Estratégias Integradoras e Formação Profissional em Arquitetura e Urbanismo

Diante desse cenário de mudanças, a formação profissional passa a demandar estratégias integradoras capazes de articular patrimônio, cidade, território, paisagem, memória e dinâmicas urbanas contemporâneas. As recentes reformulações das Câmaras Temáticas de Patrimônio do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CTPC-CAU/BR) constituem indícios do processo de ampliação das discussões institucionais e acadêmicas sobre a abordagem do patrimônio histórico e cultural no país, influenciando de forma determinante a práxis projetual.

Para o ensino e para a prática profissional, a questão central desloca-se para os modos contemporâneos de apreensão do patrimônio e seus desdobramentos na formação do arquiteto. A discussão que vem ganhando espaço cada vez maior nos âmbitos acadêmicos e institucionais ligados à Arquitetura e ao Urbanismo.

Sob essa perspectiva, a formação do arquiteto passa a demandar estratégias de ensino-aprendizagem capazes de reconhecer e articular as múltiplas relações que estruturam os ambientes históricos urbanos. Mais do que domínio técnico sobre a materialidade construída, a atuação no campo do patrimônio exige a capacidade de compreender os processos territoriais, ambientais, culturais e sociais que condicionam a permanência, a transformação, os valores e os significados atribuídos aos ambientes patrimoniais ao longo do tempo.

As recentes discussões sobre interdisciplinaridade e integração entre saberes na formação em Arquitetura e Urbanismo vêm contribuindo para a superação de abordagens historicamente fragmentadas entre áreas técnicas, históricas e projetuais. Mais do que compatibilizar conteúdos curriculares, busca-se construir um caminho em que patrimônio e cidade sejam compreendidos de forma integrada, inserindo os ambientes históricos diretamente nas etapas de leitura territorial, diagnóstico e proposição projetual.

No âmbito acadêmico, essas discussões repercutem diretamente sobre a organização das práticas pedagógicas e sobre os modos de articulação entre teoria, leitura urbana, diagnóstico e intervenção projetual. Assim, em observância ao Projeto Pedagógico do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual do Maranhão (PPCAU/UEMA – 2021), a proposta de abordagem interdisciplinar foi implantada a partir do 7º período (2026) do curso buscando a aproximação entre a reflexão teórica, a análise arquitetônica, a experiência territorial e a elaboração projetual.

A integração disciplinar ocorreu entre os conteúdos de Intervenções em Sítios Históricos e de Projeto Arquitetônico em Sítios Históricos, uma iniciativa pedagógica que articula teoria e prática, compreendidas como indissociáveis nos processos de apreensão e atuação sobre o patrimônio histórico e cultural urbano. Complementarmente, a proposta incorporou uma atividade de extensão universitária vinculada à visita técnica e ao

levantamento físico, consubstanciando os dados provenientes da documentação patrimonial e das leituras arquitetônica e urbana do recorte, ampliando os modos de compreensão do conteúdo histórico urbano estudado.

3. A Experiência Integrada no Âmbito do CAU/UEMA

A experiência de integração disciplinar estruturou-se, inicialmente, a partir da articulação entre as disciplinas Projeto Arquitetônico em Sítios Históricos (60 horas) e Intervenções em Sítios Históricos (60 horas), desenvolvidas no âmbito do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual do Maranhão. A proposta buscou construir processos ampliados de leitura e interpretação do patrimônio histórico e cultural do Centro Histórico de São Luís, Maranhão, tomando um recorte do bairro do Desterro como campo principal de investigação, diagnóstico e proposição projetual integrada.

O recorte do Bairro do Desterro incluiu o largo fronteiriço à Igreja de São José do Desterro (sequência de imagens da Figura 1), área inserida na classificação federal do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da cidade de São Luís do Maranhão (1961, ora Patrimônio Mundial da Humanidade pela UNESCO (1997).

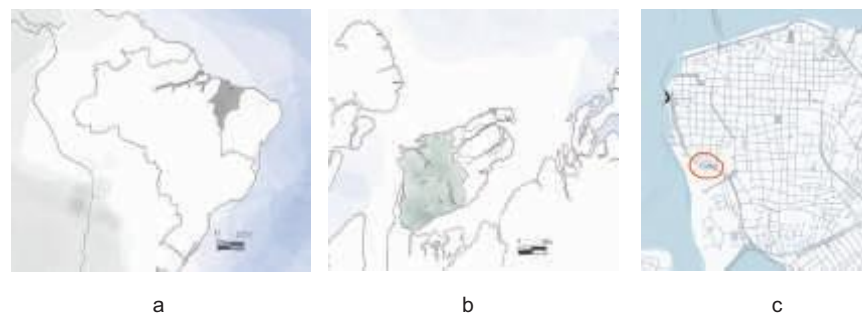


Figura 1: Localização do (a) estado do Maranhão; (b) ilha de São Luís do Maranhão; e (c) núcleo fundacional de São Luís com demarcação da área de estudo.

Fonte: SILVA, 2025, com base no GoogleMaps

¹ O Bairro do Desterro corresponde a um setor tombado como conjunto arquitetônico e urbanístico de São Luís, Maranhão, classificado em nível federal pelo processo 454 -T-54, Livro de Belas Artes, vol. 17, inscrição 433, folha 81, de 23 de dezembro de 1955.

A metodologia adotada teve foco na articulação entre as experiências territoriais, a leitura urbana, o levantamento arquitetônico e urbano, documentação patrimonial, aproximação institucional e proposição projetual. O processo pedagógico integrou mecanismos de revisita teórica, seminários temáticos, estudos de caso, percursos exploratórios e levantamento de campo.

Paralelamente, foram realizadas visitas acompanhadas aos órgãos de preservação e respectivas obras em andamento, incluindo atividades junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN de São Luís) e à Fundação Municipal de Patrimônio Histórico (FUMPH de São Luís), aproximando os estudantes dos procedimentos institucionais de análise, documentação e intervenção em contextos históricos, conforme sequência de imagens que compõem a Figura 2.



Figura 2: Visitas técnicas acompanhadas ao IPHAN e à obra de reabilitação da FUMPH.

Fonte: SILVA, 2026

A etapa de análise foi organizada a partir da articulação entre leitura histórica, análise morfológica, levantamento arquitetônico, identificação de valores patrimoniais, análise urbana e definição preliminar de diretrizes de intervenção. Nesse processo, buscou-se estimular leituras teóricas capazes de relacionar patrimônio edificado, dinâmicas urbanas, ambiência, paisagem, usos, infraestrutura, permanências e transformações territoriais presentes no Bairro do Desterro.

Considerando que o currículo do CAU/UEMA contempla disciplinas voltadas ao uso de ferramentas tecnológicas e digitais aplicadas à Arquitetura e Urbanismo desde o quarto período, uma atividade complementar de extensão universitária foi direcionada à atualização teórica e à aplicação de estratégia de documentação territorial e patrimonial.

A iniciativa incluiu os levantamentos terrestre e aéreo por laser e drone, este último seguido da técnica de geração de nuvem de pontos, metodologia que deu suporte à etapa de levantamento arquitetônico e urbano, permitindo a leitura urbana, a documentação, a análise e o diagnóstico do recorte definido como atividade acadêmica curricular no Bairro do Desterro, conforme demonstra a sequência de imagens que compõem a Figura 3.



Figura 3: Levantamento da área de estudo com laser e drone.

Fonte: SILVA, 2026

O levantamento físico realizado no Bairro do Desterro fez uso de metodologia integrada baseada em Scanner 3D Terrestre (Lidar) e fotogrametria aérea por Drone, permitindo a documentação articulada de fachadas, interiores, coberturas e áreas de difícil acesso (Figura 4).

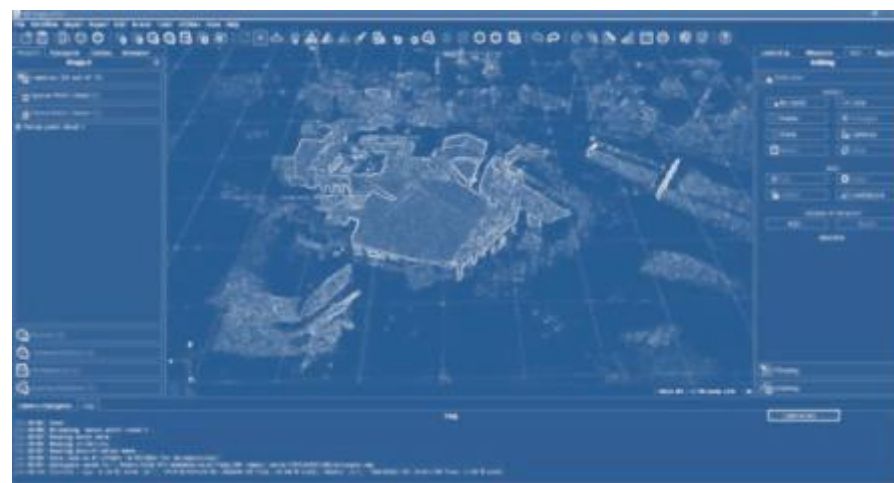


Figura 4: Nuvem de pontos dos telhados do levantamento por drone.

Fonte: PEIXOTO, 2026

A chamada “Captura Conectada” possibilitou a geração simultânea de imagens panorâmicas, registros termográficos e nuvens de pontos de alta precisão, conforme demonstra a Figura 5, na sequência, solução que reduziu significativamente o tempo necessário para a consolidação dos dados de levantamento e de documentação física do patrimônio edificado.

Os dados foram incorporados à modelagem HBIM e integrados a plataformas de geoprocessamento (GIS), permitindo que os estudantes produzissem mapas temáticos diversos, diagnósticos do estado de conservação dos elementos compositivos do recorte, dando suporte às estratégias de análise e de intervenção patrimonial.

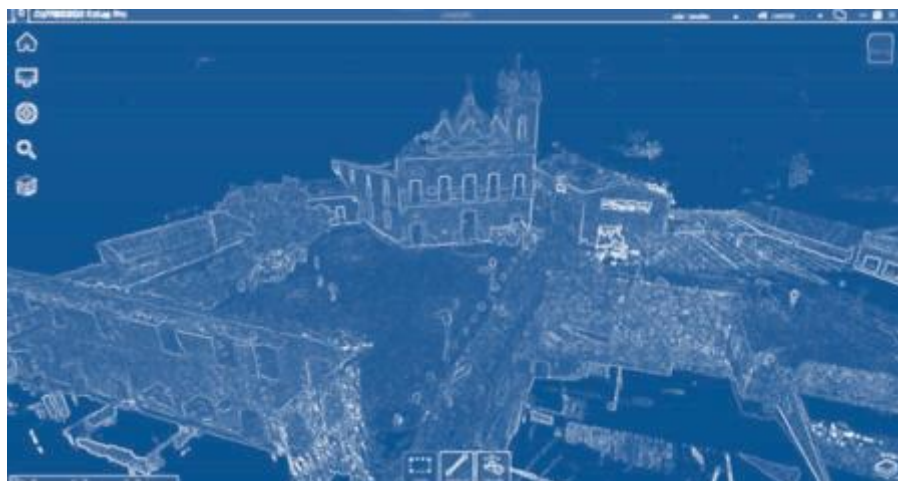


Figura 5: Nuvem de pontos da praça do Desterro, visualizado no software.

Fonte: PEIXOTO, 2026

A metodologia adotada mostrou-se particularmente relevante diante da diversidade patrimonial do Desterro, abrangendo edificações religiosas, casario civil e patrimônio industrial, contribuindo para a documentação, a análise e as propostas de preservação desse conjunto histórico urbano.

Considerações Finais

A articulação entre as disciplinas permitiu aos alunos desenvolver uma compreensão mais ampla, integrada e próxima da realidade profissional no campo do patrimônio histórico. Mais do que trabalhar conteúdos de forma isolada, a proposta interdisciplinar possibilitou que os estudantes acompanhassem diferentes etapas de um processo real de intervenção patrimonial, compreendendo a complexidade envolvida desde a pesquisa histórica e documental nos acervos técnicos até as análises urbanas, os levantamentos técnicos com tecnologia avançada e as relações sociais presentes no território.

O contato com instituições como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, assim como as conversas com técnicos e especialistas da área, aproximou os alunos das práticas efetivamente desenvolvidas no campo da preservação, permitindo compreender os desafios contemporâneos da atuação profissional em áreas históricas. Nesse sentido, os alunos desenvolveram uma proposta de intervenção mais completa e considerando os principais elementos em um meio tão complexo como trabalhar com o patrimônio.

A experiência integrada desenvolvida no âmbito do CAU/UEMA contribui para a construção de abordagens integradoras no processo de formação profissional, aproximando os futuros profissionais das diferentes dimensões envolvidas na leitura e na intervenção sobre o patrimônio histórico e cultural. A articulação entre ensino, extensão universitária e a aproximação interinstitucional permitiu integrar experiências diversas que compõem a práxis projetual.

Referências

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL (CAU/BR). Deliberação Plenária DPOBR nº 0169-10/2026. Brasília, 2026. Disponível em: Deliberação Plenária DPOBR nº 0169-10/2026. Acesso em: 11 maio 2026.

CASTRIOTA, L. B. Patrimônio cultural: conceitos, políticas e instrumentos. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.

CHOAY, F. A alegoria do patrimônio. 3. ed. São Paulo: Estação Liberdade; UNESP, 2006.

_____. As questões do património. Antologia para um combate. Lisboa: Edições 70, 2011

Declaração de Amsterdão. Conclusões do Congresso sobre património arquitectónico europeu. In: LOPES, F.; CORREIA, M. B. Património arquitectónico e arqueológico: Cartas, recomendações e convenções internacionais. Lisboa: Livros Horizonte: 2004. Pp. 141-154.

DOMINGUES, Á. Paisagem transgênica. In: DOMINGUES, Á. Vida no campo. Porto: Dafne Editora, 2012.

FERRÃO, J. Governança e ordenamento do território: reflexões para uma governança territorial eficiente, justa e democrática. Prospectiva e Planeamento, Lisboa, v. 17, p. 129-139, 2010. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10451/20098>. Acesso em: 16 maio 2026.

GONZÁLEZ-VARAS, I. Conservación de bienes culturales - Teoría, historia, principios y normas. 2.ªed. Madrid: Manuales Arte Cátedra, 2000.

KUHL, B. M. Preservação do patrimônio arquitetônico da industrialização: problemas teóricos de restauro. Cotia: Ateliê Editorial, 2008.

ZANCHETI, S. M. Conservação integrada e novas estratégias de gestão. In: ZANCHETI, S. M.; LACERDA, N.; DINIZ, F. (org.). Gestão do patrimônio cultural integrado. Recife: Ed. UFPE, 2015.

Rio Meari.

Ріо Тапосиру.

Rio Monu.

Rio Peireya.

das priguissas.

Barca.

Cidade
de

S. Lius.

A 218

A CARTOGRAFIA E SEUS SÍMBOLOS: OS MAPAS DO MARANHÃO NO ACERVO DA BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO

Grete Pflueger - Bolsista PQ CNPQ - Profa. Associada II do curso de arquitetura e do mestrado em Desenvolvimento socioespacial - PPDSR- Universidade Estadual do Maranhão-UEMA. Brasil. grete@uema.br

Resumo

O estudo da Cartografia do Maranhão dos séculos XVI -XIX tem sido objeto de pesquisa permanente no âmbito do curso de arquitetura e urbanismo e do Programa de mestrado em desenvolvimento socioespacial da UEMA e foi objeto do Estágio Pós-doutoral do Procad Amazônia (UFPA-UEMA). Diante dos desafios da pesquisa a metodologia de análise dos mapas do período colonial, vem se transformando e se aprimorando na perspectiva de decolonizar os mapas, entender seus símbolos e intenções a partir de novas abordagens em Quijano(2005),Harley(1991) e Marin (1998) que buscam entender o mapa em sua complexidade e visibilizar a presença dos povos ancestrais, registrando as aldeias indígenas, as ideias de vilas e cidades coloniais realizadas e idealizadas nos mapas europeus. O acervo pesquisado faz parte do setor de cartografia na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, que também vem sendo revisitado considerando o contexto do debate do marco temporal indígena e das Agenda 2030 e ODS em novos dossiers temáticos. Neste artigo daremos ênfase a análise da presença do Maranhão nos mapas do Brasil, em três mapas que compõem o dossiê da coleção “Povos ancestrais” da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, desde o rio “Maragnon”, a marcação das aldeias de Tapuitapera, cidade de Nazaré e vilas coloniais destacando como os acervos categorizam os mapas (Brasil-Maranhão), ressaltando a necessidade de conhecer os símbolos e os cartógrafos e a entender a demanda dos mapas reconhecendo a importância da cartografia como fonte primária e original da pesquisa do planejamento urbano colonial e pré colonial e moderno.

Palavras-chave: Cartografia, Maranhão, Formação urbana

Introdução - Importância da cartografia

O estudo da cartografia histórica tem sido muito importante para os campos disciplinares das ciências sociais, da arquitetura e do urbanismo, do planejamento urbano, da geografia e história das cidades e da antropologia.

A cartografia sempre exerceu um grande fascínio na história desde os mapas mais antigos feitos em argila na mesopotâmia, aos mapas desenhados pelos gregos, mapas de mosaicos romanos, até os primeiros mapas mundi e cartas náuticas europeias elaborados a partir do século XIII. No entanto, foi no século XV, com o movimento das grandes navegações que os mapas e cartas se transformaram em objetos de cobiça e disputa. Os mapas foram um instrumento de poder de informação e dominação de territórios desconhecidos, proporcionaram descobertas e disputas pelos novos mundos e novos continentes habitados pelos povos ancestrais. No caso do Brasil a cartografia feita para desvendar a costa brasileira começa a aparecer nos

séculos XV, nos grandes atlas que documentaram a geografia da costa registrando a presença ancestral dos indígenas e suas nações. Os mapas contêm escala e proporção, mas continham também distorções que acarretaram acessos improváveis. Santos(2005) fala sobre a cartografia simbólica e nos aponta que os mapas são distorções reguladas da realidade, distorções organizadas de territórios que criam ilusões credíveis de correspondências. O recorte definido neste artigo representa parte de uma pesquisa maior conectada ao Diretório de pesquisa do CNPQ “ideários urbanos e linguagens arquitetônicas de São Luís – MA”, ao projeto da Bolsa de produtividade PQ-CNPQ e a do estágio pós-doutorado no âmbito do Procad Amazônia -UFPA UEMA, realizado em 2025.

A pesquisa é realizada no âmbito do curso de Arquitetura e Urbanismo do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da PPDSR da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, que tem por objetivo catalogar, compreender e analisar criticamente a cartografia elaborada para o Estado do Maranhão entre os séculos XVI e XIX, com ênfase inicial aos mapas existentes no acervo digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, por meio da análise crítica e da compreensão dos objetivos reais e ocultos dos mapas e de um critério metodológico e cronológico, separados por século e também pela cronologia e categorias de mapas numa perspectiva decolonial e contemporânea de visibilização no processo de colonização da importância das aldeias dos povos ancestrais e seu mapeamento e também de resgatar a cartografia como um importante material didático e fonte de referência aos estudos urbanos contemporâneos no debate do urbanismo do Estado do Maranhão e da capital São Luís, reconhecida e inscrita pela UNESCO como Patrimônio da Humanidade em 1997.

O Maranhão está presente no acervo da cartografia da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, em especial no “dossiê “Povos originários”, que foi organizado em 2023 em consonância com os indicadores temáticos para a cultura, da Agenda 2030 da UNESCO como ferramenta ao debate do Marco Temporal nas terras indígenas no Brasil. As duas fontes possibilitaram uma visão ampla do Maranhão na cartografia. O Dossiê possibilitou um novo olhar sobre o lugar do Maranhão nos mapas do século XVI-XX, pois havia uma tendência de pesquisa sobre o Maranhão apenas na cartografia do século XVII, devido a fundação da cidade de São Luís, pelos franceses, ter sido em 1612, seguida da urbanização portuguesa em 1618 e invasão holandesa 1641-44, que deixou um legado de mapas sobre a cidade. A pesquisa buscou ainda analisar os cartógrafos e os símbolos da cartografia do ponto de vista analítico, destacamos a importância da interpretação dos símbolos contidos nos mapas.



Para compreender e ler os mapas para além de seus símbolos foi importante compreender o mapa histórico em seu contexto, sendo necessário avaliar alguns aspectos: Quem fez o mapa? Quais foram os cartógrafos e em que circunstâncias se elaborou o mapa? Por que e para quem foi feito? Qual era o destino do mapa? Quais os símbolos contidos e o que representam? São questões fundamentais na análise da cartografia que contextualizam o mapa em seu tempo e cenário. No caso dos mapas aqui citados, a cartografia construída tinha como principais objetivos criar subsídios para a dominação e colonização do território, registrar os acessos pelas águas, os caminhos existentes, as maneiras de adentrar e apreender o território, além de demonstrar o poder das ordens religiosas e da monarquia. A representação dos indígenas foi então subjugada a esses interesses.

Cartografia e os símbolos

Os mapas pesquisados no dossiê estão divididos em categorias temporais principalmente nos séculos XVII ao XX. A cada temporalidade o mapa representa elementos distintos: No Séc. XVI – XVII há uma predominância dos mapas geográficos e topográficos e os atlas geográficos tinham o objetivo de situar o território, os bancos de areia, os rios, as fortalezas, as aldeias indígenas e acesso aos navios, faziam parte de documentos enviados ao Rei de Portugal. Percebemos na pesquisa o desafio em analisar o mapa desconectado de seus documentos originais, muitos arquivos separam a cartografia dos documentos e os mapas ficam descontextualizados de sua demanda original. Alguns mapas representam projetos, caminhos idealizados outros são fidedignos com a geografia do lugar. Neste período observa-se o mapa como instrumento de poder da colonização e demarcação das nações dos povos ancestrais, aldeias e povoações e caminhos. Os mapas do Século XVII e XIX e XX são mapas Urbanos, com maiores detalhes das cidades, elementos geográficos e urbanos, mostrando o processo de consolidação e expansão urbana das vilas e cidades coloniais até a república.

Os símbolos são elementos fundamentais na arte da cartografia, eles ocultam ou iluminam os elementos das vilas, aldeias e cidades coloniais. É importante identificar inicialmente os elementos constantes na cartografia por meio da análise dos símbolos apresentados em cada mapa. Observamos que, nos mapas do Brasil do século XVII e XVIII há sempre uma marcação de três ou quatro pontos no Estado do Maranhão com desenhos que identificam cidades, além dos quatro rios. Destacamos alguns:

1) *Rosa dos ventos: Símbolo utilizado nos mapas para identificar os pontos cardeais, que são os pontos de orientação na superfície terrestre (Norte, Sul, Leste e Oeste), e indicar o norte magnético, fundamentais na localização das novas vilas e cidades do Brasil colonial.*

2) *Símbolo da coroa portuguesa: Representação do domínio do território pela monarquia portuguesa, determinando para quem o mapa foi feito e marcando o poder da monarquia.*

3) *Escalas de léguas: Indicam nos mapas a relação entre as dimensões do espaço real e do espaço representado.*

4) *Desenhos de elementos geográficos: Símbolos que indicam rios, bancos de areia e marcações de fortalezas*

5) *desenhos urbanos de projetos de vilas, de cidades existentes e aldeias indígenas, marcações de traçado urbano em xadrez, com igrejas e conventos*

Para este artigo selecionamos, um recorte da pesquisa e destacamos três mapas e uma gravura para análise:

1. 1629 – ALBERNAZI *Pequeno Atlas do Maranhão Grão Pará. Cart*
2. 1698. ORAZI, Andrea Antonio. *Pianta della città di S. Luigi metropoli del maragnone. Roma Itália. cart1360018/cart1360018*
3. 1912. JANSEN, Justo. *Planta da cidade de S. Luiz: capital do estado do Maranhão FERREIRA, Justo Jansen. São Luis, MA: 1912. 1 mapa, cart536687*

As origens – aldeias, vilas e geografia dos Rios.

O mapa de 1629, de autoria de João Teixeira Albernaz I, faz parte de um conjunto que contém três mapas que demonstram o caminho de ligação entre o Maranhão e o Grão Pará, destacando os rios Pindaré, Mearim, Itapecuru e Munim, os quatro principais rios do Maranhão e eixos do crescimento do litoral para o interior do Estado. Os mapas trazem a representação da localização de diversas aldeias indígenas. Na parte superior tem escrito a indicação de uma grande área indígena denominada “Província dos Guajajaras”. Destacamos que as vilas são indicadas por simbologias próprias de pequenas casas, aglomerados urbanos como os desenhos da cidade de São Luís (atual capital do Estado) e as aldeias: “dos Brancos”, aldeia “Tapuitapera” (indígena), indicando a proximidade com a capitania de Cumã. É importante perceber que os desenhos indicativos da vila cidade de São Luís e da aldeia Tapuitapera são relativos em tamanho, demonstrando que ambas eram grandes e numerosas em habitantes, sendo provavelmente as principais aldeias e vilas na perspectiva dos cartógrafos. O posicionamento de Tapuitapera no mapa, próximo ao igarapé, em frente à Cidade de São Luís, do outro lado da baía, corresponde à atual localização do centro histórico de Alcântara, cidade que se sobrepôs ao aldeamento indígena. A partir da representação, é possível deduzir que a cidade portuguesa teve seu início na aldeia indígena de Tapuitapera. Neste mapa de 1629, está demarcada também a província dos Tupinambás, além da província dos Guajajara, observamos desenhos de outras aldeias indígenas na direção do estado do Pará. A simbologia é a constatação das populações equivalentes e organizações espaciais em tamanhos similares dos indígenas e europeus, fato que corrobora com a ideia de que os europeus utilizaram o conhecimento indígena das terras, águas e ventos na demarcação e implantação de suas vilas e cidades e das fontes de águas potáveis e fortalezas de defesa.



Figura 1: 1629 - Pequeno Atlas do Maranhão Grão Pará.
Fonte: http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=1388.



Figura 2: Detalhe do mapa "Pequeno Atlas do Maranhão Grão Pará", mostrando que aldeias e vilas religiosas eram representadas da mesma forma e tamanho.
Fonte: http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=1388

A Urbe – igrejas e traçado

O segundo Mapa e a terceira Gravura de São Luís(fig. 2 e 3) fazem parte do livro " Istoria delle guerre del regno del Brasile" do Frei João José de Santa Teresa , do gravador e artista italiano Andrea Orazi . Nele observamos uma das primeiras representações do núcleo urbano de São Luís ladeado pelos rios Anil e Bacanga ,onde aportaram os holandeses de acordo com a legenda 1. A planta está dividida em duas partes : a cidadela intramuros , heranças das cidades medievais fortificadas para defesa do território com edificações dentro e fora algumas e algumas artilharias(número 4-5 na legenda) e a outra a direita a urbe , interligada através de uma rua ao traçado em xadrez deixado pelo engenheiro mor português Francisco Frias de Mesquita indicando as estradas mestras (número 2 na legenda)e ao centro a Igreja do Carmo. O traçado ortogonal como representação do urbanismo colonial é uma herança da engenharia militar portuguesa e da forte influência espanhola na época da União Ibérica (1580-1640). Aqui identificamos algumas legendas traduzidas livremente: 1. *Lugar onde a frota holandesa desembarcou*, 2. *estrada mestra* 3. *Uma Bateria de artilharia* 4. *duas baterias de artilharia da outra parte do rio* 5. *igreja de São Giorgio (?)* 6. *igreja do Carmo* 7. *São Giovanni convento dos jesuítas fortificação*.



Figura 3- ORAZI, Andrea Antonio. Pianta della città di S. Luigi metropoli del Maragnone. Roma [Itália]: Nella Stamperia degl'Eredi del Corbelletti, [1698]. 1 planta, Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart1360018/cart1360018.jpg



Figura 2: Detalhe do mapa "Pequeno Atlas do Maranhão Grão Pará", mostrando que aldeias e vilas religiosas eram representadas da mesma forma e tamanho.
Fonte: http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=1388

O Último Mapa traz a representação da cidade em expansão no século XX , em 1912 , que foi consolidada com a expansão do traçado xadrez do Eng. Frias de Mesquita ,conformando quadras e ruas que se expandiram para dentro através da Rua grande , que funcionou como o eixo estruturador do urbanismo da expansão para dentro . Observamos a simbologia da marcação em vermelho dos principais monumentos da cidade , e os trilhos dos bondes delimitando as rotas urbanas . Os limites geográficos dos Rios Anil e Bacanga nas laterais .O mapa demonstra, em pequena legenda lateral , a divisão do centro em 4 distritos com a população de 50.000 hab. e três freguesias :a da Sé a de Nsra da Conceição e a de São João Batista . Na planta , os símbolos são destacados em vermelho e verde . Em vermelho os símbolos urbanos de monumentos :as igrejas e principais equipamentos urbanos como :O mercado, o Teatro Arthur Azevedo , o colégio Liceu Maranhense ,Os cemitério dos ingleses e o municipal ,as praças, as Fontes , as fábricas :de arroz e a fábrica dos irmãos Martins e em verde estão os espaços públicos verdes como a Praça Gonçalves Dias, a Praça Deodoro , e Benedito Leite , as Avenidas Gomes de Castro e Silva Maia, e Avenida maranhense , espaços nobres na cidade.



Figura "5-". Planta da cidade de S. Luiz: capital do estado do Maranhão FERREIRA, Justo Jansen. São Luís, MA: 1912. 1 mapa,

Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart536687/cart536687.jpg

Conclusões

Os Mapas contam histórias , são representações simbólicas da realidade , instrumentos de poder e dominação que nos revelam a presença ancestral indígena e a história da colonização europeia em nosso Estado .O Maranhão com sua localização estratégica sempre esteve indicado em todo a cartografia da conquista e disputa do território brasileiro , desde os primeiros mapas do sec. XVI , como o Rio Maragnon , em busca do acesso ao eldorado do Peru e a possibilidade de conexão com a Amazônia até a formação de suas urbes, que se iniciam com o mapeamento das vilas , aldeias e nações tupinambás no século XVII até a delimitação e traçado da cidade do séc. XVII apresentada na planta da cidade demonstrada na fig 2, na gravura de Andrea Orazi.

Os mapas contam as temporalidades urbanas : o primeiro tempo do século XVI , nos atlas geográficos e mapas foi o tempo do Maranhão como Rio amazônico; o segundo tempo foi do Maranhão , território indígena tupinambá de Cumã e Tapuitapera e Upaon Açu ,dos rios Itapecuru , Mearim , Pindaré e Munim , da marcação de povoados transitórios e cidades como Nazaré e o terceiro tempo da disputa colonial francesa e portuguesa e da invasão holandesa até a consolidação do urbanismo colonial português e apogeu de São Luís e Alcântara no século XVII -XVIII e expansão urbana dos séculos XIX e XX.

Resgatar a cartografia histórica é um instrumento do planejamento urbano para compreensão da formação e evolução urbana de São Luís e do Estado Maranhão . A pesquisa urbana na cartografia histórica é uma importante ferramenta didática para o debate da cidade contemporânea .Destacamos a importância do acervo da cartografia da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, como importante fonte primária da pesquisa .

Referências

ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth. Elder Figueira; Roseilza do Vale & Francinete Cardoso A escrita da história paraense. Belém, NAEA-UFPA, 1998
ADONIAS , Isa. Imagens da formação territorial Brasileira . Rio de Janeiro Fundação Emílio Odebrecht, 1993

FARIAS , Maria Dulce e ADONIAS , Isa (rev.). A representação cartográfica no Brasil Colonial na coleção da Biblioteca Nacional . Cartografia Colonial (bn.gov.br)

GUEDES , Max Justo .A cartografia impressa do Brasil . 1506-1922. Os 100 mapas mais influentes. Rio de Janeiro . Capivara Editora Ltda . 2012
MICELI, Paulo . O desenho do Brasil no teatro do mundo . São Paulo , editora da UNICAMP , 2012

HARLEY, John Brian. Mapas, saber e poder. In: Confins – Revista Franco-Brasileira de Geografia, no 5, 2009. Disponível em: <http://confins.revues.org/5724>. Acessado em:14/09/24

KNAUSS. Paulo . Brasil: uma cartografia . Paulo Knauss, Claudia Ricci, Maria Pace Chiavari. Rio de Janeiro . Casa da Palavra .2010

MEIRELES, Mário M. história do Maranhão . Editora siciliano, São Paulo , 2001

MARQUES , Cesar . dicionário histórico e geographico da província do Maranhão .3 ed São Luís ed AML,2008

MALCHER , A Urbanização da Amazônia e do Mato Grosso no século XVIII Povoações civis, decorosas e úteis para o bem comum da coroa e dos povos Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Sér. v.20. n.1. p. 41-76. jan.- jun. 2012.

MOREIRA , Rafael. Entre ser português e ser índio barbado: da cidade de Nazaré (São Luís do Maranhão, 1536) à colonização do vale de Itapecuru no século XVII. História (São Paulo), v.40, e2021007, 2021 História (São Paulo), v.40, e2021007, 2021. ISSN 1980-4369 DOI: <https://doi.org/10.1590/1980-4369e2021007>

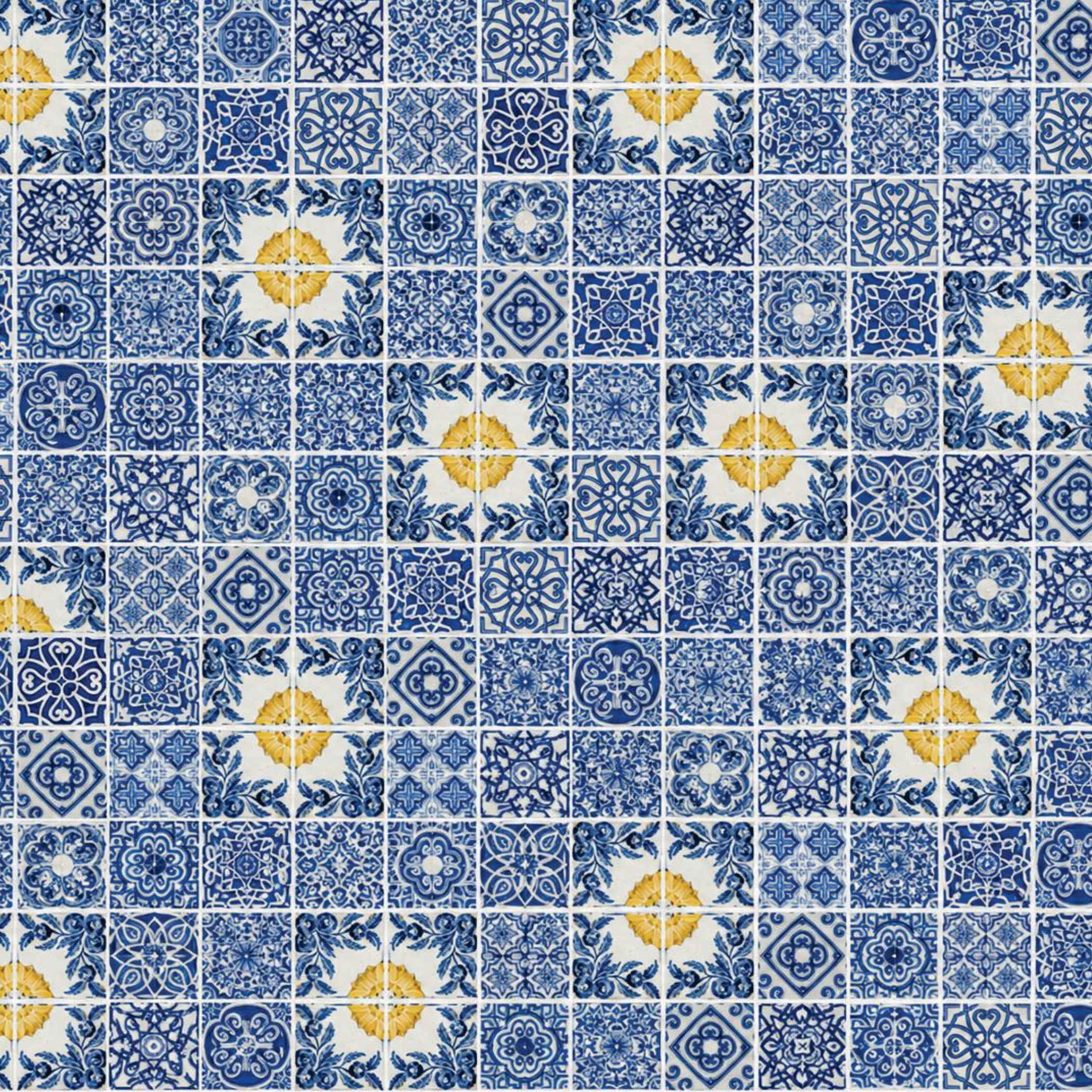
OLIVEIRA , João Pacheco de .O nascimento do Brasil e outros ensaios :pacificação , regime tutelar e formação de alteridades. Rio de Janeiro , contracapa , 2016

O TESOURO DOS MAPAS . A cartografia na formação do Brasil . Banco santos 2002

PFLUEGER Grete e LOPES, José Antônio. Arquitetura do século XX em São Luís – Ilha do Maranhão e Alcântara: Guia de Arquitetura e Paisagem. 1 ed. (bilíngue). Sevilla: Dirección General de Arquitectura y Vivienda, 2008. 448 p.

PFLUEGER Grete Soares Conhecendo a história e a cartografia urbana de São Luís [livro eletrônico]. / Grete Soares Pflueger. – São Luís: UEMA, 2021. 46 f. ISBN: 978-65-89787-56-3 1. Arquitetura Colonial Luso Brasileira. 2.

SANTOS . Boaventura de Souza . Crítica da razão indolente. ed Cortez . São Paulo, 2005.





O que resta quando o patrimônio desaparece? A capela do rosário, o vazio e a memória negra em Laguna (SC)

Guilherme Olivier de Aguiar Flausino – Graduando em Arquitetura e Urbanismo (UDESC - CERES); Laboratório de Resiliência, Urbanidade e Ambiência (Lab R.U.A.); Laguna (SC), Brasil. – E-mail de contato: guilherme.flausino0997@edu.udesc.br

Amanda Schüler Bertoni – Doutora, Professora da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC - CERES); Laboratório de Resiliência, Urbanidade e Ambiência (Lab R.U.A.); Laguna (SC), Brasil. – E-mail de contato: amanda.sb@udesc.br

Carolina Stolf Silveira – Doutora, Professora da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC - CERES - CCT); Laboratório de Resiliência, Urbanidade e Ambiência (Lab R.U.A.); Laguna (SC), Joinville (SC) Brasil. – E-mail de contato: carolina.silveira@udesc.br

Claudione Fernandes de Medeiros – Doutora, Professora da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC - CERES); Laboratório de Resiliência, Urbanidade e Ambiência (Lab R.U.A.); Laguna (SC), Brasil. – E-mail de contato: claudione.medeiros@udesc.br

Resumo

O presente estudo trata de uma reflexão crítica sobre a pluralidade de manifestações do patrimônio cultural a partir da perspectiva da perda e da ausência, investigando suas múltiplas dimensões materiais, imateriais, paisagísticas e territoriais. O problema central desta pesquisa é: o que resta na paisagem e na identidade coletiva quando o patrimônio físico de uma comunidade marginalizada é sumariamente extinto? Para responder a essa questão, elege-se como objeto de estudo a trajetória da finda Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos da Laguna, e do morro tutelar homônimo onde se assentava. O método utilizado para tal, é a análise de documentos e de periódicos da época; escritos de memorialistas locais; registros de história oral; e pesquisas historiográficas contemporâneas. Os principais resultados procuram demonstrar como as ausências e os vazios urbanos são subprodutos do racismo estrutural. Logo, o “vazio” na paisagem cultural não é uma simples ausência, mas um monumento à falta. Ele demanda a reativação da memória social para evidenciar as assimetrias raciais e orientar políticas públicas de reparação, sinalização interpretativa e proteção do patrimônio afro-brasileiro. Longe de encerrar o debate, essa reflexão abre novas possibilidades de pesquisa sobre as disputas atuais entre memória, território e patrimônio.

Palavras-chave: Capela do Rosário; epistemicídio; cultura afro-brasileira.

Introdução

A preservação do patrimônio cultural nas cidades coloniais brasileiras historicamente pautou-se por critérios de monumentalidade e excepcionalidade estética vinculados às elites detentoras do poder político e econômico. Esse processo de epistemicídio – termo cunhado por Boaventura de Sousa Santos –, ao delimitar polígonos de tombamento ao longo do século XX, frequentemente converteu a riqueza das paisagens urbanas em cenários homogêneos, camuflando as profundas assimetrias sociorraciais estruturantes do território.

Laguna, no litoral sul catarinense, desenvolveu-se em torno de uma península com um porto natural estratégico, por onde chegaram africanos escravizados para abastecer atividades urbanas e rurais. Terceiro núcleo urbano mais antigo de Santa Catarina, sua ocupação remonta a períodos pré-históricos, com presença de sociedades sambaquieiras e povos indígenas Tupi-Guarani. Posteriormente, políticas de preservação destacaram a herança luso-açoriana e madeirense na paisagem urbana, valorizando sobrados e casarões da elite colonial. No entanto, esse enfoque acabou invisibilizando as contribuições culturais, sociais e religiosas de populações africanas e afrodescendentes submetidas ao sistema escravista.

Um exemplo desse processo é a trajetória da Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos da Laguna e do morro homônimo onde se localizava. Construída na segunda metade do século XIX por meio do associativismo e da solidariedade da comunidade negra, a capela se consolidou como um importante marco simbólico e visual da Vila e da Lagoa, estruturando um território negro ativo. No entanto, fontes históricas indicam que sua desestruturação e demolição foram justificadas por discursos republicanos de modernização, higienismo e reorganização urbana. Além disso, a negligência com o sítio, afetado por obras portuárias e ferroviárias, evidencia a desvalorização de sua relevância histórica e cultural para o município.



Figuras 1 e 2 - Vista da fachada posterior e principal da Capela do Rosário. Década de 1860 e em 1927. Fonte: (a) Acervo Dalmo Mendes Faísca (adaptado) | (b) Acervo Municipal Casa Candemil (adaptado).



Assim, este artigo analisa a formação da comunidade do Rosário em Laguna, a relevância tipológica e territorial de sua Igreja, e destrincha os mecanismos de seu apagamento urbanístico. Almeja-se, assim, restituir a visibilidade do Rosário não como uma excentricidade local, mas como resgate da memória de espaços de sociabilidade negra. Por fim, o trabalho encerra-se com um exame teórico sobre o conceito de epistemicídio, investigando como a destruição deliberada deste patrimônio arquitetônico afro-brasileiro atua como um mecanismo de liquidação do conhecimento, da história e da identidade de grupos marginalizados, demandando novas posturas epistemológicas nas práticas contemporâneas de preservação. Itapeturu, Mearim, Pindaré e Munim, da marcação de povoados transitórios e cidades como Nazaré e o terceiro tempo da disputa colonial francesa e portuguesa e da invasão holandesa até a consolidação do urbanismo colonial português e apogeu de São Luís e Alcântara no século XVII -XVIII e expansão urbana dos séculos XIX e XX.

A Diáspora Africana na Laguna e o Prelúdio do Rosário

A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos da Laguna, responsável pela Capela de mesmo nome, possui origens ligadas a outras confrarias e irmandades compostas por pessoas negras, notadamente, à Confraria de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de Lisboa, do Mosteiro de São Domingos.

Em um cenário onde as corporações e irmandades brancas barravam a participação de negros com base em estatutos de "pureza de sangue", as Confrarias do Rosário dos Pretos, sob a chancela da Igreja Católica, eram uma das raras frestas institucionais que permitiram aos africanos e afrodescendentes uma rede de laços comunitários e amparo mútuo. Essas associações tinham um papel duplo: funcionavam como instrumentos de catequese e controle social, mas também eram apropriadas pelos negros como formas de resistência coletiva. Além do apoio religioso, as confrarias garantiam proteção aos membros, promoviam solidariedade e ajudavam na compra de alforrias. Esse modelo se espalhou pelo Brasil Colônia e Imperial. Em Santa Catarina, a população negra foi fundamental para a ocupação econômica e militar da região.

Enquanto na capital Desterro (atual Florianópolis) a Irmandade do Rosário e São Benedito foi fundada em 1750, na histórica vila de Laguna a organização dos homens pretos consolidou-se firmemente nas primeiras décadas do século XIX, tendo seus primeiros registros datados de 1725. Oficialmente, o registro mais antigo encontrado atualmente se trata da obra "Memórias Históricas do Rio de Janeiro", de José de Souza Azevedo Pizarro e Araújo (1820), onde o autor confirma a existência da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos da Laguna como entidade na Vila (Ulysséa, 1976). Essa agremiação exercia papel socioeconômico e humanitário essencial: arrecadava recursos para garantir sepultamento digno aos membros, amparava órfãos e viúvas e mantinha fundos para a alforria de irmãos escravizados, atuando discretamente contra o sistema escravista (Pedro; Czesnat; Falcão, 1998; Rosa, 2021). A formação dessa comunidade lagunense, portanto, não se limitava a um agrupamento demográfico, mas configurava uma autêntica articulação política e afetiva de resistência e afirmação identitária.

¹ SANTOS, Boaventura de Sousa. *La globalización del derecho: los nuevos caminos de la regulación y la emancipación*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia. 1998.

² JARAMILLO, Maria Matilde Villegas. *Entre os morros e a lagoa: Laguna cidade documento*. 303 f. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Rio de Janeiro, 2016

³ FISCHER, Gustavo. *Os sambaquis no litoral sul de Santa Catarina entre 2000 e 1000 anos antes do presente*. 2025. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado e Licenciatura em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2025.

⁴ Citada em alvará por D. Manuel I de Portugal em 14/06/1496, é a primeira Irmandade em Portugal exclusivamente composta por pessoas negras.

⁵ RASCHE, Karla Leandro. *Festas, procissões e celebração da morte na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos em Desterro/SC (1860-1890)*. Itajaí: UDESC; Casa Aberta, 2010.

(DES)Construção do Território Negro em Laguna: A Capela do Rosário como marco da paisagem e suas vivências imateriais

A construção de um templo próprio representava o auge do reconhecimento social e da autonomia de uma Irmandade no período imperial. Em Laguna, a comunidade negra iniciou, no fim da década de 1820, a busca por um espaço sagrado ao adquirir um terreno no Morro do Potreiro, no norte da cidade, que depois passou a ser chamado Morro do Rosário (Rosa, 2022). As obras da capela tiveram início por volta de 1845 (Dall'Alba, 1938). Devido à escassez crônica de recursos financeiros que acometia as populações escravizadas e libertas, o processo construtivo estendeu-se por quase três décadas, sendo concluído parcialmente antes da década de 1870 (Rosa, 2022).

A materialidade do templo refletia o esforço dos irmãos, com paredes largas de alvenaria de pedra construídas por negros da vila. O telhado, acabamentos e decoração interna foram viabilizados por esmolas públicas e por recursos de uma apólice herdada. Registros da imprensa confirmam a regularidade dos recursos financeiros e os repasses ao tesoureiro João Fortunato José da Silva. A capela, situada no topo do morro, destacava-se na paisagem de Laguna, sendo um marco visível, que reforçava a sua centralidade territorial e cultural. A sua posição elevada também simbolizava a presença e a dignidade da comunidade negra diante da cidade senhorial branca abaixo.

Após sua construção, a Capela do Rosário tornou-se um importante centro de vivências que desafiavam a ordem colonial e senhorial. O seu auge ocorreu no período de maior intensidade da escravidão no século XIX, quando as festas da padroeira reuniam grandes multidões e eram marcadas pela presença das “coisas africanas” (Ulysséa, 1976). Nessas celebrações, conviviam a liturgia católica, realizada no interior da Igreja, e rituais de matriz africana no entorno, incluindo a coroação de um Rei e uma Rainha negros com sua corte. Em 1836, por exemplo, o escravizado liberto Francisco Vaga foi o Rei da festividade, tendo a escravizada Josefa como Rainha (Ulysséa, 1946).

da festividade, tendo a escravizada Josefa como Rainha (Ulysséa, 1946).

"SERMO MODERNITATIS": Demolição, Periferização e pagamento (1880–1940)

A passagem do século XIX para o XX, marcada pelo ideal de “ordem, progresso e modernização”, criou um cenário hostil às territorialidades negras nas cidades brasileiras. Com a República, adotou-se um projeto urbano inspirado em modelos europeus, baseado no sanitismo e na padronização estética, que passou a associar espaços e práticas negras ao atraso e à insalubridade. Nesse processo, reformas urbanísticas promoveram a demolição de cortiços, o alargamento de vias e a eliminação de elementos considerados antigos (Sant'Anna, 2015). Em Laguna, essa lógica excludente se intensificou com a construção do porto, gerando também formas de violência física e simbólica ligadas à modernização. A reconfiguração da infraestrutura urbana para atender às demandas portuárias e ferroviárias causou os primeiros impactos físicos diretos sobre o Morro do Rosário.

Intervenções de engenharia pesada promoveram escavações profundas e detonações na base e nas encostas do Morro para viabilizar o assentamento dos trilhos ferroviários e a construção do cais, comprometendo gravemente a estabilidade e integridade geológica e estrutural do cume onde a Capela estava assentada. Em 1892, o padre Carlos José Leopoldo Boegershausen, em minucioso relatório de sua visita pastoral à Laguna, emitiu alertas contundentes às autoridades eclesiásticas e civis acerca dos riscos iminentes de desabamento e fragilização que ameaçavam o Templo do Rosário devido às agressivas escavações periféricas (Costa, 2022; 2024). Contudo, ao invés de promover a contenção do terreno e a salvaguarda do bem, o poder público e a elite letrada instrumentalizaram a fragilidade do edifício de pedra e cal para justificar o seu extermínio. Operou-se, então, um sistemático ataque ideológico e político conduzido através da imprensa local.



Figura 4 - Rua Voluntário Carpes, no Centro Histórico de Laguna, em 1897.
Fonte: Acervo Dalmo Mendes Faísca (adaptado).



Figura 3 - Vista do Centro Histórico de Laguna, já com aterro parcial (atual Av. Eng. Colombo Machado Salles), em 1928.
Fonte: Acervo Hilário Pereira, “O Velho Conde de Laguna” (adaptado).

Após o término dos atos processionais e missas, o território do Rosário expandia-se pelas encostas do morro e pelas ruas adjacentes do Centro Histórico. O som dos tambores, os batuques, as congadas e as danças de matriz centro-africana estendiam-se até altas horas da noite (Pedro et al., 1988). Para os observadores brancos da elite letrada, aquelas manifestações eram frequentemente descritas sob lentes preconceituosas, que apontavam para o uso de “vestimentas grotescas”, “extravagância” e “cores berrantes” (Ulysséa, 1976). Sob a perspectiva da antropologia histórica, o “complexo do Rosário” (morro, capela e adro) pode ser entendido como um território negro marcado por intensa dinâmica cultural, no qual adaptação e resistência sustentavam a identidade diaspórica, a realeza simbólica e a afirmação da humanidade frente à escravidão. Além disso, a Capela integrava a vida urbana de Laguna, sendo até 1885 o ponto de partida da procissão do Senhor Bom Jesus dos Passos, o que evidencia sua centralidade na cena pública e sua forte ligação com a cidade.

A materialidade do templo refletia o esforço dos irmãos, com paredes largas de alvenaria de pedra construídas por negros da vila. O telhado, acabamentos e decoração interna foram viabilizados por esmolas públicas e por recursos de uma apólice herdada. Registros da imprensa confirmam a regularidade dos recursos financeiros e os repasses ao tesoureiro João Fortunato José da Silva. A capela, situada no topo do morro, destacava-se na paisagem de Laguna, sendo um marco visível, que reforçava a sua centralidade territorial e cultural. A sua posição elevada também simbolizava a presença e a dignidade da comunidade negra diante da cidade senhorial branca abaixo.

Após sua construção, a Capela do Rosário tornou-se um importante centro de vivências que desafiavam a ordem colonial e senhorial. O seu auge ocorreu no período de maior intensidade da escravidão no século XIX, quando as festas da padroeira reuniam grandes multidões e eram marcadas pela presença das “coisas africanas” (Ulysséa, 1976). Nessas celebrações, conviviam a liturgia católica, realizada no interior da Igreja, e rituais de matriz africana no entorno, incluindo a coroação de um Rei e uma Rainha negros com sua corte. Em 1836, por exemplo, o escravizado liberto Francisco Vaga foi o Rei

Nas primeiras décadas do século XX, periódicos como o jornal “O Albor” promoveram uma intensa campanha pela demolição da Capela do Rosário. Sob o argumento de preservar a “segurança pública” e a “estética urbana”, os textos descreviam o templo como uma “ruína deplorável” e símbolo da “decadência religiosa”, além de apontá-lo como ameaça às casas vizinhas na encosta. A imprensa também ironizava a condição da Irmandade, formada majoritariamente por operários, destacando a falta de recursos para restaurar as grossas paredes da capela, obra estimada em oito contos de réis – considerando um comparativo histórico, 8 contos de réis equivaleriam cerca de R\$ 984.000,00 atualmente –, ao que registram autores, tais como Sayão (2015).

Como estratégia de legitimação do despejo territorial, o Jornal defendia o deslocamento forçado, propondo que a Prefeitura desapropriasse o topo do morro e financiasse novas capelas em bairros periféricos, afastando os símbolos negros do Centro Histórico e da elite local. Também pressionava pela construção de uma capela “mais decente” no Campo de Fora para a Irmandade do Rosário (Costa, 2022). Essa ofensiva letrada refletia o racismo institucional e o desejo das elites urbanas de afastar do centro da cidade as formas visíveis de organização da população negra. O abandono da Irmandade integrava um processo mais amplo de desvalorização das celebrações afro-populares e de estrangulamento econômico dessas associações. Sem financiamento comunitário, sob pressão policial e civil e sem apoio da hierarquia católica, a agremiação acabou entrando em colapso.

Entre episódios de incêndio e abandono forçado, o processo de apagamento culminou na demolição sumária da Capela na década de 1930 (Rodrigues, 2003). Pouco tempo depois, em 1941, o solo sagrado negro onde se assentavam as fundações do templo foi formalmente alienado, loteado e vendido para a iniciativa privada (ao Dr. João de Oliveira, que já havia erguido cinco casas na encosta do morro, segundo carta do Pe. Bernardo Philippi de Laguna para o Pe. Harri Bauer de Florianópolis, em 27/06/1939). O ato levou à dispersão dos poucos membros sobreviventes e à dissolução definitiva da Irmandade dos Pretos, eliminando sua presença material em Laguna e encerrando séculos de história no silêncio dos registros, décadas antes das políticas oficiais de tombamento e preservação do Centro Histórico (1985).

Vazio Na Paisagem, Arqueologia Da Ausência e o Epistemicídio como ato final

O apagamento estruturado da Capela e da Irmandade do Rosário de Laguna não é fato isolado da história Catarinense. Pelo contrário, insere-se em um padrão sistemático e transnacional de apropriação do solo e higienização étnica que marcou as principais cidades brasileiras na primeira metade do século XX. Processos semelhantes de demolição de igrejas de irmandades negras ocorreram em São Paulo (1903), Uberaba (1924), Porto Alegre, Santa Maria (1942) e Campinas (1956), geralmente associados a reformas urbanas e alargamento de vias modernas (Ernesto, 2017). Em todos esses cenários, a retórica e o discurso civilizatório operaram como uma ferramenta de higienização étnica do espaço urbano, atuando como justificativa para dismantelar os núcleos de territorialidade e poder simbólico afro-brasileiro.

No tempo presente, o cidadão ou pesquisador que percorre o Centro Histórico de Laguna – tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) – e observa o Morro do Rosário depara-se, quando conhecedor da história, com um desconcertante vazio na paisagem. Não há vestígios arqueológicos visíveis, ruínas preservadas, placas interpretativas ou monumentos públicos que indiquem que ali existiu um templo sagrado erguido por mãos negras escravizadas. O topo do morro foi densamente descaracterizado por um adensamento urbano irregular, que apagou a antiga feição do lugar e remete à apropriação do antigo “comprador”. Forma-se, assim, um profundo paradoxo: embora o Morro do Rosário seja hoje o único sítio arqueológico ligado à cultura negra na região de Laguna, permanece desprovido de salvaguarda material e simbólica.



Figura 5 - Centro Histórico de Laguna, já sem a Capela no Morro do Rosário, em 1947.
Fonte: As Mil e Uma Histórias de Laguna (adaptado).

No âmbito da cultura material móvel, o apagamento também teve efeito desmobilizador. A imagem setecentista de madeira de Nossa Senhora do Rosário, antes no altar-mor da capela demolida, permaneceu por décadas deslocada de seu contexto original, guardada na Igreja de Nossa Senhora Auxiliadora, afastada de sua função como eixo de memória da comunidade afro-lagunense (Sayão, 2013). Essa ausência material leva teóricos do patrimônio a repensarem o que resta após a destruição: o vazio da Capela do Rosário não é um “não-lugar”, mas uma presença política latente e um testemunho do epistemicídio na formação da cidade.

Ao apagar a capela e, ao mesmo tempo, valorizar casarões coloniais, fachadas luso-açorianas e monumentos de figuras coloniais e republicanas, a memória oficial de Laguna promoveu uma seleção desigual. Consolidou-se, assim, um duplo apagamento: a destruição física do bem e a posterior recusa institucional em preservar ou rememorar seu legado imaterial, relegando a presença afro-lagunense à invisibilidade de um “patrimônio da ausência”. Logo, percebe-se que, no campo do patrimônio arquitetônico, o epistemicídio ocorre quando o Estado e as elites letradas utilizam seus poderes legais, técnicos e urbanísticos para decidir quais edifícios merecem integrar a memória histórica e quais serão eliminados pela demolição.

Destruir a Capela do Rosário e “soterrar” seu morro sob construções amorfas é um ato de liquidação epistêmica, destinado a apagar os rastros espaciais de soberania, fé e organização corporativa dos negros, impedindo que futuras gerações pudessem ancorar sua identidade em marcos físicos dignos e ancestrais.

Contudo, as estruturas invisibilizadas pelo epistemicídio resistem nas fraturas da memória social e da história oral, funcionando como contra-arquivos contra o esquecimento oficial. Um exemplo dessa resistência está no depoimento do antigo cidadão lagunense João Juvêncio Martins, conhecido como Sr. João “Salame” (1913), registrado por Liliane Lucena em 1998, no qual ele rememora com precisão a materialidade e a dimensão afetiva da capelinha do alto do morro:

“Eu estive naquela capelinha, já abandonada, mas estive. Feita pelos escravos... [...] era uma relíquia para Laguna! Era toda feita de pedras, [...] e as paredes eram muito largas... [...] Não tinha nenhum valor material, mas tinha sentimental [...].” (Lucena, 1998, p. 110).

O depoimento do Sr. João “Salame” subverte radicalmente a lógica da crônica depreciativa dos jornais locais. Enquanto os articulistas da elite tentaram legitimar a demolição, a memória do morador atribui um valor afetivo profundo. Esse trecho de história oral evidencia como a Capela e a Irmandade do Rosário se mantiveram como símbolos vivos, apesar do apagamento promovido por discursos oficiais. A história oral combate o epistemicídio ao preencher lacunas de memória e ressignificar o espaço como lugar de memória.

**Em 1996 ocorreu um rebaixo parcial de sua imponente altura original: 16 metros.*

Considerações finais e os caminhos para uma preservação plural e inclusiva

A trajetória de elevação, esplendor, asfixia e demolição da Capela e da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos da Laguna evidencia a necessidade de uma refundação epistemológica nas práticas de preservação do patrimônio arquitetônico e urbano. A diversidade cultural não deve se restringir ao patrimônio material monumental, mas incluir também uma leitura crítica das ausências. Vazios urbanos e demolições devem ser compreendidos como marcas de processos históricos de exclusão racial, tão significativas quanto os edifícios preservados.

Em Laguna, o esvaziamento e apagamento do território negro produziram uma dupla violência: a destruição da Capela do Rosário rompeu a base material da identidade afro-lagunense e afastou a comunidade de seu espaço sagrado e de suas práticas rituais, interrompendo a continuidade da presença afro-brasileira na cidade. Para enfrentar esse epistemicídio, as políticas de preservação cultural devem ir além do tombamento de estruturas luso-açorianas, incorporando ações de reparação histórica e restituição simbólica que reintegrem o Morro do Rosário ao imaginário e à paisagem urbana.

As ações afirmativas propostas incluem sinalização interpretativa e design urbano no Morro do Rosário, com marcos, memoriais e totens informativos que, apoiados por cartografia histórica e realidade aumentada, recuperem a história da antiga capela e suas técnicas construtivas. Também envolvem requalificação urbana com prospecções arqueológicas controladas, integrando vestígios da capela a um projeto que valorize o local como patrimônio vivo.



Figura 6 e 7 - Comparativo da paisagem, vista da Rua Voluntário Fermiano. Fonte: (a) Acervo Hilário Pereira, “O Velho Conde de Laguna” (adaptado). (b) Acervo dos autores, Lab. R. U. A. e Lab. Criação (UDESC – CERES), 2026.

Somam-se ações educativas e participativas com escolas, comunidades quilombolas e povos de terreiro, voltadas à construção de inventários do patrimônio imaterial afro-lagunense e à ampliação da história oral. Inclui-se ainda a repatriação simbólica de bens culturais por meio de circuitos que reconectem a imagem de Nossa Senhora do Rosário ao seu território original, incentivando festas e rituais da memória negra local. Essas medidas buscam tornar visível a história do racismo estrutural, denunciando a demolição da Capela como um apagamento urbanístico e identitário, e entendendo o vazio no morro não como fim, mas como abertura para a reconstrução da memória coletiva e da cidade.

O que resta quando o patrimônio físico desaparece é a responsabilidade de lembrar, narrar e visibilizar, assegurando que as vozes, os tambores e as pedras assentadas e erguidas pela comunidade negra da Laguna encontrem amparo em políticas patrimoniais genuinamente inclusivas e democráticas, continuando a ecoar na contemporaneidade.

Referências

ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. *Memórias históricas do Rio de Janeiro e das províncias anexas a jurisdição do vice-rei do Estado do Brasil, dedicadas a el-rei nosso senhor D. João VI. Vol. 1. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1820.*

COSTA, Willian Felipe Martins. “Não tinha nenhum valor material, mas tinha sentimental”: o território negro do Rosário na cidade de Laguna/ Santa Catarina. *Fronteiras: Revista Catarinense de História, Brasil*, n. 44, p. 252–278, 2024.



COSTA, Willian Felipe Martins. Uma igreja construída para o negro: de uma irmandade de negro – espaços e devoções negras na América no tempo-presente/Laguna – Santa Catarina. 2022. 125 f. Dissertação (Mestrado em História do Tempo Presente) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2022.

DALL'ALBA, João Leonir. Laguna antes de 1880. Florianópolis: Editora Lunardelli; Editora UDESC, 1938.

ERNESTO, Neide Amorim. O entrelugar da mulher negra na sociedade brasileira: a representação feminina em Clara dos Anjos. 2017. 134 f. Dissertação (Mestrado em Humanidades, Culturas e Artes) – Universidade do Grande Rio (UNIGRANRIO), Duque de Caxias, 2017.

FISCHER, Gustavo. Os sambaquis no litoral sul de Santa Catarina entre 2000 e 1000 anos antes do presente. 2025. 54 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado e Licenciatura em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2025.

JARAMILLO, Maria Matilde Villegas. Entre os morros e a lagoa: Laguna cidade documento. 303 f. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Rio de Janeiro, 2016.

Jornal “ARAZÃO”. Laguna, edição de 24 abr. 1932.

Jornal “CORREIO DO SUL”. Laguna. Exemplares entre out. 1939 e mai. 1945.

Jornal “O ALBOR”. Laguna. Exemplares entre abr. 1904 e dez. 1957.

Jornal “O MUNICÍPIO”. Laguna. Exemplares entre mar. 1879 e mai. 1879.

LUCENA, Liliane Monfardini Fernandes de. Laguna: de ontem a hoje espaços públicos e vida urbana. 1998. 176 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis, 1998.

PEDRO, Joana Maria; CZESNAT, Lygia de Oliveira; FALCÃO, Luiz Felipe (Orgs.). Negro em terra de branco: escravidão e preconceito em Santa Catarina no século XIX. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

RASCHE, Karla Leandro. Festas, procissões e celebração da morte na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos em Desterro/SC (1860-1890). Itajaí: UDESC; Casa Aberta, 2010.

RODRIGUES, Márcio José. A Confraria: compromisso da Irmandade do Santíssimo Sacramento e Santo Antônio. Laguna: Editora Dehon, 2003.

ROSA, Júlio César da. Associativismo negro em Laguna e a construção identitária: irmandade, sociedades musicais e clubes negros (1870 a 1950). 2021. 337 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2021.

ROSA, Júlio César da. Os Pretos do Rosário no pós-Abolição: experiências de uma Irmandade negra em Laguna (SC) no final do século XIX. Escritas do Tempo, [S. l.], v. 4, n. 10, p. 123–148, 2022.

SANT'ANNA, Márcia da Silva. Da cidade-monumento à cidade-documento: a norma de preservação de áreas urbanas no Brasil: 1937-1990. Salvador: Oiti, 2015.

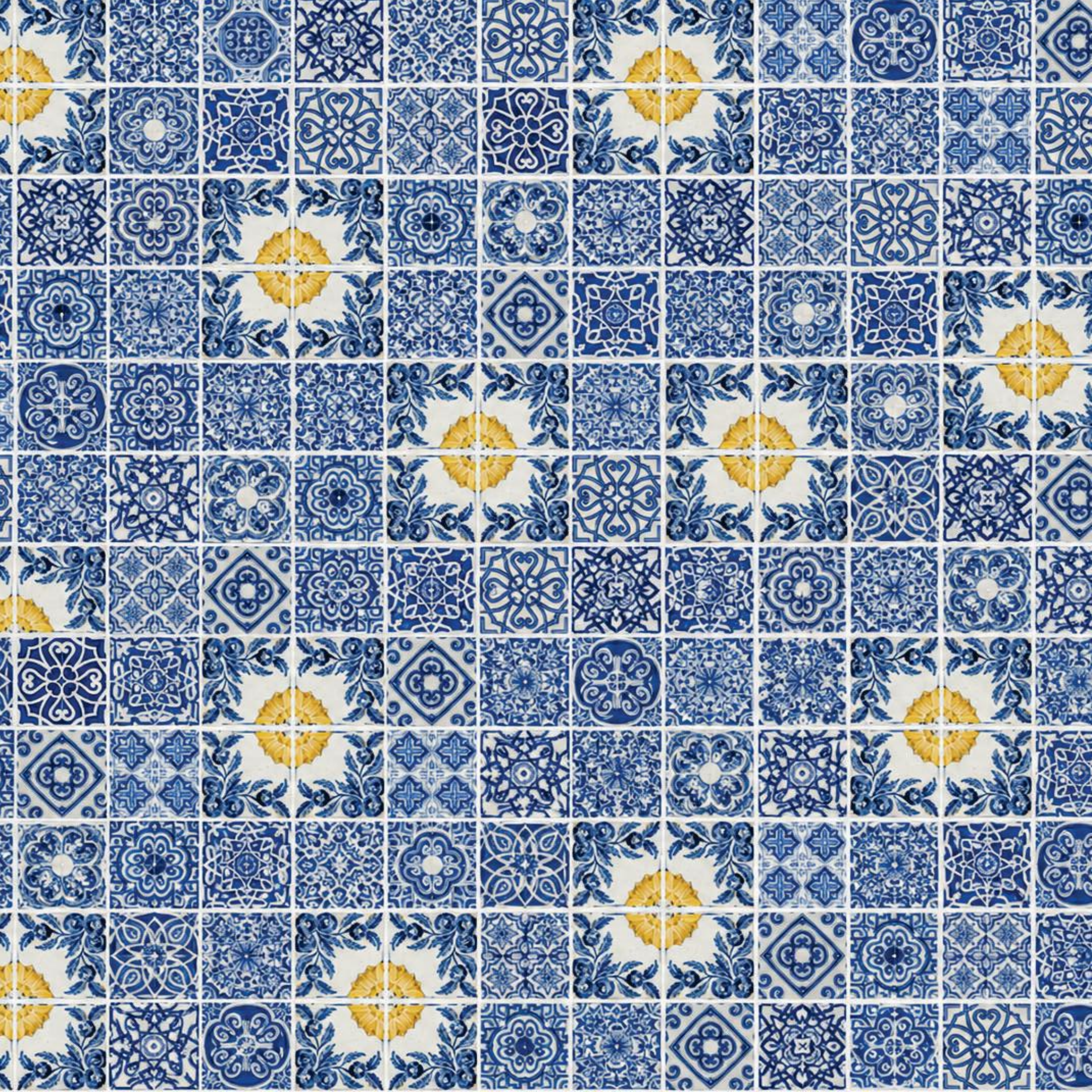
SANTOS. Boaventura de Sousa. La globalización del derecho: los nuevos caminos de la regulación y la emancipación. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 1998.

SAYÃO, Thiago Juliano. Negras paisagens: (in)visualidade afrodescendente na Laguna (SC). In: 1º Colóquio Internacional de História Cultural da Cidade – Homenagem à Sandra Jatahy Pesavento. Porto Alegre: CIHCC, 2015.

SAYÃO, Thiago Juliano. Negras paisagens: primeiras leituras sobre a demolição e o apagamento da igreja da Irmandade do Rosário de Laguna, SC. In: XXVII Simpósio Nacional De História, 27., 2013, Natal. Natal: UFRN; ANPUH, 2013.

ULYSSEÁ, Nail Lima. Três séculos na Matriz de Santo Antônio dos Anjos da Laguna. In: Santo Antônio dos Anjos da Laguna: seus valores históricos e humanos. Publicação comemorativa da passagem do seu tricentenário de Fundação. Florianópolis: IOESC, 1976. p. 159-200.

ULYSSEÁ, Saul. Coisas Velhas. Laguna: IOESC, 1946.





A DIVERSIDADE PORTUGUESA NAS FORTIFICAÇÕES DA AMAZÔNIA BRASILEIRA: O caso da Fortaleza da Barra, em Manaus-AM

Graciete Guerra da Costa – Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, Brasil – gracietegcosta@gmail.com

Resumo

O estudo é a continuação de um projeto de pós-doutorado, marcado pela interdisciplinaridade, dos Fortes Portugueses na Amazônia Brasileira, de 1616 a 1776, fruto da acomodação europeia inscrita na "Westphalian Order" de 1648 e do Tratado de Madri de 1750. Delimita as posses coloniais no universo amazônico. Nesse contexto, a Arquitetura, a História e as Relações Internacionais se dão as mãos. Examina a cartografia dos limites, a geopolítica e a sociologia da conquista. O trabalho estuda as características particulares da arquitetura militar produzida na Região em meados dos séculos XVII e XVIII. O objetivo desse trabalho inédito foi retomar o Forte da Barra, em Manaus, uma vez que em escavações recentes, em 2026, no prédio da Booth Line, em obra de restauração, encontrou-se nas fundações as paredes de pedra da antiga fortaleza. Alguns fortes se situam próximos a fronteiras em locais de antigos acampamentos de tropas de resgate. A localização escolhida pelos portugueses foi função das características estratégicas militares, em geral grandes platôs de desenho triangular ou quadrado, parte delas se localizam no meio da floresta, às margens dos rios Amazonas, Negro, Solimões, Guaporé, Branco e outros. As Fortificações na Hileia se apresentam como um marco referencial na análise da estratégia e da logística de segurança do colonialismo lusitano na Amazônia. A política da Coroa Portuguesa, de fortificar, demarcar, ocupar e povoar a Região que lhe cabia, faz parte da decisão pombalina de substituir as missões religiosas por freguesias, confiada a militares, a representantes do rei, e a alguns membros do clero. A divisão territorial incrustada por propriedades da Igreja passou a contar com o apoio da sociedade. A fundação de fortalezas por todo o vale do Rio Amazonas: Forte do Presépio (Belém); Fortaleza da Barra (Manaus); Forte Príncipe da Beira; Fortaleza de Macapá, e outras ensaiaram substituir missões religiosas.

Palavras-chave: Amazônia; Forte da Barra em Manaus; Arquitetura Militar.

Introdução

As fortalezas erguidas nos séculos XVII e XVIII na Amazônia representaram a estratégia ibérica, a favor de eficientes políticas de defesa. Os portugueses enfrentaram a resistência da população indígena. Lutas, massacres e mortes dos verdadeiros donos da terra, presos pelas Tropas de Resgate compõem a memória das fortificações do Presépio (Belém - PA); Santo Antonio de Gurupá (Gurupá - PA); Fortaleza da Barra (Manaus - AM); e outros.

A descrição nada precisa da localização dos fortes. Por exemplo, afirmar que estavam “na margem esquerda do rio...”. A opção de trabalhar com as coordenadas geográficas das fortificações soluciona dúvidas quanto à localização e a geonímia.

A abordagem sobre os religiosos e o seu poder na sociedade colonial ilustra a influência da Igreja.

Por ordem cronológica a pesquisa original realizada, em 2014, estudou a chegada dos portugueses na Amazônia, do Leste para Oeste, e do Sul para o Norte. O estudo inédito, em 2026, retomará a Fortaleza de São José da Barra do Rio Negro - Manaus – AM (1669) para precisar uma nova localização desta vez ligada a uma casa símbolo do período da borracha em Manaus, a BoothLine.

Fortificações erigidas de 1616 A 1697

A cobiça europeia trouxe para a Amazônia sertanistas, colonos, religiosos, e militares de diferentes nacionalidades, na busca das Drogas do Sertão.

Portugueses, espanhóis, franceses, holandeses e ingleses subiam e desciam os rios distanciando-se léguas e léguas do litoral. Esse movimento desencadeou resistência contra o domínio e a ocupação das terras indígenas e a exploração da força de trabalho dos nativos.

O rio e a floresta, para o primitivo habitante da região, como também para o conquistador que queria dominá-la, foram as entidades modelares da cultura amazônica, imprimindo-lhe identidade própria ao longo do seu processo sócio-histórico de ocupação.

Forte, fortaleza, fortim, reduto, fortificação, são as denominações encontradas na necessidade de abrigar peças de artilharia e soldados, com função de defender dos ataques inimigos uma praça, um ponto ou uma região. Luis Serrão Pimentel, considerado o primeiro a tratar a engenharia militar de fortificações em português, em 1680, define textualmente – “Forte he húa Praça cercada de fossos, Reparos, & Baluartes; dos quais se pôde defender com pouca gente contra a força do inimigo”.

Do século XVII ao século XX passaram pelas missões amazônicas os capuchinhos, os mercedários, os franciscanos, os carmelitas, os dominicanos e os salesianos. O olhar voltado para o outro lado do Atlântico nordestava a conquista por meio da cruz, logo apoiada pela espada.

A situação política instável no século XVIII e a disputa dos domínios coloniais entre casas reais europeias obrigavam os ibéricos a ocupar e defender suas possessões na Amazônia.

Membros de ordens religiosas, dentre as mais tradicionais da Igreja Católica, catequizaram índios ensinando a língua portuguesa. Traçaram táticas para a efetiva colonização amazônica.

A difusão dos Tratados de Arquitetura, como os de Alberti (1492), Filarete (1464), Di Giorgio (1500), Serlio (1537), Dürer (1554), Palladio (1556 e 1570), Serrão Pimentel (1680) – o primeiro em língua portuguesa, além de engenheiros italianos requisitados por Portugal e Espanha para desenhar fortificações, contribuíram para firmar esse modelo renascentista nas Américas, África e Ásia.

As primeiras fortificações construídas pelos portugueses na Amazônia eram precárias. Em alguns lugares não havia pedra. Tal fato obrigou a construir vedações de estacas de madeira ou paliçadas de pau-a-pique, com torres de madeira e taipa nos vértices; eram algumas vezes reforçadas na base com terra batida, circundadas por fossos mais ou menos profundos⁸.

Fortaleza de São José da Barra do Rio Negro - Manaus – AM (1669)
Novas Coordenadas geográficas: 03º 08' 55" S 059º 57' 16" W

A Fortaleza de São José da Barra, ou Forte da Barra de São José do Rio Negro, ou Forte de São José, ou Casa Forte, foi erguida – provavelmente em 1669 – para resguardar o Rio Negro das incursões consideradas inimigas. Era uma porção ribeirinha de um sistema de colinas tubuliformes, à altura de 44,99 metros sobre o nível do mar, aos 003º 08' 55" de latitude Sul e 059º 57' 16" W de longitude Oeste de Greenwich. Havia dúvidas sobre a localização exata do extinto forte, uma vez ter sido objeto de pesquisa pela empresa Zanettini Arqueologia, em 2002, que, segundo relatório, não encontraram vestígios da fortificação naquele local. A nova localização, confirmada em maio de 2026, é visivelmente diferente daquela que consideramos no trabalho anterior. O forte se encontra embaixo do edifício da BoothLine, no Centro Histórico de Manaus, atualmente em restauração.

Em 1668, o general Antônio Albuquerque Coelho de Carvalho Velho, primeiro Governador do Maranhão e Grão-Pará, determinou que o capitão de artilharia Francisco da Mota Falcão erguesse um posto avançado e fortificado, capaz de controlar a circulação de embarcações holandesas ou espanholas junto aos rios Negro, Solimões e Amazonas. Em 1669, Francisco da Mota Falcão lançou os alicerces, em nome de Portugal, da Fortaleza de São José da Barra do Rio Negro, ajudado por seu filho Manoel da Mota Siqueira. Necessitavam os portugueses de um posto avançado e militarmente protegido, capaz de garantir a posse das terras da Amazônia.

A partir daquele momento, as terras vizinhas e originárias de Manáos atraíram novos moradores, em um povoado, denominado de Lugar da Barra.

A região onde os portugueses implantaram o Forte de São José da Barra do Rio Negro correspondeu ao local da antiga Aldeia dos Manáos¹¹, e um dos velhos acampamentos de tropas de resgate, e foi escolhido em função de suas características estratégicas militares. Estava em um grande platô de

desenho triangular, vastamente irrigado, localizado à margem esquerda do Rio Negro, próximo à confluência com o Rio Solimões¹².

A aldeia dos Manáos era imensa e a ambição desmedida do colonizador em invadir e explorar as terras, aprisionar, vender e matar tornava impossível a convivência saudável entre eles. Nesse cenário de guerra encontrava-se Ajuricaba, guerreiro chefe da tribo dos Manáos, que decidiu enfrentar o inimigo, comandando uma rebelião que se tornaria o símbolo da reação dos índios do Rio Negro contra a opressão. Atacou, lutou, negociou e aliou-se com os holandeses da Guiana. Todavia, segundo Arthur Reis¹³, a rebelião “foi arranjada para aprovação da guerra pretendida, exigida pelos sertanistas e comerciantes, impedidos de seus lucros, enquanto os Manáos estivessem sem armas”. Atacado pela retaguarda, Ajuricaba acabou preso, depois da luta, na qual perdeu seu filho Cucunaca, tão bravo quanto ele. Acorrentado e levado ao Pará para ser julgado, no caminho, lançou-se à água, morrendo afogado¹⁴.



Figura 1: Planta (croquis) da Cidade de Manaus (1852). Fonte: Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro, 2013.

Em sentido estritamente didático, é possível afirmar que o cateto menor desse triângulo irregular corresponde à linha ribeirinha que se desenvolve da foz do rio Tarumã-Açu (a Oeste) até a curva do Rio Negro (na porção Sul). O cateto mediano desenvolve-se da curva citada à foz do braço do Rio Puraquequara (a Leste), já acompanhando o Rio Amazonas, após o chamado “encontro das águas” dos rios Negro e Solimões. O cateto maior corresponde à linha interiorana que une tanto a foz do Rio Negro, quanto à do Solimões, que deságuam para formar o Rio Amazonas.

Dessa vasta gleba de terra ocupada pela cidade de Manaus¹⁵, escolheram uma fração menor para a construção de fortificação, localizada junto ao cateto menor, banhado pelo Rio Negro, e delimitado pelos igarapés de São Raimundo e dos Estudantes. Segundo o geógrafo Aziz Nacib Ab'Saber¹⁶, o sítio físico onde provavelmente implantaram o forte “*possui uma situação absolutamente privilegiada em face das extensões amazônicas e do gigantesco quadro de drenagem da bacia hidrográfica regional*”.

Segundo o ouvidor Francisco Xavier Ribeiro Sampaio, o capitão Mota Falcão era “grande sabedor de assuntos militares”¹⁷. Uma fortaleza de forma quadrangular foi erguida em taipa de pilão, sem fosso. Em torno dessa construção se agrupavam os índios Manáos, Barés, Banibás, Passés, Aroaquis, Juris e de outras tribos; não tardou e começou a se desenvolver o povoado que deu origem à atual cidade de Manaus. Provável que tenha sido demolido e suas pedras usadas para outros fins¹⁴.

Em 2026, durante a obra de restauração do Complexo da BoothLine²⁰, para transformar o local no Mercado de Origem da Amazônia foram encontradas as paredes de pedra do Forte de São José da Barra do Rio Negro.

A BoothLine foi a empresa de navegação, de Liverpool²¹, presente em Manaus desde 1901 até 1963, que fez a ligação entre Manaus e a Europa, e América do Norte. O nome é oriundo dos irmãos Alfred e Charles Booth, fundadores da empresa de navegação marítima Booth Line. Da Inglaterra para o Brasil, em meados do século XIX, vinham alimentos, vestuário, móveis, bebidas, derivados do leite, instrumentos musicais, armas, munições, ferramentas, louças e até artigos de palha, cimento, ferro, metais e outros.



Figura 2: Fachada do edifício da BoothLine no Centro Histórico de Manaus.
Autor: Fundação Doimo, Grupo Uai e parceiros. Fonte: Graciete Guerra da Costa, 2026.

O isolamento da Amazonia só pode ser compreendido a partir de experiências vividas na região. São 1.500 km de Belém para Manaus, pelo Rio Amazonas, contracorrente. Antes dos navios a vapor essa viagem durava de 90 a 120 dias.

Com a introdução da navegação à vapor os ingleses rapidamente dominaram o mercado e a BoothLine, que servia à região amazônica, partindo de Liverpool, fazendo a linha Belém-Manaus-Iquitos (no Peru).

Sem dúvida, o planejamento urbano a que Manaus foi submetida, com grandes obras públicas, significaram melhorias substanciais para a qualidade de vida dos moradores: largas avenidas; pavimentação com paralelepípedos de granito cinzento nas via principais e pedras vermelhas nas secundárias; iluminação elétrica; bondes; esgotos tratados; estação de bombeamento de água potável e sua rede de distribuição; um porto flutuante para atracar grandes navios. Se isso representou por um lado a concretização de ideais humanitários, as concessões de serviços públicos para as empresas inglesas, por outro, foi a expressão final de um excelente “overseas investment”.

O complexo BoothLine possuía um conjunto de 17 edificações, de 1890, localizado no centro histórico da capital amazonense, próximo ao porto construído pelos ingleses, conhecido como Rodway, e surgiu em um momento de maior desenvolvimento econômico e social da Amazônia: o período da borracha.

A atual obra da BoothLine visa resgatar o patrimônio histórico no centro, com apoio da prefeitura e fiscalização do IPHAN. O Objetivo da obra é converter a antiga sede da Bolsa da Borracha (próximo ao Porto de Manaus) em um centro de artesanato, gastronomia e cultura amazônica. As obras de restauração estão em andamento, sendo que a primeira fase foi inaugurada no final de 2024, com feira de produtos regionais funcionando. O local, símbolo do período da borracha, estava em desuso há anos e é considerado um dos conjuntos arquitetônicos mais importantes de Manaus.

¹ Drogas do sertão – Produtos nativos da região amazônica, conhecidos como especiarias, entre eles: cacau, urucum, salsaparrilha, puxuri, baunilha, anil e óleos vegetais como andiroba e copaíba. A coleta e o comércio desses produtos foram a base da economia mercantilista, no início da ocupação amazônica pelos europeus. Fonte: REIS, 1956, p. 45-46.

² SANTOS, Francisco Jorge dos. Além da Conquista: guerras e rebeliões indígenas na Amazônia pombalina. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 2002, p. 21-23.

³ COSTA, Graciete Guerra da e FILHO, Antônio Rodrigues da Silva. “Fundação da Cidade de Manaus”. In: I Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica, Rio de Janeiro - RJ, 2005.

⁴ PIMENTEL, Luis Serrão. Methodo Lusitanico de Desenhar as Fortificações das praças regulares & irregulares... Lisboa: Antonio Craesbeeck de Mello, 1680.

⁵ PROCÓPIO, Argemiro. “Amazônia. Em nome do padre, da posse, do poder, e do domínio santo”. Humanidades, Brasília: EdUnB, Vol. 1, Nº 18, 1988, p.70-79.

⁶ PROCÓPIO, Argemiro. Destino Amazônico: devastação nos oito países da Hileia. São Paulo: Hucitec, 2005, Vol. 1, Nº 18, 1988, p.70-79.

⁷ MORI, Victor Hugo; LEMOS, Carlos A. Cerqueira e CASTRO, Adler Homero F. de. Arquitetura Militar: um panorama histórico a partir do Porto de Santos. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado: Fundação Cultural do Exército Brasileiro, 2003, p. 24.

⁸ FERREIRA, Arnaldo Manuel de Medeiros. “Fortificações Portuguesas na Cartografia Manuscrita do Brasil”. In: I Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica, Rio de Janeiro, 2006, mapas.

⁹ SILVA, Acionilio Brúzzi Alves da. A Civilização Indígena do Uaupés: observações antropológicas etnográficas e sociológicas. 2ª Edição. Roma: Libreria Ateneo Salesiano, 1977.

¹⁰ COSTA, Graciete Guerra da, e FILHO, Antonio Rodrigues da Silva. “Fundação da Cidade de Manaus”. In: I Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica, Rio de Janeiro - RJ, 2005.

¹¹ SILVA, Acionilio Brúzzi Alves da. A Civilização Indígena do Uaupés: observações antropológicas etnográficas e sociológicas. 2ª Edição. Roma: Libreria Ateneo Salesiano, 1977.

¹² COSTA, Graciete Guerra da. MANAUS: Um estudo de seu patrimônio arquitetônico e urbano. Manaus: Governo do Estado do Amazonas – Secretaria de Estado de Cultura, 2013.

¹³ REIS, Arthur César Ferreira. História do Amazonas. Manaus: Superintendência Cultural do Amazonas, 1989. – (Coleção reconquista do Brasil. 2ª série; v. 145), p. 102.

¹⁴ GARCIA, Etelvina. Amazonas, notícias da História: período colonial. 2ª ed. ver. Manaus: Norma Ed., 2006.

¹⁵ COSTA, Graciete Guerra da. “The city, the forest and the center: Configurational analysis of Manaus”. In: 5th International Space Syntax Symposium, Delft, THE NETHERLANDS, 13-17 June 2005.

¹⁶ AB’SÁBER, Aziz Nacib. Amazônia do discurso à práxis. São Paulo: EDUSP, 2004. p.201.

¹⁷ SAMPAIO, Ribeiro de. 1825 - Diário da viagem que em visitação e correição das povoações da capitania de São José do Rio Negro, fez o ouvidor e intendente-geral da mesma, nos anos 1774 e 1775. Lisboa: Typ. da Academia. In: MONTEIRO, Mário Ypiranga. Fundação de Manaus. Manaus: Editora Metro Cúbico, 1994.

¹⁸ COSTA, Graciete Guerra da. “A formação das cidades amazônicas: historiografia e Documentação”. In: VI Simpósio Internacional Estados Americanos, Natal-RN, 2012.

¹⁹ Visita realizada pela Arq. /Urb. Graciete Guerra da Costa, em 20 de agosto de 2013 ao suposto local do Forte da Barra, em Manaus - AM.

²⁰ Visita técnica realizada pela Arq. Graciete Guerra da Costa, em 03 de maio de 2026, ao edifício da Booth Line constatando a presença do Forte da Barra, em Manaus.

²¹ PENNINGTON, David. Manaus e Liverpool: uma ponte marítima centenária – anos finais do império – meados do século XX. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas/Centro Universitário do Norte – UNINORTE, 2009.



Referências

AB'SÁBER, Aziz Nacib. *Amazônia do discurso à práxis*. São Paulo: EDUSP, 2004. p.201.

COSTA, Graciete Guerra da e FILHO, Antônio Rodrigues da Silva. “Fundação da Cidade de Manaus”. In: I Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica, Rio de Janeiro - RJ, 2005.

COSTA, Graciete Guerra da. “A formação das cidades amazônicas: historiografia e Documentação”. In: VI Simpósio Internacional Estados Americanos, Natal-RN, 2012.

COSTA, Graciete Guerra da. “The City, the forest and the center: Configurational analysis of Manaus”. In: 5th International Space Syntax Symposium, Delft, THE NETHERLANDS, 13-17 June 2005.

COSTA, Graciete Guerra da. *MANAUS: Um estudo de seu patrimônio arquitetônico e urbano*. Manaus: Governo do Estado do Amazonas – Secretaria de Estado de Cultura, 2013.

FERREIRA, Arnaldo Manuel de Medeiros. “Fortificações Portuguesas na Cartografia Manuscrita do Brasil”. In: I Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica, Rio de Janeiro, 2006, mapas.

GARCIA, Etelvina. *Amazonas, notícias da História: período colonial*. 2ª ed. ver. Manaus: Norma Ed., 2006.

MORI, Victor Hugo; LEMOS, Carlos A. Cerqueira e CASTRO, Adler Homero F. de. *Arquitetura Militar: um panorama histórico a partir do Porto de Santos*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado: Fundação Cultural do Exército Brasileiro, 2003, p. 24.

PENNINGTON, David. *Manaus e Liverpool: uma ponte marítima centenária – anos finais do império – meados do século XX*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas/Centro Universitário do Norte – UNINORTE, 2009.

PIMENTEL, Luis Serrão. *Methodo Lusitanico de Desenhar as Fortificaçoens das praças regulares & irregulares...* Lisboa: Antonio Craesbeeck de Mello, 1680.

PROCÓPIO, Argemiro. “Amazônia. Em nome do padre, da posse, do poder, e do domínio santo”. *Humanidades*, Brasília: EdUnB, Vol. 1, Nº 18, 1988, p.70-79.

PROCÓPIO, Argemiro. *Destino Amazônico: devastação nos oito países da Hileia*. São Paulo: Hucitec, 2005, Vol. 1, Nº 18, 1988, p.70-79.

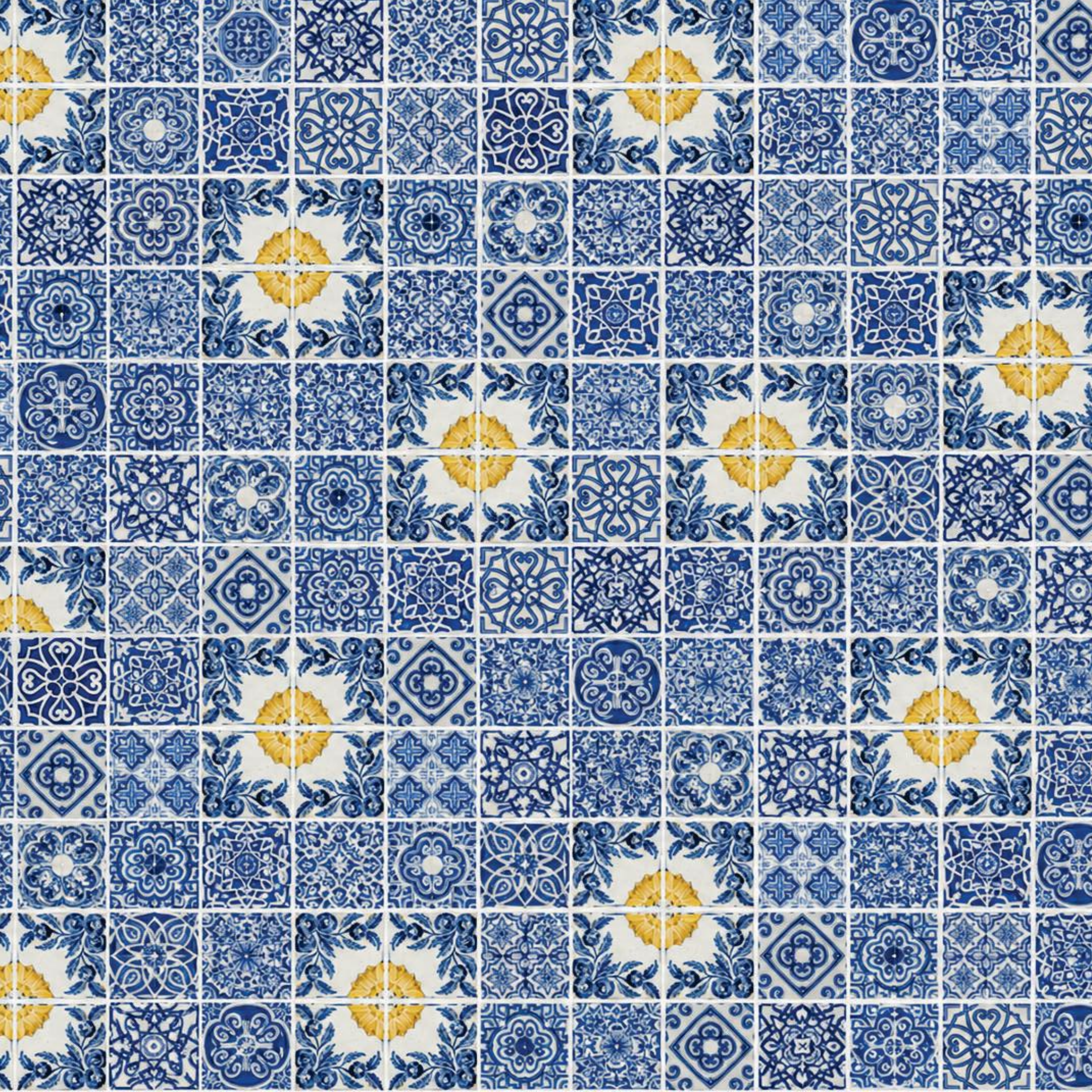
REIS, Arthur César Ferreira. *História do Amazonas*. Manaus: Superintendência Cultural do Amazonas, 1989. – (Coleção reconquista do Brasil. 2ª série; v. 145), p.102.

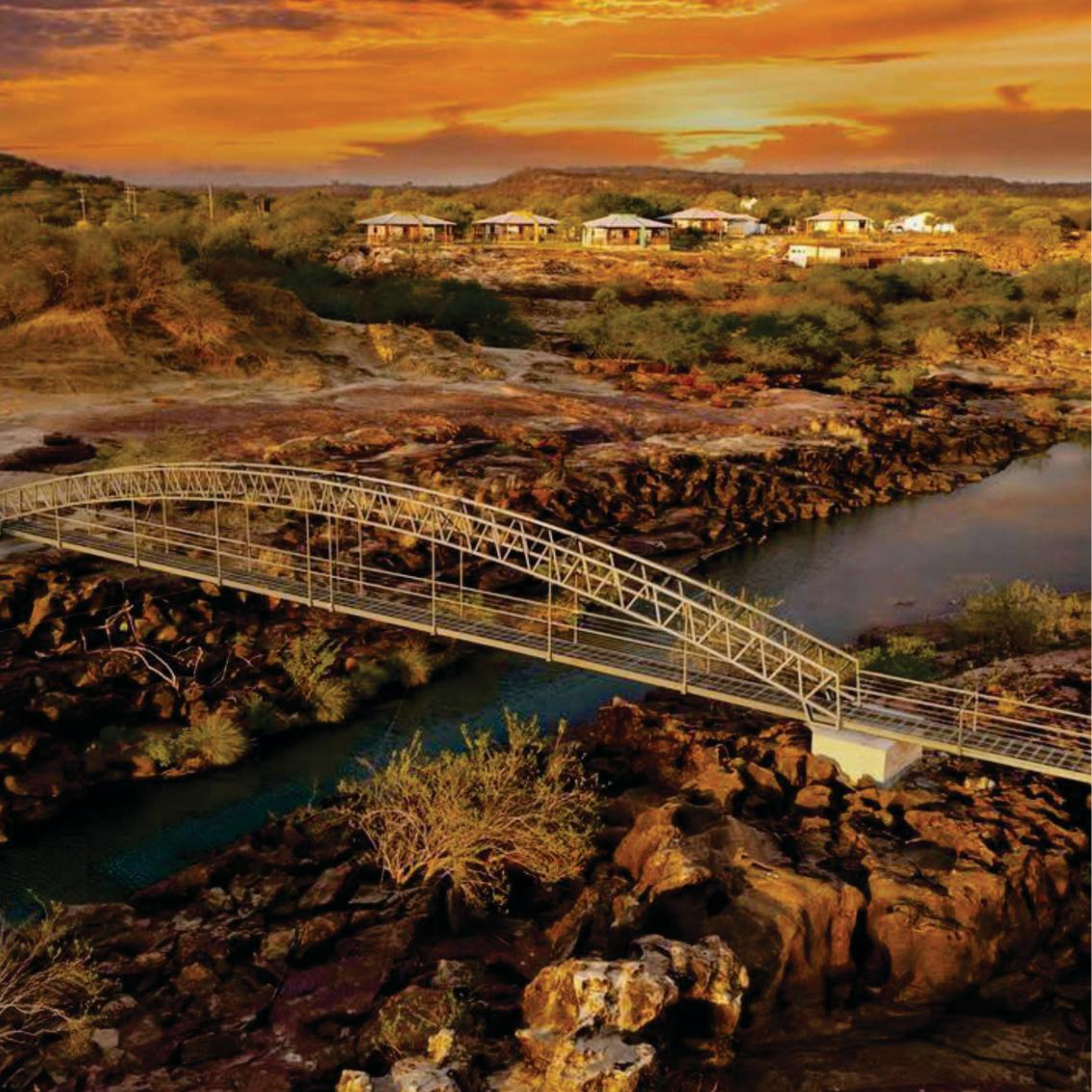
SAMPAIO, Ribeiro de. 1825 - *Diário da viagem que em visitaçao e correição das povoações da capitania de São José do Rio Negro, fez o ouvidor e intendente-geral da mesma, nos anos 1774 e 1775*. Lisboa: Typ. da Academia. In: MONTEIRO, Mário Ypiranga. *Fundação de Manaus*. Manaus: Editora Metro Cúbico, 1994.

SANTOS, Francisco Jorge dos. *Além da Conquista: guerras e rebeliões indígenas na Amazônia pombalina*. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 2002, p. 21-23.

SANTOS, Francisco Jorge dos. *Além da Conquista: guerras e rebeliões indígenas na Amazônia pombalina*. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 2002, p. 19.

SILVA, Acionilio Brüzzi Alves da. *A Civilização Indígena do Uaupés: observações antropológicas etnográficas e sociológicas*. 2ª Edição. Roma: Libreria Ateneo Salesiano, 1977.





MUSEU DE TERRITÓRIO CÂNION DO POTY: PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO, MEMÓRIA E PRESERVAÇÃO CULTURAL EM BURITI DOS MONTES (PI)

Laline Mendes Araújo - *Universidade Federal do Delta do Parnaíba, Teresina(PI)Brasil-lalinemendes@yahoo.com.br*

Hanna Morganna de Deus Alves - *Universidade Federal do Delta do Parnaíba, Teresina(PI)Brasil-hannaalves.ha@gmail.com*

Jéssica Santiago Correia - *Universidade Federal do Delta do Parnaíba, Teresina(PI)Brasil-jessicasantiagoc@hotmail.com*

Isadora Mendes Lins - *Museu Cânion do Poty-Teresina(PI)Brasil-iisadoramendess@gmail.com*

Resumo

O presente artigo discute a proposta de criação do Museu de Território Cânion do Rio Poty, localizado na Fazenda Espírito Santo, no município de Buriti dos Montes, estado do Piauí, analisando sua relevância para a preservação da memória coletiva e do patrimônio arqueológico regional. A pesquisa fundamenta-se em revisão bibliográfica sobre os conceitos de museu de território, patrimônio cultural, memória social e musealização, bem como artigos que orientam a implantação do museu em área de significativa concentração de sítios arqueológicos. O estudo propõe uma reflexão sobre a pluralidade do patrimônio cultural, considerando suas dimensões materiais, imateriais, paisagísticas e territoriais, destacando os processos de reconhecimento, atribuição de valor e transmissão do patrimônio em diferentes contextos socioculturais. O Cânion do Rio Poty apresenta expressivo valor natural e cultural, caracterizando-se como corredor histórico de ocupação humana e espaço de gravuras rupestres de grande relevância científica. A criação do museu, sediado em uma antiga residência rural de valor arquitetônico e histórico, retrata inovação museológica no contexto piauiense ao articular preservação ambiental, arqueologia pública e participação comunitária. Conclui-se que o museu se configura como instrumento estratégico de salvaguarda patrimonial, fortalecendo identidades locais e democratizando o conhecimento científico por meio de ações educativas integradas ao território e preservando a história do patrimônio arquitetônico em que está inserido.

Palavras-chave: Patrimônio. Arqueologia. Museu.

Introdução

Nas últimas décadas, os museus passaram a ser compreendidos não apenas como espaços de guarda e exposição de coleções, mas como instituições voltadas à mediação cultural, à valorização das identidades e à construção social da memória. Essa transformação, impulsionada pela Nova Museologia, ampliou o entendimento sobre patrimônio cultural, incorporando dimensões materiais, imateriais, paisagísticas e territoriais, além de fortalecer práticas museológicas mais participativas e comunitárias. Nesse contexto, insere-se a proposta do Museu de Território Cânion do Poty, localizado em Buriti dos Montes (PI), em uma região de grande relevância ambiental e arqueológica.

O Cânion do Poty constitui um território singular por abrigar expressivo patrimônio arqueológico, com sítios rupestres e vestígios de ocupações humanas de longa duração, além de referências históricas ligadas à formação do sertão piauiense. A implantação do museu na antiga casa da Fazenda Espírito Santo representa uma iniciativa inovadora ao propor a musealização do próprio território como acervo vivo, articulando paisagem, patrimônio e memória coletiva. Dessa forma, o museu ultrapassa a lógica tradicional de conservação de objetos, consolidando-se como instrumento de preservação cultural, educação patrimonial e fortalecimento do pertencimento social, ao mesmo tempo em que contribui para a socialização do conhecimento arqueológico e histórico produzido na região.

1. Análises contextuais

O debate contemporâneo sobre museus tem ampliado significativamente a compreensão do papel das instituições museológicas na sociedade. Se antes os museus eram reconhecidos predominantemente como espaços de guarda e exposição de coleções, atualmente observa-se uma redefinição conceitual marcada pela valorização do território, da participação comunitária e da preservação da memória coletiva. Nesse contexto, os museus passam a ser compreendidos como instituições sociais e políticas, mediadoras entre patrimônio, identidade e desenvolvimento local (BOURDIEU, 1989; NORA, 1993).

Nessa perspectiva, torna-se necessário compreender o patrimônio cultural em sua pluralidade, considerando suas dimensões materiais, imateriais, paisagísticas e territoriais. Busca-se, assim, discutir os processos de reconhecimento, construção de valor e transmissão do patrimônio em diferentes contextos socioculturais, enfatizando a multiplicidade de narrativas, memórias e identidades que estruturam as práticas contemporâneas de preservação. Essa abordagem amplia a compreensão de que o patrimônio cultural não é neutro, mas resultado de escolhas sociais, políticas e simbólicas, frequentemente atravessadas por disputas sobre pertencimento e identidade.

Entre as tipologias museológicas emergentes, os museus de território destacam-se como proposta que desloca o foco do edifício e da coleção para o espaço vivido.

Conforme Reis (2021), museus de território ampliam a tríade tradicional “edifício, coleção e público” para um modelo em que se destacam “território de ação, patrimônio coletivo e comunidade de habitantes”, compreendendo o território como acervo vivo e referência identitária.

É nesse contexto que se insere a proposta de criação do Museu de Território Cânion do Poty, localizado na Fazenda Espírito Santo, município de Buriti dos Montes, Piauí. O museu será implantado em uma região de alta relevância arqueológica e ambiental, integrada ao Parque Estadual do Cânion do Rio Poti, onde se registram sítios arqueológicos, vestígios materiais e evidências históricas associadas ao processo de ocupação regional (LAGE et al., 2026). Além do valor cultural, o cânion apresenta relevância geológica e geomorfológica. Sua formação está associada ao entalhamento do rio Poti ao longo de falhas estruturais vinculadas ao Lineamento Transbrasiliano, compondo um cenário representativo da Bacia do Parnaíba (BARROS, 2022).

Diante disso, este artigo tem como objetivo analisar a proposta de criação do Museu de Território Cânion do Poty, destacando sua importância para a preservação da memória social, para a arqueologia regional e para o desenvolvimento de uma museologia social no estado do Piauí.

Museus de território: conceitos e experiências mundiais, brasileiras e piauienses

Os museus de território representam uma vertente importante da museologia contemporânea, caracterizada pela valorização da memória coletiva, das identidades culturais e das relações entre comunidade e espaço geográfico. Diferentemente dos museus tradicionais, centrados na conservação de objetos em edifícios específicos, os museus de território compreendem o próprio território como patrimônio cultural vivo, integrando paisagens, práticas sociais, manifestações culturais, saberes populares e modos de vida.

O conceito de museu de território possui forte relação com a Nova Museologia, movimento desenvolvido principalmente a partir da década de 1970. Um de seus principais teóricos foi Georges Henri Riviére (1980), que defendia que o museu deveria ultrapassar a função de guardião de coleções e tornar-se instrumento social, voltado à participação comunitária e à valorização do patrimônio cultural em sentido amplo. Outro autor fundamental é Hugues de Varine (2012), que defende que os museus precisam estar diretamente ligados à vida cotidiana das comunidades, propondo o conceito de ecomuseu como espaço construído coletivamente, no qual território, memória e patrimônio cultural tornam-se centrais.

No cenário mundial, destacam-se experiências como o Écomusée du Creusot-Montceau e o Écomusée d'Alsace, na França, que valorizam memórias industriais e rurais. No Brasil, experiências como o Museu da Maré e o Museu de Favela exemplificam práticas de museologia social, nas quais o território e a vida comunitária se tornam espaços de musealização. No estado do Piauí, destacam-se iniciativas como o Parque Nacional da Serra da Capivara e o Museu da Natureza, que articulam preservação arqueológica, patrimônio ambiental e educação patrimonial, consolidando o estado como referência em arqueologia e museologia territorial.

O patrimônio cultural deve ser compreendido como conjunto de bens e referências que representam identidades e memórias coletivas. Essa perspectiva permite compreender que os processos de patrimonialização envolvem reconhecimento, construção de valor e transmissão cultural em diferentes contextos socioculturais. Assim, a preservação contemporânea deve considerar a multiplicidade de narrativas, memórias e identidades, reconhecendo que o patrimônio cultural não é homogêneo, mas constituído por disputas simbólicas e por processos de seleção cultural.

O Cânion do Rio Poty: território, geologia e ocupação humana

O Cânion do Rio Poty constitui uma das paisagens naturais mais expressivas do estado do Piauí, localizado na divisa com o Ceará. Trata-se de formação geológica resultante do entalhamento do rio Poti em estruturas rochosas resistentes, condicionado por falhas estruturais associadas ao Lineamento Transbrasiliano (BARROS, 2022).



Figura 1: Cânion do Rio Poty
Fonte: João Freitas, 2025

Segundo Barros (2022), o rio Poti percorre cerca de 538 km e aproximadamente 180 km apresentam-se sob forma de cânion, com paredões que podem atingir até 60 metros. O autor destaca que o rio funcionou historicamente como corredor natural de circulação e migração, aspecto evidenciado pela presença de gravuras rupestres ao longo de seu leito. Essa configuração territorial favoreceu ocupações humanas antigas e resultou em expressivo acervo arqueológico. O cânion se constitui, portanto, como território de memória, onde se articulam natureza, cultura e história. A história territorial da região do Cânion do Poty está ligada ao processo de ocupação colonial do sertão nordestino e às transformações administrativas ocorridas ao longo dos séculos. O Projeto SAFES aponta que registros do final do século XVII já indicavam a presença de fazendas nas cabeceiras do rio Poti, então conhecido como Itaim-Açu (LAGE et al., 2026).

A Fazenda Espírito Santo insere-se nesse processo histórico e possui registros documentais desde o século XIX, sendo identificada no mapa da Província do Piauí elaborado por José Ribeiro da Fonseca Silveiras em 1873 (LAGE et al., 2026). Esse histórico reforça a importância da fazenda como espaço de memória regional, evidenciando que o território do cânion não se constitui apenas como paisagem natural, mas como espaço cultural produzido e transformado por diferentes agentes históricos. O território do Cânion do Rio Poty apresenta grande concentração de sítios arqueológicos, especialmente relacionados a registros rupestres. O Projeto SAFES indica que pesquisas arqueológicas foram intensificadas desde a década de 1990 pelo Núcleo de Antropologia Pré-Histórica (NAP). Um dos sítios mais relevantes, o Poço da Bebidinha, foi registrado oficialmente no IPHAN em 2003, tornando-se referência para pesquisas posteriores (LAGE et al., 2026).

Atualmente, Buriti dos Montes conta com pelo menos 34 sítios arqueológicos e quatro ocorrências registradas e aqui destacamos os trabalhos do Professor Doutor Ângelo Alves Correia e da Professora Doutora Daniele Gomes Samia em projeto de escavação recente no território.. Somente a Fazenda Espírito Santo possui 14 sítios cadastrados no IPHAN, além de potencial para identificação de novos sítios (LAGE et al., 2026). A arqueologia e os museus de território possuem relação estreita no campo da preservação cultural, da construção da memória coletiva e da valorização das identidades sociais. A arqueologia, enquanto ciência que estuda sociedades humanas por meio de vestígios materiais, contribui para reconstruir modos de vida, práticas culturais e transformações históricas (BAHN, 1996). Na perspectiva brasileira, Funari (2003) ressalta que a arqueologia investiga relações sociais e identidades culturais, possuindo função social ao promover a preservação do patrimônio e fortalecer a consciência histórica. Essa dimensão social se aproxima da arqueologia pública, proposta por McGimsey (1972), que defende democratização do conhecimento e participação comunitária.

Arquitetura histórica da casa-sede e inovação museológica

Um aspecto fundamental da proposta museológica é a instalação do museu na antiga casa-sede da Fazenda Espírito Santo. Conforme o Projeto SAFES, a residência possui características arquitetônicas relevantes associadas à tradição construtiva sertaneja, com origem vinculada ao século XIX e possibilidade de remontar ao século XVIII (LAGE et al., 2026).

O Museu Cânion do Poti (MCP) é uma unidade museológica sem fins lucrativos, subordinada à Sociedade Brasileira Sócio-Ambiental + Vida, funcionando como uma unidade técnica autônoma. Sua sede está localizada na Casa de Fazenda do Povoado Espírito Santo, zona rural de Buriti dos Montes, espaço que também constitui parte essencial do patrimônio histórico e arquitetônico preservado pela instituição.



Figura 2: Casa de fazenda do Povoado Espírito Santo e sede do Museu Cânion do Poty
Fonte: Laline Mendes, 2025

Do ponto de vista museológico, o Museu do Cânion do Poty é oficialmente definido como um museu de território, o que significa que sua atuação não se limita ao edifício-sede, mas abrange o espaço geográfico e cultural do Cânion do Rio Poti como extensão do próprio museu. Essa característica evidencia sua inserção na museologia contemporânea, que compreende o território como acervo vivo, integrando patrimônio cultural e natural, paisagens, memórias sociais e formas de vida locais. Sua missão institucional está voltada para a preservação, salvaguarda e divulgação do patrimônio arqueológico e natural do território, com ênfase em pesquisa científica, educação patrimonial e valorização cultural e ecológica.

O museu possui um acervo multicomponencial, reunindo materiais arqueológicos oriundos de pesquisas e escavações, bens históricos e etnográficos ligados à cultura sertaneja e à pecuária, além de um elemento essencial: o patrimônio arqueológico in situ, composto por inscrições rupestres (petróglifos), grafismos, cercas e muros de pedra distribuídos pelo território da Fazenda Espírito Santo. Essa dimensão a céu aberto reforça seu caráter territorial, no qual o próprio ambiente arqueológico faz parte do acervo musealizado.



Figura 3: Petróglifos no Cânion do Rio Poty
Foto: João Freitas, 2024



Dessa forma, o Museu Cânion do Poti pode ser caracterizado como um museu de território de base arqueológica e socioambiental, estruturado para atuar como espaço de preservação científica, educação patrimonial, valorização cultural e fortalecimento das identidades locais, articulando patrimônio, memória e paisagem como elementos inseparáveis do processo museológico.

A preservação patrimonial envolve disputas simbólicas e políticas. Bourdieu (1989) afirma que instituições culturais exercem poder simbólico ao definir quais memórias serão reconhecidas e preservadas. Nora (1993) destaca que os lugares de memória surgem quando a memória precisa ser fixada em suportes materiais e simbólicos para resistir ao esquecimento. Halbwachs (1990) argumenta que a memória é coletiva e depende do grupo e do espaço para se consolidar. Nesse sentido, musealizar o território do cânion significa consolidá-lo como suporte de memórias múltiplas: indígenas, sertanejas, coloniais e contemporâneas.

O Museu de Território Cânion do Poty representa iniciativa estratégica para o estado do Piauí por articular preservação ambiental, arqueologia e museologia social em uma região de alta relevância patrimonial. Ao instalar o museu no próprio território de origem dos vestígios, evita-se o deslocamento do patrimônio e fortalece-se o acesso comunitário ao conhecimento.

Para a museologia, o museu contribui para consolidar práticas alinhadas à sociomuseologia, integrando patrimônio natural e cultural, arquitetura histórica e participação comunitária. Para a arqueologia, possibilita continuidade de pesquisas científicas e preservação de sítios ameaçados por impactos ambientais e ações humanas. Assim, a instituição se configura como marco para valorização do patrimônio cultural piauiense e fortalece a relevância do estado no cenário arqueológico brasileiro e internacional.

Em conformidade com os escritos supracitados, o Museu do Cânion do Poty poderá consolidar-se como instrumento de educação patrimonial e participação comunitária, contribuindo para desenvolvimento local sustentável e valorização cultural do sertão piauiense. Além disso, sua implantação representa contribuição relevante para museologia e arqueologia brasileira ao reafirmar o território como acervo vivo e espaço fundamental de preservação histórica, identitária e simbólica.

REFERÊNCIAS

ABREU, Capistrano de. Capítulos de história colonial. São Paulo: [editora], 1998.

BAHN, Paul. Archaeology: a very short introduction. Oxford: Oxford University Press, 1996.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CHAGAS, Mário. Há uma gota de sangue em cada museu. Rio de Janeiro: [s.n.], 2011.

CHAGAS, Mário. Museu, memória e poder. Rio de Janeiro: [s.n.], 2002.

FUNARI, Pedro Paulo. Arqueologia. São Paulo: Contexto, 2003.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Vértice, 1990.

ICOM. Conceitos-chave de museologia. São Paulo: Comitê Brasileiro do ICOM, 2013.

LAGE, Maria Conceição Soares Meneses; et al. Projeto de Escavação SAFES – Sítio Arqueológico Fazenda Espírito Santo. Buriti dos Montes: [s.n.], 2026.

McGIMSEY, Charles R. Public archaeology. New York: Seminar Press, 1972.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História, v. 10, p. 7-28, 1993.

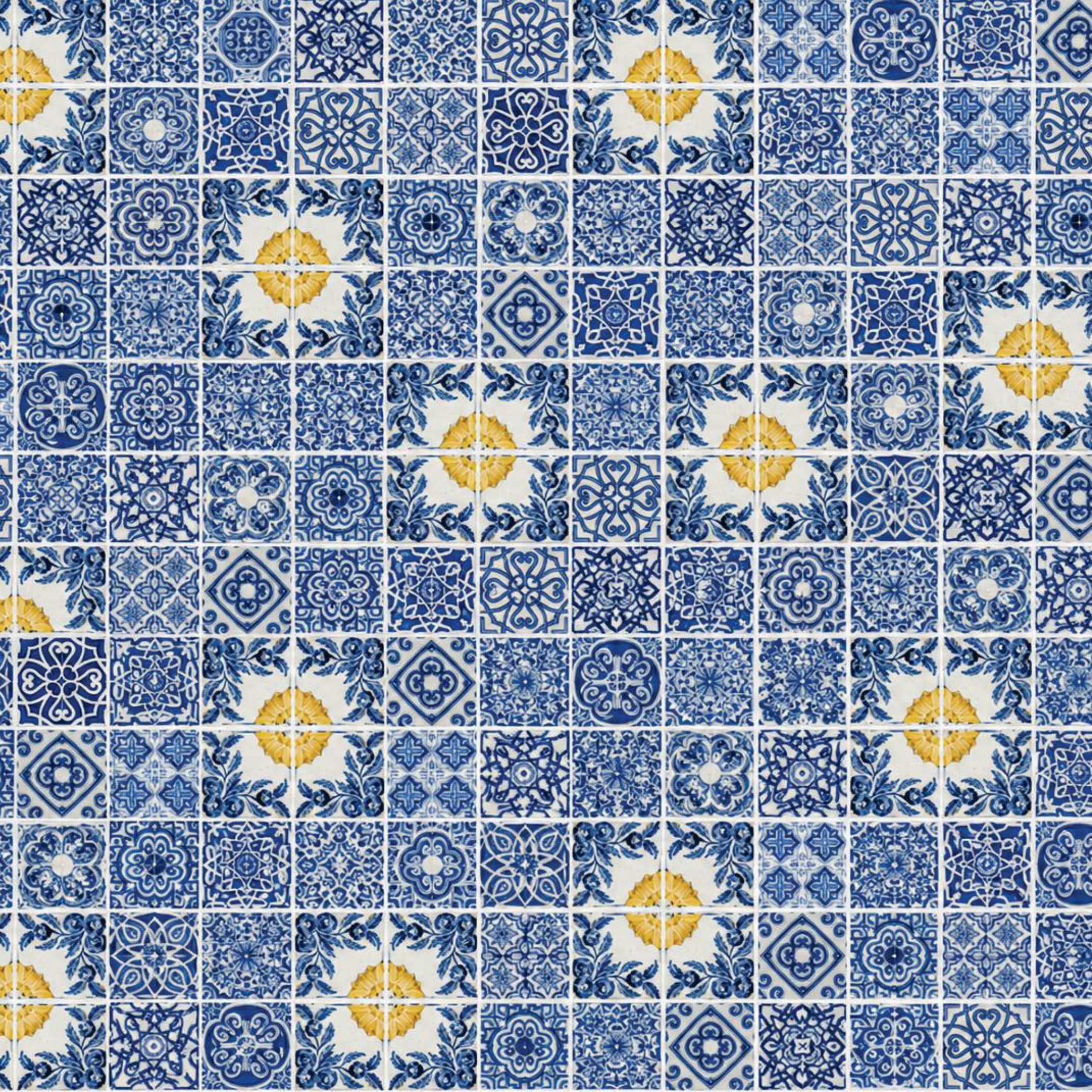
REIS, [dados incompletos]. Museus de território e museologia contemporânea. 2021.

RIVIÈRE, Georges Henri. A museologia segundo Georges Henri Rivière. São Paulo: [s.n.], 1980.

RUY, Aline Tessarolo; ALMEIDA, Renata Hermann de. Museificação territorial: fundamentos de um conceito. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 22, e202026pt, 2020.

SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura. Museologia e patrimônio cultural. Salvador: [s.n.], 2002.

UNESCO. Declaração de Santiago do Chile. Santiago: UNESCO, 1972. VARINE, Hugues de. As raízes do futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local. Porto Alegre: Medianiz, 2012.





IGREJA MATRIZ SÃO LUÍS GONZAGA DE BRUSQUE (SC): A (RE)CONSTRUÇÃO DO PROJETO

Dr. Arq. Rudivan Luiz Cattani – UNIFEBE, Brusque, Brasil – rudivan.cattani@unifebe.edu.br

Dra. Arq. Bárbara Heliodora Alves d'Acampora – UNIFEBE, Brusque, Brasil – barbara.dacampora@unifebe.edu.br

Me. Arq. Marcelius Oliveira de Aguiar – UNIFEBE, Brusque, Brasil – marcelius@unifebe.edu.br

Me. Arq. Thiago Borges Mendes – UNIFEBE, Brusque, Brasil – thiago.mendes@unifebe.edu.br

Est. Arq. Rutnoemi Luisa Castillo Quijada – UNIFEBE, Brusque, Brasil – rutnoemi.quijada@unifebe.edu.br

Resumo

A pesquisa em curso trata da (re)construção gráfica da Igreja Matriz São Luís Gonzaga, em Brusque (SC), projeto do arquiteto alemão Gottfried Böhm de princípios da década de 1950, dentro de sua atuação em Santa Catarina após a experiência da Igreja Matriz de Blumenau. Parte-se da (re)construção gráfica não como simples redesenho, mas como enfoque crítico de produção de conhecimento sobre a arquitetura. A investigação baseia-se na digitalização dos planos originais, na modelagem 3D, e no confronto entre projeto e construção, explicitando relações entre estrutura, vedação e espacialidade. O texto também situa brevemente a obra no debate da arquitetura religiosa moderna, destacando traços, influências e a importância do caso de Brusque para a historiografia do patrimônio catarinense. Como resultados preliminares, se tem identificado a lógica formal e construtiva do edifício, assim como as diferenças e continuidades entre projeto e a realidade construída. O estudo demonstra o potencial do enfoque como instrumento analítico, pedagógico e patrimonial, contribuindo para a valorização de um exemplar relevante da arquitetura religiosa moderna.

Palavras-chave: (Re)construção gráfica; Patrimônio moderno; Igreja Matriz São Luís Gonzaga.

Introdução

A arquitetura religiosa moderna ainda ocupa posição relativamente marginal em parte significativa da historiografia da arquitetura do século XX, apesar de reunir problemas espaciais, simbólicos, litúrgicos e construtivos de elevada complexidade. Em boa medida, essa condição deriva de um duplo preconceito historiográfico: de um lado, a tendência de compreender a modernidade exclusivamente a partir de programas civis, industriais ou habitacionais; de outro, a persistência da ideia de que a arquitetura do sagrado, ao lidar com dimensões simbólicas e rituais, estaria deslocada dos principais debates da produção moderna. Diversos estudos, contudo, vêm demonstrando o contrário: o templo moderno não pode ser reduzido a uma resposta funcional, pois sua forma resulta da articulação entre programa, rito, luz, matéria, simbolismo e experiência espacial (MELLO, 2006; OLIVEIRA, 2010; LIMA JUNIOR, 2016).

No caso brasileiro, esse debate ganha especial relevância quando se considera o conjunto de igrejas produzidas entre as décadas de 1940 e 1970, período de implementação, assimilação e consolidação dos princípios modernos em diferentes regiões do país. Nesse quadro, a arquitetura religiosa não apenas acompanhou a renovação formal do século XX, mas também se tornou campo privilegiado de experimentação para questões de luz natural, monumentalidade, percurso, tectônica, abstração geométrica e adequação litúrgica. Em outras palavras, o espaço sagrado moderno condensou, de maneira singular, parte das tensões e possibilidades do próprio projeto moderno.

É nesse horizonte que se insere a investigação sobre a Igreja Matriz São Luís Gonzaga. Desenvolvida pelo Grupo de Pesquisa FORMA, da UNIFEBE, a pesquisa parte da (re)construção gráfica cujo propósito não é apenas reconstituir formalmente a igreja, mas compreender a lógica espacial, estrutural e material de sua concepção, bem como explicitar as relações entre projeto, construção, transformação e permanência.

A hipótese central que orienta este artigo é que a (re)construção gráfica, quando entendida como procedimento crítico e não meramente ilustrativo, permite redescobrir aspectos fundamentais do edifício que, na observação fragmentada do construído, tendem a permanecer obscurecidos.

Ao confrontar os desenhos originais, o objeto edificado e o modelo (re)construído, torna-se possível produzir evidências sobre a ordem do templo, sobre a articulação entre seus elementos e sobre a própria natureza moderna de sua espacialidade. Desse modo, o caso de Brusque ultrapassa o interesse local e passa a contribuir para um debate mais amplo sobre documentação patrimonial, historiografia da arquitetura religiosa moderna e ensino de projeto.

Igreja Matriz São Luís Gonzaga de Brusque

A origem do projeto da Igreja Matriz São Luís Gonzaga está diretamente ligada à passagem de Gottfried Böhm por Santa Catarina no início dos anos 1950. Em entrevista concedida a João Francisco Noll e Silvia Odebrecht (NOLL; ODEBRECHT, 2014), o arquiteto relata que veio ao Brasil inicialmente em razão da encomenda da nova igreja matriz de Blumenau, vinculada à atuação de seu pai, Dominikus Böhm. Durante esse período, o empresário brusquense Guilherme Renaux acompanhou o desenvolvimento do trabalho em Blumenau e, a partir desse contato, encomendou a igreja para Brusque. O próprio arquiteto esclarece ainda que o projeto foi desenvolvido já de volta a Colônia, na Alemanha, condição importante para compreender a articulação entre a experiência catarinense e o repertório moderno alemão.

A obra de Gottfried Böhm, apresentada na Figura 1, costuma ser associada a uma linguagem moderna de forte intensidade plástica, marcada pelo uso expressivo da matéria, pela dramaticidade espacial e pela articulação entre estrutura, luz e percurso. A biografia do Prêmio Pritzker destaca que o arquiteto preferia ser compreendido pelas conexões entre edifício, cidade, forma, materialidade e experiência espacial (PRITZKER PRIZE, 1986). Essa leitura é particularmente pertinente para a matriz de Brusque, cuja monumentalidade e espacialidade se constroem justamente pela integração entre sistema estrutural, iluminação e percurso litúrgico.



Figura 1: Igreja Matriz São Luís Gonzaga
Fonte: elaboração de grupo FORMA (2026)

No contexto catarinense, Daufenbach (2011) identifica em Böhm fortes traços expressionistas, herdados de seu pai, Dominikus Böhm, sobretudo no uso de linhas sinuosas, estruturas marcantes e referências góticas reinterpretadas em linguagem moderna. A autora também aponta aproximações com Auguste Perret, perceptíveis na composição basilical, nos tetos curvos e na marcação dos pilares internos. Santos (2015), complementa essa leitura ao observar que a igreja de Brusque, assim como a de Blumenau,

reinterpretam a nave tripartida através de planta retangular, cobertura abobadada e pilares esbeltos que estruturam a espacialidade do templo.

Ao analisar especificamente a matriz de Brusque, Santos destaca ainda a importância da escadaria monumental, do pórtico e do nártex como operadores da experiência arquitetônica. O acesso ao templo não se reduz a uma questão funcional, mas constitui uma sequência espacial que intensifica a passagem entre cidade e espaço sacro. Conforme o mesmo autor, os vitrais laterais e os elementos vazados também assumem papel decisivo na filtragem da luz natural, reforçando a relação entre estrutura, iluminação e monumentalidade. Nesse sentido, a igreja de Brusque pode ser compreendida como um importante exemplar da arquitetura religiosa moderna brasileira e como um ponto de convergência entre tradição basilical, modernidade expressionista e espacialidade litúrgica contemporânea.

A arquitetura moderna e a (re)construção gráfica como enfoque de investigação

Conforme argumenta Piñón (2005), (re)construir um edifício significa revisitar sua lógica interna, seus critérios de ordem e os princípios que estruturam sua concepção arquitetônica. Nesse sentido, a (re)construção aproxima-se do próprio ato de projetar, uma vez que exige julgamento e compreensão integrada da arquitetura. Trata-se, portanto, de um procedimento investigativo que transforma o redesenho em instrumento de conhecimento arquitetônico.

No campo da arquitetura moderna, essa prática assume relevância ainda maior diante da fragilidade patrimonial de muitas obras. Conforme ressalta o DCOMOMO (2024), inúmeras edificações modernas encontram-se ameaçadas pela ausência de reconhecimento patrimonial, pelas transformações de uso e pelas limitações tecnológicas associadas aos seus sistemas construtivos. Frente a esse cenário, iniciativas voltadas à documentação e (re)construção de edifícios modernos tornam-se fundamentais para a conservação da memória arquitetônica e para a ampliação do conhecimento crítico sobre essas obras.

A pesquisa desenvolvida pelo Grupo FORMA adota a (re)construção gráfica como um procedimento de investigação que se ancora tanto na prática didática de (re)construção desenvolvida nas disciplinas de projeto do curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIFEBE quanto no trabalho patrimonial realizado sobre a Igreja. E no caso específico da matriz de Brusque, o edifício deixa de ser apenas um objeto visto fragmentariamente no presente e passa a ser analisado a partir de três instâncias complementares: o projeto, o construído e o (re)construído. Essa triangulação é decisiva, porque permite identificar tanto continuidades quanto desvios entre intenção projetual e realidade edificada.

A pertinência desse enfoque é reforçada por autores que analisam a arquitetura religiosa a partir de seus condicionantes internos. Conforme observa Mello (2006), elementos como liturgia, geometria, experiência espacial e dispositivos de luz constituem operadores fundamentais da forma do edifício religioso.

Como aponta Carrasco Rouco (2013), a distribuição controlada da luz natural e o uso expressivo da materialidade constituem aspectos centrais da espacialidade religiosa de Böhm, tornando a modelagem tridimensional fundamental para a leitura crítica do espaço sacro.

Resultados preliminares: projeto, construção e (re)construção

Os resultados preliminares evidenciam que a (re)construção não apenas confirma hipóteses obtidas por observação direta, mas sobretudo esclarece com maior precisão a coerência do sistema arquitetônico. O confronto entre fotografias do construído, desenhos originais e (re)construção digital permitiu avançar na leitura de elementos específicos como os pilares, o coro, a sacristia, a entrada principal, a fachada posterior, os vitrais laterais e os superiores.

A comparação revela que os pilares não atuam apenas como sustentação, mas como operadores de ordem espacial e visual, como se observa na Figura 2. Eles definem o ritmo, articulam-se com a cobertura curva e ajudam a construir a percepção de continuidade e verticalidade no interior do templo. Essa leitura reforça o que diz Palma sobre a nave tripartida e, ao mesmo tempo, permite materializar com precisão as observações de Daufenbach sobre a presença de linhas expressionistas e a marcação estrutural do espaço. Por outro lado, a (re)construção permitiu ver que o pilar construído não atravessou o arco-viga, como se vê no projeto, descaracterizando a tectônica sugerida pelo arquiteto.



Figura 2: Estrutura interna da Igreja Matriz São Luís Gonzaga
Fonte: grupo FORMA (2025); PARÓQUIA..., 1953; elaboração de grupo FORMA (2026)

O coro constitui outro aspecto relevante da análise (vide Figura 3). No edifício construído, a compreensão desse espaço tende a fragmentar-se em razão da percepção parcial dos ambientes e da dificuldade de apreender simultaneamente os volumes, os diferentes níveis e a continuidade estrutural do conjunto. A (re)construção torna mais legível a relação entre volumes anexos, suportes verticais e fechamento lateral, tanto interna quanto externamente. Nesse sentido, observam-se algumas modificações entre o projeto e a obra construída. No coro, identificam-se montantes verticais que podem corresponder a esquadrias, sugerindo que esse espaço poderia, eventualmente, ser fechado. Contudo, a ausência de outros desenhos ou registros não permite, neste momento, uma compreensão mais aprofundada dessa solução.

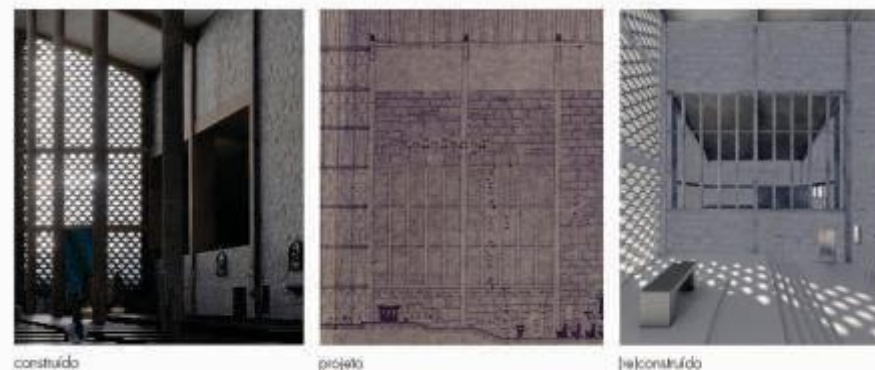


Figura 3: Coro da Igreja Matriz São Luís Gonzaga
Fonte: grupo FORMA (2025); PARÓQUIA..., 1953; elaboração de grupo FORMA (2026)

Em outra frente de análise, a fachada de acesso passa a ser entendida como sobreposição de sistemas distintos — pórtico, malha estrutural, vedação e elementos de filtragem luminosa — cuja articulação produz a monumentalidade do conjunto (vide Figura 4). Entretanto, há uma modificação mais clara aqui: um exemplo é o fechamento frontal das naves laterais com elementos vazados; no projeto, essas peças praticamente tocavam o chão; no construído, elas ficam mais acima. Algo semelhante ocorre com a entrada principal, embora, pelos desenhos encontrados, pareça que o arquiteto ainda estivesse ensaiando qual seria a melhor solução. O ponto principal, contudo, é que não foram projetadas entradas frontais laterais; apenas a entrada principal, com alturas e desenhos variados. E nesses ensaios, surgem soluções encontradas em outras arquiteturas religiosas, suscitando um embate entre o uso da tradição e a modernidade.



Figura 4: Entrada principal e lateral da Igreja Matriz São Luís Gonzaga
Fonte: grupo FORMA (2025); PARÓQUIA..., 1953; elaboração de grupo FORMA (2026)

Conforme se observa na Figura 5, os vitrais superiores que finalizam na cobertura abobadada da nave central constituem, talvez, o aspecto em que a (re)construção evidencia de forma mais clara seu potencial analítico. A modelagem permite compreender com maior clareza como a luz natural é filtrada, difundida e qualificada no interior do templo, demonstrando que estrutura, luz e vedação atuam de forma integrada na construção do espaço sagrado. E aqui reside, talvez, a principal modificação em relação ao projeto original: foram projetadas janelas basculantes que não foram executadas. Essas aberturas poderiam ter contribuído, ao menos parcialmente, para reduzir o desconforto térmico observado no interior da igreja durante os verões quentes de Brusque.



Figura 5: Vitrais superiores e laterais da Igreja Matriz São Luís Gonzaga
Fonte: grupo FORMA (2025); PARÓQUIA..., 1953; elaboração de grupo FORMA (2026)

Além dos aspectos discutidos, a pesquisa revelou outras divergências entre o projetado, o construído e o (re)construído, as quais ainda requerem investigação mais detalhada, bem como processos de corroboração e análise comparativa. A própria obra do arquiteto também requer exame mais atento, buscando verificar quais soluções presentes neste projeto reaparecem em outras obras e quais desdobramentos podem ser observados em projetos posteriores. Nesse contexto, a pesquisa não tem como finalidade produzir uma leitura normativa ou corretiva da obra, mas identificar em que medida determinadas decisões se mantiveram, se transformaram ou se desviaram ao longo do processo de concepção e construção.

Discussão e considerações finais

Os resultados preliminares demonstram que a (re)construção gráfica permitiu explicitar aspectos que dificilmente seriam apreendidos apenas pela observação direta do templo. Nesse sentido, mais do que reproduzir formalmente o edifício, o enfoque permitiu reinterpretar criticamente sua ordem espacial e construtiva, evidenciando a complexidade da obra de Gottfried Böhm e sua articulação entre matéria, estrutura e experiência espacial. Ao mesmo tempo, o estudo contribui para ampliar o debate sobre a arquitetura religiosa moderna brasileira, ainda pouco explorada pela historiografia e pelos processos de preservação.

A igreja de Brusque revela-se, assim, não apenas como um exemplar relevante da arquitetura moderna em Santa Catarina, mas também como ponto de convergência entre tradição litúrgica, linguagem moderna e construção de identidade urbana. Sua relação com referências expressionistas, com a herança de Dominikus Böhm e com debates mais amplos da arquitetura religiosa do século XX reforça sua importância no contexto do patrimônio moderno brasileiro.

Por fim, a continuidade da investigação tende a aprofundar a comparação entre projeto e construído, ampliar a precisão do modelo digital através dos gêmeos digitais e da realidade aumentada – próxima fase –, e consolidar a análise de partes ainda pouco exploradas do edifício. Além disso, a pesquisa abre possibilidades para futuras ações de documentação, conservação e difusão patrimonial, reafirmando a (re)construção gráfica como instrumento crítico de compreensão, valorização e preservação da arquitetura.

Referências

CARRASCO ROUCO, David. Las capacidades primitivas del hormigón: Rudolf Steiner, Gottfried Böhm, Rudolf Olgiati: tres aproximaciones. 2013. Trabalho de Conclusão de Máster (Máster em Proyectos Arquitectónicos Avanzados) — Escuela Técnica Superior de Arquitectura de Madrid, Madrid, 2013.

DAUFENBACH, Karine. A modernidade em Hans Broos. 2011. 271 p. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) — Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

DOCOMOMO INTERNATIONAL. Mission. Disponível em: <https://docomomo.com/organization/>. Acesso em: 1 dez. 2024.

LIMA JUNIOR, Márcio Antonio de. O traço moderno na arquitetura religiosa paulista. 2016. 368 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) — Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

MELLO, Ricardo Bianca de. Introdução à arquitetura religiosa e evolução da igreja cristã na tradição católica apostólica romana. 2006. Trabalho programado (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) — Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

NOLL, João Francisco; ODEBRECHT, Silvia. Gottfried Böhm e sua obra no Brasil. Vitruvius, São Paulo, ano 15, n. 057.02, jan. 2014.

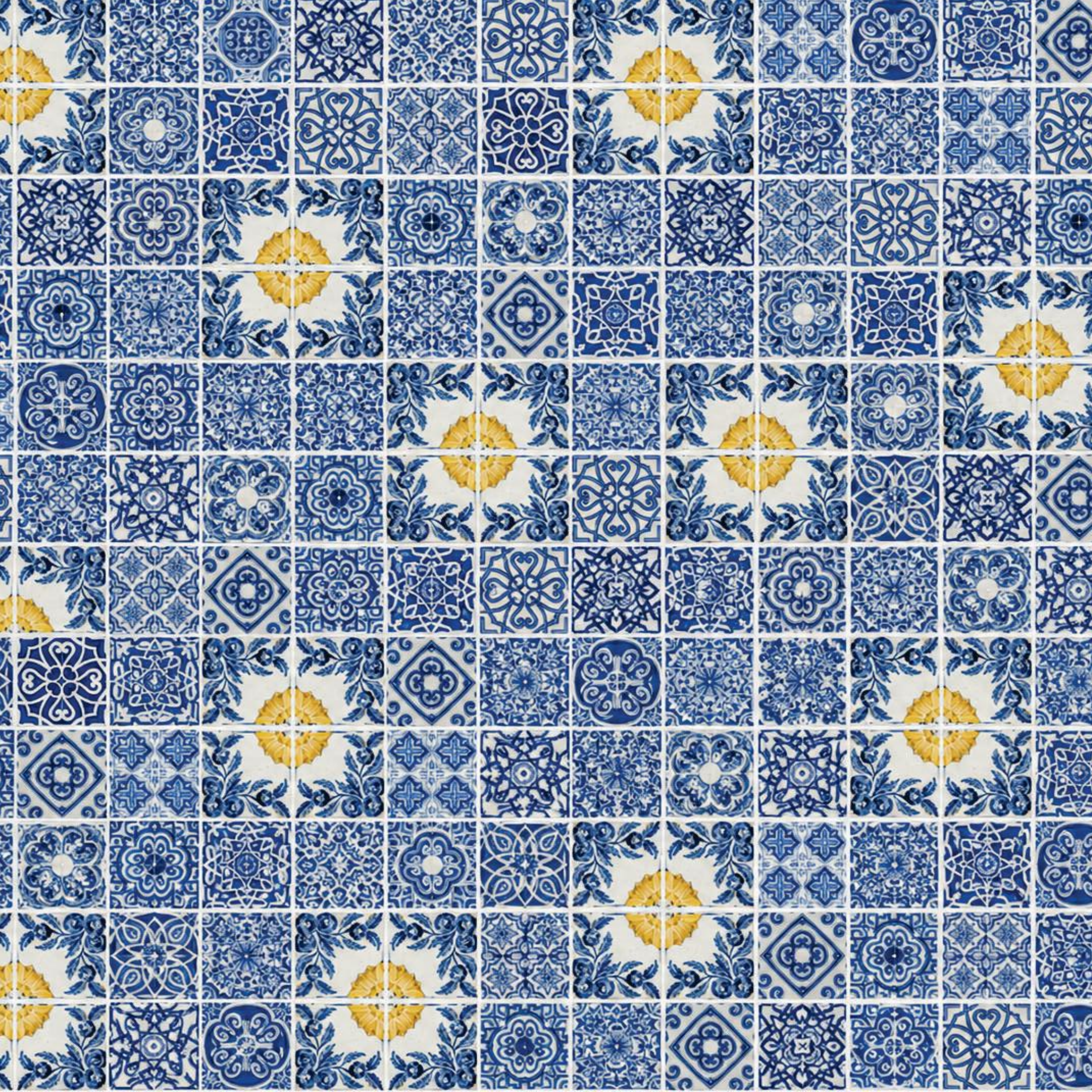
OLIVEIRA, Daniela Duarte de Freitas. A produção do espaço sagrado na arquitetura contemporânea: a interpretação da tradição católica a partir do séc. XX. 2010. 2 v. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) — Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura, Belo Horizonte, 2010.

PARÓQUIA SÃO LUÍS GONZAGA. Acervo de projetos arquitetônicos da Igreja Matriz São Luís Gonzaga. Brusque, [s.d.]. Conjunto documental composto por projetos arquitetônicos, documentos gráficos e documentos diversos. Acervo da Paróquia São Luiz Gonzaga, Brusque.

PIÑÓN, Helio. El proyecto como (re)construcción. Barcelona: Ediciones UPC, 2005.

SANTOS, Pedro Alberto Palma dos. MetrÓpole e luz: arquitetura sagrada moderna no Brasil. 2015. 230 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) — Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

THE PRITZKER ARCHITECTURE PRIZE. Gottfried Böhm. 1986. Disponível em: <https://www.pritzkerprize.com/laureates/1986#laureate-page-83>. Acesso em: 29 maio 2026.





Catedral Metropolitana
Florianópolis/SC

Educação patrimonial e construção de pertencimento: Práticas de transmissão do patrimônio cultural em Santa Tereza - RS

Autor: Patrícia Pasini – Arquiteta e Urbanista, especialista em patrimônio histórico, docente de Educação Patrimonial no município de Santa Tereza (RS) mestrandia em Artes Visuais – UFRGS. Garibaldi, RS, Brasil – contato@patriciapasini.com.br

Resumo

Este artigo discute a educação patrimonial como prática de transmissão cultural e construção de pertencimento a partir da experiência desenvolvida no município de Santa Tereza (RS). A pesquisa analisa atividades pedagógicas contínuas voltadas à valorização da memória, do patrimônio cultural e da identidade territorial no ambiente escolar.

Palavras-chave: educação patrimonial; patrimônio cultural; memória.

1. Introdução

A preservação do patrimônio cultural contemporâneo ultrapassa a compreensão dos bens históricos apenas como objetos materiais protegidos por instrumentos legais de tombamento. A ampliação do conceito de patrimônio passou a considerar também suas dimensões simbólicas, sociais e identitárias, reconhecendo a importância das comunidades nos processos de construção de valor, reconhecimento e transmissão cultural. Nesse contexto, a preservação deixa de estar vinculada exclusivamente à conservação física dos bens e passa a envolver também as relações de pertencimento estabelecidas entre os indivíduos e o território que habitam. Grande parte das ações de preservação ainda ocorre de maneira reativa, mobilizando-se sobretudo diante de situações de ameaça ou perda dos bens culturais. Em contraponto a essa lógica, a educação patrimonial apresenta-se como importante instrumento de preservação preventiva, fortalecendo vínculos entre comunidade, memória e patrimônio cultural.

No município de Santa Tereza (RS), cujo núcleo urbano é tombado pelo IPHAN desde 2012, a educação patrimonial passou a integrar formalmente o currículo da rede municipal de ensino a partir de 2024. Desenvolvida junto aos alunos da Escola Municipal Rodrigues Alves, a iniciativa articula práticas relacionadas à memória, patrimônio cultural e território, aproximando os estudantes das referências culturais locais. A experiência recebeu o prêmio CAU/RS 2025, na categoria Setor Público. Nesse sentido, o presente artigo busca refletir sobre a educação patrimonial como prática de transmissão do patrimônio cultural e construção de pertencimento, discutindo de que maneira a inserção contínua dessas ações no ambiente escolar contribui para o fortalecimento das relações entre comunidade, memória e território em contextos históricos protegidos.

2. Educação patrimonial e construção de pertencimento

A ampliação contemporânea do conceito de patrimônio cultural passou a compreender os bens históricos não apenas por sua materialidade,

mas também pelos significados sociais, afetivos e identitários atribuídos pelas comunidades. Nesse contexto, a preservação patrimonial relaciona-se diretamente aos processos de reconhecimento e construção de valor cultural desenvolvidos no território.

Segundo Alois Riegl, os valores atribuídos ao patrimônio são construções históricas e culturais, variando conforme os significados reconhecidos por cada sociedade. A preservação, portanto, não depende exclusivamente da permanência física dos bens, mas também da capacidade coletiva de reconhecer sua importância cultural e simbólica.

Da mesma forma, Pierre Nora compreende os lugares de memória como espaços onde se concentram referências identitárias e experiências coletivas, reforçando a relação entre patrimônio, memória e pertencimento. Nesse sentido, a educação patrimonial apresenta-se como importante instrumento de aproximação entre comunidade e patrimônio cultural, especialmente quando inserida de maneira contínua no ambiente escolar.

No Brasil, o IPHAN compreende a educação patrimonial como processo permanente de formação cultural, capaz de fortalecer a relação entre indivíduos, memória e território. Mais do que transmitir informações históricas, essas práticas contribuem para a construção de vínculos culturais e para o reconhecimento do patrimônio como parte da experiência cotidiana da comunidade.

Dessa forma, a educação patrimonial ultrapassa a transmissão de conteúdos históricos e passa a atuar como prática de construção de pertencimento e reconhecimento cultural. Quando desenvolvida de maneira contínua no ambiente escolar, possibilita aproximar os indivíduos de sua própria realidade territorial, fortalecendo vínculos comunitários e contribuindo para a preservação do patrimônio cultural a partir da experiência cotidiana. É nesse contexto que se insere a experiência desenvolvida no município de Santa Tereza (RS), apresentada a seguir.

3. A institucionalização da educação patrimonial em Santa Tereza (RS)

O município de Santa Tereza, localizado na Serra Gaúcha, possui forte relação com a imigração italiana e com a preservação de seu patrimônio cultural edificado. Seu núcleo urbano foi tombado pelo IPHAN em 2012, reconhecendo a relevância histórica, arquitetônica e paisagística do conjunto urbano formado ao longo do processo de colonização italiana no Rio Grande do Sul.

Inserida nesse contexto, a disciplina de Educação Patrimonial passou a integrar oficialmente o currículo da rede municipal de ensino a partir de 2024, sendo desenvolvida semanalmente junto aos alunos do primeiro ao quinto ano da Escola Municipal Rodrigues Alves. A iniciativa consolidou a educação patrimonial como prática contínua de formação cultural no município, ultrapassando ações pontuais e estabelecendo um processo permanente de aproximação entre os estudantes e o patrimônio cultural local.

As atividades desenvolvidas buscam articular patrimônio material e imaterial, memória familiar, arquitetura, cidade e práticas culturais do território, aproximando os alunos de referências presentes em seu cotidiano. Entre as ações realizadas estão atividades relacionadas à construção de árvores genealógicas, produção de álbuns de memória, observação da paisagem urbana, desenvolvimento de desenhos e maquetes das edificações históricas, visitas guiadas, além de práticas vinculadas às manifestações culturais associadas à imigração italiana na região.

4. Práticas pedagógicas e transmissão do patrimônio cultural

As práticas desenvolvidas no Programa de Educação Patrimonial são organizadas de forma progressiva ao longo das diferentes etapas escolares, buscando construir, de maneira gradual, relações de reconhecimento, pertencimento e valorização do patrimônio cultural. A proposta pedagógica parte inicialmente das experiências individuais e familiares dos alunos para, posteriormente, ampliar a compreensão sobre memória coletiva, imigração, patrimônio imaterial, leitura urbana e patrimônio edificado.

No primeiro ano, as atividades concentram-se no reconhecimento da memória pessoal e familiar, aproximando os alunos de conceitos iniciais de patrimônio através de experiências afetivas e cotidianas. Exercícios como a elaboração de árvores genealógicas, álbuns de memória e a atividade “Meu Tesouro Particular” buscam estimular a compreensão do patrimônio como elemento relacionado à identidade, à memória e aos vínculos familiares. Nesse momento, o patrimônio é trabalhado inicialmente a partir da experiência individual da criança e de suas relações afetivas mais próximas.



Figura 1 – Atividades de árvore genealógica e “Meu Tesouro Particular” desenvolvidas com alunos do primeiro ano, aproximando memória familiar, ancestralidade e patrimônio imaterial.
Fonte: Acervo da autora, 2025.

No segundo ano, as atividades passam a abordar de maneira mais aprofundada as experiências ligadas à imigração italiana e às manifestações do patrimônio imaterial presentes no cotidiano da comunidade. Através de práticas relacionadas à música, oralidade, culinária, receitas tradicionais e expressões em Talian, os alunos são estimulados a reconhecer os saberes e fazeres transmitidos entre gerações como parte do patrimônio cultural do território. O estudo da imigração italiana é desenvolvido por meio de narrativas, cartazes, mapas e representações da travessia entre Itália e Brasil, permitindo que os estudantes compreendam os deslocamentos, as dificuldades e os processos de formação cultural que deram origem à cidade.

As atividades relacionadas às canções tradicionais, às histórias orais e às receitas familiares buscam aproximar os alunos das memórias ainda presentes no cotidiano das famílias locais, compreendendo o patrimônio imaterial como prática viva e continuamente transmitida entre gerações. Oficinas voltadas ao preparo de alimentos tradicionais da imigração italiana, como a colombina e a dressa, bem como atividades de canto e escuta em Talian, reforçam a relação entre patrimônio cultural, memória coletiva e pertencimento territorial. Nesse processo, elementos cotidianos como a música, a alimentação e a oralidade deixam de ser percebidos apenas como hábitos familiares e passam a ser reconhecidos como manifestações culturais que ajudam a construir a identidade da comunidade.



Figura 2 – Oficinas de produção de colombina e dressa desenvolvidas com os alunos, aproximando práticas culinárias, saberes artesanais e formas de transmissão cultural associadas à imigração italiana na Serra Gaúcha.
Fonte: Acervo da autora, 2025.

No terceiro ano, as atividades passam a estimular uma compreensão mais crítica acerca da noção de patrimônio cultural e de seus processos de reconhecimento e preservação. Através da instalação simbólica de um “Mini-Conselho do Patrimônio”, os alunos são incentivados a discutir, argumentar e refletir sobre os motivos que levam determinados bens, práticas e lugares a serem considerados patrimônios culturais. Inicialmente, as discussões concentram-se em referências presentes no próprio município de Santa Tereza, aproximando os estudantes do patrimônio cultural de seu território cotidiano. Posteriormente, as atividades ampliam-se para bens culturais do Rio Grande do Sul, do Brasil e do mundo, permitindo que os alunos compreendam diferentes escalas de valor patrimonial e reconheçam a diversidade das manifestações culturais.



Figura 3 – Atividades do “Mini-Conselho do Patrimônio” desenvolvidas com alunos do terceiro ano, estimulando processos de reconhecimento, preservação e construção coletiva de valor patrimonial.
Fonte: Acervo da autora, 2025.

A utilização de imagens, debates e situações-problema permite que os estudantes compreendam o patrimônio como construção cultural associada às memórias e identidades de cada comunidade. Ao discutir situações de abandono ou desaparecimento de bens e práticas culturais, os alunos passam a reconhecer a preservação patrimonial como compromisso coletivo. Nesse processo, a educação patrimonial deixa de atuar apenas como transmissão de conteúdos históricos e passa a estimular a formação de consciência crítica sobre memória, território e preservação cultural.

No quarto e quinto anos, as atividades passam a aprofundar a leitura da cidade e do patrimônio edificado, estimulando os alunos a reconhecerem a arquitetura histórica como parte constitutiva da memória e da identidade do território. A partir de caminhadas urbanas, visitas guiadas e atividades de observação, os estudantes são incentivados a perceber elementos arquitetônicos, materiais construtivos, técnicas tradicionais e transformações ocorridas ao longo do tempo nas edificações históricas do município.

As atividades de leitura urbana incluem a elaboração de mapas da cidade com a identificação das edificações históricas de Santa Tereza, permitindo que os alunos compreendam a relação entre patrimônio, território e formação urbana. Nesse processo, a cidade deixa de ser percebida apenas como espaço cotidiano e passa a ser reconhecida como lugar de memória, permanências culturais e construção histórica coletiva.



Figura 4 – Atividades de leitura urbana e produção de maquetes das edificações históricas de Santa Tereza desenvolvidas com alunos do quarto e quinto anos.
Fonte: Acervo da autora, 2025.

A observação direta das edificações históricas também dá origem à produção de desenhos, registros e maquetes elaboradas pelos estudantes a partir das construções existentes no município. A atividade busca estimular não apenas a observação formal da arquitetura, mas também o reconhecimento dos modos de morar, trabalhar e construir relacionados à imigração italiana na região. Ao reproduzir elementos arquitetônicos presentes nas edificações históricas, os alunos aproximam-se materialmente do patrimônio cultural local, desenvolvendo vínculos de reconhecimento e valorização do território.

Além das atividades de observação e representação arquitetônica, os alunos do quinto ano desenvolvem pesquisas e seminários sobre as edificações históricas do município e as referências culturais associadas à imigração italiana. As apresentações estimulam a investigação, a interpretação histórica e a transmissão de conhecimentos relacionados ao patrimônio cultural local.



Figura 5 – Seminários sobre as edificações históricas de Santa Tereza desenvolvidos com alunos do quinto ano.
Fonte: Acervo da autora, 2025.

As práticas desenvolvidas ao longo das diferentes etapas escolares demonstram que a educação patrimonial, quando inserida continuamente no ambiente escolar, contribui para a construção de pertencimento, reconhecimento territorial e valorização cultural, fortalecendo os vínculos entre comunidade e patrimônio cultural, formando futuras gerações mais conscientes sobre os processos de preservação e transmissão cultural.

5. Considerações Finais

A experiência desenvolvida no município de Santa Tereza (RS) demonstra que a educação patrimonial, quando inserida de maneira contínua no ambiente escolar, ultrapassa ações pontuais de sensibilização e passa a atuar como prática permanente de construção de pertencimento e transmissão cultural. Ao aproximar os estudantes das memórias familiares, dos saberes tradicionais, da cidade e das edificações históricas do território, o projeto contribui para fortalecer vínculos entre comunidade e patrimônio cultural desde a infância.

Em um contexto contemporâneo marcado pela vulnerabilidade dos centros históricos frente às transformações urbanas, às perdas culturais e aos impactos ambientais, a educação patrimonial revela-se também importante instrumento de preservação preventiva. Mais do que transmitir conhecimentos sobre patrimônio, essas práticas contribuem para formar futuras gerações capazes de reconhecer, valorizar e defender as referências culturais de seu território, compreendendo a preservação como responsabilidade coletiva e contínua.

A relevância dessas práticas torna-se ainda mais evidente diante das enchentes que atingiram o Rio Grande do Sul em 2023 e 2024, afetando significativamente o município de Santa Tereza e parte de seu patrimônio histórico edificado. Em contextos de vulnerabilidade e perda, a construção prévia de vínculos entre comunidade e patrimônio cultural revela-se fundamental para fortalecer processos de reconhecimento, mobilização e preservação. Nesse sentido, a educação patrimonial demonstra seu potencial não apenas como prática educativa, mas também como estratégia contínua de defesa e valorização cultural do território.

Referências

ASSMANN, Aleida. Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural. Campinas: Editora Unicamp, 2011.

IPHAN. Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos. Brasília: IPHAN, 2014.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993.

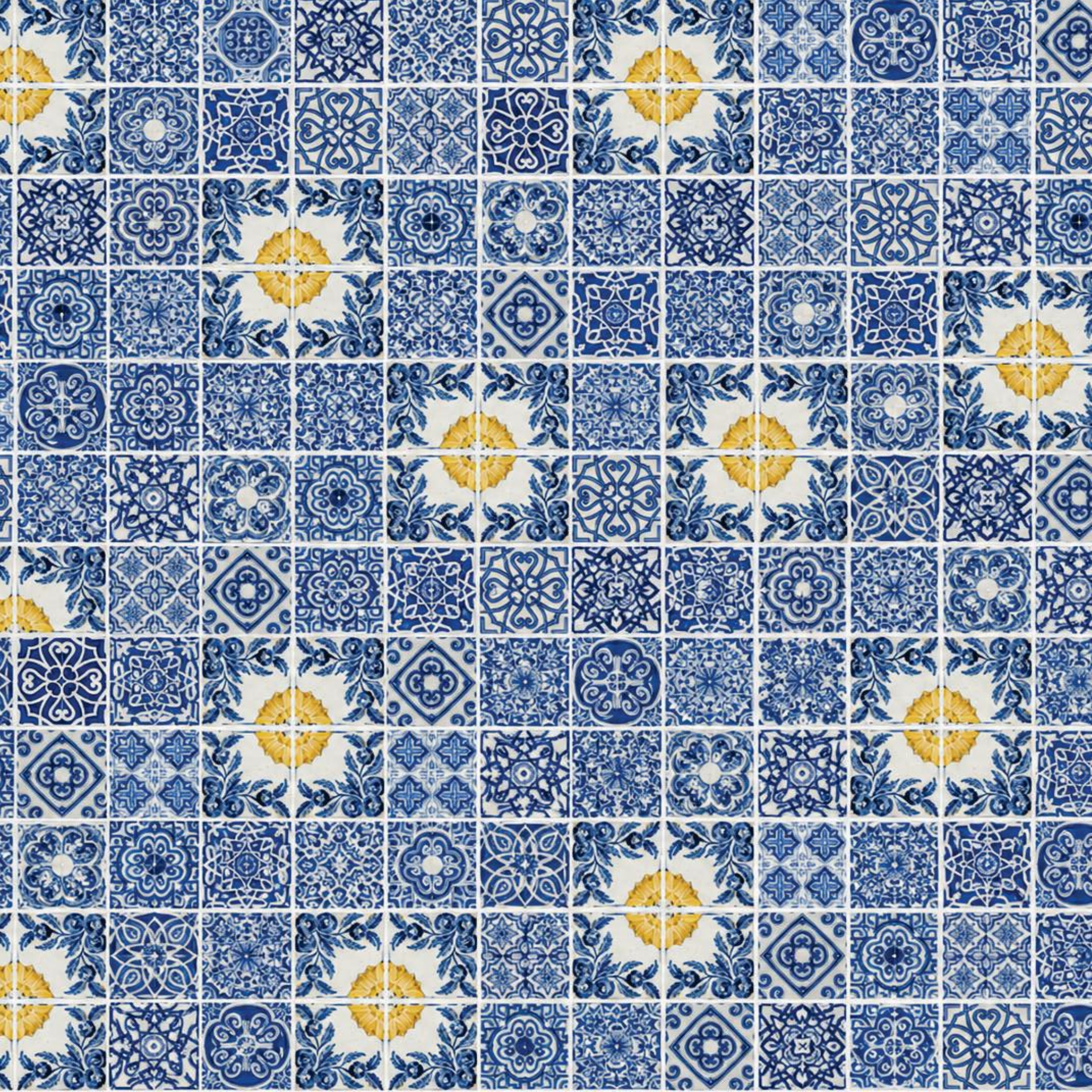
RIEGL, Alois. O culto moderno dos monumentos: sua essência e sua gênese. São Paulo: Perspectiva, 2014.

TUAN, Yi-Fu. Espaço e lugar: a perspectiva da experiência. Londrina: Eduel, 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZA. Projeto de Educação Patrimonial da Rede Municipal de Ensino. Santa Tereza, 2024.

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO RIO GRANDE DO SUL (CAU/RS). Premiação CAU/RS 2025 – Categoria Setor Público. Porto Alegre, 2025.

IPHAN. Processo de tombamento do núcleo urbano de Santa Tereza (RS). Brasília: IPHAN, 2012.





ENTRE MATERIALIDADE E IMATERIALIDADE: O TERREIRO DE MINA DOIS IRMÃOS COMO PATRIMÔNIO CULTURAL

Bianca Góes Pantoja – Centro Universitário do Estado do Pará (CESUPA), Belém, Brasil – biancagoes613@gmail.com

Orientador: Luan Cavaleiro – Centro Universitário do Estado do Pará (CESUPA)

Resumo

O artigo analisa o Terreiro Tambor de Mina Dois Irmãos como patrimônio cultural, articulando materialidade e imaterialidade e discutindo limites das políticas patrimoniais no reconhecimento de espaços afro-religiosos.

Palavras-chave: patrimônio cultural; imaterialidade; religiões afro-brasileiras.

Introdução

Refletir sobre patrimônio cultural implica compreender os processos pelos quais determinadas manifestações são reconhecidas como representativas, enquanto outras permanecem à margem. O patrimônio constitui, assim, um campo de disputas simbólicas e históricas, no qual se definem valores, memórias e identidades.

Nesse contexto, o Terreiro Tambor de Mina Dois Irmãos, localizado em Belém, configura-se como um espaço que articula práticas religiosas, relações comunitárias e saberes ancestrais. Tombado pelo Departamento de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Estado do Pará (DPHAC) em 12 de novembro de 2010, a casa religiosa consolidou-se como importante referência do patrimônio cultural afro-religioso no estado. Sua compreensão envolve a materialidade edificada, as memórias e narrativas que sustentam sua existência.

Entre essas narrativas, destaca-se a história de Mãe Josina de Averequete, maranhense e fundadora do terreiro em questão, que migrou do Maranhão para Belém após o período da escravidão e participou do processo inicial de ocupação da região do Guamá. Ao chegar, encontrou uma área ainda marcada pela presença de mata, sendo necessário abrir caminhos coletivamente para possibilitar a habitação. Essas memórias evidenciam processos de resistência, ancestralidade e organização comunitária que permanecem inscritos no território e ajudam a compreender o terreiro como parte de uma continuidade histórica marcada por deslocamento, pertencimento e construção coletiva.

A incorporação dessas narrativas permite compreender o terreiro como parte de uma continuidade histórica que articula deslocamento, pertencimento e construção coletiva, evidenciando formas de resistência cultural preservadas por meio da oralidade, das práticas religiosas e das relações comunitárias estabelecidas ao longo das gerações. Nesse contexto, o

terreiro ultrapassa sua dimensão física e passa a representar um espaço de memória e permanência de saberes ancestrais. Além disso, cada espaço presente dentro da casa religiosa possui funções específicas relacionadas aos rituais e práticas espirituais, de modo que todos os elementos presentes nesses ambientes carregam significados próprios e razões específicas para ocuparem determinados lugares dentro da organização do espaço sagrado.

Parte-se da hipótese de que a dificuldade de reconhecimento dos terreiros está relacionada à inadequação dos critérios tradicionais de patrimonialização.

A constituição das políticas patrimoniais no Brasil esteve vinculada à construção de uma identidade nacional. A atuação do SPHAN consolidou uma lógica de valorização centrada na materialidade e em referências europeias, especialmente no patrimônio edificado da região de Minas Gerais.

Esse processo resultou na valorização de determinados referenciais, enquanto outras matrizes culturais permaneceram marginalizadas. Conforme Fonseca (2007), a ausência de estudos sobre a diversidade cultural brasileira contribuiu para essa limitação.

Desse modo, o patrimônio foi estruturado a partir de critérios seletivos, privilegiando a monumentalidade e a permanência material. A partir da Constituição de 1988, o conceito de patrimônio cultural passou a incluir dimensões imateriais, ampliando o campo de atuação das políticas públicas. Apesar disso, a noção de patrimônio ainda permanece associada à ideia de propriedade e a padrões estéticos consolidados. Conforme Canani (2005), essa associação dificulta o reconhecimento de manifestações baseadas em outras formas de pertencimento, evidenciando uma tensão entre a ampliação conceitual e a permanência de critérios excludentes. A organização espacial do terreiro também pode ser observada no salão principal destinado aos cultos e cerimônias religiosas, espaço no qual ocorrem práticas coletivas e rituais fundamentais para a dinâmica da casa (Figura 2).



Figura 2: Salão principal de - Fonte: Danilo Barbosa (2019).

O terreiro como sistema cultural

A análise do espaço de culto evidencia que sua compreensão não pode se limitar à dimensão material. Sua organização espacial está diretamente relacionada às práticas religiosas, sendo continuamente redefinida a partir delas. Os ambientes são organizados conforme orientações espirituais, muitas vezes definidas por práticas como o jogo de búzios, responsável por orientar a disposição dos elementos no espaço. Isso resulta em uma configuração variável, com diferentes níveis de acesso de acordo com os rituais e funções exercidas dentro da casa.

Alguns espaços se formam a partir do próprio desenvolvimento dos ritos, como nas áreas de gira, que orientam a circulação dos rodantes e demais filhos da casa.

Elementos como a cumeeira, os assentamentos e objetos sacros (entre eles atabaques, trajes e utensílios), além de registros de continuidade familiar, como fotografias de ancestrais, ajudam a identificar esses espaços e podem contribuir para seu reconhecimento como patrimônio (Figura 3). Circulações, usos e hierarquias emergem do ritual, configurando uma dinâmica na qual o espaço atua como elemento ativo na produção do axé¹. Nesse sentido, o terreiro pode ser compreendido como uma estrutura processual.

Ao comentar as mudanças ocorridas no espaço ao longo das gerações, a atual dirigente da casa, representante da quarta geração do terreiro, afirmou, em relato concedido para este artigo: “Quando Mãe Josina fundou a nossa casa, ela era uma casa de madeira, porque ela aproveitou as árvores que estavam lá. Naquela época, colocavam paus amarrados e trançados com cipós, preenchidos com tabatinga, um tipo de barro. O terreiro era de chão batido, porque ainda não existia lajota. Depois que minha avó assumiu a casa, ela passou a ser de concreto e, desde então, continua praticamente do mesmo jeito. A pintura, desde que eu me entendo por gente, é da mesma cor. O que fazemos é lavar, por conta do tempo e das chuvas, lixar e pintar novamente, mas sempre mantendo a mesma cor.”

O relato evidencia processos de transformação material associados à permanência simbólica e identitária do espaço religioso, demonstrando como modificações construtivas coexistem com a preservação de elementos considerados fundamentais para a continuidade do ambiente religioso.

Conforme Baptista (2015), a lógica de pertencimento nesses espaços está baseada em relações coletivas mediadas por dimensões espirituais. O valor patrimonial está, portanto, associado à continuidade dessas práticas, à transmissão oral dos saberes e à manutenção dos vínculos comunitários estabelecidos entre os membros do terreiro.



Figura 2: Salão principal de culto - Fonte: Danilo Barbosa (2019).

Patrimônio e Colonialidade

A persistência de desigualdades no reconhecimento do patrimônio pode ser compreendida a partir da noção de colonialidade. Segundo Maldonado-Torres (2018), essas estruturas continuam influenciando os critérios de valorização cultural. No Brasil, religiões de matriz africana foram historicamente criminalizadas. Espaços de culto foram invadidos, objetos sagrados apreendidos e lideranças perseguidas. Essas violências continuam na forma de intolerância religiosa, reconhecida como crime pela Lei nº 7.716/1989 e reforçada pela Lei nº 14.532/2023.

Nesse contexto, os espaços afro-religiosos são frequentemente marginalizados. Conforme Santos (2019), esses bens podem ser compreendidos como patrimônios subalternos. A recorrência dessas violências compromete a continuidade das práticas e a transmissão de saberes, contribuindo para o apagamento de referências culturais associadas aos terreiros e dificultando seu reconhecimento institucional como patrimônio cultural.

Durante entrevista realizada para esta pesquisa, Mãe Eloisa de Badé relatou já ter sofrido episódios de intolerância religiosa no local. Segundo ela, jovens ligados a uma igreja jogaram óleo ungido em frente ao espaço logo após a pintura da fachada. Em seu relato, a dirigente afirma sentir profunda tristeza diante da situação, principalmente por perceber que pessoas tão jovens ainda reproduzem pensamentos marcados pelo preconceito e pela intolerância contra religiões de matriz africana. O episódio evidencia como práticas discriminatórias continuam presentes no cotidiano dos terreiros, afetando não apenas o espaço físico, mas também a vivência religiosa e comunitária desses grupos.

Esses espaços mantêm práticas e memórias historicamente invisibilizadas, evidenciando outras formas de produção de patrimônio e reafirmando o terreiro como espaço vivo de resistência cultural, espiritual e territorial.

Considerações Finais

O patrimônio cultural envolve múltiplas formas de manifestação que não se restringem à materialidade dos bens. Persistem desafios relacionados ao reconhecimento de práticas culturais que operam a partir de outras lógicas de pertencimento. A compreensão desses espaços como patrimônio implica considerar suas dimensões sociais, simbólicas e territoriais, ampliando as possibilidades de interpretação no campo do patrimônio cultural.

Ao condensar essas dimensões, o axé expressa uma forma de existência e de organização cultural que não se enquadra nos modelos tradicionais de patrimonialização, mas que resiste a processos históricos de apagamento. Dessa forma, a casa de axé reafirma-se como espaço vivo de produção cultural, memória, resistência e continuidade ancestral.

Nesse contexto, o Terreiro Tambor de Mina Dois Irmãos, localizado em Belém, configura-se como um espaço que articula práticas religiosas, relações comunitárias e saberes ancestrais. Tombado pelo Departamento de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Estado do Pará (DPHAC) em 12 de novembro de 2010, a casa religiosa consolidou-se como importante referência do patrimônio cultural afro-religioso no estado. Sua compreensão envolve a materialidade edificada, as memórias e narrativas que sustentam sua existência.

Referências

ASSUNÇÃO, Fernando. Terreiro mais antigo em funcionamento no Pará completa 133 anos. *Alma Preta*, 2023. Disponível em: <https://almapreta.com.br/sessao/cotidiano/terreiro-mais-antigo-para-133-anos/>. Acesso em: 2026.

BAPTISTA, José Renato de Carvalho. *A casa do axé*. Rio de Janeiro: Pallas, 2015.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Brasília, DF, 1989.

BRASIL. Lei nº 14.532, de 11 de janeiro de 2023. Altera a Lei nº 7.716/1989 para tipificar a injúria racial como crime de racismo. Brasília, DF, 2023.

CANANI, Aline. *Patrimônio cultural e propriedade*. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 2007.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br>. Acesso em: 2026.

MALDONADO-TORRES, Nelson. *Colonialidade do ser: contribuições ao desenvolvimento de um conceito*. Buenos Aires: CLACSO, 2018.

MINA DOIS IRMÃOS - RAIZ, TAMBOR E FÉ. YouTube, [ano de publicação]. Disponível em: https://youtu.be/OtjB_0EITcw. Acesso em: 2026.

RIVAS NETO, Francisco. Introdução ao conceito de axé. *Revista Estudos Afro-Brasileiros*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 166–251, maio/ago. 2020.

SANTOS, Walkyria Chagas da Silva. Patrimônio cultural afro-brasileiro. *RELACult – Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade*, 2019.

CONEXÕES AMAZÔNICAS. História de um templo afro-religioso na Amazônia. Disponível em: *Conexões Amazônicas*.



Projeto de Restauro do Conjunto Arquitetônico Franciscano em Itanhaém.

Regina Helena Vieira Santos

Resumo

Este artigo anuncia um projeto contemporâneo de restauro do “Conjunto Arquitetônico da Igreja e Ruínas Convento Nossa Senhora da Conceição de Itanhaém”, construído de 1699 a 1713, com a técnica de pedra e cal, buscando preservar sua identidade e ressignificando o espaço, principalmente a área em ruínas. Para desenvolver o projeto foi adotado o percurso do conhecimento como metodologia, primeiro entender o contexto histórico da construção deste edifício religioso franciscano, no lugar dos ameríndios que foram inicialmente catequizados por jesuítas, implantado em terreno pequeno, no alto do morro Itaguaçu, com apenas dois lados do claustro e capela, adaptado à topografia. Foi ampliado em 1733, posteriormente, incendiado em 1833, com parte reconstruída em 1865 e outra parte permanece em ruínas, assim esclarece a cronologia construtiva do complexo existente. A investigação sobre esse patrimônio cultural vem sendo realizada faz anos, em 2017 foi realizado o levantamento digital com laser scanner 3D seguindo a metodologia adotada no Laboratorio Rilievo dell'Architettura (LRA) da Università degli Studi di Firenze, como resultado foram gerados os desenhos técnicos arquitetônicos. Foi realizada a fotogrametria, inclusive com drone em 2018, mais recente em 2025, foi complementado com o levantamento da topografia detalhado, a prospecção geofísica para interpretação arqueológica, a análise da estrutura, investigação da geologia, o inventário com as fichas de identificação de danos (FIDs) das esquadrias e elementos arquitetônicos, prospecções pictórica e arquitetônica para desenvolver o projeto de restauro crítico conservativo, assim é possível compreendê-lo antes de qualquer proposição nova. Para intervir é essencial seguir os princípios das cartas patrimoniais, preservando na atualidade para as futuras gerações. A releitura do edifício hoje está atenta à realidade sustentável.

Palavras-chave: Conjunto Arquitetônico da Igreja e Ruínas do Convento Nossa Senhora da Conceição de Itanhaém; Levantamento Digital 3D; Projeto Restauro.

1. Contexto Histórico Urbano do Conjunto Arquitetônico Igreja e Convento Nossa Senhora da Conceição de Itanhaém

“A imagem que tenho da cidade tem um pouco a ver com o Super-Homem lutando contra Lex Luthor, quando, por conta da criptonita, quanto mais ele se debate, mais o vilão fica forte. Cidade para mim é Mariana, Ouro Preto, até Dubai. Penso em Itanhaém, com aquele forte que é um convento jesuíta e que reunia pessoas tanto para rezar quanto para atirar, pois em cima daqueles muros altos tinham canhões. Então, a cidade é um dispositivo capaz de promover a religião e um certo pensamento, mas também é munida de armas para expandir o seu domínio. Se a gente tivesse que culpar alguém pelas cidades atuais, para quem apontaríamos os canhões de Itanhaém? Para engenheiros, arquitetos e urbanistas?”

Para incorporadoras, especuladores imobiliários e empreiteiras? Para vereadores com suas emendas e remendos? O que dita a cara da cidade?” (KRENAK, 2022, p.58-59, grifo da autora).

Muitas vezes a história confunde as paragens marítimas, com povoações que foram ocupando o território dos ameríndios, com aldeias e aldeamentos, com o estabelecimento oficial de vilas e cidades, além das capitanias hereditárias da colônia portuguesa. Com base em documentos originais, pesquisas feitas por historiadores, arqueólogos, sociólogos, arquitetos, urbanistas e especialistas, esta investigação busca trazer luz aos fatos, esclarecer o contexto da ocupação do território.

No litoral sul do atual Estado de São Paulo, no alto do morro Itaguaçu (do tupi-guarani: grande pedra), está o Conjunto Arquitetônico da Igreja e Ruínas do Convento Nossa Senhora da Conceição de Itanhaém. O núcleo primitivo de Itanhaém estaria provavelmente entre os rios Peruíbe e Itanhaém, onde viviam os indígenas, que eram catequizados pelos missionários jesuítas em visitas frequentes, é provável que o sítio do aldeamento São João do Peruíbe, também conhecido como “Cai”, tenha sido a beira-mar (PETRONI, 1995, p.156). O assentamento, foi movido para um pequeno morro conhecido como São João Batista (TRINDADE, 1992), “por não ser de fundação jesuítica, tão pouco foi dado pelos padres da Companhia, [...] Era uma aldeia de El-Rei”. Onde posteriormente foi construída pelos franciscanos, com a residência dos catequistas ao lado, hoje em ruínas de pedra e cal, conhecida como sítio arqueológico Abarebebê. A vila foi extinta em 1805, hoje, é conhecida como Aldeia Velha, no atual município de Peruíbe.

Contemporaneamente, na margem esquerda do rio Itanhaém, distante cerca de duas léguas da primitiva, desenvolveu-se outra povoação denominada Conceição de Itanhaém, onde existiu uma ermida dedicada a este orago. O historiador Francisco Adolfo de Varnhagem escreveu a biografia de Martim Afonso de Sousa com base em documentos, depois de chegar em 1532 a São Vicente, e oficializar a primeira povoação, ele subiu a Serra do Mar, e estabeleceu o segundo assentamento no sertão de Piratininga, Santo André da Borda do Campo, que mais tarde se uniu à vila São Paulo fundada pelos jesuítas. Sousa fez um percurso pela costa sul que faria parte da sua Capitania Hereditária, “retorna ao litoral sul em dezembro de 1532 e refere, em Itanhaém, o local de sua terceira povoação”(sic.), mas não possui a localização geográfica exata. Frei Gaspar da Mãe de Deus em 1797 observou: “Itanhaém está localizado na latitude sul de 24°11' e na longitude de 331°20”.

Nesse segundo núcleo, na praça lindeira ao morro, encontram-se ainda, executadas com a mesma técnica construtiva, pedra e cal, a Igreja Matriz Santana e a antiga Casa de Câmara e Cadeia. Ambos bens são reconhecidos por legislação de preservação do patrimônio cultural.



Nesse segundo núcleo, na praça lindeira ao morro, encontram-se ainda, executadas com a mesma técnica construtiva, pedra e cal, a Igreja Matriz Santana e a antiga Casa de Câmara e Cadeia. Ambos bens são reconhecidos por legislação de preservação do patrimônio cultural.



Figura 1: Vista do Convento Conceição de Itanhaém, foto 2025, feita com drone por Carlos Eduardo da Silva, 2025, para o levantamento topográfico atualizado do morro Itaguassú.

Em 1549 chegaram missionários jesuítas ao Brasil e teve início a ocupação do castelhano João Rodrigues e do português Cristóvão Gonçalves, que se instalaram para criar melhoramentos agrícolas. Portanto, a povoação de Conceição de Itanhaém, passa a ser freguesia no período da Vila de São Vicente. Esta povoação, em abril de 1561, foi elevada à categoria de vila, com a instalação do pelourinho na praça. A chamada Vila de Nossa Senhora da Conceição de Itanhaém passa a ser sede da Capitania de Itanhaen, entre 1624 e 1679, sob tutela da Condessa de Vimieiro, durante a unificação das capitanias de Santo Amaro, com São Vicente, com previsibilidade e jurisdição sobre vasta região, e depois veio a ser a capitania de São Paulo.

Deixado o local pelos inacianos, assume os franciscanos, chegados em 1654. A construção do convento em pedra e cal, “ao lado da capela quinhentista, doada aos monges franciscanos pelos oficiais da Câmara de Itanhaém e da Confraria da Conceição”, foi feita com auxílio dos moradores a partir de 1699, com implantação buscando se adaptar a topografia e ao pequeno terreno (ROWER, 1957, pp.283-284).



Figura 2: Desenhos feitos com base no levantamento digital com laser scanner 3D. Plantas do Conjunto Arquitetônico da Igreja e Convento de Nossa Senhora da Conceição de Itanhaém. Fonte: a autora.

A construção do convento, concluída em 1713 por frei Miguel de S. Francisco, se acomoda com um piso inferior e um superior à cota da entrada da igreja, o claustro possui apenas dois lados, sendo um acompanhando a lateral da igreja e sacristia com 34 metros de extensão, no piso inferior há apenas a varanda delimitada pelos sete arcos que apoiam o edifício e no piso superior era o consistório e algumas celas dos religiosos. A outra ala, perpendicular a esta, foi arruinada no incêndio de 1833, no pavimento inferior eram o refeitório e cozinha e no térreo existiam as celas dormitórios. Na fachada principal emerge um volume em ruínas, construído em 1733 pelo frei Rodrigo dos Anjos, no piso da cota da igreja era a portaria, no inferior funcionava o capítulo conventual e no superior provavelmente era a biblioteca. Observa o historiador Carlos Cerqueira: “Os frades capuchos, poucos anos depois (1844), abandonariam definitivamente o convento” (CERQUEIRA, s/d).

Frei Basílio Rower continua sua descrição da parte externa que por detrás da sacristia e do convento os frades tinham o cemitério. Completa sobre o acesso que “até 1752 por uma escada de 83 degraus na encosta”. Foi obra de Frei Antônio de S. Tomás com licença da Câmara a construção da ladeira como acesso, em dois planos inclinados com parapeitos, um patamar entre os lances, terminando cerca de 25 metros à frente da igreja (ROWER, 1957, pp. 283-284/290-291).

Em visita a Itanhaém, o poeta Mario de Andrade no ano de 1921, conheceu este bem, observou que na nave por sobre o arco cruzeiro há azulejaria:

“Este meu gosto pelas divagações nem me permitiu dizer que ainda há no convento um delicioso mosaico, deliciosíssimo, que os olhos não cansam de ver, e umas imagens que produzem torrentes de pura comoção pelo primitivismo quase adâmico com que foram talhadas” (ANDRADE, 1921).

A pesquisa revela, que mesmo havendo o oceano Atlântico entre Portugal e Brasil, como é sabido, a relação cultural entre os dois países foi muito próxima, e a importação de materiais e obras artísticas se fez muito presente também no litoral de São Paulo. Enfim faço minha as palavras escritas pelo pesquisador português Santos Simões (1965, p.1): “Brasil e Portugal, constituem unidade cultural indivisa”, é impossível estudar o patrimônio colonial sem conhecer um pouco das referências da metrópole.



Figura 3: Azulejaria da Nossa Senhora da Conceição, em Itanhaém, 2013. Figura 4: Azulejaria do refeitório do Convento de Jesus, depois denominado de Santa Joana, na cidade de Aveiro em Portugal, em 2017. Figura 5: Arco cruzeiro com azulejaria nas laterais, imagem do orago antes e depois da coroação. Igreja Nossa Senhora da Conceição na cidade de Peniche, Portugal, 2018. Fonte: da autora.

A edificação teve parte reconstruída em 1865, possivelmente são dessa ocasião os contrafortes da parede externa, registrado em uma das pinturas de Benedito Calixto e em fotos do acervo do IPHAN. Este conjunto foi restaurado na década de 1920, e foi reconhecido como patrimônio cultural brasileiro em 1941, quando passou por outra intervenção de restauro. Atualmente o conjunto está sufocado pela vegetação do entorno, omissa na paisagem cultural, além de estar fechado para visita por falta de manutenção apropriada. O projeto de restauro arquitetônico conservativo, está sendo viabilizado com recursos de fomento do ProAC 13/2024. A próxima etapa é viabilizar verba para a realização das obras.

2. O CONVENTO NO SÉCULO XXI, projeto

A metodologia adotada para desenvolver o projeto de restauro arquitetônico conservativo do bem em voga, segue o percurso do conhecimento, visto nas considerações finais (p.365) do doutorado da arquiteta Regina Helena Vieira Santos, sobre a Avenida São João, intitulada “Rua São João: o Boulevard paulistano da Primeira República (1889-1930)”. A investigação sobre o patrimônio cultural da atual cidade de Itanhaém, foi iniciada e parte publicada em 2022 no livro “Itanhaen desvairada”.

A investigação está alicerçada em documentos originais, textos, artigos escritos de autores como Mário de Andrade, o pesquisador arquiteto Carlos Lemos e o historiador Carlos Gutierrez Cerqueira, bem como no estudo crítico da bibliografia: Frei Gaspar da Madre de Deus, Serafim Leite, Frei Basílio Rower, Ailton Krenac. Explora, ainda, registros iconográficos de artistas como Anita Malfati, Alfredo Volpi, Renè Lefèvre, além dos pintores locais Benedito Calixto e Emídio de Souza.

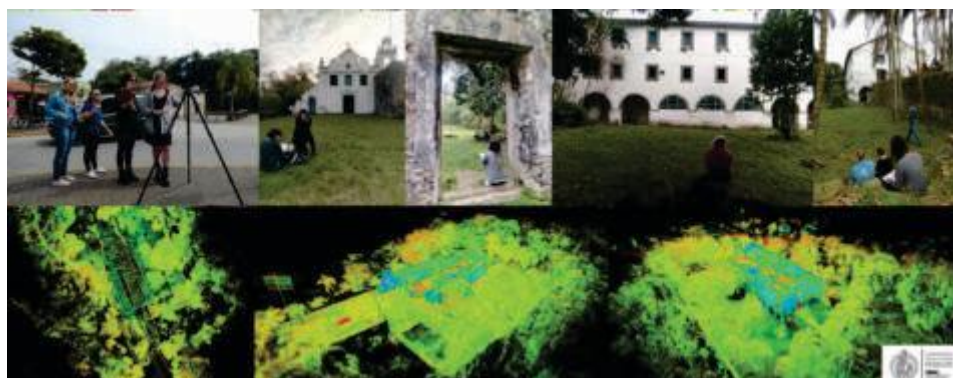


Figura 6: Levantamento digital com laser scanner 3D, acompanhado com desenhos de observação, fotografias, para depois ser realizado os desenhos técnicos em programa de computador (AutoCAD) a partir da ortoimagem gerada pela nuvem de pontos, adotando a metodologia do Laboratorio Rilievo dell'Architettura (LRA) da Università degli Studi di Firenze. Nas imagens aparecem as arquitetas: Anastasia Cottini, Chiara Alessi, Emanuelle Cristina Cordeiro, Fernanda Gianotti Fernandes, Maria Beatriz Gabara Rodriguez, Pietro Becherini e Regina Helena Vieira Santos, fotos 2017/18.

O primeiro passo é desenhar o objeto em voga, tendo em vista a falta de recursos, os levantamentos contam com apoio das pesquisas realizadas em curso de pós-graduação, tendo iniciado com o levantamento métrico in loco do conjunto arquitetônico em 2005. Foram gerados desenhos técnicos (plantas, cortes, elevações) em programa de computador (AutoCAD), sendo assim a base inicial. Esta base foi essencial para elaborar a proposta preliminar do edital de fomento, em 2024, para desenvolver o projeto executivo.

No decorrer dos anos a pesquisa, teve colaboração dos professores da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP), Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno, Luciano Migliaccio e Renata Maria de Almeida Martins, e do Laboratorio Rilievo dell'Architettura (LRA) da Università degli Studi di Firenze, Anastasia Cottini, Chiara Alessi, Matteo Bigongiari, Monica Bercigli, Pietro Becherini e Stefano Bertocci. Nos anos 2017 e 2018, foi viabilizado o levantamento digital seguindo a metodologia do laboratório da faculdade italiana, permitindo intercâmbio cultural com estudantes de arquitetura de Itanhaém: Emanuelle Cristina Cordeiro, Fernanda Gianotti Fernandes, Maria Beatriz Gabara Rodriguez, nos dias de levantamento, incluindo desenhos de observação; e outra parte realizada por estudantes da faculdade na Itália. A troca de conhecimento é muito rica, sendo base de uma disciplina optativa da graduação na faculdade brasileira (AUH-335).

Contemplado o projeto preliminar, passa para a etapa do projeto básico. Foram utilizados os resultados do levantamento digital com uso do laser scanner 3D, que registra a nuvem de pontos, o material é polido e gera as ortoimagens que posteriormente são trabalhadas no programa de desenho técnico no computador (AutoCAD) resultando as plantas, as elevações norte, oeste, sul e leste, e dezesseis cortes. Nesse conjunto de bases foi registrado a situação atual do edifício, e a proposta preliminar trabalhada. Para dar continuidade aos desenhos recebidos do laboratório da faculdade italiana, a arquiteta Regina Helena trabalha com a arquiteta Renata Argenton e a estudante Thais Cruz Araújo. Esses desenhos são completados com a fotogrametria, que posteriormente foram utilizados para realizar os mapas de danos. Pela primeira vez, foram inventariadas todas as quadras e elementos arquitetônicos com as Fichas de Identificação de Danos (FID).

O material foi complementado com o levantamento topográfico georeferenciado no sistema GIS (Geographic Information System), gerando mais cortes do morro para entender o grande gnaisse. Simultaneamente, por haver suspeita arqueológica na área, e a possibilidade aventada por frei Basílio Rower de nos fundos ter sido cemitério, foi feita a prospecção não invasiva com GPR (Ground Penetrating Radar) acompanhado pelo arqueólogo Paulo Zanettini. A área aproximada de 1900m², foi dividida em seis partes para passar o radar. Nas áreas em ruínas, onde possivelmente foi a cozinha, o espaço onde seria o refeitório, e no jardim o suposto cemitério, suscitaram interesse arqueológico. Por isso, antes de começarem as obras será feita a escavação, exceto na área do jardim em respeito à religião, que na interpretação dos dados pelo Zanettini caracterizam um cemitério franciscano.



Figura 7: Fotos da capela do Convento Nossa Senhora da Conceição de Itanhaém, e do volume construído posteriormente para ser recepção no térreo, biblioteca no pavimento superior, e sala conventual no inferior.



A averiguação prosseguiu com as prospecções feitas por profissionais do Estúdio Sarasá, a pictóricas nas esquadrias de madeira, que revelam as demãos de pintura, inclusive para saber se são novas ou antigas. As esquadrias de madeira serão tratadas, e receberão a tonalidade encontrada na camada da primeira demão de tinta. Surpreendeu nas janelas prospectivas abertas, no arco atrás do altar mor, foi encontrada a camada com pintura em tons de verde e marrom, bem como no nicho de um dos retábulos a presença de pintura mural. Esse resultado é determinante para a capela mor ser inteira decapada, e atrás dos dois retábulos, na ocasião da obra do restauro interno. A prospecção arquitetônica confirma a técnica construtiva de pedra e cal, e em algumas alvenarias feita com tijolo e madeira (tabique), esclarecendo que foram intervenções realizadas no decorrer do século XX. Foram coletadas amostras das argamassas de revestimento e das ruínas, em vários pontos para análise em laboratório. O resultado é argamassa a base de cal, com conchas, sem qualquer tipo de óleo em sua composição, também denominada argamassa histórica à base da cal. Foi observado que a parte em ruínas, por sua vez, nunca foi consolidada, ficou evidente ao olhar com atenção as alvenarias e os resultados das amostras. Este exame foi essencial para determinar o traço da argamassa compatível para a consolidação.

Seguindo com a análise do edifício, foi consultado o acervo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, nos inúmeros documentos lidos, buscou-se entender as intervenções realizadas no decorrer do século XX. Sabe-se que foram feitos dois restauros em 1920 e 1941, porém não foi encontrado nenhum documento gráfico, apenas fotos sem data. Posteriormente, na segunda metade da década de 1950, novas intervenções foram feitas com o acréscimo de copa, cozinha, lavanderia no pavimento inferior; constam alguns desenhos, e duas fotos de uma caixa d'água instalada no pavimento térreo, ao lado do acesso do Convento (não existe mais). As modificações foram feitas com prejuízo estético e físico, comprometendo a fachada oeste e a circulação na área do claustro, serão removidas pois são descaracterizadoras.

Neste cenário de intervenções no decorrer do século XX, em um patrimônio dos séculos XVII e XVIII, o projeto foi elaborado a partir dos princípios de conservação e restauro, existentes desde as definições de Camilo Boito, de 1884, em “Os restauradores”, sobre os princípios metodológicos que se tornaram a base da restauração moderna: a) preservar o máximo de material autêntico possível; b) rejeitar qualquer acréscimos arbitrário ou estilístico; c) distinguir visualmente as partes originais das restauradas; d) documentar integralmente cada intervenção. Completado com o proposto por Cesari Brandi, em 1963, em “Teoria da Restauração”. Assumindo as diretrizes das cartas patrimoniais contemporâneas como a Carta de Veneza de 1964, a Carta Italiana de Restauro de 1972, assim como a Carta de Burra revisada em 2013. O conteúdo está endossado no documento do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios – ICOMOS intitulado “Princípios europeus de qualidade para intervenções financiadas pela EU com potencial impacto no patrimônio cultural” de 2018. Assim, adotamos o exposto pelo professor Giovanni Carbonara em 2019:

“Entende-se por 'restauro' qualquer intervenção que vise conservar e transmitir para o futuro, facilitando a sua leitura e sem apagar os vestígios da passagem no tempo, as obras de interesse histórico, artístico e

ambiental, baseiam-se no respeito da substância antiga e da documentação autêntica constituída por essas obras, propondo-se, aliás, como ato verbal de interpretação crítica mas expressa nas obras concretas. Mais precisamente, como hipótese crítica e proposição sempre modificável, sem que por esta se altere irreversivelmente o original” (CARBONARA, 2019, p.25, tradução da autora).

Este projeto parte da premissa que as ruínas não devem ser reconstruídas ou escondidas, mas exibidas em seu estado inacabado como símbolo da passagem do tempo, um testemunho, é um documento, é parte da obra, é um legado histórico arquitetônico a ser protegido em sua autenticidade, materialidade e valor de depoimento.

A estrutura do Conjunto Arquitetônico construído em pedra e cal, entre os séculos XVII e XVIII, no alto do morro Itaguaçu está estável. As alvenarias em ruínas, apesar de estarem expostas desde meados do século XIX, continuam em pé. Está previsto a consolidação estrutural da parte em ruínas e ficarão integralmente a vista com tratamento preventivo às intempéries.

Para projetar é necessário conhecer as restrições do século XXI para sincronizar com a realidade do século XVIII, começando com a segurança edilícia, a normativa dos bombeiros, bem como a norma da acessibilidade NBR 9050, que limitam o número de usuários, definem assentos e acima de tudo interferem na circulação. Assim, na área em ruínas onde teria sido a biblioteca, recepção e sala conventual, dará espaço a circulação vertical mecânica para pessoas com mobilidade reduzida. As soluções são contemporâneas, coadjuvantes, garantindo a distinguibilidade do original.

Completando os levantamentos, em visitas técnicas no ano de 2025, foi diagnosticado intervenção hidrossanitária no pavimento superior, que coloca em risco parte do imóvel. Não consta documentação desta e de tantas obras de manutenção inadequadas. Parte das alterações adotaram critérios questionáveis, como o coro de madeira, sem nenhuma referência de como era antes do incêndio de 1833, por isso muitas das alterações feitas no decorrer do século XX serão removidas.

A área de museografia, será ressignificada, no térreo para exposição temporária (anual), e no pavimento superior para exposição do acervo da Diocese. O jardim, pavimento inferior, será preservado com áreas de contemplação, com algumas esculturas no percurso, um “café” voltado para o espaço de convivência do claustro. A área do cemitério franciscano será mantida “de interesse arqueológico”, respeitando a religião. No jardim do térreo terá uma área para a instalação das placas solares, com informações sobre sustentabilidade, e indicações sobre geologia visto que a pedra aflora. A proposta de comunicação visual e museografia contou com a colaboração dos arquitetos Bianca Lupo, Haroldo Kinder e Mauricio Cavalcanti Lima.

Da origem tupi-guaraní, o conjunto está no morro Itaguaçu que significa “grande pedra”, construção de pedra e cal, qual a origem do material? Abriu curiosidade sobre a geologia e o professor André P. Negrão colaborou com visita técnica e em palestra, esclareceu que as pedras da construção provavelmente foram retiradas do próprio morro, que é um maciço de gnaisse, “rochas duras”:



11º FIPA Brasil-Portugal

A DIVERSIDADE NAS FORMAS DE MANIFESTAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

“Trata-se das rochas que constituem a Serra do Mar, os costões rochosos e morros, como o Morro do Convento, além de outras formas de relevo residual ao longo da planície flúvio-costeira e das ilhas próximas à costa”.

O resultado é o patrimônio do século XVII, no lugar dos ameríndios, adequado as demandas atuais do século XXI, respeitando a diversidade cultural. Awetê Katú!

¹ “O que caracteriza a fundação de uma vila, quer em Portugal, quer no Brasil, é a existência do poder municipal, simbolizado pelo pelourinho e pela Câmara, ...”. (SILVA, 2009, p.35)

² ROWER, 1957, pp.495-504.

³ Abarebebê, significa padre voador. É o apelido que os indígenas deram ao padre jesuíta Leonardo Nunes.

⁴ Apud. p.502.

⁵ Uma légua de sesmaria 6.600 metros, conforme pesquisa da professora Beatriz Bueno. Tomando como referência o Google Maps (2019), a distância é cerca de 20,0 km.

⁶ VARNHAGEN, 1915, p.498.

⁷ DEUS, 1975, p.144.

⁸ VARNHAGEN, 1915, p.498; ROWER, 1957, p.269; CERQUEIRA, 2016, p.191.

⁹ Processo CONDEPHAAT nº 00350/1973: Tombamento da igreja e convento de Nossa Sra. da Conceição.

¹⁰ O projeto integra o Programa de Ação Cultural – ProAC nº 13/2024, da Secretaria da Cultura, Economia e Indústria Criativas do Estado de São Paulo.

¹¹ International Council on Monuments and Sites – ICOMOS, European quality principles for EU-funded Interventions with potential impact upon Cultural heritage. Recommendations & Selection Criteria, November 2020.

¹² André P. NEGRÃO, geólogo, professor da Faculdade Geofísica da Universidade de São Paulo. Palestra proferida em 09/05/2026 no Convento da Conceição de Itanhaém. Atividade com fomento CULTSP, do Edital ProAC 13/2024.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Mario de. Itanhaen, publicado no jornal “Os Debates”, edição de 24/01/1921. São Paulo: Acervo do IEB, Coleção Mário de Andrade, DPR019_0021.

BARATA, Mário. Azulejos no Brasil. Rio de Janeiro: Jornal do Comercio, 1955.

BECHERINI, Pietro; BERCIGLI, Monica. Il rilievo integrato per la conoscenza e la valorizzazione. I casi studio del Convento di Itanhaém e delle rovine di Abarebebè sulla costa paulista (San Paulo, Brasile). Messina, Italia: ReUSO, 2018

BERTOCCI, Stefano; BINI, Marco. Manuale di rilievo architettonico e urbano. Torino: Città Studi, 2012.

CARBONARA, Giovanni. In: Che cos'è il restauro? Org. TORSSELLO, B. Paolo. Venezia_ Marsilio, 2019.

CERQUEIRA, Carlos Gutierrez. História de um monumento: Igreja Matriz de Itanhaém - Primeira Parte. São Paulo: 9ª CR/IPHAN, s/d.

DEUS, Frei Gaspar da Madre de. Memórias para a história da Capitania de S. Vicente, hoje chamada de São Paulo. São Paulo: EDUSP, Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.

HAUTEQUESTT FILHO, Genildo; ACHIAMÉ, Giovana. Mapa de danos: diretrizes de representação gráfica em projetos de restauro. Vitória: IHGES, 2017.

KRENAK, Ailton. Futuro Ancestral. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

LEITE, Serafim. Novas páginas de história do Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965.

LE MOS, Carlos A. C.. Desenhos preciosos do litoral paulista. Folha de São Paulo, “Caderno de Domingo”, 27 de março de 1977.

MECO, José. A azulejaria barroca e a invenção do espaço. Lisboa/Portugal, s/d. Disponível em: https://www.academia.edu/12044274/A_azulejaria_barroca_e_a_invencao_do_espacoMELO, Cláudia Pinho e, As Coleções de Ourivesaria, Metais, Cerâmica e Azulejo do Museu de Aveiro, in, “100 Anos do Museu de Aveiro”, AMUSA – Amigos do Museu de Aveiro, Aveiro, 2015.

NEGRÃO, André P.. Aspectos geomorfológicos e geológicos da região de Itanhaém e sua influência no desenvolvimento urbano local e regional. Itanhaém: Palestra, 2026.
PETRONE, Pasquale. Aldeamentos Paulistas. São Paulo: EDUSP, 1995.

ROWER, Frei Basílio. Páginas de história franciscana no Brasil: esboço histórico e documentado de todos os conventos e hospícios fundados pelos religiosos franciscanos. Petrópolis/R.J.: Vozes, 1957.

PETRONE, Pasquale. Aldeamentos Paulistas. São Paulo: EDUSP, 1995.

SANTOS, Regina Helena Vieira. Itanhaen desvairada. Peruíbe/SP: Inteligência, 2022.

SANTOS, Regina Helena Vieira. Rua São João: o Boulevard paulistano da Primeira República (1889-1930). São Paulo: FAU-USP, Doutorado, 2017.

SIMÕES, João Miguel dos Santos. Azulejaria Portuguesa no Brasil, 1500-1822. Lisboa: Fundação Calouste Gullbenkian, 1965.

TRINDADE, Jaelson Bitran. A Aldeia de São João Batista de Peruíbe. In: UCHOA, Dorath Pinto. Projeto Arqueológico, Antropológico, Histórico, Ecológico, Museológico e Turístico do Município de Peruíbe, Estado de São Paulo. São Paulo: Museu de Etnologia e Arqueologia – Universidade de São Paulo (MAU-USP), 1992.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Biographia de Martim Affonso de Sousa. São Paulo: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, vol. 20, pp.491-516, 1915.

Processo CONDEPHAAT nº 00350/1973: Conjunto arquitetônico: igreja e convento de Nossa Sra. da Conceição. Relatório 390/17-IPHAN-SP



Largo da Alfândega – Centro – Florianópolis

PATRIMÔNIO VIVO TUPINIQUIM-GUARANI: O Centro Cultural Indígena e Contemporâneo de Aracruz-ES (CUIA) Como Instrumento de Reconhecimento e Transmissão de Identidades

Natalha Vaz

Resumo

Este artigo discute o Centro Cultural Indígena e Contemporâneo de Aracruz-ES (CUIA) como proposta arquitetônica comprometida com o reconhecimento, a construção de valor e a transmissão do patrimônio cultural Tupiniquim-Guarani em suas dimensões material, imaterial, paisagística e territorial. O conjunto organiza-se em quatro blocos nomeados nessa língua — CUIA (cultural), PYTÃ (restaurante), ARAPYA (anfiteatro) e POTIÁ (hub empresarial) —, implantados em parque que preserva a vegetação nativa e o curso d'água natural do terreno, em lógica espacial referenciada na Aldeia Tekoá Mirim. O processo incluiu consulta informal a indígenas da região. Argumenta-se que o projeto opera como instrumento de afirmação de narrativas, memórias e identidades historicamente silenciadas, recusando tanto a musealização estática da cultura quanto a sua instrumentalização decorativa. As diretrizes projetuais são discutidas como contribuições replicáveis para uma prática de preservação ética, plural e contemporânea.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural Indígena; Identidade e Território; Decolonialidade, Tupiniquim-Guarani, Transmissão Cultural.

Introdução

Aracruz é o único município do Espírito Santo com indígenas aldeados: seus cerca de 94.765 habitantes convivem com 11 aldeias dos povos Tupiniquim e Guarani, que representam aproximadamente 4,01% da população municipal (IBGE, 2024). A instalação da Aracruz Celulose (atual Suzano) em 1978 acelerou a urbanização e intensificou a pressão sobre os territórios indígenas (ORRICO, 2014), resultando em uma cidade que, em larga medida, não sabe narrar suas próprias origens. A cultura Tupiniquim-Guarani tornou-se vulnerável à invisibilidade: a sede do município conta com poucos equipamentos capazes de preservar e difundir esse patrimônio para o conjunto da sociedade aracruzensa.

É nesse cenário de silenciamento que nasce o CUIA. Mais do que um equipamento cultural, trata-se de uma proposição sobre como a arquitetura pode participar ativamente dos processos de reconhecimento e transmissão do patrimônio cultural em suas múltiplas dimensões. A cultura indígena é patrimônio vivo: sistemas de saberes, técnicas construtivas, cosmologias, língua, gastronomia e relações com o território que se renovam no presente e exigem ser tratados não como relíquia, mas como herança dinâmica e em constante reelaboração.

2. PATRIMÔNIO CULTURAL PLURAL: Dimensões Materiais, Imateriais e Territoriais

2.1 Identidade, território e o patrimônio como construção histórica

A noção de patrimônio cultural expandiu-se significativamente nas últimas décadas, incorporando dimensões antes negligenciadas pelas práticas institucionais de preservação. Hall (2006) argumenta que a identidade cultural não é essência fixa, mas construção histórica permanentemente reelaborada. Para os povos Tupiniquim e Guarani, isso significa que sua cultura não é apenas conjunto de objetos ou monumentos a serem preservados, mas sistema de práticas, narrativas e relações com o mundo que se reconstitui cotidianamente.

O território ocupa papel central nessa dinâmica. Raffestin (1993) define-o como espaço dotado de valores e identidade, reconfigurado pelas relações de poder que o atravessam. Para os povos indígenas, terra e cultura são inseparáveis: a maneira de construir, habitar, cultivar e nomear os lugares carrega significados que constituem o patrimônio territorial. Ignorar essa centralidade é reproduzir a lógica colonial que fragmentou esses povos de seus territórios. Canclini (2019) alerta que a hibridização cultural pode ser processo criativo ou mecanismo de esvaziamento simbólico, dependendo de quem controla a narrativa. O CUIA parte precisamente do esforço de devolver o controle narrativo à comunidade.

2.2 Arquitetura vernacular como patrimônio imaterial e técnico

As aldeias de Aracruz apresentam organização espacial em rede, com casas isoladas conectadas por caminhos na mata, refletindo a maneira como esses povos se relacionam com seus territórios (NEIVA, 2016; OLIVEIRA; ALMONFREY, 2020). As construções Guarani utilizam madeira, palha e barro em processo vernacular de baixo impacto ambiental. Técnicas como a taipa de pilão e os fechamentos vegetais persistem como saber vivo, transmitido de geração em geração, configurando um patrimônio técnico que se encontra tanto nos objetos construídos quanto nos gestos e conhecimentos de quem os produz (OLIVEIRA; ALMONFREY, 2020).

A arte indígena — pinturas corporais com urucum e jenipapo, cerâmicas, adornos — expressa uma conexão profunda com as identidades culturais e territoriais desses povos (CASTRO, 2002). Esses elementos constituem repertório formal e conceitual de primeira ordem para qualquer projeto que pretenda dialogar com esse patrimônio de maneira ética. Funari e Noelli (2014) observam que as tradições pré-coloniais configuram redes complexas de significado e prática social que sobreviveram — transformadas — ao longo de séculos de pressão colonial.

3. METODOLOGIA

A pesquisa combinou levantamento bibliográfico sobre a formação histórica de Aracruz, a cultura Tupiniquim-Guarani, identidade, território e patrimônio cultural; visita técnica à Secretaria de Cultura do município em abril de 2024; e consulta informal a indígenas da região, que orientou decisões programáticas e formais. Foram analisados referenciais projetuais como o Centro Cultural Linpan (China, 2018), o Campus da Universidade do Amazonas (1980) e a Casa Folha (Angra dos Reis, 2008) (ARCHDAILY, 2011; 2019). O diagnóstico urbano-ambiental do terreno incluiu levantamento de campo, e o projeto foi elaborado em AutoCAD, SketchUp e Lumion.

4. DIAGNÓSTICO: Terreno como patrimônio paisagístico

O terreno está inserido na Zona de Ocupação Preferencial (ZOP) do Plano Diretor de Aracruz, próximo ao centro e adjacente à rodovia ES-456, em área de transição entre ocupação consolidada e expansão residencial (ARACRUZ, 2024). Sua posição na entrada da sede municipal coloca-o como potencial portal de uma rota turístico-cultural que conecte as aldeias indígenas ao núcleo urbano — um percurso de reconhecimento do patrimônio territorial que a cidade nunca constituiu formalmente (Figura 1). O diagnóstico identificou como condicionantes a vegetação nativa existente, um curso d'água natural orientado no sentido norte-sul e três pontos de alta visibilidade a partir da rodovia (Figura 2). Esses elementos não foram tratados como restrições a superar, mas como patrimônio paisagístico a ser incorporado: o curso d'água e a vegetação tornaram-se fundamentos da implantação (Figura 3), em gesto que ecoa a relação indígena com a natureza como agente ativo.

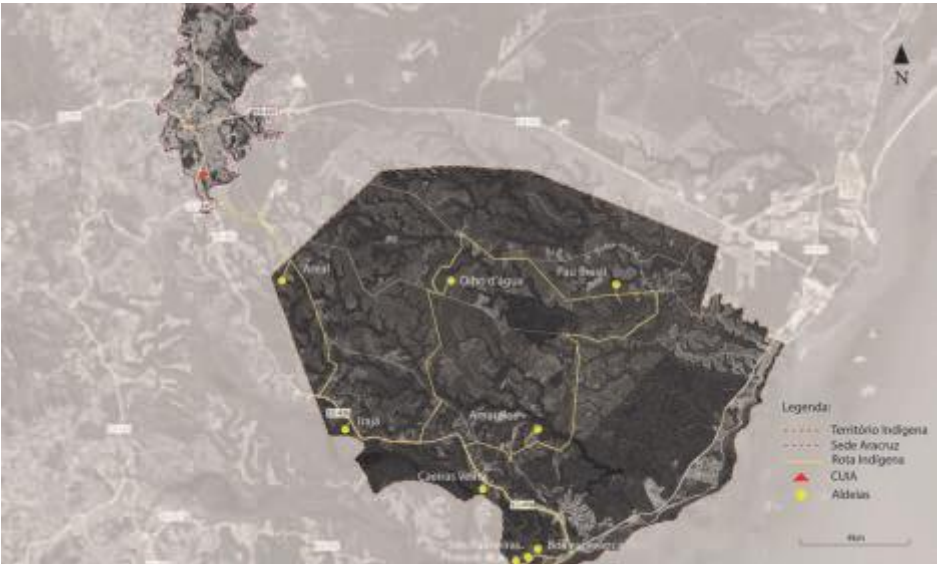


Figura 1 – Entorno do terreno: zoneamento e condicionantes urbanos. Fonte: elaboração própria (2024).



Figura 2 – Condicionantes do lote: vegetação, curso d'água e acessos. Fonte: elaboração própria (2024).



Figura 3 – Implantação geral do conjunto CUIA, referenciada na lógica espacial da Aldeia Tekoá Mirim. Fonte: elaboração própria (2024).

5. DIRETRIZES PROJETUAIS: Patrimônio como fundamento

5.1 Implantação: A aldeia como referência espacial e patrimonial

A organização do conjunto toma como referência a Aldeia Temática Guarani Tekoá Mirim, cujo modelo espacial em rede fundamentou as decisões de implantação: edificações distribuídas pelo território e interligadas por percursos que respeitam a vegetação e os cursos d'água. Os quatro blocos do CUIA são conectados por caminhos sobre palafitas que atravessam o parque alagadiço central, formado pela manutenção do curso d'água e pela preservação da vegetação nativa. Para os povos Tupiniquim e Guarani, a natureza não é paisagem de fundo, mas agente ativo na vida cotidiana e espiritual — incorporá-la como elemento estruturante do projeto é reconhecer e transmitir essa cosmologia para a sociedade mais ampla (FUNARI; NOELLI, 2014).

5.2 CUIA: O bloco cultural e a materialização do patrimônio imaterial

O conceito gerador do bloco cultural é o cocar indígena — símbolo de identidade, posição social e conexão com o sagrado —, traduzido na cobertura inclinada que converge para um jardim interno central (Figura 4). Esse jardim evoca os pátios das aldeias como espaços de transmissão oral de saberes. O sistema construtivo combina taipa de pilão, pilares em madeira, brises para controle solar e cobogós de argila que produzem jogos de luz alusivos à estética indígena sem reproduzi-la mimeticamente. O programa distribui ao norte o museu, a exposição permanente, o auditório e a biblioteca; a leste e oeste, as oficinas e a administração; ao sul, a cafeteria, a loja e a praça coberta (Figura 5)



Figura 4 – Perspectiva do bloco CUIA. Fonte: elaboração própria (2024).

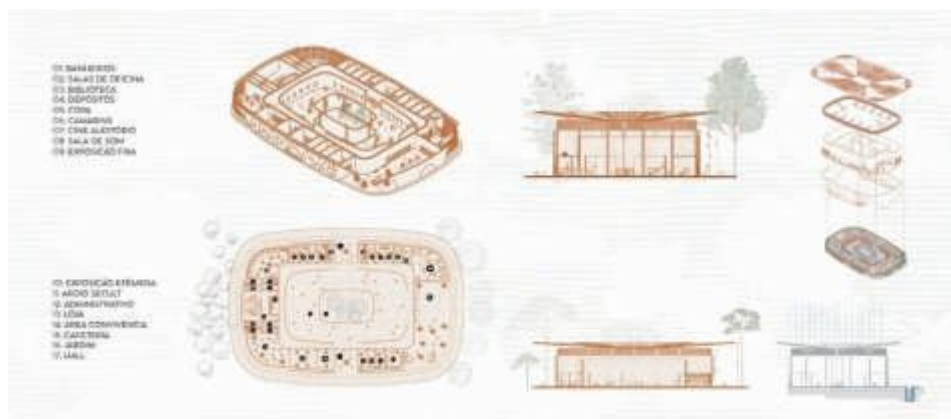


Figura 5 – Esquema do bloco CUIA: programa, cortes e perspectiva explodida. Fonte: elaboração própria (2024).

5.3 PYTÃ, ARAPYA e POTIÁ: Multiplicidade de narrativas patrimoniais

O restaurante PYTÃ (cor vermelha em Tupiniquim-Guarani) materializa o urucum — pigmento ritual e culinário — na alvenaria de terra vermelha. A geometria circular inspira-se nas ocas; a cobertura abre-se ao centro, sombreada por palha seca, e brises de eucalipto articulam fundamento cultural e desempenho ambiental. Ao colocar a gastronomia indígena em posição de protagonismo, o PYTÃ torna-se instrumento simultâneo de valorização patrimonial e geração de renda (Figura 4). O anfiteatro ARAPYA espacializa a circularidade dos espaços centrais das aldeias, onde o círculo afirma a igualdade entre os participantes e a relação de todos com o centro. Implantado no ponto mais elevado do lote, enquadra o pôr do sol na direção dos morros, inscrevendo o patrimônio paisagístico do entorno no programa cultural do equipamento (Figura 5). Já o hub empresarial POTIÁ (desenvolver, crescer, germinar) parte do reconhecimento de que a vitalidade de um patrimônio cultural está ligada à autonomia econômica da comunidade que o produz, com coworking modular reconfigurável conforme as necessidades locais (Figura 6).



Figura 6 – PYTÃ (restaurante): terra vermelha e forma circular. Fonte: elaboração própria (2024).



Figura 7 – ARAPYA (anfiteatro): circularidade e conexão paisagística. Fonte: elaboração própria (2024).



5.4 Língua, nomenclatura e patrimônio imaterial

A escolha de nomear cada bloco na língua Tupiniquim-Guarani não é gesto meramente simbólico. A língua é um dos patrimônios imateriais mais vulneráveis dos povos indígenas: sua transmissão depende de que ela ocupe espaços públicos e cotidianos. Ao inscrever CUIA, PYTÃ, ARAPYA e POTIÁ no vocabulário de um equipamento público urbano, o projeto contribui para que esses termos circulem na cidade, cumpram função comunicativa e sirvam de porta de entrada para a cosmologia que carregam.

5.5 Limites e avanços

O projeto avança ao fundamentar cada escolha projetual na cultura Tupiniquim-Guarani e ao incluir, desde o início, consulta informal a indígenas que orientou decisões programáticas e formais. Como etapa seguinte, seria necessário submetê-lo formalmente às comunidades para validação e coautoria. Neiva (2016) observou que nada é mais contemporâneo do que uma aldeia guarani. O programa do CUIA, ao reunir hub empresarial e gastronomia ao lado do museu e da biblioteca, recusa a ideia de cultura indígena como passado estático e afirma seu presente dinâmico.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O CUIA é uma proposição sobre o que significa preservar um patrimônio cultural plural e vivo. A referência à Aldeia Tekoá Mirim como matriz de implantação, a nomenclatura em Tupiniquim-Guarani como conceito gerador, o uso de taipa de pilão, terra vermelha e madeira de eucalipto como materiais estruturantes e a escuta dos próprios indígenas no processo são gestos que distinguem o projeto de propostas que tratam a diversidade cultural como tema decorativo. As diretrizes aqui discutidas oferecem contribuições replicáveis para uma prática arquitetônica contextualizada e decolonial.

Do ponto de vista das práticas de preservação patrimonial, o CUIA oferece uma contribuição metodológica: a arquitetura pode ser instrumento de construção de valor cultural quando fundamenta cada decisão formal, programática e material no sistema de saberes da comunidade titular do patrimônio. Como etapa necessária, o projeto precisaria ser submetido formalmente às comunidades Tupiniquim e Guarani para validação e coautoria. Apenas com esse passo se completaria o ciclo de reconhecimento que o projeto se propõe a inaugurar. O equipamento cultural mais potente não é aquele que celebra uma cultura de fora, mas aquele que a própria comunidade reconhece como seu.

REFERÊNCIAS

ARACRUZ. Prefeitura Municipal de. Plano Diretor Municipal. Aracruz, 2024. Disponível em: <https://www.aracruz.es.gov.br>. Acesso em: 26 maio 2024.

ARCHDAILY. Casa Folha – Angra dos Reis. 2011. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br>. Acesso em: 10 jun. 2024.

ARCHDAILY. Centro Cultural Linpan. 2019. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br>. Acesso em: 10 jun. 2024.

CANCLINI, Nestor García. Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: EDUSP, 2019.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia. São Paulo: Cosac Naify, 2002.
FUNARI, Pedro Paulo; NOELLI, Francisco Silva. Pré-história do Brasil. São Paulo: Contexto, 2014.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

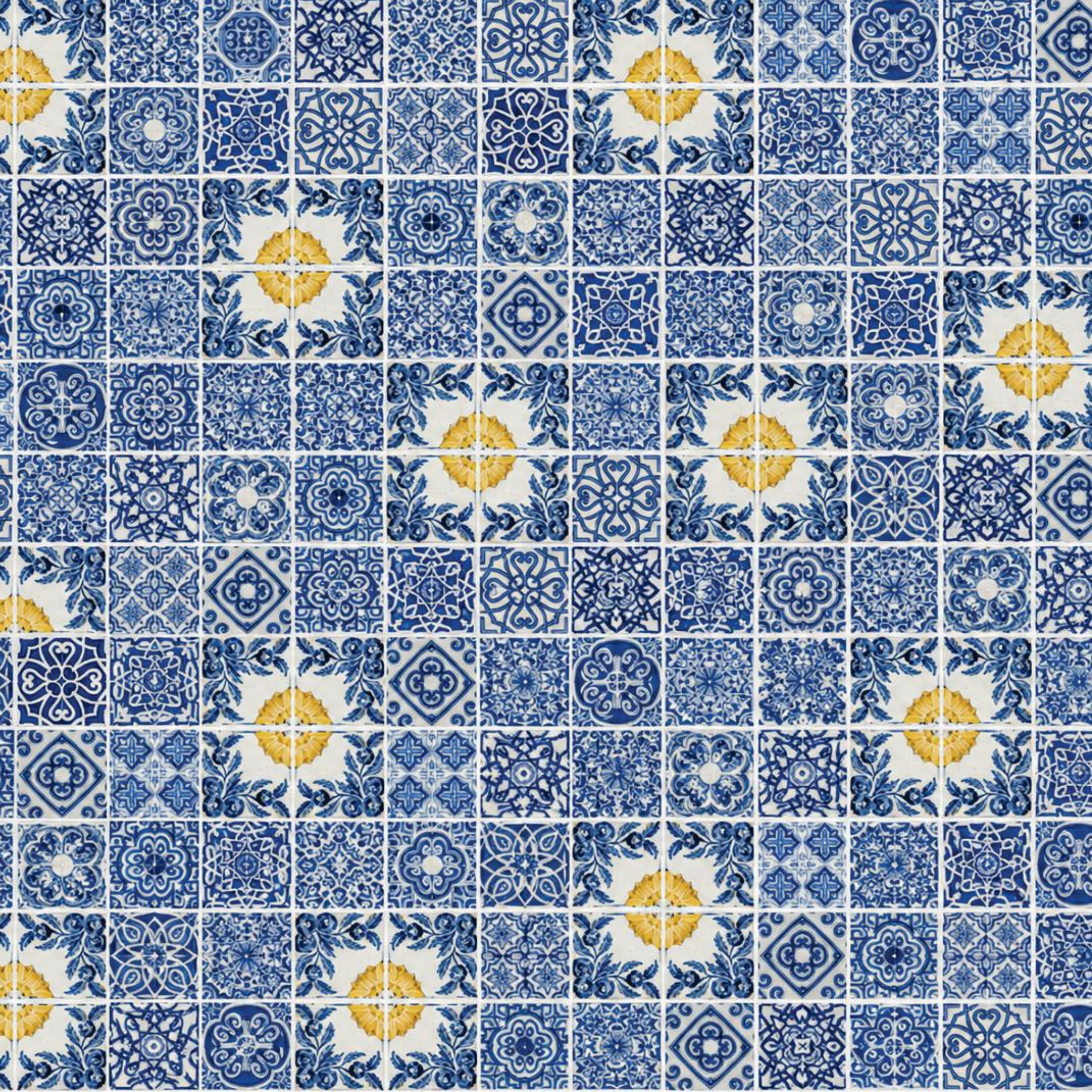
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 25 maio 2024.

NEIVA, Simone. Casas e aldeias guaranis em Aracruz, Espírito Santo: uma terra (quase) sem males. Vitruvius, v. 10, 2016. Disponível em: <https://vitruvius.com.br>. Acesso em: 26 maio 2024.

OLIVEIRA, Melissa Ramos da Silva; ALMONFREY, Esdras Eduardo Pontes. Patrimônio-territorial indígena capixaba, legado das aldeias Guarani de Aracruz (ES). Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 22, 2020.

ORRICO, Camila Maria Blank. A urbanização recente de Aracruz. 2014. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993.





Entre vestígios e visitantes: Turismo arqueológico e preservação patrimonial no Parque Nacional Serra da Capivara

Alessandra Devitte – Universidade do Vale do Itajaí, Balneário Camboriú, Brasil – adevitte@univali.br

Diva de Mello Rossini – Universidade do Vale do Itajaí, Balneário Camboriú, Brasil – rossini@univali.br

Resumo

O artigo discute as relações entre turismo cultural, patrimônio arqueológico e preservação, tendo como objeto de estudo o Parque Nacional Serra da Capivara/PI. A investigação busca responder como a infraestrutura turística e as práticas de gestão influenciam a preservação e a valorização do parque. Assim, o objetivo consiste em analisar a infraestrutura turística e as práticas de gestão relacionadas ao sítio arqueológico, discutindo suas implicações para a conservação patrimonial. Adota-se uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório, fundamentada no método de estudo de caso, com base em pesquisa documental e bibliográfica. Os resultados indicam que o turismo em sítios arqueológicos pode constituir importante ferramenta de valorização patrimonial e desenvolvimento sociocultural e econômico, desde que orientado por planejamento e gestão integrados.

Palavras-chave: Sítios Arqueológicos; Patrimônio; Turismo Cultural.

Introdução

A relação entre turismo cultural e patrimônio tem assumido crescente relevância nas discussões sobre preservação e desenvolvimento local, especialmente a partir da ampliação dos debates promovidos pela UNESCO desde a década de 1960 (Ribeiro, 2016). Nesse contexto, o turismo passou a ser compreendido como instrumento capaz de dinamizar a economia e contribuir para a valorização do patrimônio cultural e das comunidades locais. Embora durante longo período o turismo tenha sido associado a práticas mercadológicas e potencialmente aculturadoras, essa percepção vem sendo revista à medida que se consolidam abordagens integradas entre turismo, cultura e sustentabilidade (Pérez X., 2009).

Entre os segmentos associados ao turismo cultural, destaca-se o turismo arqueológico, ou arqueoturismo, caracterizado pelo interesse em áreas que preservam evidências materiais de sociedades pretéritas e pela aproximação entre visitantes, patrimônio arqueológico e memória histórica (Cerqueira; Pereira, 2014; Tresseras, 2009; Beni, 2007). Trata-se de uma prática em expansão, associada ao potencial arqueológico dos territórios e à visita de sítios pré-históricos ou históricos (Manzato, 2005; Ortea, 2017; López; Moreno, 2018), na qual a arqueologia constitui o principal elemento cultural e turístico (Tresseras, 2004). No Brasil, embora o termo arqueoturismo ainda seja recente, sua aplicação revela-se pertinente como modalidade de turismo cultural voltada à valorização e conservação do patrimônio arqueológico (Hasan et al., 2024; Santos, 2007).

O país possui um conjunto expressivo de bens arqueológicos protegidos, incluindo sítios e coleções reconhecidos pelo IPHAN e pela UNESCO (IPHAN, 2025). Apesar de seu potencial para a valorização patrimonial e o desenvolvimento local, esses sítios enfrentam recorrentes processos de degradação relacionados tanto à ação humana quanto às limitações institucionais voltadas à sua proteção (Guimarães, 2018; Patriota, 2017; Saladino; Wichers, 2015). A fragilidade dos vestígios arqueológicos frequentemente gera insegurança quanto à abertura desses espaços para visita turística. Entretanto, tais bens devem ser integrados a estratégias de difusão do conhecimento e de valorização cultural. Nesse sentido, Manzato (2007) defende que o planejamento voltado aos sítios arqueológicos deve ultrapassar a preservação física e incluir processos de interpretação dos vestígios das sociedades pretéritas.

A intensificação das atividades turísticas a partir do final do século XX consolidou o turismo cultural como segmento de crescimento expressivo e elevado valor agregado (Mesquita et al., 2015; Oliveira Filho; Monteiro, 2009). No contexto brasileiro, esse processo ocorreu principalmente nas décadas de 1970 e 1980, impulsionada por políticas públicas e investimentos em infraestrutura turística (Lage; Milone, 2000). Entretanto, a literatura aponta que o uso do patrimônio arqueológico para fins turísticos ainda ocorre de forma incipiente no país (Velo; Cavalcanti, 2007). Somam-se a isso a fragilidade da educação patrimonial e o baixo reconhecimento social desses bens, fatores que contribuem para processos de degradação e desvalorização (Patriota, 2017; Etchevarne et al., 2011).

Diante desse contexto, a pesquisa busca responder como a infraestrutura turística e as práticas de gestão influenciam a preservação e a valorização do Parque Nacional Serra da Capivara. O estudo tem como objetivo analisar a infraestrutura turística e as práticas de gestão associadas ao sítio arqueológico, discutindo suas implicações para a preservação e valorização do patrimônio cultural. Parte-se da compreensão de que o turismo em sítios arqueológicos pode constituir importante ferramenta de valorização patrimonial e desenvolvimento local, desde que orientado por estratégias de planejamento e gestão capazes de minimizar impactos negativos e promover benefícios socioculturais e econômicos para as comunidades envolvidas.

Adota-se uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório, fundamentada no método de estudo de caso (Marconi; Lakatos, 2004; Gerhardt; Silveira, 2009). O Parque Nacional Serra da Capivara foi selecionado em razão de sua relevância histórico-cultural, reconhecimento institucional e representatividade no contexto das discussões sobre preservação patrimonial e uso turístico. A coleta de dados fundamenta-se em procedimentos de pesquisa documental e bibliográfica.



A relevância da pesquisa reside na necessidade de refletir sobre as relações entre preservação e uso turístico em sítios arqueológicos, especialmente diante da fragilidade desses bens. Conforme destaca Moraes (2018), não há turismo sem planejamento, condição ainda mais necessária no contexto do patrimônio arqueológico. O desenvolvimento dos sítios (Guimarães, 2018), reforçando a necessidade de estratégias de gestão capazes de equilibrar conservação e uso. Nesse sentido, a preservação do patrimônio deve ser compreendida como uma responsabilidade coletiva (Kanits, 2017), enquanto o turismo cultural pode contribuir para a valorização patrimonial e para o desenvolvimento sociocultural e econômico das comunidades locais.

2. A preservação dos sítios arqueológicos no Brasil

A construção do patrimônio cultural constitui um processo socialmente situado, dependente das concepções históricas sobre o que, para quem e por que preservar, envolvendo múltiplos atores e interesses, e cujo significado se transforma ao longo do tempo (Rodrigues, 2018). Ao longo do tempo, o próprio conceito de patrimônio ampliou-se, passando de uma valorização centrada em monumentos históricos e artísticos para abarcar manifestações imateriais, práticas culturais e diferentes formas de expressão social (Benhaida et al., 2024). Assim, o patrimônio deve ser compreendido como uma construção cultural dinâmica, continuamente reinterpretada conforme os contextos sociais e políticos.

Entre as diferentes categorias patrimoniais, o patrimônio arqueológico apresenta especificidades que exigem abordagem particular. No Brasil, esse patrimônio foi historicamente tratado de forma secundária em relação ao patrimônio histórico e artístico vinculado ao período colonial (Schmitz, 1988) e o tombamento pouco utilizado para sítios arqueológicos, sendo aplicado, em geral, apenas em situações de excepcionalidade ou forte representatividade (Santiago, 2016). Essa condição contribui para sua invisibilidade social e para a fragilidade de suas estratégias de proteção.

Diante de sua complexidade, a proteção do patrimônio arqueológico passou a ser estruturada por meio de instrumentos legais e normativos, tanto em âmbito nacional quanto internacional. No Brasil, a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, por meio do Decreto nº 25/1937, representou um marco inicial na institucionalização das políticas de preservação, ao estabelecer a proteção de bens culturais de interesse público, incluindo aqueles de valor arqueológico. Posteriormente, a Lei nº 3.924/1961 definiu os monumentos arqueológicos e pré-históricos e os reconheceu como bens da União. A Constituição Federal de 1988 ampliou essa compreensão ao incorporar a noção de patrimônio cultural e estabelecer a corresponsabilidade entre Estado e sociedade na sua proteção. O Artigo nº 216 da Constituição consolidou essa ampliação ao reconhecer os sítios arqueológicos como referências culturais passíveis de proteção e valorização (IPHAN, 2024).

No mesmo contexto, foram instituídos mecanismos voltados à regulamentação das pesquisas arqueológicas e à gestão desses bens. A Portaria nº 07 do IPHAN definiu procedimentos para autorização de pesquisas e escavações arqueológicas, enquanto a criação do Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico, em 1997, contribuiu para a sistematização das

informações relativas aos sítios arqueológicos brasileiros. O sistema reúne o Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos e o Banco de Portarias de Arqueologia, constituindo importante instrumento de monitoramento e gestão (IPHAN, 2024). Em âmbito internacional, documentos como a Recomendação de Nova Deli (ICOMOS, 1956) e a Carta de Lausanne (ICOMOS, 1990) consolidaram a compreensão do patrimônio arqueológico como conjunto de vestígios da existência humana presentes na superfície, no subsolo e em ambientes submersos.

No cenário contemporâneo, os debates sobre patrimônio arqueológico passaram a enfatizar a necessidade de gestão integrada, uso público e desenvolvimento de protocolos específicos de preservação. Paralelamente, no campo ambiental, a criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), através da Lei nº 9.985/2000, incorporou o uso público como dimensão relevante da gestão territorial. Posteriormente, o Rol de Oportunidades de Visitação em Unidades de Conservação (ROVUC), publicado pelo ICMBio em 2018, passou a orientar tecnicamente a visitação e o manejo das áreas protegidas. Ainda assim, persistem desafios relacionados à infraestrutura, fiscalização e implementação efetiva de políticas públicas (D'Antona, 2018; Guimarães, 2018; Saladino; Wichers, 2015).

A ampliação das políticas de uso público e valorização patrimonial também favoreceu a aproximação entre patrimônio arqueológico e turismo cultural. O crescente interesse por experiências associadas à fruição do patrimônio contribuiu para a incorporação de sítios arqueológicos aos circuitos turísticos (Moreno; López, 2017). Nesse contexto, o turismo arqueológico consolida-se como prática relacionada à articulação entre turismo, arqueologia e interpretação patrimonial, apresentando potencial para difusão do conhecimento histórico-cultural e valorização dos bens arqueológicos (Brasil, 2010).

A literatura evidencia que as tensões se caracterizam por limitações institucionais, fragilidade da educação patrimonial e reduzido reconhecimento social do patrimônio arqueológico. O uso turístico ainda incipiente (Velooso; Cavalcanti, 2007), aliado à fragilidade da educação patrimonial e ao baixo reconhecimento social desses bens (Patriota, 2017; Etchevarne et al., 2011) contribui para processos de degradação e desvalorização. No campo do turismo, Paiva (2012) problematiza a mercantilização do espaço, enquanto Cerqueira e Pereira (2014) evidenciam a desconexão entre planejamento e prática na gestão dos sítios arqueológicos. Cardoso e Leite (2018) apontam desafios na gestão administrativa do patrimônio, e López e Moreno (2018) destacam conflitos socioculturais decorrentes do uso turístico. Mais recentemente, Pontes e Moreira (2025) indicam a ausência de protocolos padronizados para o uso público de sítios arqueológicos. Em conjunto, esses estudos demonstram que o campo ainda representa fragmentação institucional e insuficiente integração entre preservação, gestão e uso turístico.

Nesse cenário, torna-se fundamental desenvolver estratégias de planejamento e gestão capazes de minimizar impactos e garantir a integridade dos sítios arqueológicos utilizados para fins turísticos (Kanits, 2017). A preservação desses bens exige ações contínuas de proteção, educação patrimonial e participação social, evitando que interesses econômicos se sobreponham à conservação do patrimônio. Além disso, as experiências turísticas

vbbaseadas na fruição do patrimônio cultural podem contribuir para ampliar o reconhecimento social da importância histórica e simbólica desses sítios, tanto por visitantes quanto pelas comunidades locais (Silva; Oliveira, 2012). Dessa forma, o turismo arqueológico apresenta potencial para atuar simultaneamente como instrumento de valorização cultural, difusão do conhecimento histórico e apoio à preservação patrimonial.

3. Análise dos resultados

3.1 O Parque Nacional Serra da Capivara

O Parque Nacional Serra da Capivara, localizado no Estado do Piauí (Figura 1), é uma reserva de preservação patrimonial e possui significativa importância histórica, cultural e ambiental devido aos registros da presença humana que remonta a mais de 50.000 anos (IPHAN, 2026). Sua localização numa região de fronteira ecológica é estratégica e imprescindível como área de preservação, proteção e sobrevivência de espécies, em grande parte endêmica dessa área do País, como forte condicionante à realização de atividades na região. É o único parque nacional situado no domínio morfoclimático das caatingas, sendo uma das últimas áreas do semiárido possuidora de importante diversidade biológica (Barros et al., 2012, p. 496).



Figura 1: Mapa de localização do Parque nacional Serra da Capivara. Fonte: Cisneiros, 2018.

Criado através do Decreto nº 83.548 de 5 de junho de 1979, o parque conta com área de 130 mil hectares. A proteção ao Parque foi ampliada pelo Decreto de nº 99.143 de 12 de março de 1990 com a criação de Áreas de Preservação Permanentes adjacentes com total de 35 mil hectares (IPHAN, 2024). A Portaria do Ministério do Meio Ambiente – MMA, nº 76 de 11 de março de 2005, criou um Mosaico de Unidades de Conservação abrangendo os Parques Nacionais Serra da Capivara e Serra das Confusões e o Corredor Ecológico conectando os dois parques (ICMBio, 2021). Em 1991, o parque foi incluído na lista de Patrimônios Mundiais da UNESCO em razão de seu valor universal excepcional associado à preservação da biodiversidade e à presença de testemunhos arqueológicos únicos da ocupação humana pré-histórica. Em 1993, passou a integrar o Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, do Instituto do Patrimônio Histórico Nacional – IPHAN e é

subordinado ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio.

De acordo com a Fundação Museu do Homem Americano – FUMDHAM, até o ano de 2018 foram registrados mais de mil sítios com pinturas e gravuras rupestres pré-históricas (Figura 2), indicando uma das maiores concentrações de sítios pré-históricos do mundo por quilômetro quadrado (FUMDHAM, 2026). O material arqueológico resgatado até agora no Piauí indica que o homem chegou à região há cerca de 100 mil anos (Pivetta, 2008).



Figura 2: Conjunto de Pinturas Rupestres. Fonte: FUMDHAM, 2026.

O Parque é classificado como Unidade de Conservação (UC) de proteção integral, pertencente à categoria Parque Nacional. Este tipo de UC tem como objetivo a preservação dos ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico (Brasil, 2000). Os trabalhos de preservação do parque e dos sítios arqueológicos consistem em uma ação conjunta do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, o IPHAN e da FUMDHAM (Carvalho, 2012).

O Parque apresenta gestão compartilhada. A FUMDHAM, entidade civil, sem fins lucrativos e declarada de interesse público, realiza atividades científicas, culturais e sociais e atua nas questões técnico-científicas, assim como na aplicação do seu plano de manejo. Tem parceria e programas de cooperação com instituições nacionais e internacionais que fomentam o desenvolvimento de atividades. As ações de fiscalização e conservação do patrimônio arqueológico são atribuídas também ao IPHAN, que mantém um escritório técnico em São Raimundo Nonato, uma das cidades ocupadas pela área do parque e distante 30km do mesmo.



O Parque é classificado como Unidade de Conservação (UC) de proteção integral, pertencente à categoria Parque Nacional. Este tipo de UC tem como objetivo a preservação dos ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico (Brasil, 2000). Os trabalhos de preservação do parque e dos sítios arqueológicos consistem em uma ação conjunta do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, o IPHAN e da FUMDHM (Carvalho, 2012).

O Parque apresenta gestão compartilhada. A FUNDHAM, entidade civil, sem fins lucrativos e declarada de interesse público, realiza atividades científicas, culturais e sociais e atua nas questões técnico-científicas, assim como na aplicação do seu plano de manejo. Tem parceria e programas de cooperação com instituições nacionais e internacionais que fomentam o desenvolvimento de atividades. As ações de fiscalização e conservação do patrimônio arqueológico são atribuídas também ao IPHAN, que mantém um escritório técnico em São Raimundo Nonato, uma das cidades ocupadas pela área do parque e distante 30km do mesmo.

A política de proteção do Parque Nacional da Serra da Capivara, estabelecida em seu plano de manejo, fundamenta-se na conservação da expressiva concentração de sítios arqueológicos, bens culturais e da biodiversidade das serras e chapadas do sudeste piauiense, integrando também as comunidades locais às ações de preservação. Nesse contexto, a FUMDHAM desenvolveu projetos de caráter econômico, social e cultural voltados à capacitação das populações vizinhas para participação nas oportunidades de trabalho geradas pelo parque, enquanto as ações de educação patrimonial são orientadas pelo IPHAN. O plano de manejo também estabelece diretrizes de zoneamento e normas para o uso e gestão da Unidade de Conservação, definindo estratégias de preservação dos recursos naturais e culturais, bem como a implantação de estruturas físicas necessárias ao funcionamento e ao desenvolvimento do turismo sustentável na região (ICMBio, 2019).

Outro aspecto relevante é a proposta de criação do Geoparque Serra da Capivara, apresentada em 2010. Diferentemente do modelo tradicional de unidade de conservação, o conceito de geoparque busca integrar preservação patrimonial, desenvolvimento sustentável e participação comunitária, promovendo atividades relacionadas ao geoturismo e ecoturismo (Barros et al., 2012).

O Parque Nacional Serra da Capivara apresentou crescimento gradual no fluxo turístico nos últimos anos (Tabela 1):

Ano	Número de visitantes
2020	8.486
2021	12.238
2022	28.292
2023	36.732
2024	39.614
2025	44.972

Tabela 1: Número de visitantes do parque. Fonte: ICMBio, 2026.

O parque possui infraestrutura voltada à visitação pública, incluindo centro de visitantes, trilhas sinalizadas, guaritas, cafeteria, teatro ao ar livre, loja de apoio ao visitante e aproximadamente 400 quilômetros de estrada carroçável, além de 172 sítios arqueológicos encontram-se abertos à visitação por meio de uma rede de trilhas sinalizadas (ICMBio, 2021). A infraestrutura cultural do parque também inclui o Museu do Homem Americano, criado para preservar o patrimônio arqueológico e pré-histórico da região, e o Museu da Natureza, inaugurado em 2018, dedicado à divulgação da história ambiental e paleontológica da área, incluindo fósseis da macrofauna que habitava a região há cerca de 10 mil anos (BNDES, 2022).

Apesar dos avanços relacionados à infraestrutura de visitação, estudos apontam limitações quanto à acessibilidade, uma vez que apenas parte dos sítios arqueológicos apresenta adaptações destinadas a pessoas com deficiência, muitas delas ainda em desacordo com as normas técnicas vigentes (Carvalho, 2012). Além disso, embora tenham sido realizados investimentos por meio de parcerias nacionais e internacionais, persistem fragilidades estruturais na região, especialmente relacionadas ao acesso aéreo, às condições das estradas, aos serviços de internet e telefonia e ao abastecimento de água potável. Essas limitações tornam-se ainda mais evidentes diante da distância do principal aeroporto de acesso, localizado em Teresina, a aproximadamente 522 quilômetros do parque.

Considerações finais

A pesquisa analisou as relações entre preservação patrimonial, turismo arqueológico e gestão territorial no Parque Nacional da Serra da Capivara, evidenciando que o turismo pode constituir importante instrumento de valorização patrimonial e desenvolvimento local quando associado a estratégias integradas de planejamento, gestão e conservação. Os resultados demonstram que o parque possui elevado valor científico, cultural e ambiental, reforçado pelo reconhecimento internacional da UNESCO.

A pesquisa demonstrou, entretanto, que esse potencial não se concretiza de forma automática, estando condicionado à qualidade da infraestrutura, à articulação institucional e à efetividade das políticas públicas. Observou-se um cenário de consolidação institucional, marcado por avanços em preservação, pesquisa e infraestrutura, além do aumento recente da visitação, indicando maior visibilidade do parque no cenário turístico. Contudo, persistem fragilidades relacionadas à acessibilidade, à integração territorial e à infraestrutura turística regional, fatores que limitam a consolidação do turismo como vetor de desenvolvimento territorial e valorização patrimonial.

Embora os investimentos em infraestrutura realizados por meio de parcerias nacionais e internacionais sejam considerados referência no país, ainda existem limitações associadas aos recursos financeiros e materiais destinados à gestão do parque e do turismo regional. Além disso, apesar de o país possuir um arcabouço legal robusto, a efetividade das políticas de preservação é comprometida pela fragilidade na implementação e pela limitada articulação entre as diferentes instâncias de gestão. Nesse contexto, instrumentos como o SNUC e o ROVUC apresentam potencial relevante para orientar o uso público das unidades de conservação, embora sua aplicação ainda ocorra de maneira desigual. A recente iniciativa do Ministério do Turismo em

parceria com a UNESCO, voltada ao fortalecimento da gestão de sítios reconhecidos como Patrimônio Mundial, reforça a importância de estratégias integradas de preservação, qualificação da visitação e desenvolvimento sustentável nos territórios patrimoniais.

Os achados evidenciam ainda que a preservação do patrimônio arqueológico depende da articulação entre proteção institucional, participação comunitária, educação patrimonial e gestão integrada. Destaca-se, nesse sentido, a importância de estratégias que integrem as comunidades locais aos processos de preservação e uso do patrimônio, fortalecendo a relação entre sociedade e patrimônio cultural. Iniciativas como o projeto Patrimônio Acessível a Todos, desenvolvido pela FUMDHAM em parceria com o IPHAN, evidenciam a relevância da democratização do acesso aos sítios arqueológicos.

Conclui-se que a valorização dos sítios arqueológicos ultrapassa sua proteção legal e depende de sua integração às dinâmicas sociais, culturais e econômicas do território. Assim, o patrimônio arqueológico deve ser compreendido não apenas como testemunho material do passado, mas como elemento ativo de memória, identidade e desenvolvimento territorial sustentável.

REFERÊNCIAS

BARROS, José Sidiney et al. Geoparque Serra da Capivara (PI): proposta. In: SCHOBENHAUS, Carlos; SILVA, Cassio Roberto da (org.). Geoparques do Brasil: propostas. Rio de Janeiro: CPRM, 2012. cap. 14, p. 493-542.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza: Lei n.º 9.985, de 18 de julho de 2000. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2000.

BRASIL. Ministério do Turismo. Coordenação Geral de Regionalização. Programa de regionalização do turismo: roteiros do Brasil: turismo e sustentabilidade. Brasília: Ministério do Turismo, 2007.

BRASIL. Ministério do Turismo. Turismo cultural: orientações básicas. 3. ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

CARDOSO, Salomão David Vergne; CARDOSO, Manuella Maria Vergne; LEITE, Luciana Urias. Gestão de patrimônio arqueológico. In: FÓRUM REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO, 5., 2018, Paulo Afonso. Anais [...]. Paulo Afonso: Faculdade Sete de Setembro, 2018.

CARVALHO, Stella Maria Sousa. Acessibilidade do turismo no Parque Nacional Serra da Capivara – PI. Revista Turismo em Análise, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 437-463, 2012.

CERQUEIRA, Margarida; PEREIRA, Edithe. Arqueoturismo no estado do Amazonas: da teoria à prática – o caso da Gruta do Batismo. [S. l.: s. n.], 2014.

D'ANTONA, Álvaro de Oliveira. Turismo em parques nacionais. In: FUNARI, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime. Turismo e patrimônio cultural. São Pau-

lo: Contexto, 2018. p. 81-94.

ETCHEVARNE, Carlos; PIMENTEL, Rita (org.). Patrimônio arqueológico da Bahia. Salvador: SEI, 2011. 132 p. (Série Estudos e Pesquisas, 88).

FERNÁNDEZ ORTEA, Javier. Análisis cuantitativo del impacto del arqueoturismo en España. Investigaciones Turísticas, Alicante, n. 14, p. 87-108, 2017.

FERNANDES DE MESQUITA, Rafael et al. Comportamento turístico dos visitantes do Parque Nacional da Serra da Capivara. Tourism & Management Studies, Faro, v. 11, n. 2, p. 78-85, 2015.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. Métodos de pesquisa. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GUIMARÃES, Geovan Martins. Turismo, cultura e arqueologia: o turismo arqueológico como vetor de proteção e valorização dos sambaquis. 2018. Tese (Doutorado) – Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2018.

HASAN, Ali Erdoğan; GÜLENC, Aynur Birsen; BILIM, Yasin. Archaeotourist: a novel tourist type in heritage tourism. Conservation and Management of Archaeological Sites, London, p. 1-21, 2024.

ICMBIO. Plano de manejo do Parque Nacional da Serra da Capivara. Brasília: ICMBio, 2019.

ICMBIO. ROVUC: Rol de Oportunidades de Visitação em Unidades de Conservação. 2. ed. Brasília: ICMBio, 2020.

KANITZ, Heidi Gracielle. Diálogos entre o patrimônio, a educação e o turismo: um estudo sobre o projeto prazer em conhecer, orgulho em preservar. Revista Turismo Visão e Ação, Itajaí, v. 20, n. 2, p. 266-278, 2017. LAGE, Beatriz Helena Gelas; MILONE, Paulo César. Impactos socioeconômicos globais do turismo. São Paulo: Aleph, 2000.

LÓPEZ, David Ortega; MORENO, Yolanda Collado. Turismo arqueológico: um fenômeno em expansão? Reflexões sobre o turismo arqueológico na Espanha contemporânea. PASOS Journal of Tourism and Cultural Heritage, Tenerife, v. 16, n. 3, p. 599-615, 2018.

MANZATO, Fábio. Turismo arqueológico: diagnóstico em sítios pré-históricos e históricos no estado de São Paulo. 2005. Dissertação (Mestrado em Turismo) – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2005.

MANZATO, Fábio. Turismo arqueológico: diagnóstico e análise do produto arqueoturístico. PASOS Revista de Turismo y Patrimonio Cultural, Tenerife, v. 5, n. 1, p. 99-109, 2007.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia científica. São Paulo: Atlas, 2004.



MORAIS, Jose Luiz de. A arqueologia e o turismo. In: FUNARI, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime. Turismo e patrimônio cultural. São Paulo: Contexto, 2018. p. 95-103.

MORENO MELGAREJO, Alberto; SARRIEGO LÓPEZ, Ignacio. Relações entre turismo e arqueologia: turismo arqueológico, uma tipologia turística única. [S.l.: s.n.], 2017.

OLIVEIRA FILHO, Raimundo Coelho; MONTEIRO, Maria do Socorro Lira. Ecoturismo no Parque Nacional Serra da Capivara: trata-se de uma prática sustentável? Revista Turismo em Análise, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 230-250, 2009.

PAIVA, Ricardo Alexandre. O turismo e as práticas socioespaciais. Fortaleza: Editora da UFC, 2012.

PATRIOTA, Talles Bruno. Patrimônio e construção da memória coletiva: a importância da patrimonialização dos sítios arqueológicos de Camalaú, Paraíba. Paralelo 31, Recife, 2017.

PEREIRA, Luciane de Carvalho; SILVA, Solange Maria da. Turismo arqueológico: desenvolvimento sustentável com a contribuição das tecnologias da informação e comunicação sob a ótica dos destinos turísticos inteligentes. [S.l.: s.n.], 2021.

PÉREZ, Xerardo. Turismo cultural: uma visão antropológica. Tenerife: PASOS, 2009.

PIVETTA, Marcos. Niède Guidon. Revista Pesquisa FAPESP, São Paulo, 2008.

CISNEIROS, Daniela; MUTZENBERG, Demétrio; PESSIS, Anne-Marie. Identidades gráficas nos registros rupestres do Parque Nacional Serra da Capivara, Piauí, Brasil. FUMDHAMentos, São Raimundo Nonato, v. 15, n. 2, p. 33-54, 2018.

PONTES, Henrique Simão; MOREIRA, Jasmine Cardozo. Uso público como instrumento de proteção de sítios arqueológicos: uma análise do potencial turístico, dos vetores antrópicos de degradação, da gestão pública e proposta de protocolo. Caderno de Geografia, Belo Horizonte, v. 35, n. 80, p. 83-83, 2025.

RIBEIRO, Cecilia. Que tinha a Unesco a ver com desenvolvimento econômico. Revista Arquitectos, São Paulo, ano 16, n. 189.02, fev. 2016.

RODRIGUES, Marly. Preservar e consumir: o patrimônio histórico e o turismo. In: FUNARI, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime. Turismo e patrimônio cultural. São Paulo: Contexto, 2018. p. 15-24.

SALADINO, Alejandra; WICHES, Camila Azevedo de Moraes. A preservação do patrimônio arqueológico no Brasil: um panorama das ações do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Memórias: Revista Digital de História e Arqueologia do Caribe, Barranquilla, n. 27, p. 36-

71, 2015.

SANTIAGO, Djalma Guimarães. A proteção do patrimônio arqueológico: motivações, critérios e diretrizes no tombamento de sítios arqueológicos pelo IPHAN. Revista de Arqueologia, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 219-221, 2016.

SANTOS, Jenilton Ferreira. Arqueoturismo no semiárido sergipano: o desafio da conservação de um patrimônio milenar. Caderno Virtual de Turismo, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, 2007.

SCHMITZ, Pedro Ignácio. O patrimônio arqueológico brasileiro. Revista de Arqueologia, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 11-18, 1988.

TRESSERRAS, Jordi Juan. Turismo arqueológico: um passo adiante na valorização do patrimônio arqueológico. Boletim GC: Gestão Cultural, Barcelona, v. 9, p. 2-7, 2004.

TRESSERRAS, Jordi Juan. Turismo arqueológico no Parque Nacional Serra da Capivara (Piauí-Brasil). Brasília: IABS, 2009.

VELOSO, Tânia Porto Guimarães; CAVALCANTI, José Euclides Alhadas. O turismo em sítios arqueológicos: algumas modalidades de apresentação do patrimônio arqueológico. Revista de Arqueologia, São Paulo, v. 20, p. 155-168, 2007.

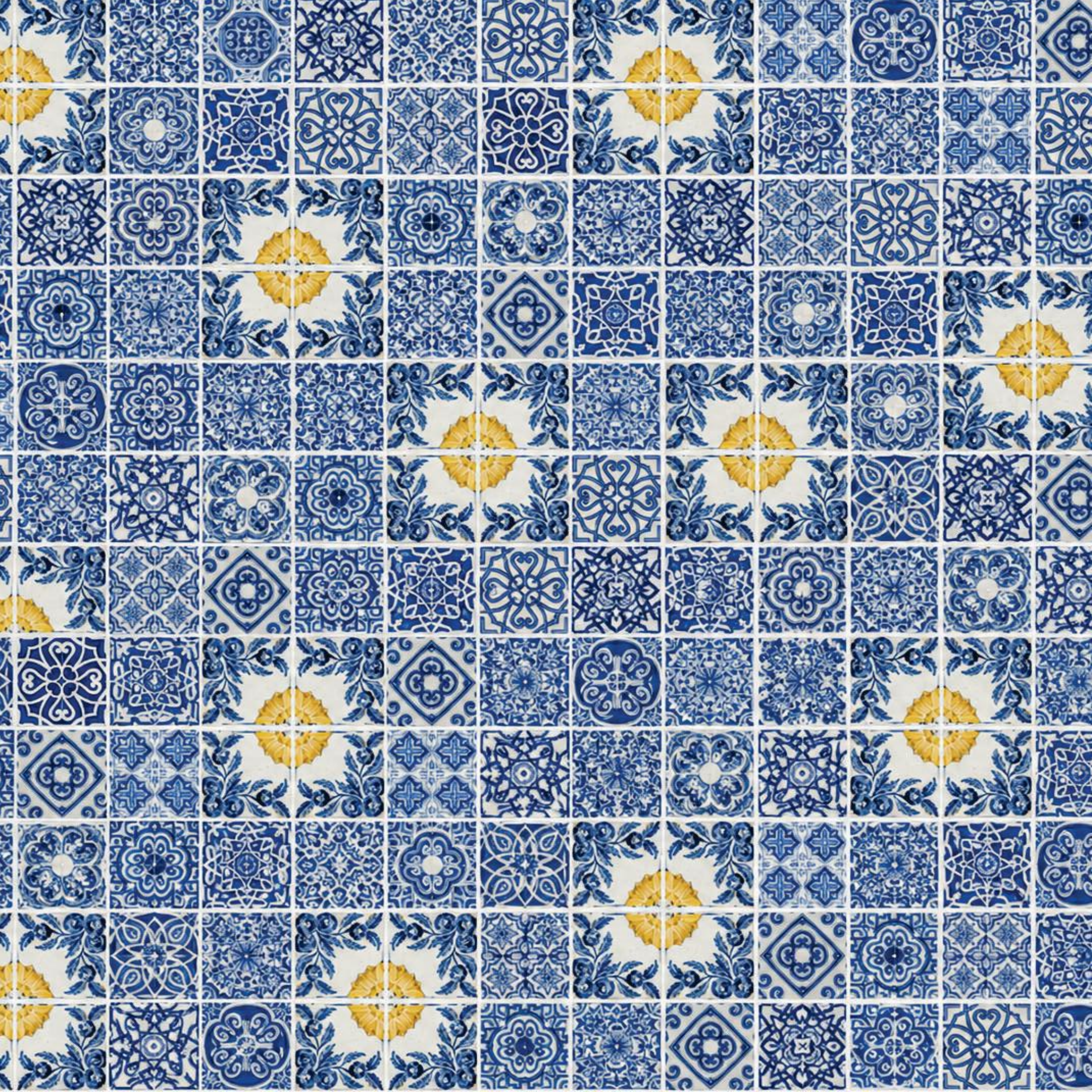
Sites de internet:

FUMDHAM – FUNDAÇÃO MUSEU DO HOMEM AMERICANO. [Portal institucional]. São Raimundo Nonato: Fumdhm, [2026?]. Disponível em: <http://www.fundham.org.br>. Acesso em: abr. 2026.

ICOMOS PORTUGAL. Normas Internacionais. Lisboa: ICOMOS Portugal, [202-?]. Disponível em: <https://www.icomos.pt/recursos/normas-internacionais>. Acesso em: abr. 2026.

IPHAN – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Cartas Patrimoniais. Brasília: IPHAN, [202-?]. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/895>. Acesso em: abr. 2026.

BRASIL. Ministério do Turismo. Ministério do Turismo e Unesco lançam edital para fortalecer gestão de locais reconhecidos como patrimônio mundial. Brasília: Gov.br, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/noticias/ministerio-do-turismo-e-unesco-lancam-edital-para-fortalecer-gestao-de-loais-reconhecidos-como-patrimonio-mundial>. Acesso em: 17 maio 2026.







EIXO 2

A DIVERSIDADE NAS FORMAS
DE DIAGNÓSTICO DAS
PATOLOGIAS EDILÍCIAS



A CAL DE SAMBAQUI DA FORTALEZA DA BARRA GRANDE, GUARUJÁ (BRASIL)

Alice Tavares¹, Maria Rita Amoroso², Clara Magalhães³, Aníbal Costa⁴

1. CICECO, Departamento de Engenharia de Materiais e Cerâmica, Universidade de Aveiro, APRUPP
tavares.c.alice@ua.pt / tavares.c.alice@gmail.com

2. Coordenadora Geral FIPA BRASIL, pesquisadora Pós Doc FAU USP

3. School of Biological, Earth & Environmental Sciences, UNSW Sydney, NSW 2052, Australia; LEAF, TERRA

4. CERIS, Departamento de Engenharia Civil, Universidade de Aveiro, agc@ua.pt

1. Introdução

O uso de cal de conchas na construção surge de uma atitude pragmática em face do material disponível na região da edificação, passível de substituir a cal em pedra quando esta escasseava ou era inexistente na região. As conchas eram recolhidas em jazidas naturais por acumulação, pelo efeito de correntes e marés em zonas de foz de rios ou ao longo da orla costeira, em áreas específicas, mas também por acumulação decorrente de ação humana (MERENCIO, 2021), de comunidades que residiam em locais com essas características. Assim, o que hoje pode ser visto como um recurso da reciclagem de resíduos de indústrias que exploram o mercado das ostras e mexilhão para materiais de construção (nomeadamente cimento), os vestígios no presente de concheiros/sambaquis apresentam-se como locais a preservar de Paisagem cultural e intrinsecamente ligados à história de cada um dos países.

Se a cal em pedra se apresentava em Portugal como indispensável da boa construção desde muito cedo, o uso da cal de conchas já é referido em documentos de 1441 e 1467 com proveniência da Ilha da Ínsua (na foz do rio Minho, Caminha, Portugal), por franciscanos. Nesta, a quantidade elevada de conchas decorria de acumulação natural de correntes e era explorada pelos franciscanos (CABRAL, 2012). Contudo, em Portugal, outros vestígios de concheiros de “construção” por ação humana foram identificados pelos arqueólogos (BICHO et. al, 2009) perto da Foz do rio Tejo, os concheiros de Muge, tendo estes sido usados ao longo do tempo para a construção. É, portanto, natural o seu uso por militares Portugueses no Brasil, através da adoção da mesma tradição construtiva e materiais cujo conhecimento traziam de Portugal (TAVARES et.al, 2009) e que procuraram adotar às condições encontradas em cada local no Brasil à medida que vão avançando no território. Em várias correspondências entre militares e os responsáveis da Coroa Portuguesa é colocada a menção expressa do uso prioritário da cal, em detrimento de outros materiais, pela resistência que conferia à alvenaria e solidez agregadora de todos os materiais. Assim, a velocidade pretendida de construção, nomeadamente de fortes miliares e a escassez de pedra calcária em algumas regiões, releva o sentido pragmático já evidenciado em Portugal e volta-se para as jazidas de conchas encontradas no Brasil para a produção de cal. É com esta experiência que o seu uso foi adotado na Fortaleza da Barra Grande, em Guarujá, no Brasil.

A Fortaleza de Santo Amaro da Barra Grande (ou Fortaleza de São Miguel, Fortaleza da Praia Grande, Fortaleza da Barra Grande), mais conhecida como Forte da Barra, objeto de nosso estudo, localiza-se na Baixada Santista, no estuário da cidade de Santos (Estado de São Paulo), mais precisamente no bairro de Santa Cruz dos Navegantes no município de Guarujá. Erguida entre 1580 a 1640, está localizada entre as praias do Góes e Santa Cruz dos Navegantes e foi tombada pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) no ano de 1964, sendo um legado dos mais importantes quando se trata de estruturas construídas com pedras, cal de sambaqui e óleo de baleia.

A identificação e análise do tipo de material usado nas construções das fortificações permitem compreender a história, a cultura, e a evolução económica, arquitetónica e da construção civil da época. Como as demais fortificações militares construídas na colônia entre os séculos XVI e XX existentes na Baixada Santista, o Forte da Barra está incluído no projeto “Circuito dos Fortes”, concebido para resgatar e divulgar o patrimônio histórico-militar da região.

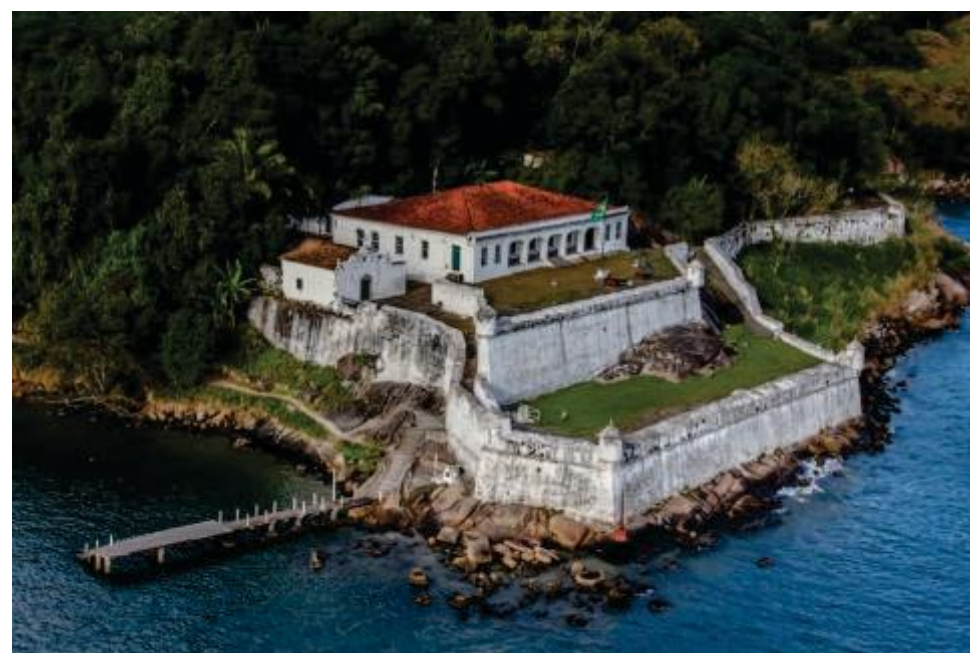


Figura - Forte da Barra ou Fortaleza de Santo Amaro da Barra Grande (créditos: Sérgio Furtado). Disponível em <http://www.ipatrimonio.org/guaruja-forte-da-barra-grande/#!/map=38329&loc=-23.994850409999973,-46.30687405,17>. (Acesso: 17.02.2026)

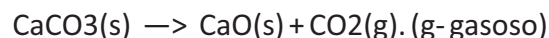
A presente investigação tem como objetivo contribuir para o conhecimento das argamassas presentes na Fortaleza da Barra Grande, cuja informação histórica associa o uso de cal de sambaqui.

1. A cal de sambaqui

Os sambaquis são depósitos antigos, localizados majoritariamente em orlas costeiras, cuja formação se deve ter iniciado a alguns milhares de anos, produzidos pela atividade humana ou por acumulação natural, e constituídos principalmente por conchas de moluscos, mas contendo também outros vestígios da atividade humana como ossos de animais, fragmentos de rochas e outros artefactos associados à ocupação humana do passado. É natural que nestes depósitos de restos de atividade humana, pela sua localização e antiguidade, se encontrem também outros materiais inorgânicos contendo silício resultantes da meteorização das rochas. Deste modo, o material retirado dos sambaquis, e utilizado para a produção de cal, seria bastante heterogéneo, dependendo a composição da cal da mistura utilizada para a sua produção.

As conchas de moluscos podem ser consideradas um material compósito natural (orgânico-inorgânico), formado por cristais de carbonato de cálcio (fundamentalmente aragonite) ligados por matéria orgânica constituída principalmente por polissacarídeos e glicoproteínas. Do ponto de vista mineralógico e químico, as conchas e outros órgãos rígidos dos invertebrados são constituídos por carbonato de cálcio (CaCO_3) (nunca fosfato de cálcio), enquanto os ossos, os órgãos rígidos dos vertebrados, são constituídos principalmente por fosfatos de cálcio do grupo da apatite (carbonato fosfato hidróxido de cálcio $\{[\text{Ca}(5-0.5x)](\text{PO}_4)(1-x), (\text{CO}_3)x]3(\text{OH})\}$) (MAGALHÃES et al., 2003).

É este material heterogéneo, contendo proporções diferentes dos vários componentes, que é introduzido no forno para produção de cal. A cal obtida nestes fornos é a denominada cal viva, que é constituída majoritariamente por óxido de cálcio (CaO). O óxido de cálcio obtém-se por decomposição térmica do carbonato de cálcio. Tanto para a calcite como para a aragonite, esta reação só ocorre a temperaturas superiores ou igual a 615°C (FAUST, 1950), quando o aquecimento é realizado em modo estático como é o que acontece num forno artesanal de produção de cal. Contudo, se a decomposição térmica dos carbonatos de cálcio ocorrer através de um processo dinâmico a reação de decomposição dos carbonatos de cálcio ocorre para temperaturas muito mais elevadas (cerca dos 900°C) (FAUST, 1950). Esta reação é traduzida pela equação química:



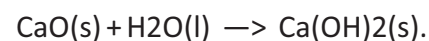
A calcite é a forma mais estável do carbonato de cálcio nas condições de pressão e temperatura na superfície terrestre. O carbonato de cálcio é o mais abundante na superfície da Terra, sendo o constituinte mais comum dos calcários, e é por isso o mais usado para a formação de cal. Contudo, no caso da cal de sambaqui a aragonite é a fonte principal de carbonato de cálcio. A aragonite é um dos polimorfos do carbonato de cálcio que cristaliza no sistema ortorrômbico apresentando a maioria dos cristais hábito prismático

enquanto a calcite cristaliza no sistema trigonal. Os cristais únicos de aragonite encontram-se, muitas vezes geminados, formando agregados pseudo-hexagonais (MINDAT). Nas conchas o carbonato de cálcio encontra-se em dois tipos de camadas, contendo cristais prismáticos (na sua maioria de aragonite, mas onde também se pode encontrar cristais de calcite) e a outra lamelas de agregados pseudo-hexagonais de aragonite, todos eles ligados por matéria orgânica. Visto que as conchas são um material compósito (orgânico-inorgânico) a decomposição térmica das conchas ocorrerá de forma diferente da dos calcários, devido, não ao componente mineral aragonite, mas à presença da matéria orgânica. Em geral, a decomposição térmica completa da matéria orgânica (conversão da matéria orgânica em produtos gasosos, à pressão e temperatura ambiente, como vapor de água, óxidos de carbono, óxidos de nitrogénio e dióxido de enxofre) ocorre até aos $400 - 500^\circ\text{C}$ dependendo do tipo de material. A decomposição térmica dos carbonatos de cálcio inicia-se a temperaturas mais elevadas. Deste modo, será de prever que no final do processo de decomposição térmica das conchas, e devido à destruição completa da matéria orgânica, que promove a ligação entre os cristais, o produto final apresente uma granulometria menor do que o resultante da decomposição de outros materiais mais compactos.

Nos fornos artesanais o aquecimento é produzido através da combustão de lenha que no estágio final de combustão do coque e sem chama pode atingir no interior do carvão temperaturas até cerca dos 1000°C . Como nos fornos tradicionais a temperatura no interior do forno deve manter-se constante enquanto houver lenha para queimar, a decomposição do carbonato de cálcio deve iniciar-se a cerca de 615°C . Dependendo do processo de construção do forno e do seu isolamento a temperatura no interior do forno será mais ou menos inferior a 1000°C , pelo que ocorrerá a decomposição do carbonato de cálcio, mas não haverá grandes alterações nos outros materiais que possam constituir a mistura proveniente do sambaqui, além de possíveis reações de desidratação (concheiro). As possíveis reações de decomposição dos materiais inorgânicos contendo fósforo ou silício originam produtos sólidos estáveis pelo que a cal resultante deste processo de decomposição térmica conterá uma mistura de vários materiais, a qual não sendo constante conferirá propriedades diferentes dependendo da proporção de combinação dos vários materiais sólidos.

1. As argamassas da Fortaleza da Barra Grande, Guarujá, Brasil

A argamassa de cal de conchas, como qualquer outra argamassa de cal, é produzida pela adição de quantidades variáveis de água à mistura de cal viva e outros materiais denominados muitas vezes de inertes, dependendo a composição da argamassa do local e dos objetivos da sua utilização. A adição de água irá converter a cal viva (óxido de cálcio) em cal apagada [di-hidróxido de cálcio, $\text{Ca}(\text{OH})_2$], cuja reação se pode representar pela equação



As amostras de argamassa de cal retiradas das paredes dos compartimentos (com entre 5 e 9cm de comprimento) – Sala dos quadros (FBG_AM01,), Salão central (FBG_AM03,), Sala lateral esquerda (FBG_AM04,), Amurada sobre o portão do Espanhol (FBG_AM06,) - foram analisadas no Departamento de Engenharia de Materiais e Cerâmica da Universidade de Aveiro (UA), com apoio do Departamento de Química da UA, para resgatar e divulgar o património histórico-militar da região.



Figura 2 – Amostra FBG-AM01
Argamassa de revestimento



Figura 3 – Amostra FBG-AM03
Argamassa de assentamento



Figura 4 – Amostra FBG-AM01
Argamassa de revestimento



Figura 5 – Amostra FBG-AM06
Argamassa de assentamento

As análises realizadas no DEMAC-UA usaram as técnicas de microscopia por difração de raios X (), microscopia eletrónica de varrimento (SEM) (a) e microscopia eletrónica de varrimento acoplada com técnicas de microanálise química [energy dispersive X-ray spectroscopy (EDS)] (b)). Sendo os equipamentos: Microscópio eletrónico de varrimento SEM, analítico e de alta resolução, de emissão Schottky (SE), da marca Hitachi, modelo SU-70, apetrechado com detetores de eletrões secundários e retrodifundidos, microanálise de dispersão de energia de raios-X/EDS; Sistema de microanálise por espectrometria de dispersão de energias de raios-X/EDS, marca Bruker, modelo QUANTAX 400. Difratómetro de raios X - Análise qualitativa de fases cristalinas com geometria teta-teta, ampola de Cu, monocromador de grafite, camara de temperatura para medidas “in situ” de 25 a 1300oC e medidas de ângulo rasante, cuja análise semiquantitativa pode ser realizada por refinamento de Rietveld.

Os espectros de difração de raios X de quatro amostras de argamassa de cal (FBG_AM01, FBG_AM03, FBG_AM04 e FBG_AM06) mostram que a argamassa apresenta composição diferente consoante o local de amostragem. Em todas elas foram identificadas as fases cristalinas calcite, quartzo e minerais do grupo da mica em proporções variadas. Nas amostras FBG_AM04 e FBG_AM06 foram ainda identificados minerais do grupo do feldspato e minerais do grupo da caulinite-serpentine. Na Figura 1 mostra-se, a título de exemplo, a variação na proporção de combinação das várias fases cristalinas nas amostras FBG_AM04 e FBG_AM06. Na amostra FBG_AM06 o espectro de difração de raios-X mostrou a presença de pelo menos mais um mineral argiloso cuja abundância nesta amostra não foi possível quantificar assim como não foi possível quantificar a abundância dos minerais do grupo da mica.

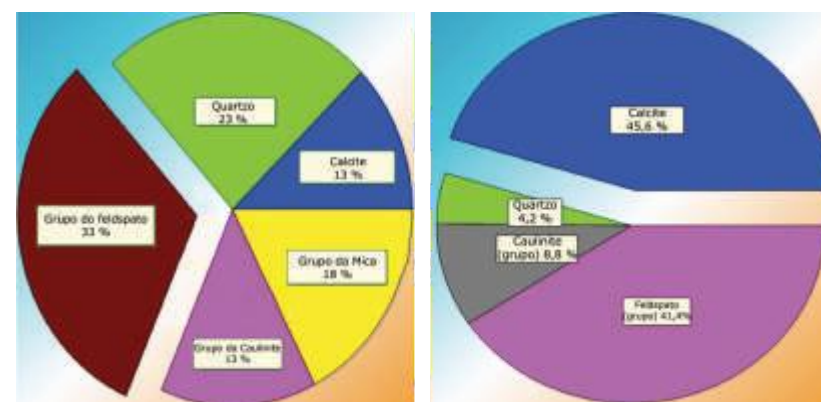
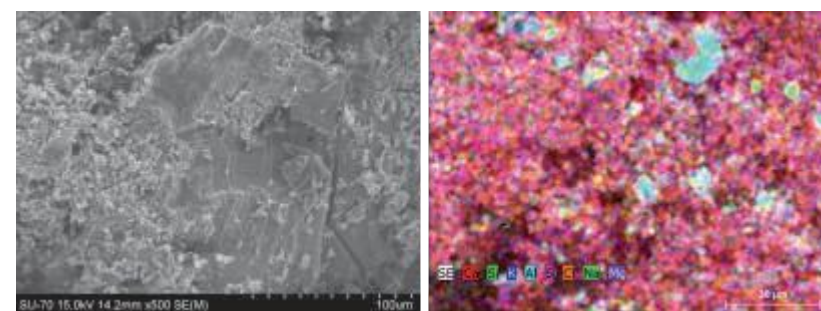


Figura - Composição relativa dos componentes cristalinos das amostras de argamassa de cal FBG_AM04 e FBG_AM06 do Forte da Barra Grande, Guarujá, Brasil



A) Amostra FBG_AM01

B) Amostra FBG_AM01

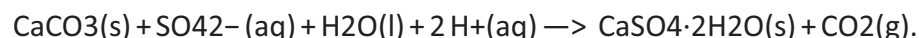
Figura - a) Imagem de SEM da amostra FBG_AM01; b) distribuição dos elementos químicos pelas várias fases sólidas presentes na área de análise da amostra FBG_AM01 (Forte da Barra Grande, Guarujá, Brasil)

Como se pode observar na , a percentagem relativa de carbonato de cálcio resultante da carbonatação da argamassa de cal de conchas é muito diferente em cada uma das amostras tendo a amostra FBG_AM04 uma percentagem bastante maior de areia (quartzo) do que a amostra FBG_AM06 que por sua vez tem uma percentagem muito elevada de carbonato de cálcio. A imagem de SEM de uma área superficial da amostra FBG_AM01 (a) mostra a presença de material sólido muito pouco cristalino coberto por cristais pequenos de outros materiais. A imagem da b indica que o material superficial com aspeto muito pouco cristalino deve ser um sulfato de cálcio.

Existem também muitos cloretos na superfície da amostra FBG_AM01 que aparecem mais associados ao cálcio que a qualquer outro catião identificado nesta superfície. Identificam-se cristais de quartzo e alguns aluminossilicatos, muito provavelmente de minerais do grupo da mica, que foram os sugeridos pela análise de difração de raios-X desta amostra. As técnicas de análise de sólidos aplicadas à caracterização das várias fases permitiram, neste caso, obter uma informação sobre a composição química e mineralógica da argamassa utilizada no Forte da Barra Grande, Guarujá. As informações obtidas são complementares e permitiram identificar diversas fases sólidas cristalinas e não cristalinas, tendo em atenção que a análise de difração de raios-X não identifica materiais que não sejam cristalinos e a técnica de EDS não é capaz de identificar os elementos mais leves da Tabela Periódica, pelo que o elemento químico carbono não é muito fácil de identificar por esta técnica.

No caso das argamassas utilizadas nas paredes da Fortaleza da Barra Grande (Guarujá, BR) estas estão em contacto com uma atmosfera que não só contém o dióxido de carbono, mas também contém quantidades elevadas de gotículas de água provenientes do aerossol marítimo. Estas transportam consigo os sais dissolvidos na água do mar que são maioritariamente cloreto e sulfato de sódio e potássio. Deste modo a informação fornecida pela técnica analítica de EDS está em conformidade com o ambiente próximo da fortaleza. Os sulfatos de cálcio que foram identificados na superfície e que têm aspeto de serem amorfos ou microcristalinos não poderão ser identificados por difração de raios-X.

A conversão de calcite num sulfato de cálcio pode ser traduzida pela equação química seguinte na qual se considera, por conveniência, o sulfato de cálcio cristalizado como gesso



A escolha do gesso e não de outro sulfato de cálcio como anidrite (CaSO_4) como produto da reação do carbonato de cálcio com o ião sulfato resulta de se considerar que o ambiente envolvente da fortaleza tem um grau elevado de humidade. A presença de carbonato de cálcio na argamassa analisada indica que só deve reagir com o ião sulfato do aerossol marinho a camada superficial da argamassa de cal. Considerando que a argamassa de cal das paredes da fortaleza esteve sempre e continuamente expostas à atmosfera marítima, o facto de na argamassa haver carbonato de cálcio indica que o di-hidróxido de cálcio reage mais rapidamente com o dióxido de carbono do que com o ião sulfato presente no aerossol marinho. Se o sulfato de cálcio se formasse primeiro que o carbonato de cálcio era pouco provável que ocorresse a formação de carbonato de cálcio pois o sulfato tem tendência a formar camadas impermeáveis isolando o material da argamassa do contacto com a atmosfera.

De todo o modo, verifica-se que as amostras recolhidas com cal na sua composição apresentam também conchas (parciais ou totais) o que pressupõe a sua adição conjuntamente com o agregado, sendo por isso uma dupla utilização nas argamassas usadas.

1. Conclusões

O património cultural associado aos sambaquis e cal de conchas cruzou vários momentos relevantes da história do Brasil e está associado aos fortes militares de génese Portuguesa com a tradição do uso da cal na construção. O caso de estudo foi o Forte da Barra Grande, Guarujá, Brasil, onde amostras de argamassa de cal de conchas de revestimento e de assentamento foram analisados pelo laboratório do Departamento de Engenharia de Materiais e Cerâmica e CICECO da Universidade de Aveiro, apresentando-se os resultados de microscopia eletrónica dos mesmos, como contributo para o conhecimento.

Agradecimentos

Alice Tavares agradece FCT CEECIND4ed (DOI 10.54499/2021.03830.CEECIND/CP1659/CT0032).

Esta investigação foi realizada com apoio do CICECO – Aveiro Institute of Materials, UID/50011/2025 & LA/P/0006/2020 (DOI 10.54499/LA/P/0006/2020), financiado por fundos nacionais FCT/MCTES (PIDDAC).

1. Referências

N. BICHO, T.Pereira, C. Gonçalves, J. Cascalheira, J. Marreiros, R. Dias, Os últimos caçadores-recolectores do vale do Tejo: novas perspectivas sobre os concheiros de Muge, Pré-História das Zonas Húmidas, Lisboa, 2009.

J. P. CABRAL, Acumulações de conchas mortas de moluscos na ilha da Ínsua (Caminha, Portugal), Archaeofauna 23 (2014): 149-168.

George T. FAUST, Thermal analysis studies of carbonates. I. Aragonite and calcite, American Mineralogist, 35(3-4), 207-224 (1950).

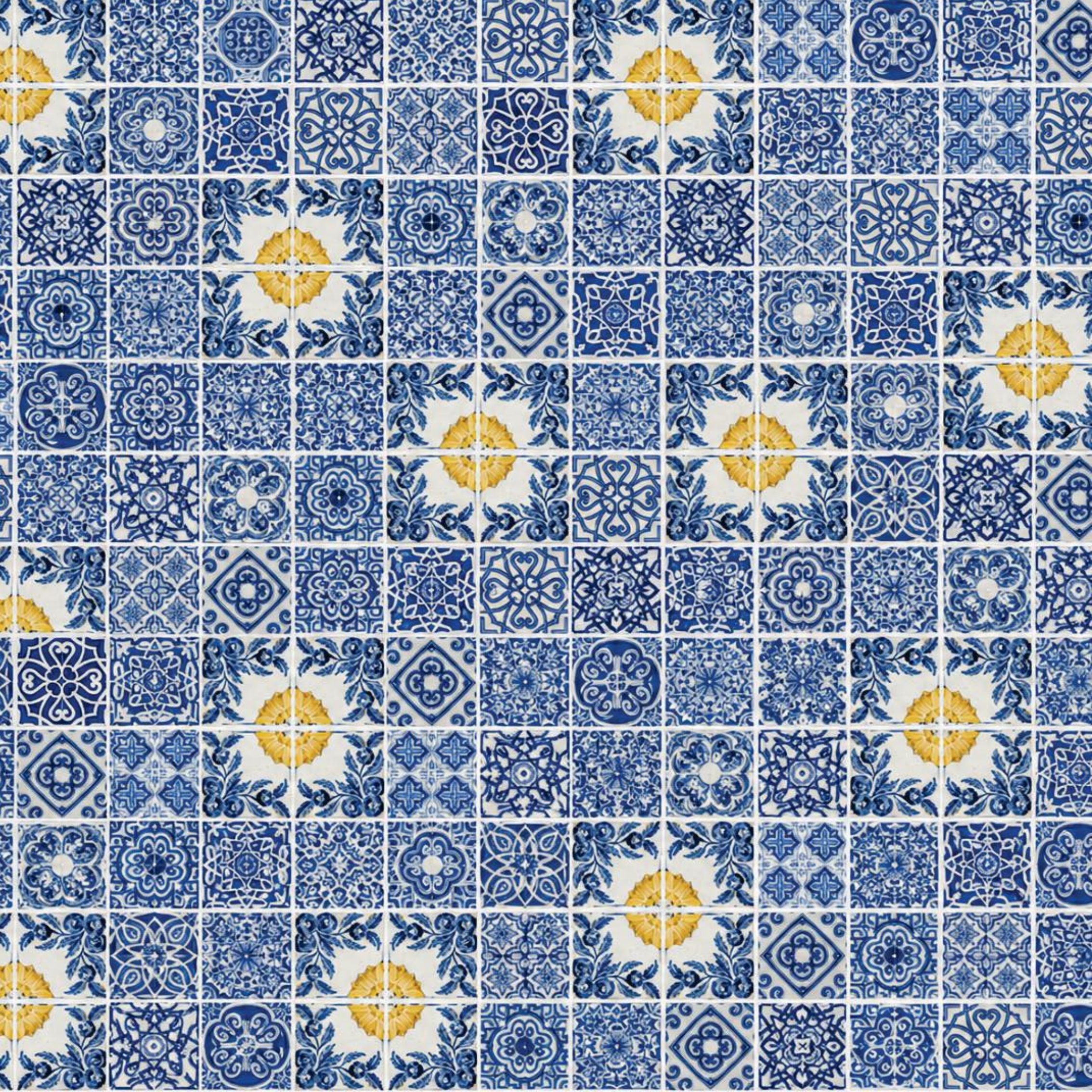
M. C. F. MAGALHÃES, P.A.A.P: Marques, R. N. Correia, Calcium and Magnesium Phosphates: Normal and Pathological Mineralization, in Biomineralization: Medical Aspects of Solubility, E. Königsberger and L.-C. Königsberger (Eds.), John Wiley and Sons Ltd, Chichester, 2006, pp.71-123.

MERENCIO, Fabiana Terhaag. (2021). Arqueologia dos encontros no litoral sul de Santa Catarina: os sambaquis tardios e sítios Jê entre 2000 a 500 cal AP (Tese de Doutorado).

Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

MINDAT, <https://www.mindat.org/min-307.html> e <https://www.mindat.org/min-859.html> (visitados em 2020-06-29)

TAVARES, A., COSTA, A., D'AYALA, D. (2016). Possible Precursors of Pombalino Cage. In: Cruz, H., Saporiti Machado, J., Campos Costa, A., Xavier Candeias, P., Ruggieri, N., Manuel Catarino, J. (eds) Historical Earthquake-Resistant Timber Framing in the Mediterranean Area. Lecture Notes in Civil Engineering, vol 1. Springer, Cham. https://doi.org/10.1007/978-3-319-39492-3_7.





ENTRE SAMBAQUIS, FORTIFICAÇÕES E MEMÓRIAS: ARQUEOLOGIA COMO PRÁTICA DE MEDIAÇÃO EM PROJETOS DE RESTAURO

Prof. Dr. Wagner Magalhães – Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, Brasil – wagnermagalhaes@usp.br

Profa. Dra. Elaine Alencastro – Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, Brasil – elainealencastro@usp.br

Resumo

Este artigo discute o papel da arqueologia em projetos de restauro a partir das pesquisas desenvolvidas na Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim, em Santa Catarina. Associadas às obras de conservação do monumento, as atividades de monitoramento arqueológico, prospecção geofísica, análise bioarqueológica, educação patrimonial e levantamentos etnoarqueológicos permitiram identificar conexões entre diferentes dimensões do patrimônio cultural presentes na ilha. Entre os resultados destacam-se evidências do reaproveitamento de materiais sambaquieiros na construção da fortaleza, a identificação de remanescentes humanos incorporados à argamassa histórica, o reconhecimento da importância dos conhecimentos tradicionais de pescadores para a compreensão da paisagem cultural marítima e a participação de trabalhadores e visitantes nos processos de produção e proteção do patrimônio. Com base nesse conjunto de experiências, argumenta-se que a principal contribuição da arqueologia em contextos de restauro ultrapassa a identificação e salvaguarda de vestígios materiais, consistindo na sua capacidade de atuar como prática de mediação entre patrimônios, temporalidades, saberes e agentes sociais que coexistem em uma mesma paisagem cultural. A experiência de Anhatomirim demonstra que abordagens integradas e participativas ampliam significativamente o potencial científico, educativo e social dos projetos de conservação patrimonial.

Palavras-chave: Arqueologia; Restauro; Paisagem Cultural.

Introdução

Durante as atividades de monitoramento arqueológico associadas às obras de restauração da Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim, um pequeno fragmento ósseo humano foi identificado incorporado à argamassa histórica de um elemento arquitetônico pertencente ao telhado do Quartel da Tropa. A análise preliminar permitiu reconhecer o vestígio como uma falange humana.

A descoberta rapidamente despertou a curiosidade dos trabalhadores envolvidos na obra. Antes mesmo que qualquer interpretação técnica fosse produzida, diferentes narrativas começaram a circular pelos canteiros da fortaleza. Alguns perguntavam como aquele dedo teria ido parar naquele local; outros sugeriam que poderia pertencer a um antigo trabalhador que teria sofrido algum acidente durante a construção da edificação. Houve ainda quem atribuísse sua presença à ação de aves que eventualmente utilizam as

estruturas da fortaleza como abrigo. Independentemente da plausibilidade dessas explicações, o episódio revelou algo particularmente interessante: um pequeno fragmento ósseo foi suficiente para mobilizar memórias, hipóteses e diferentes formas de interpretação sobre o passado da ilha.

As análises realizadas posteriormente indicaram que a falange se encontrava incorporada a uma argamassa rica em fragmentos conchíferos compatíveis com materiais tradicionalmente associados a depósitos sambaquieiros. A partir desse momento, o que inicialmente parecia apenas uma curiosidade de obra passou a revelar conexões muito mais profundas entre a ocupação indígena pré-colonial da ilha, os processos construtivos associados à fortaleza setecentista e as intervenções contemporâneas de restauro responsáveis por trazer novamente à luz evidências ocultas na materialidade do monumento.

A descoberta tornou visível uma condição que, embora frequentemente presente em contextos patrimoniais complexos, nem sempre é percebida pelas abordagens tradicionais de pesquisa e conservação. Os patrimônios não existem de forma isolada. Diferentes temporalidades, categorias patrimoniais distintas e formas diversas de atribuição de significado coexistem e interagem continuamente na construção das paisagens culturais. Essa perspectiva aproxima-se das interpretações que compreendem o patrimônio não como um conjunto estático de bens herdados do passado, mas como um processo social continuamente produzido por meio da atribuição de valores e significados (SMITH, 2006).

Sob essa ótica, os bens patrimoniais ultrapassam sua dimensão material e passam a ser entendidos como espaços de negociação entre diferentes agentes sociais, memórias e narrativas históricas. Como observa Harrison (2013), o patrimônio contemporâneo caracteriza-se precisamente pela multiplicidade de valores e perspectivas que participam de sua construção, tornando insuficientes abordagens centradas exclusivamente nos monumentos ou nos objetos preservados.

Historicamente, a participação da arqueologia em projetos de restauro tem sido associada principalmente à identificação, registro e salvaguarda de vestígios materiais potencialmente impactados pelas intervenções físicas. Embora essa função permaneça fundamental, ela não esgota o potencial científico, interpretativo e social da disciplina. Em contextos caracterizados pela coexistência de múltiplos patrimônios e múltiplos agentes sociais, a arqueologia assume responsabilidades que ultrapassam a simples documentação de evidências materiais.



A experiência desenvolvida em Anhatomirim oferece uma oportunidade particularmente privilegiada para refletir sobre essa condição. Reconhecida nacionalmente como um dos mais importantes exemplares da arquitetura militar luso-brasileira, a fortaleza é geralmente interpretada a partir de sua relevância histórica e arquitetônica. Entretanto, as pesquisas realizadas no âmbito do Programa de Pesquisa Arqueológica Interventiva e Monitoramento vêm demonstrando que a complexidade patrimonial da ilha ultrapassa significativamente os limites do monumento edificado.

Além do patrimônio arquitetônico representado pelas estruturas militares, a ilha abriga evidências associadas a ocupações indígenas pré-coloniais, vestígios arqueológicos terrestres e submersos, memórias vinculadas às atividades tradicionais de navegação e pesca, conhecimentos locais acumulados por trabalhadores e moradores da região, bem como diferentes formas contemporâneas de apropriação social do patrimônio. Trata-se de uma paisagem cultural onde patrimônios arqueológicos, arquitetônicos, marítimos, paisagísticos e imateriais permanecem interligados.

Nesse contexto, a arqueologia desempenha uma função que vai além da pesquisa sobre vestígios do passado. Ela atua como prática de mediação entre diferentes formas de patrimônio, sistemas de conhecimento e temporalidades. Ao revelar conexões entre ocupações indígenas, processos construtivos coloniais, memórias locais e estratégias contemporâneas de conservação, a disciplina amplia significativamente as possibilidades de interpretação e gestão do patrimônio cultural.

A hipótese central deste artigo é que a principal contribuição da arqueologia em projetos de restauro não reside apenas na proteção de evidências materiais, mas na capacidade de mediar relações entre patrimônios, saberes e experiências históricas que coexistem em uma mesma paisagem cultural. Sob essa perspectiva, a diversidade patrimonial observada em Anhatomirim não deve ser compreendida apenas como característica intrínseca do sítio, mas também como resultado dos processos de investigação, interpretação e socialização promovidos pela pesquisa arqueológica.

A partir dessa premissa, o presente trabalho discute o papel da arqueologia em projetos de restauro tomando como estudo de caso as atividades desenvolvidas na ilha. Inicialmente são apresentadas reflexões sobre a relação entre arqueologia, diversidade patrimonial e produção de conhecimento. Em seguida, discute-se a ampliação da compreensão da fortaleza para além de suas estruturas arquitetônicas, abordando a coexistência de diferentes patrimônios na paisagem insular. Posteriormente são analisadas as conexões materiais entre sambaquis e fortificações coloniais, as contribuições dos conhecimentos tradicionais para a compreensão da paisagem cultural marítima, os conflitos relacionados à apropriação social do patrimônio e, por fim, o papel da educação patrimonial como prática de mediação e construção compartilhada do conhecimento.

Mais do que apresentar resultados de uma pesquisa arqueológica associada a um projeto de restauro, este artigo propõe uma reflexão sobre o

papel contemporâneo da arqueologia na gestão integrada do patrimônio cultural. Defende-se que a disciplina constitui um espaço privilegiado de articulação entre diferentes patrimônios, narrativas históricas e formas de conhecimento, contribuindo para modelos de conservação mais inclusivos, participativos e socialmente relevantes.

1. ARQUEOLOGIA, DIVERSIDADE E PRODUÇÃO COMPARTILHADA DE CONHECIMENTO

Durante muito tempo a arqueologia esteve associada à recuperação, classificação e interpretação de vestígios materiais produzidos por sociedades do passado. Essa compreensão, embora fundamental para a sua consolidação enquanto ciência, tende a enfatizar os objetos arqueológicos como principal foco da investigação. Nas últimas décadas, entretanto, diferentes correntes teóricas têm demonstrado que a arqueologia não produz conhecimento apenas a partir dos vestígios recuperados, mas também das relações estabelecidas entre esses vestígios, seus contextos e os diferentes grupos sociais que lhes atribuem significado.

Nesse sentido, a arqueologia contemporânea afasta-se progressivamente de perspectivas que compreendem os objetos como portadores de significados intrínsecos e aproxima-se de abordagens interpretativas que reconhecem o papel ativo dos pesquisadores, das comunidades e dos diversos agentes envolvidos na construção das narrativas sobre o passado (HODDER, 1999; SHANKS, 1992). O conhecimento arqueológico deixa de ser entendido como simples revelação de fatos ocultos para assumir a condição de processo interpretativo continuamente construído e negociado.

Essa mudança possui implicações particularmente relevantes para projetos de restauro. Tradicionalmente, a presença da arqueologia nesses contextos tem sido associada à identificação de evidências materiais potencialmente impactadas pelas intervenções arquitetônicas. Embora essa função permaneça indispensável, a experiência desenvolvida em Anhatomirim demonstra que a principal contribuição da disciplina ultrapassa a documentação de vestígios arqueológicos. A arqueologia passa a atuar como instrumento capaz de revelar conexões entre patrimônios, temporalidades e formas de conhecimento que frequentemente permanecem invisíveis nas abordagens setoriais do patrimônio.

Essa condição tornou-se particularmente evidente durante o planejamento e execução das intervenções arqueológicas realizadas em Anhatomirim. Entre as estratégias adotadas pela pesquisa destacou-se o emprego do Ground Penetrating Radar (GPR), método geofísico não destrutivo utilizado para investigar o subsolo das áreas afetadas pelas obras de restauro. Inicialmente concebido como ferramenta de apoio ao planejamento das escavações, o levantamento revelou uma distribuição heterogênea do potencial arqueológico, identificando setores com diferentes níveis de sensibilidade e indicando a presença de anomalias em profundidades distintas daquelas originalmente previstas para investigação.

Os resultados obtidos produziram um efeito metodológico relevante. Em vez de executar um plano de escavação previamente estabelecido, a equipe passou a reavaliar criticamente sua estratégia de campo à luz das evidências produzidas pelo próprio processo investigativo. A metodologia deixou de operar como protocolo rígido para assumir caráter adaptativo, orientando a distribuição dos esforços de pesquisa de acordo com os dados produzidos pela integração entre arqueologia, geofísica e restauro.



Figura 1 – Resultado do levantamento geofísico por Ground Penetrating Radar (GPR) realizado em área de intervenção da Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim.

Os dados obtidos contribuíram para o redirecionamento das estratégias de escavação arqueológica e para a definição das áreas de maior potencial investigativo.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de levantamento geofísico realizado no âmbito do projeto, 2026.

A experiência de Anhatomirim demonstra que a produção do conhecimento arqueológico não ocorre exclusivamente em escavações, análises laboratoriais ou procedimentos técnicos especializados. Ela emerge também da interação entre pesquisadores, trabalhadores, usuários da paisagem e demais grupos que mantêm relações cotidianas com o patrimônio. Nesse contexto, a arqueologia aproxima-se daquilo que Santos (2007) denomina Ecologia de Saberes, ao reconhecer a existência de múltiplas formas legítimas de produção de conhecimento.

Sob essa perspectiva, a arqueologia deixa de atuar exclusivamente como disciplina responsável pela recuperação de vestígios materiais e passa a operar em um campo de articulação entre informações dispersas, narrativas locais, técnicas de investigação e categorias patrimoniais distintas. Em Anhatomirim, essa condição torna-se evidente justamente pela diversidade dos dados produzidos: anomalias geofísicas, vestígios materiais, relatos de pescadores, práticas de conservação e ações de educação patrimonial passam a compor um mesmo campo interpretativo.

1. A FORTALEZA PARA ALÉM DA FORTALEZA: DIVERSIDADE PATRIMONIAL EM ANHATOMIRIM

A Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim ocupa posição de destaque entre os bens culturais associados ao sistema defensivo implantado pela Coroa Portuguesa no sul da América durante o século XVIII. Sua relevância

histórica, arquitetônica e paisagística transformou-a em uma das principais referências do patrimônio fortificado brasileiro. Entretanto, a centralidade atribuída à arquitetura militar ao longo de sua trajetória institucional frequentemente contribuiu para uma compreensão parcial da complexidade patrimonial existente na ilha.

Essa condição não é exclusiva de Anhatomirim. Em diferentes contextos patrimoniais, monumentos tendem a assumir protagonismo interpretativo, enquanto outras dimensões da experiência histórica permanecem secundarizadas. Como argumenta Smith (2006), os processos de patrimonialização frequentemente privilegiam determinadas narrativas e categorias de patrimônio em detrimento de outras. O patrimônio, nesse sentido, não constitui uma realidade neutra ou estática, mas um campo de produção de significados continuamente negociado por diferentes agentes sociais.

Sob essa perspectiva, a Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim pode ser compreendida não apenas como um monumento arquitetônico, mas como um espaço de convergência patrimonial. As pesquisas arqueológicas desenvolvidas durante as atuais intervenções de restauro têm contribuído para ampliar essa compreensão ao revelar dimensões históricas, culturais e paisagísticas que ultrapassam os limites físicos das edificações militares.

Muito antes da implantação do sistema defensivo colonial, a ilha já integrava paisagens ocupadas por populações indígenas associadas à tradição construtora de sambaquis. Ao mesmo tempo, a relação histórica entre a fortaleza e o ambiente marítimo evidencia a existência de patrimônios que extrapolam os limites terrestres da ilha, incorporando memórias, práticas de navegação, conhecimentos tradicionais e vestígios associados à paisagem costeira. Patrimônios arqueológicos, arquitetônicos, marítimos, paisagísticos e imateriais não aparecem como categorias isoladas, mas como componentes interdependentes de uma mesma realidade cultural.

A própria materialidade da fortaleza oferece exemplos concretos dessa condição. A identificação de argamassas produzidas com materiais compatíveis com depósitos sambaquieiros e a ocorrência de remanescentes humanos incorporados a elementos construtivos demonstram que as fronteiras entre patrimônio arqueológico e patrimônio arquitetônico nem sempre são claramente definidas. Em determinados contextos, ambos se encontram fisicamente integrados na composição do mesmo bem cultural.

Essa observação possui implicações importantes para a gestão patrimonial. Quando o patrimônio é compreendido exclusivamente a partir de categorias disciplinares ou administrativas, corre-se o risco de fragmentar processos históricos que originalmente constituem realidades interligadas. A arqueologia contribui para tensionar essas fragmentações ao evidenciar relações entre diferentes dimensões da paisagem cultural.

Como observa Harrison (2013), os patrimônios contemporâneos caracterizam-se pela multiplicidade de valores, agentes e narrativas que participam de sua constituição.

Em Anhatomirim, essa diversidade manifesta-se tanto nos vestígios materiais quanto nas diferentes formas pelas quais arqueólogos, restauradores, pescadores, trabalhadores e visitantes atribuem significado à ilha. A singularidade do sítio não reside em cada uma dessas perspectivas isoladamente, mas na coexistência e interação entre elas.

Nesse sentido, a Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim deixa de ser compreendida apenas como uma fortificação histórica. Ela passa a ser observada como um espaço de convergência patrimonial, onde diferentes histórias, patrimônios e formas de conhecimento permanecem sobrepostos na paisagem insular.

1. ESCAVANDO DUAS HISTÓRIAS AO MESMO TEMPO: SAMBAQUIS, FORTIFICAÇÕES E A MATERIALIDADE DAS CONEXÕES

Entre os diversos resultados produzidos pelo acompanhamento arqueológico das obras de restauração da Fortaleza, poucos exemplificam de maneira tão clara a profundidade temporal da paisagem cultural da ilha quanto as evidências relacionadas ao reaproveitamento de materiais sambaquieiros nos processos construtivos associados à fortificação colonial.

Os sambaquis constituem algumas das mais expressivas manifestações arqueológicas do litoral brasileiro. Construídos ao longo de milênios por populações pescadoras, coletoras e caçadoras que ocuparam extensas áreas costeiras, esses monumentos resultam da acumulação contínua de conchas, restos faunísticos, estruturas funerárias e outros vestígios associados à vida social dessas comunidades (GASPAR, 2000; DEBLASIS et al., 1998). Mais do que simples depósitos arqueológicos, os sambaquis representam paisagens construídas, espaços de memória e marcos territoriais que testemunham processos de ocupação humana de longa duração.

No litoral catarinense, a presença dessas estruturas influenciou não apenas as dinâmicas de ocupação pré-colonial, mas também diversos processos históricos posteriores. Desde o período colonial, depósitos sambaquieiros foram frequentemente explorados como fonte de matéria-prima para a produção de cal destinada à construção civil, prática amplamente documentada em diferentes regiões costeiras do Brasil. A abundância de carbonato de cálcio presente nas conchas tornava esses depósitos recursos particularmente atrativos para atividades construtivas associadas à expansão colonial.

Em Anhatomirim, as pesquisas desenvolvidas durante o monitoramento arqueológico indicam que processos semelhantes podem ter desempenhado papel importante na construção da fortaleza. Diversos elementos construtivos apresentaram argamassas ricas em fragmentos conchíferos e inclusões bioclásticas compatíveis com materiais tradicionalmente associados a depósitos sambaquieiros. Embora análises complementares ainda sejam necessárias para caracterização detalhada desses contextos, as evidências observadas sugerem uma relação direta entre a paisagem arqueológica pré-colonial da ilha e os materiais empregados na arquitetura militar do século XVIII.



Figura 2 – Argamassa histórica contendo fragmentos conchíferos compatíveis com materiais associados a depósitos sambaquieiros utilizados como matéria-prima construtiva na Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim. Fonte: Acervo do autor (2026).

Essa interpretação ganhou especial relevância a partir da identificação de um fragmento ósseo humano incorporado à argamassa histórica utilizada em elementos do telhado do Quartel da Tropa. Posteriormente identificado como uma falange humana, o vestígio encontrava-se associado ao mesmo contexto rico em materiais conchíferos observado durante as intervenções arqueológicas.

Do ponto de vista bioarqueológico, a ocorrência exige cautela interpretativa. No estágio atual das pesquisas, não é possível estabelecer relações diretas entre o fragmento e indivíduos específicos ou associá-lo definitivamente a um contexto funerário determinado. Ainda assim, sua presença em uma matriz construtiva com materiais conchíferos amplia as perguntas sobre a origem da argamassa e sobre os processos de reaproveitamento de depósitos arqueológicos na construção da fortaleza.

A falange não representa apenas um vestígio humano isolado incorporado à arquitetura. Ela materializa a convergência de diferentes temporalidades em um mesmo contexto construtivo. Caso associada ao reaproveitamento de materiais provenientes de depósitos sambaquieiros, sua presença evidencia que elementos relacionados às ocupações indígenas pré-coloniais permaneceram fisicamente incorporados à arquitetura colonial durante mais de dois séculos, tornando-se novamente visíveis apenas durante as intervenções contemporâneas de restauro.

Tradicionalmente, as narrativas históricas tendem a apresentar os sambaquis e as fortificações como capítulos distintos da ocupação humana da ilha. Os primeiros aparecem vinculados às populações indígenas pré-coloniais; as segundas, aos projetos militares implementados pela Coroa Portuguesa no século XVIII. As evidências observadas sugerem, entretanto, que essas histórias não permaneceram completamente separadas.

A arquitetura da fortaleza não apenas sucede cronologicamente a paisagem indígena. Ela incorpora materialmente elementos dessa paisagem em sua própria constituição física. Sob essa perspectiva, a argamassa histórica assume papel interpretativo singular, reunindo em um mesmo contexto material processos históricos separados por longa duração.

A expressão “escavando duas histórias ao mesmo tempo”, utilizada durante as atividades de capacitação e educação patrimonial realizadas junto aos trabalhadores da obra, sintetiza de maneira particularmente eficaz essa condição. Ao intervir sobre a arquitetura colonial, a pesquisa arqueológica tornou visíveis não apenas aspectos construtivos da fortaleza, mas também vestígios associados a ocupações muito anteriores à sua existência.

A experiência de Anhatomirim sugere que a compreensão dos bens patrimoniais exige abordagens capazes de ultrapassar fronteiras cronológicas e disciplinares rígidas. A fortaleza não constitui apenas um testemunho da engenharia militar colonial. Ela representa também um espaço onde vestígios indígenas, práticas construtivas coloniais e estratégias contemporâneas de conservação permanecem articulados em uma mesma narrativa material.

4. A PAISAGEM CULTURAL MARÍTIMA E A ECOLOGIA DE SABERES: PESCADORES, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO SUBMERSO

A Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim é frequentemente interpretada a partir de sua monumentalidade arquitetônica e de seu papel estratégico no sistema defensivo colonial implantado na Ilha de Santa Catarina durante o século XVIII. Entretanto, a própria lógica de implantação da fortificação demonstra que sua existência não pode ser compreendida de forma dissociada do ambiente marítimo que a circunda. A fortaleza foi concebida para controlar rotas de navegação, monitorar embarcações e exercer domínio sobre espaços marítimos específicos da Baía Norte. O mar não constitui apenas o cenário da fortificação. Ele integra sua própria razão de existir.

Essa observação possui implicações importantes para a compreensão do patrimônio cultural associado a Anhatomirim. Quando a análise permanece restrita às estruturas edificadas, corre-se o risco de reduzir a complexidade da paisagem cultural a seus componentes arquitetônicos mais visíveis. A arqueologia, entretanto, permite ampliar essa escala de observação ao incorporar dimensões materiais, ambientais e sociais frequentemente negligenciadas pelas abordagens centradas exclusivamente no monumento.

Nesse sentido, a noção de Paisagem Cultural Marítima proposta por Westerdahl (1992) oferece uma importante chave interpretativa para compreender Anhatomirim. Segundo o autor, os ambientes marítimos não devem ser analisados apenas a partir dos vestígios arqueológicos localizados em seu interior, mas também das práticas, memórias, rotas, conhecimentos e formas de ocupação que historicamente estruturam a relação entre diferentes grupos humanos e o mar. O patrimônio marítimo não se restringe aos naufrágios ou aos artefatos submersos; ele inclui as experiências

acumuladas por aqueles que habitam e utilizam cotidianamente esses espaços.

Sob essa perspectiva, os levantamentos etnoarqueológicos realizados em Anhatomirim assumem importância particular. Mais do que fornecer informações complementares para futuras pesquisas arqueológicas, foram obtidos relatos que revelam a existência de um sistema próprio de conhecimento sobre a paisagem marítima local, construído a partir da experiência direta com correntes, fundos marinhos, áreas de pesca e obstáculos submersos.

Tais levantamentos foram conduzidos por meio de entrevistas abertas e semiestruturadas realizadas com pescadores, vigilantes e trabalhadores que mantêm relação cotidiana com a ilha e seu entorno marítimo. Mais do que buscar a confirmação imediata de ocorrências arqueológicas específicas, as entrevistas tiveram como objetivo registrar formas locais de percepção, nomeação e ordenamento da paisagem, especialmente aquelas relacionadas a pontos de pesca, áreas de risco, obstáculos submersos e materiais eventualmente observados durante as atividades no mar. Nesse sentido, os relatos foram tratados como evidências de conhecimento territorial acumulado, capazes de orientar novas perguntas arqueológicas sobre a paisagem cultural marítima de Anhatomirim.

Entre os elementos mais recorrentes observados nas entrevistas destacam-se os chamados “pegadores”, denominação utilizada pelos pescadores para designar locais capazes de prender ou danificar redes de pesca. À primeira vista, a expressão parece referir-se apenas a um problema operacional relacionado à atividade pesqueira. Entretanto, uma análise mais cuidadosa revela que esses pontos constituem verdadeiros marcadores culturais da paisagem marítima.

Os “pegadores” são reconhecidos, nomeados e transmitidos oralmente entre diferentes gerações de pescadores. Sua localização integra uma cartografia construída coletivamente ao longo do tempo, baseada na observação contínua do ambiente marinho. Embora produzida fora dos ambientes acadêmicos, essa cartografia evidencia um profundo conhecimento das características físicas e culturais do fundo marinho. Em diversos casos, os locais identificados pelos pescadores correspondem precisamente às áreas que apresentam maior potencial para futuras investigações arqueológicas subaquáticas.

Os “pegadores” são reconhecidos, nomeados e transmitidos oralmente entre diferentes gerações de pescadores. Sua localização integra uma cartografia construída coletivamente ao longo do tempo, baseada na observação contínua do ambiente marinho. Embora produzida fora dos ambientes acadêmicos, essa cartografia evidencia um profundo conhecimento das características físicas e culturais do fundo marinho. Em diversos casos, os locais identificados pelos pescadores correspondem precisamente às áreas que apresentam maior potencial para futuras investigações arqueológicas subaquáticas.



A recorrência de referências aos mesmos locais por diferentes entrevistados, bem como os relatos relacionados à ocorrência de canhões submersos, concentrações de materiais históricos, bem como relatos sobre crânios e ossos humanos eventualmente presos nas redes durante atividades pesqueiras sugerem a existência de uma memória marítima construída a partir da observação sistemática do território e da transmissão intergeracional de experiências relacionadas ao mar. Independentemente da confirmação arqueológica de cada ocorrência específica, esses registros demonstram que diferentes grupos sociais produzem interpretações próprias sobre a paisagem e participam ativamente da construção do conhecimento sobre o patrimônio cultural associado à ilha.

Essa compreensão aproxima-se da proposta de Ecologia de Saberes formulada por Santos (2007), segundo a qual diferentes sistemas de conhecimento podem coexistir e dialogar sem que um seja necessariamente subordinado ao outro. Em vez de estabelecer uma oposição entre conhecimento científico e conhecimento tradicional, a perspectiva proposta pelo autor enfatiza a possibilidade de construção de entendimentos mais abrangentes a partir da interação entre diferentes formas de experiência e interpretação do mundo.

A experiência desenvolvida em Anhatomirim demonstra que a interação entre arqueologia e conhecimento tradicional não apenas é possível, mas particularmente produtiva para a investigação patrimonial. Os pescadores não identificam sítios arqueológicos no sentido técnico do termo; identificam lugares que possuem significado para sua experiência da paisagem marítima. É justamente nessa diferença que reside a riqueza do diálogo entre saberes. A contribuição da arqueologia não consiste em validar ou invalidar essas narrativas, mas em criar condições para que diferentes formas de conhecimento dialoguem e produzam novas perguntas sobre a paisagem cultural.

Sob essa perspectiva, o patrimônio cultural marítimo de Anhatomirim não pode ser compreendido apenas a partir dos vestígios materiais preservados no fundo marinho. Ele inclui também os conhecimentos, memórias e práticas que historicamente estruturaram a relação entre diferentes grupos humanos e o ambiente marítimo. A diversidade patrimonial observada na ilha manifesta-se igualmente como diversidade epistemológica. Nesse contexto, o futuro das pesquisas arqueológicas subaquáticas dependerá não apenas da aplicação de novas tecnologias de prospecção, mas também da capacidade de reconhecer e incorporar os conhecimentos produzidos por aqueles que historicamente participam da construção da paisagem cultural marítima.

4. PATRIMÔNIO, PERTENCIMENTO E CONFLITOS DE CONSERVAÇÃO: ENTRE A PROTEÇÃO E A APROPRIAÇÃO

Os debates sobre conservação do patrimônio cultural frequentemente concentram-se em ameaças associadas à degradação física, ao vandalismo, à expansão urbana ou à ausência de políticas públicas de proteção.

Embora esses fatores representem riscos concretos para a preservação dos bens culturais, a experiência desenvolvida em Anhatomirim evidencia uma situação mais complexa: em determinados contextos, os impactos sobre o patrimônio não decorrem da indiferença, mas justamente do interesse e da valorização atribuída a ele.

Ao longo das atividades de monitoramento arqueológico, educação patrimonial e entrevistas realizadas junto a trabalhadores, pescadores e moradores da região, foram registrados diversos relatos relacionados à coleta e guarda de materiais históricos encontrados na ilha ou em seu entorno marítimo. Fragmentos cerâmicos, projéteis, artefatos metálicos, elementos construtivos e outros vestígios arqueológicos passaram, em diferentes momentos, a integrar coleções pessoais, acervos informais ou espaços de exposição construídos a partir da relação afetiva estabelecida com a fortaleza. Sob uma perspectiva estritamente arqueológica, tais práticas representam desafios importantes. A remoção de objetos sem documentação adequada compromete informações fundamentais sobre contexto, proveniência e associação espacial dos vestígios, reduzindo significativamente seu potencial científico. Em arqueologia, o valor interpretativo de um artefato não reside apenas no objeto em si, mas nas relações que ele mantém com os demais elementos do contexto em que foi encontrado.

Entretanto, limitar a análise à dimensão técnica da preservação seria insuficiente para compreender a complexidade da situação observada em Anhatomirim. Os relatos obtidos durante a pesquisa demonstram que a maior parte dessas ações não está associada à intenção de destruir ou ocultar o patrimônio. Pelo contrário, os objetos são frequentemente recolhidos porque despertam curiosidade, admiração, afeto ou interesse histórico. O mesmo gesto que produz impacto arqueológico pode representar uma forma de valorização patrimonial, transformando artefatos em lembranças, testemunhos materiais do passado ou referências de experiências pessoais associadas à ilha.

Essa condição evidencia que os conflitos relacionados à conservação nem sempre decorrem da oposição entre preservação e destruição. Em muitos casos, eles emergem da coexistência entre diferentes formas legítimas de atribuição de valor ao patrimônio. O que para o arqueólogo representa contexto científico, para o trabalhador pode representar memória; o que para a pesquisa constitui evidência arqueológica, para o visitante pode representar lembrança; e o que para a legislação corresponde a um bem protegido pode ser percebido por pescadores ou moradores como objeto encontrado no exercício cotidiano de suas atividades.

Como argumenta Smith (2006), o patrimônio não deve ser compreendido apenas como conjunto de objetos materiais, mas como processo social de produção de significados. Os conflitos patrimoniais, nesse sentido, não envolvem apenas disputas sobre bens culturais. Eles envolvem também disputas sobre formas de interpretar, utilizar e atribuir valor ao passado.

A experiência de Anhatomirim oferece exemplos particularmente elucidativos dessa dinâmica. Relatos locais indicam a existência de coleções informais compostas por materiais provenientes da ilha, bem como episódios em que iniciativas voltadas à conservação ambiental resultaram, inadvertidamente, na remoção de vestígios arqueológicos associados à ocupação histórica da fortaleza. Embora motivadas por intenções positivas, tais ações evidenciam a fragilidade das fronteiras que separam proteção, apropriação e impacto patrimonial.

Um exemplo particularmente expressivo dessa situação pode ser observado em registro fotográfico publicado na base fortalezas.org, referente a uma ação de limpeza ambiental realizada no litoral da Ilha de Anhatomirim em 2021. Na imagem, um cartucho de munição é apresentado como material recolhido durante a atividade. Embora inserido em uma iniciativa de conservação ambiental, o objeto possui evidente interesse arqueológico por sua associação potencial com a ocupação histórico-militar da fortaleza. O caso demonstra que, em áreas patrimoniais sensíveis, a distinção entre resíduo contemporâneo e vestígio arqueológico nem sempre é evidente para equipes não especializadas, tornando indispensável a articulação prévia entre ações ambientais, gestão patrimonial e orientação arqueológica.



Figura 3 – Cartucho de munição identificado durante ação de limpeza ambiental no litoral da Ilha de Anhatomirim. O registro evidencia a importância da articulação entre iniciativas ambientais, gestão patrimonial e protocolos arqueológicos em áreas de alta sensibilidade histórica. Fonte: fortalezas.org / Parley Brasil. Foto: Jeferson Pereira, 2021.

Esses episódios indicam que a proteção efetiva do patrimônio não depende apenas de instrumentos normativos ou mecanismos de fiscalização. Ela exige também processos de sensibilização capazes de tornar compreensível a importância do contexto arqueológico, da proveniência dos vestígios e das relações materiais que permitem sua interpretação científica. Nesse ponto, a educação patrimonial deixa de operar apenas como transmissão de informações e passa a atuar na construção de novas formas de relação entre pessoas, objetos e lugares.

4. ARQUEOLOGIA COMO MEDIAÇÃO SOCIAL: EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E FORMAÇÃO DE AGENTES DO PATRIMÔNIO

Ao longo das últimas décadas, a educação patrimonial consolidou-se como um dos componentes mais recorrentes dos projetos arqueológicos desenvolvidos no Brasil. Apesar dessa ampla difusão, ainda é comum que suas ações sejam compreendidas como atividades complementares destinadas à divulgação dos resultados produzidos pela pesquisa científica. Nessa perspectiva, a educação patrimonial assume frequentemente uma função comunicativa, atuando como etapa posterior à produção do conhecimento arqueológico.

A experiência desenvolvida na Fortaleza demonstra que a construção do conhecimento não ocorre apenas antes da socialização dos resultados, mas durante os próprios processos de interação entre pesquisadores, trabalhadores, pescadores, visitantes e demais agentes envolvidos na gestão do patrimônio cultural.

Essa perspectiva aproxima-se das discussões no campo da Arqueologia Pública, especialmente das contribuições de Funari (2006) e Holtorf (2007), para os quais a arqueologia não pode ser compreendida apenas como uma prática de investigação científica voltada ao estudo do passado. Trata-se também de uma atividade social que produz significados, estabelece relações com diferentes públicos e participa ativamente da construção contemporânea do patrimônio.

Sob essa ótica, a educação patrimonial deixa de ser entendida exclusivamente como instrumento de transmissão de informações e passa a integrar o próprio método arqueológico. Seu objetivo não consiste apenas em ensinar conteúdos históricos ou arqueológicos, mas em ampliar a capacidade de diferentes grupos sociais reconhecerem, interpretar e participarem da proteção do patrimônio presente em suas paisagens cotidianas.

Essa condição tornou-se particularmente evidente durante as atividades de capacitação realizadas com os trabalhadores envolvidos nas obras de restauração da fortaleza. Mais do que apresentar protocolos relacionados ao monitoramento arqueológico, os encontros buscaram contextualizar historicamente as diferentes ocupações humanas associadas à ilha, discutindo a coexistência entre patrimônios indígenas, coloniais, marítimos e contemporâneos. A proposta partiu de uma premissa fundamental: aqueles que atuam diariamente sobre o patrimônio ocupam posições privilegiadas para observar transformações, identificar evidências arqueológicas e reconhecer elementos frequentemente invisíveis durante visitas técnicas pontuais.

Os resultados dessa abordagem tornaram-se particularmente evidentes durante o próprio desenvolvimento das atividades de monitoramento. Pouco tempo após uma das ações de sensibilização realizadas com a equipe, foi identificado um fragmento ósseo humano incorporado à argamassa histórica de um elemento arquitetônico pertencente ao Quartel da Tropa. A posterior identificação do vestígio como

uma falange humana demonstrou não apenas a relevância arqueológica do achado, mas também a importância da ampliação da percepção patrimonial entre aqueles que atuam diretamente sobre o monumento.



Figura 4 – Fragmento de falange humana identificado em contexto associado à argamassa histórica do Quartel da Tropa durante as atividades de monitoramento arqueológico da restauração.
Fonte: Acervo do autor (2026).

Mais significativo do que o achado em si foi o processo que permitiu sua identificação. O reconhecimento daquele pequeno fragmento não resultou exclusivamente da presença de especialistas em campo. Ele foi possível porque diferentes indivíduos passaram a observar o patrimônio a partir de novas referências interpretativas construídas durante os processos de sensibilização e formação. A principal contribuição da educação patrimonial, nesse contexto, não consiste em ensinar às pessoas o que é patrimônio, mas em ampliar sua capacidade de reconhecê-lo quando ele se manifesta na paisagem.

A Jornada do Arqueólogo, concebida como uma das principais ações de extroversão científica do projeto, representa um exemplo concreto dessa proposta. Ao apresentar ao público os métodos, procedimentos e desafios envolvidos na investigação arqueológica, a atividade busca tornar visíveis não apenas os resultados da pesquisa, mas também os processos responsáveis por sua construção.

Sob essa perspectiva, trabalhadores, moradores, pescadores e visitantes deixam de aparecer apenas como públicos receptores de informação. Passam a integrar, em diferentes graus, os processos de identificação, interpretação e proteção do patrimônio. A educação patrimonial, nesse sentido, opera menos como etapa final de divulgação e mais como parte constitutiva da própria prática arqueológica em contextos de restauro.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência desenvolvida na Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim demonstra que a contribuição da arqueologia para projetos de

restauro ultrapassa as funções tradicionalmente associadas à identificação, registro e proteção de vestígios materiais. Embora essas atividades permaneçam fundamentais, os resultados produzidos ao longo das pesquisas evidenciam que a arqueologia ocupa uma posição estratégica na articulação entre diferentes patrimônios, temporalidades, formas de conhecimento e agentes sociais envolvidos na construção do patrimônio cultural.

A investigação realizada em Anhatomirim permitiu observar que a fortaleza não pode ser compreendida apenas como um monumento arquitetônico associado à ocupação colonial portuguesa. Sua materialidade incorpora evidências relacionadas a ocupações indígenas pré-coloniais, suas paisagens estendem-se para o ambiente marítimo e suas narrativas continuam sendo reinterpretadas por trabalhadores, pescadores, pesquisadores, visitantes e instituições responsáveis por sua preservação.

Nesse cenário, a identificação de materiais sambaquieiros incorporados às argamassas da fortaleza, a ocorrência de remanescentes humanos associados a esses contextos construtivos, os conhecimentos produzidos pelos pescadores sobre a paisagem marítima, os processos de apropriação social dos vestígios arqueológicos e as transformações observadas durante as atividades de educação patrimonial constituem elementos de uma mesma problemática: a compreensão de contextos patrimoniais complexos depende da capacidade de estabelecer relações entre diferentes formas de experiência, diferentes escalas temporais e diferentes perspectivas de interpretação.

Mais do que revelar objetos ocultos, a arqueologia revela relações. Relações entre sambaquis e fortificações. Relações entre patrimônios materiais e imateriais. Relações entre conhecimento científico e conhecimento tradicional. Relações entre conservação, pertencimento e memória. Relações entre pessoas e paisagens.

Sob essa perspectiva, a arqueologia assume uma função que ultrapassa os limites tradicionais da investigação científica. Ela atua como prática de mediação ao conectar categorias frequentemente tratadas de forma separada. Media temporalidades ao evidenciar continuidades entre ocupações indígenas, processos coloniais e intervenções contemporâneas. Media saberes ao promover diálogos entre conhecimento acadêmico e experiências produzidas fora dos ambientes institucionais. Media interesses ao aproximar conservação patrimonial, participação social e construção compartilhada de significados.

A experiência de Anhatomirim sugere, portanto, que a arqueologia não atua apenas sobre vestígios do passado. Ela atua sobre relações. Relações entre pessoas e lugares, entre memórias e materialidades, entre conhecimento científico e experiência cotidiana, entre conservação e pertencimento. Em contextos de restauro, essa capacidade de produzir conexões revela-se tão importante quanto a identificação dos próprios vestígios arqueológicos, pois é justamente nela que reside seu potencial para contribuir com formas mais integradas e socialmente significativas de gestão do patrimônio cultural.

REFERÊNCIAS

DEBLASIS, Paulo; FISH, Suzanne K.; GASPAR, Maria Dulce; FISH, Paul R. Some references for the discussion of complexity among the sambaqui moundbuilders from the Southern shores of Brasil. *Revista de Arqueologia Americana* 15:75-105. Instituto Panamericano de Geografia e História, México, 1998.

FUNARI, Pedro Paulo A. Arqueologia Pública. In: FUNARI, Pedro Paulo A.; PELEGRINI, Sandra C. A. (org.). *Patrimônio Histórico e Cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

GASPAR, Maria Dulce. *Sambaqui: Arqueologia do Litoral Brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

HARRISON, Rodney. *Heritage: Critical Approaches*. London: Routledge, 2013.

HODDER, Ian. *The archaeological process: an introduction*. Oxford: Blackwell Publishers, 1999.

HOLTORF, Cornelius. *Archaeology Is a Brand! The Meaning of Archaeology in Contemporary Popular Culture*. Oxford: Archaeopress, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 79, p. 71–94, 2007.

SHANKS, Michael. *Experiencing the past: on the character of archaeology*. London: Routledge, 1992.

SMITH, Laurajane. *Uses of Heritage*. London: Routledge, 2006.

WESTERDAHL, Christer. The Maritime Cultural Landscape. *International Journal of Nautical Archaeology*, v. 21, n. 1, p. 5–14, 1992.



Igreja Matriz de Pirenópolis, 20 anos após seu restauro: Novos desafios e novas perspectivas

Belisa Evangelista – FAUP, Porto, Portugal - belisaevangelista@gmail.com

Joaquim Teixeira – FAUP/CENP, Porto, Portugal - jteixeira@arq.up.pt

Resumo

O artigo reflete sobre o estado atual de conservação, uso e ocupação da Igreja Matriz de Pirenópolis, utilizando-se de cinco entrevistas de acordo com os princípios da história oral. Visa tanto contribuir para um futuro relatório de inspeção e diagnóstico do monumento, quanto demonstrar a validade desta metodologia na elaboração de diagnósticos.

Palavras-chave: Arquitetura luso-brasileira, História oral, Diagnóstico.

Introdução

Diante da problemática da conservação e gestão de monumentos religiosos da arquitetura luso-brasileira, este artigo investiga o estado atual da Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário, em Pirenópolis - Goiás, com o objetivo final de contribuir para um futuro relatório de inspeção e diagnóstico. Para isso, analisa-se o que ocorreu durante os vinte anos que se seguiram ao fim da obra de restauro da igreja, da qual a autora participou como arquiteta colaboradora residente, entre março de 2005 e julho de 2006. Dentro do eixo temático da diversidade nas formas de diagnóstico das patologias em edifícios históricos, o estudo a seguir visa ainda demonstrar a validade e a utilidade do método da história oral para a elaboração de diagnósticos do patrimônio edificado.

O cerne da metodologia empregada é a realização de entrevistas com os principais atores responsáveis pela intervenção e gestão do monumento, coletadas por videoconferência e transcritas de acordo com os princípios da história oral. As entrevistas demonstram a diversidade de pontos de vista e a necessidade de levá-los todos em consideração para se compreender os fatos e, assim, propor novas estratégias de intervenção. Esse material narrativo é tomado como uma das etapas da elaboração do diagnóstico, antecedendo a imprescindível inspeção in loco. A abordagem metodológica adotada permite elaborar um diagnóstico não apenas das manifestações patológicas do edifício, mas também das suas condições de uso e de ocupação.

O presente trabalho resulta de uma pesquisa desenvolvida atualmente no âmbito do Curso de Estudos Avançados em Patrimônio Arquitetônico, na Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto. A opção pelo uso de entrevistas à distância, on line, decorre do fato da autora viver fora do Brasil, mostrando que a circunstância geográfica não é impeditiva para o desenvolvimento desta pesquisa.

Após uma síntese da evolução urbana de Pirenópolis e das transformações pelas quais a Igreja Matriz passou, do século XVIII aos dias atuais, faz-se o cruzamento das diferentes narrativas recolhidas e, então, avalia-se o seu estado atual de conservação, uso e ocupação. Assim, o artigo estrutura-se dentro do seguinte arco temporal: contextualização anterior ao incêndio (1727-2002); intervenção pós-incêndio (2002-2006); situação atual (2006-2026); e perspectivas para o futuro.

Contextualização do monumento

A Matriz de Pirenópolis, considerada o exemplo mais significativo de edificação em taipa de pilão no país, é testemunho do auge e do declínio da mineração no Brasil. Ela representa também a simplicidade, leveza e pureza características da arquitetura barroca brasileira que, em Goiás, mostra-se ainda mais despojada que no resto do país. Por esses motivos, a Matriz foi classificada como monumento nacional já em 1941, menos de quatro anos depois da criação do SPHAN. Isso significa que ela foi incluída na primeira fase da ação institucional no patrimônio brasileiro e atesta o seu alto valor histórico e estético.

Atualmente com cerca de 28.000 habitantes e extensão de 2.200 quilômetros quadrados, há três séculos Pirenópolis organiza toda a sua vida cultural no entorno da Igreja Matriz, principalmente a icônica Festa do Divino Espírito Santo. A fim de frear a descaracterização do conjunto arquitetônico, urbano e paisagístico cujo epicentro é a Matriz, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) classifica o centro histórico de Pirenópolis em 1990, com área de cerca de 17 hectares.

De acordo com Cavalcante e Cavalcante (2019) e Unes e Cavalcante (2008), a origem de Pirenópolis remonta a 1727 com a fundação do povoado de Meia Ponte, um acampamento de garimpeiros portugueses, que faziam parte da comitiva de bandeirantes liderados por Bartolomeu Bueno da Silva. Logo no ano seguinte, inicia-se a construção da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário, que irá estender-se até 1736. Entre 1743 e 1760, dá-se a construção das outras quatro igrejas de Meia Ponte.

Na segunda metade do século XVIII, ocorre um declínio da mineração do ouro, o que vai conduzir a um período de estagnação de Meia Ponte. Em contraposição, na primeira metade do século XIX, tem-se um período de crescimento econômico, graças à agricultura. Em 1851, inicia-se um novo período de retração econômica e estagnação urbana, devido ao deslocamento das rotas comerciais. A então vila de Meia Ponte é elevada à categoria de cidade em 1853 e, em 1890, passa a se chamar Pirenópolis, em referência à Serra dos Pireneus que a circunda.



A primeira grande intervenção na Igreja Matriz ocorre entre 1838 e 1842, em seguida ao desabamento do telhado sobre o altar-mor. É nesse período que se presume terem sido criados os retábulos laterais e colaterais. Em 1864, a pintura do forro da capela-mor completa o conjunto das obras de arte e acabamentos internos da igreja. A segunda grande intervenção, entre 1996 e 1999, abrange extensas obras de conservação arquitetônica e restauro artístico, sob a coordenação do arquiteto Silvio Cavalcante. Este coordena igualmente o restauro arquitetônico entre 2003 e 2006, após um trágico incêndio em 2002. Caso emblemático de restauro no Brasil, a reabilitação da Matriz foi distinguida em 2007 com o Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, o mais alto grau de reconhecimento de uma ação patrimonial no país, concedido pelo IPHAN.

A intervenção pós-incêndio

Na madrugada de 5 de setembro de 2002, um incêndio destruiu todos os elementos artísticos e grande parte dos elementos arquitetônicos da Matriz. A polêmica que se instaurou reflete a dicotomia entre as teorias de Viollet-le-Duc e de Ruskin: restaurar o monumento e manter seu uso como igreja, ou preservar apenas as partes remanescentes e transformá-lo em algum tipo de espaço cultural? Uma reunião em nível nacional organizada pelo IPHAN legitimou a primeira opção, em razão da escuta popular, segundo Cavalcante e Cavalcante (2019).

Assim, a primeira medida emergencial foi a instalação de uma cobertura metálica com uma tela branca, a fim de proteger as paredes remanescentes em terra crua e restituir o volume da igreja na paisagem, em consideração ao significado social, simbólico e afetivo do monumento e seu entorno. Não havia mais dúvidas de que era necessário reprimar o exterior da igreja, rejeitando-se o ex novo. Em contrapartida, a equipe técnica não podia conceber a mesma solução para os elementos pictóricos e escultóricos que existiam no seu interior, o que constituiria um falso histórico e estético, nos termos de Brandi (1963).

Um dos elementos de destaque no restauro da Matriz foi o tratamento dos dois nichos onde antes existiam retábulos em talha dourada. A taipa subsistente do incêndio, consolidada, permaneceu aparente nessas duas faixas, como um rasgo do piso ao forro, mantendo a sua função de suporte das imagens religiosas. A base em cantaria original também ficou exposta em todo o perímetro interno e externo. No antigo consistório, que passou a abrigar o Museu Memória da Matriz, a maior das quatro paredes também foi mantida sem reboco, com a taipa original sobrevivente a narrar, ela própria, a história do edifício.

Quanto ao arco-cruzeiro, este foi reinterpretado em linguagem contemporânea, claramente distinguido das paredes originais, sem, todavia, recorrer ao uso de um material moderno. Na sua forma geométrica pura, o novo arco em madeira autoportante integra-se harmoniosamente no conjunto, numa dialética sutil entre o novo e o antigo, em ressonância com a teoria brandiana e com os artigos 12º e 13º da Carta de Veneza (1964).

Uma situação inusitada foi a decisão de reutilizar as peças do retábulo da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, construída em 1743-47 pelos escravos da cidade para eles próprios. Com a destruição da igreja no início do século XX, apenas o seu retábulo-mor foi preservado e estocado. Como um grande quebra-cabeça, os fragmentos do retábulo dos pretos foram recompostos em 2005 no altar-mor da Matriz, numa espécie de anastilose.

É interessante estabelecer um paralelo entre a reabilitação da Matriz e dois exemplos paradigmáticos de intervenção em monumentos religiosos pós-incêndio. O primeiro deles é a Igreja Santa Chiara em Nápoles, que teve toda a sua ornamentação barroca consumida pelo fogo, após ter sido bombardeada na Segunda Guerra, fazendo emergir a sua antiga ossatura gótica. Tanto na Matriz como em Santa Chiara, optou-se por evitar a falsa reprodução dos elementos artísticos no interior, que ressurgiu mais sóbrio e despojado. Ambas transcendem a teoria de Brandi (1963), taxativamente contrário às reconstruções integrais, e trazem à tona a ideia de Pane (1987) de que a reconstrução arquitetônica é justificável em certos casos.

O segundo exemplo é a catedral de Notre-Dame de Paris, vítima de um incêndio em 2019. São encontradas diversas correspondências entre ambos os restauros: emprego dos materiais de origem; criação de uma estrutura metálica independente, de proteção emergencial; manutenção do uso como local de culto de grande importância religiosa; e uma intensa participação da sociedade nos debates teórico-conceituais. Paradoxalmente, nos dois casos, um incêndio devastador tornou-se uma oportunidade única de se descobrir o sistema construtivo e de se resgatar técnicas ancestrais para a sua reconstrução fiel.

Síntese das entrevistas

Todo o conteúdo desta seção provém das informações verbais concedidas à autora entre janeiro e março de 2026. De acordo com Walter Vilhena¹, a manutenção da Igreja Matriz foi constante na primeira década pós-restauro. Apesar de não ter voltado à cidade na segunda década pós-restauro, ele acredita que não houve nenhuma alteração no monumento. Em 30 anos de experiência em obras de intervenção patrimonial, Walter Vilhena¹ observou que os danos e anomalias sempre têm origem na falta de manutenção da pintura e do telhado. Portanto, os principais fatores de vulnerabilidade do monumento hoje são o telhado e o revestimento externo, elementos fundamentais de proteção das alvenarias de taipa. Nesse sentido, Rondinelli Santana² informa que a iniciativa privada patrocinou a pintura interna e externa da igreja, que estava bastante deteriorada.

Segundo Silvio Cavalcante³, quem se ocupa da manutenção cotidiana da igreja é o sacristão, por conta própria e com cuidado. No entanto, nenhum membro da equipe paroquial participou de cursos de capacitação para esta função, contrariando uma das preconizações do Manual de Conservação e Manutenção do Edifício, entregue à Diocese na ocasião da reinauguração da igreja.

Wagner Matias⁴ corrobora com a avaliação positiva do estado geral de conservação da Igreja Matriz. Ele destaca também que as boas decisões técnicas tomadas e os bons materiais empregados no restauro pós-incêndio contribuem largamente para o bom estado atual do monumento. No entanto, ele constata que a igreja precisa de mais manutenção.

Quanto ao *retábulo dos pretos* (figura 3), Wagner Matias⁴ avalia que seu estado de conservação é razoável, principalmente devido ao material construtivo, provavelmente cedro, uma madeira local de excelente qualidade, pouco suscetível ao cupim. Todavia, o restaurador preconiza as seguintes medidas: limpeza cuidadosa das peças; fixação da policromia; execução de reintegração, nivelamento e douramento em determinados pontos.

A taipa deixada à mostra, na parede do atual Museu da Matriz (figura 1), havia sido consolidada em 2003-2006 com uso de álcool polivinílico, por orientação de Wagner Matias⁴. Por isso, a terra continua estável e a parede está em boas condições, o que é confirmado por Augusto Gonçalves⁵. Este último sustenta que não encontrou nenhum dano no edifício desde que assumiu a função de pároco, em 2015. Apenas as seguintes ações foram necessárias: (1) refazer a pintura duas vezes, a última em 2025; (2) substituir os dois sinos, devido à falha do sistema de automação; (3) tratar a terra para auxiliar a fixação dos novos retábulos, após visita do IPHAN nacional; e (4) fazer inspeções e manutenções regulares no telhado, a fim de reposicionar e amarrar algumas telhas deslocadas com as intempéries.

Walter Vilhena¹ rememora que no restauro de 1996-1999, as telhas substituídas ainda eram telhas capa-canal de fabricação artesanal. Com a destruição total do telhado pelo incêndio, o engenheiro encomendou pessoalmente as novas telhas, sob medida, numa fábrica em Minas Gerais. Enquanto a telha capa-canal padrão do comércio tem entre 35 e 38 centímetros de comprimento, a telha da Matriz tem 55 centímetros de comprimento e cerca de 20 centímetros de largura, com o intuito de conferir ao novo telhado o aspecto do telhado colonial.

Quanto ao Manual de Conservação e Manutenção do Edifício, Silvio Cavalcante³ classifica-o como “letra morta”. Tal conclusão é confirmada por Augusto Gonçalves⁵, ao assumir não ter conhecimento desse documento. Ademais, a recomendação contida no Manual de se criar uma comissão responsável pela manutenção e conservação do edifício nunca foi posta em prática.

O recente restauro das imagens configura um trabalho relevante. Rondinelli Santana² relata que uma pessoa da comunidade tomou a iniciativa de pintar a imagem de Nossa Senhora das Dores, descaracterizando-a. Após protestos populares e repercussão nacional, o IPHAN interveio e contratou uma especialista do Rio de Janeiro para reverter a situação e restaurar outras imagens.

É evidente que a principal transformação na Igreja Matriz desde 2006 consiste na execução dos novos retábulos laterais e do arco cruzeiro, autorizada pelo IPHAN em 2025 (figura 2). Eles foram confiados ao escultor local José Dagmauro e não se sabe ainda se ficarão em madeira aparente ou se serão pintados. A controvérsia em torno desse tema foi amplamente discutida nas entrevistas.

Silvio Cavalcante³ forneceu à igreja toda a documentação fotográfica dos antigos retábulos. Ele reitera a sua postura teórico-conceitual, desde o início radicalmente contra replicar-se as obras de arte desaparecidas da Matriz. Todavia, hoje, diante do incômodo da comunidade culminando na decisão de se produzirem as réplicas, ele mudou a sua posição face ao problema, e concluiu que a voz da comunidade local deve prevalecer.

Esse é o ponto de vista de Wagner Matias⁴. Ele avalia que o serviço e o material são de boa qualidade e que existem na região bons entalhadores, policromadores e douradores. No caso dos altares laterais, tem-se fotografias detalhadas das peças originais e registros nas paredes dos pontos de fixação, ou seja, pode-se calcular exatamente as suas dimensões e proporções. Em suma, ele defende a reprodução de qualquer elemento artístico do qual exista documentação, contanto que o público seja informado de que se trata de uma réplica.

O restaurador pondera que existem outras correntes de pensamento, daí a dificuldade de se chegar a um consenso. Não se pode esquecer, entretanto, que o monumento pertence à sociedade pirenopolina. O conhecimento acadêmico deve alinhar-se com o que as pessoas almejam e convergir para atender à necessidade local, posto que a igreja não é apenas um ponto turístico.

Rondinelli Santana² representa tal comunidade, composta de pessoas que, como ele, têm essa igreja como extensão de suas próprias casas. Ele nota que o caráter de monumento religioso sobrepõe-se ao de monumento histórico. A Matriz é um símbolo cultural muito forte, enraizado na vida de toda a população, católica ou não, pois todas as atividades culturais da cidade são feitas em volta da igreja. Portanto, o entrevistado confirma o consenso entre os paroquianos na busca por restabelecer plenamente o interior da igreja.

Augusto Gonçalves⁵ compartilha desse desejo da comunidade, em respeito à sua memória afetiva. O pároco acrescenta que tal ponto de vista é respaldado pela Carta de Burra. Apesar de almejar a substituição do *retábulo dos pretos*, ele compreende o seu valor simbólico e artístico. Por fim, ele garante que a sala do Museu permanecerá como está, porque ali, contrariamente à nave, a exposição da taipa é pertinente (figura 1).



Figura 1. Museu da Matriz
Fonte: Lisaura Cronemberger
(jan. 2026)



Figura 2. Novo retábulo
Fonte: Silvio Cavalcante
(set. 2025)



Figura 3. Capela-mor
Fonte: L.C. Cronemberger
(jan. 2026)

Análise e interpretação das entrevistas

As entrevistas de história oral permitiram extrapolar uma simples coleta de dados, ao produzir narrativas de experiências que garantiram a pluralidade de pontos de vista da pesquisa. Com o cruzamento dos cinco relatos, depreende-se que o estado geral de conservação da Igreja Matriz é bom e chega-se a um mapeamento das continuidades e rupturas no período estudado: não foram constatadas patologias e a intervenção mais notável foi a pintura externa e interna. Existem controvérsias, no entanto, relativas à gestão do monumento.

Primeiramente, o Manual de Conservação e Manutenção do Edifício nunca foi utilizado. Em segundo lugar, ao passo que os técnicos afirmam que a manutenção é insuficiente, os representantes da igreja a consideram regular e satisfatória. Enfim, estes últimos manifestam ressentimento em relação aos primeiros no que tange aos elementos artísticos.

De fato, a comunidade paroquial nunca aceitou os nichos dos retábulos em taipa aparente, vistos como feridas abertas e não como cicatrizes. A ausência dos demais elementos também não é admitida. Com a atual execução das réplicas, foi revertido um dos principais eixos projetuais que guiaram a equipe técnica durante a intervenção de 2003-2006.

Por outro lado, essa decisão encontra respaldo na Carta de Nara (1994), afinal, “a responsabilidade pelo patrimônio cultural e pela sua gestão pertence, em primeiro lugar, à comunidade que o gerou ou àquela que o preserva”. O caso da Matriz demonstra que a avaliação da autenticidade dos bens culturais não pode ser restringida a “critérios imutáveis”, mas deve considerar, ao contrário, “critérios adaptados aos seus contextos culturais”. A Matriz ilustra ainda a preconização da Carta de Burra (1999) de que “a conservação, a interpretação e a gestão de um sítio devem prever a participação das pessoas para quem esse sítio tem associações e significados especiais”.

Portanto, a gestão da Matriz estabelece a harmonia entre preservar a memória da história do monumento e suprir as necessidades do presente, ou seja, a demanda da comunidade local. Em suma, ela evidencia que é impossível seguir regras fixas da teoria patrimonial, sendo cada monumento um caso único.

Considerações finais

A partir dos resultados acima, propõem-se três linhas de ação.

1. Com o objetivo de obter-se um diagnóstico aprofundado do estado atual de conservação da Matriz, um mapa de danos deverá ser elaborado. Por mais que os entrevistados não tenham mencionado danos ou patologias, é preciso verificar *in situ* se existem perdas de elementos, destacamentos, deformações, desagregações, fissurações, vandalismo etc. Faz-se necessário igualmente verificar as medidas de segurança contra incêndio.

2. O Manual de Conservação e Manutenção do Edifício é um documento que merece ser resgatado, revisado e ter suas recomendações postas em prática. O presente estudo reitera, por exemplo, a importância estratégica da capacitação técnica e da educação patrimonial dos funcionários e membros da comunidade paroquial para a preservação da Igreja Matriz.

3. A fim de atender à expectativa da comunidade e, ao mesmo tempo, imprimir marcas de contemporaneidade na reabilitação da Matriz, sugere-se a organização de um concurso público nacional para escolher as melhores propostas para o novo retábulo-mor e para a nova pintura do forro do altar-mor. O objetivo é concebê-los como releitura e não como réplica, com base na simplificação geométrica da obra de arte original, em linguagem contemporânea.

O presente artigo mostrou-se como uma contribuição inicial para a discussão metodológica sobre a legitimidade da história oral para a elaboração de diagnósticos no contexto patrimonial, tema frutuoso para futuras pesquisas.

Agradecimentos

Os autores agradecem a disponibilidade manifestada pelos cinco entrevistados e pelos autores das fotografias cedidas, assim como o material documental fornecido pelo IPHAN - Goiás.

Notas

¹ Entrevista concedida à autora pelo engenheiro Walter Vilhena Valio, por videoconferência via WhatsApp, duração 15 min., 31 jan. 2026.

² Entrevista concedida à autora pelo paroquiano Rondinelli Santana de Melo, por videoconferência via WhatsApp, duração 18 min., 7 jan. 2026.

³ Entrevista concedida à autora pelo arquiteto Silvio Cavalcante, por videoconferência via WhatsApp, duração 20 min., 12 mar. 2026.

⁴ Entrevista concedida à autora pelo restaurador Wagner Matias de Sousa, por videoconferência via Google Meets, duração 22 min., 7 jan. 2026.

⁵ Entrevista concedida à autora pelo Padre Augusto Gonçalves Pereira, por videoconferência via WhatsApp, duração 20 min., 26 mar. 2026.

Referências

ALBERTI, Verena. De “versão” a “narrativa” no Manual de História Oral. História Oral, v. 15, n. 2, p. 159-166, jul.-dez. 2012.

ALBERTI, Verena. Manual de História Oral. 3ª ed. revista e atualizada. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

BIANCAMANO, Vincenzo. Santa Chiara a Napoli: Rinascere dalle ceneri. Il Restauro Architettonico, podcast, 27 abr. 2025. Disponível em: https://open.spotify.com/episode/5TLn1rjbhJ0IJXOgAcVqqF?si=kci3sZSPRIGmP_g8081byA. Acesso em: 1º jan. 2026.

BONELLI, Renato. Architettura e restauro. Venezia: Neri Pozza Editore, 1959.

BRANDI, Cesare. Teoría de la restauración. Madrid: Alianza Editorial, 1988. (Obra originalmente publicada em 1963).

CARTA DE BURRA. Carta do ICOMOS Austrália para a conservação dos sítios com significado cultural. Burra: ICOMOS Austrália, 1999.

CARTA DE NARA. Autenticidade de acordo com a convenção do património mundial. Nara: Conferência de Nara sobre a Autenticidade, 1994.

CARTA DE VENEZA. Sobre a conservação e restauro dos monumentos e dos sítios. Venezia: II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos, 1964.

CAVALCANTE, Silvio, CAVALCANTE, Neusa. Barro, madeira e pedra: Patrimônios de Pirenópolis. 2a ed. Brasília: IPHAN, 2019.

CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio. São Paulo: Editora Unesp, 2001. (Obra originalmente publicada em 1992).

CHOAY, Françoise. Le Patrimoine en questions - Anthologie pour un combat. Paris: [Le Seuil, 2019](#).

MANUAL DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DO EDIFÍCIO – IGREJA MATRIZ NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO. Pirenópolis: Projectus Ltda; Escritório Técnico do IPHAN em Pirenópolis; Construtora Biapó Ltda, 2006. Documento técnico interno, não publicado.

PANE, Roberto. Attualità e dialettica del restauro. Chieti: Marino Solfanelli Editore, 1987.

RUSKIN, John. A lâmpada da memória. Cotia: Ateliê Editorial, 2008. (Obra originalmente publicada em 1849).

SANTHIAGO, Ricardo, MAGALHÃES, Valéria B. de. Rompendo o isolamento: reflexões sobre história oral e entrevistas à distância. Anos 90, Porto Alegre, v. 27 – e2020011, 2020.

UNES, Wolney, CAVALCANTE, Silvio. Fênix: Restauro da Igreja Matriz de Pirenópolis. Goiânia: ICBC, 2008.

VIOLLET-LE-DUC, Eugène E. Restauração. 3a ed. Cotia: Ateliê Editorial, 2006. (Obra originalmente publicada em 1854).



SISTEMAS ESTRUTURAIS EM EDIFICAÇÕES HISTÓRICAS: A combinação de métodos tradicionais e digitais na preservação do patrimônio edificado da Fiocruz

Belchior Fernandes Lopes – *Fundação Oswaldo Cruz, Universidade Federal Fluminense – belchiorlopes@id.uff.br*

Barbara Cortizo de Aguiar – *Fundação Oswaldo Cruz, Fiocruz, Casa de Oswaldo Cruz – barbara.aguiar@fiocruz.br*

Patrícia Cavalcante Corde – *Fundação Oswaldo Cruz, Fiocruz, Casa de Oswaldo Cruz – patricia.cordeiro@fiocruz.br*

Resumo

O campus Fiocruz Manguinhos, no Rio de Janeiro, abriga um patrimônio edificado diverso, com exemplares ecléticos e modernos, alvo de iniciativas de preservação e restauro desde a década de 1980. Nos últimos anos, a equipe do Departamento de Patrimônio Histórico tem priorizado a utilização de técnicas digitais e não destrutivas para estudos dos sistemas construtivos e investigação sobre patologias das edificações sob seus cuidados. O presente artigo tem como objetivo analisar as ações desenvolvidas em duas edificações históricas da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), demonstrando como a combinação de uso de técnicas digitais e analógicas mostra-se eficaz na preservação do patrimônio cultural. Ele apresenta os levantamentos e intervenções feitos no Pavilhão do Relógio (1904-1905, antigo Pavilhão da Peste) e na Portaria da Avenida Brasil (1954-1955) entre os anos 2023-2026 com o intuito de recolher dados sobre seus sistemas construtivos e estruturais, bem como causas de patologias edilícias. A finalidade aqui é refletir sobre o uso de distintos métodos de análise de sistemas estruturais em edificações históricas, buscando explorar combinações eficientes entre métodos tradicionais e digitais para atingir os objetivos esperados, apontando a experiência de casos aprendidos pela Fundação Oswaldo Cruz.

Palavras-chave: Levantamento digital; Tratamento de Patologias; Edifícios Históricos.

Introdução

O Campus Fiocruz Manguinhos constitui um importante conjunto arquitetônico vinculado à história da ciência e da saúde pública no Brasil, formado a partir da implantação do Instituto Soroterápico Federal em 1900 e consolidado progressivamente ao longo do século XX, resultando em um patrimônio edificado diversificado, com exemplares ecléticos e de linguagem moderna.

As primeiras edificações, parte do Núcleo Arquitetônico Histórico de Manguinhos, foram desenvolvidas entre 1904 e 1922, sob a liderança de Oswaldo Cruz e com projetos de Luiz Moraes Junior. O Núcleo é formado por edificações ecléticas com sistemas estruturais mistos, destacando-se o Pavilhão Mourisco, o Pavilhão do Relógio (antigo Pavilhão da Peste) e a Cavalaria.

A partir da década de 1930, com a expansão das atividades institucionais, foi implantado um segundo conjunto arquitetônico, representativo da linguagem moderna. São exemplos desse conjunto a Portaria da Avenida Brasil, o Pavilhão Henrique Aragão, o Pavilhão Arthur Neiva e o Pavilhão Carlos Augusto da Silva, construídos entre 1935 e 1960.

A preservação do conjunto edificado da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) está a cargo da Casa de Oswaldo Cruz, por meio do Departamento de Patrimônio Histórico (DPH). A atuação do DPH fundamenta-se nos princípios da conservação preventiva, conservação integrada e gerenciamento de riscos, articulados à promoção de ações de acessibilidade, sustentabilidade e incorporação de tecnologias digitais aplicadas à conservação e restauro do patrimônio edificado.

O conjunto de edificações históricas da Fiocruz abrange desde técnicas vernaculares, como alvenaria autoportante e coberturas em madeira, até sistemas mistos associados à importação de elementos construtivos industrializados no início do século XX, além de soluções arrojadas em concreto armado. Essa diversidade o uso articulado de metodologias tradicionais e tecnologias contemporâneas de diagnóstico.

Dentre os principais recursos de levantamento construtivo verificados na Fiocruz, destacam-se: acervo histórico e documental, fotogrametria digital, escaneamento remoto, modelagem em HBIM (Heritage Building Information Modeling), escaneamento a laser 3D, testes laboratoriais, prospecção destrutiva e sondagens manuais.

A articulação entre métodos tradicionais e tecnologias digitais implementadas pelo Departamento de Patrimônio Histórico exemplifica uma abordagem integrada que amplia a capacidade de investigação e intervenção em edificações históricas. Ao combinar técnicas invasivas e laboratoriais, que oferecem maior confiabilidade na verificação da composição e desempenho dos materiais, aliadas a recursos digitais, que possibilitam o levantamento de dados precisos, sistemáticos e menos invasivos, contribui para suprir as limitações individuais de cada abordagem.

Estudo de Caso 1: Obra de Restauro da Portaria Moderna da Fiocruz Manguinhos

A preservação da arquitetura moderna no Brasil implica reconhecer que o valor patrimonial desses edifícios está, em grande medida, na concepção de sua solução construtiva. O partido estrutural — caracterizado pelo uso experimental do concreto armado — encontra-se, muitas vezes, incorporado à expressão plástica da composição arquitetônica ou encoberto por intervenções posteriores, o que dificulta a interpretação da autenticidade do objeto.

A obra de restauro da Portaria da Avenida Brasil (Nabor Foster, 1954-1955) configura um caso exemplar nesse sentido, no qual o desafio consistiu em identificar a configuração original da edificação a partir de um registro de projeto arquitetônico preliminar, sem informações estruturais, já significativamente alterado desde sua concepção, somado à dificuldade de realizar prospecções invasivas, uma vez que as diretrizes de restauro previam a preservação dos revestimentos que recobrem a estrutura.

Adicionalmente, como solução de projeto, propôs-se o resgate da janela em fita original (na fachada oeste) e a reconfiguração das paredes internas para o atendimento às normas de segurança e acessibilidade. A intervenção mais recente (2025-2026) exigiu a abertura de grandes vãos nas paredes, o que demandou uma análise rigorosa do comportamento estrutural e o desenvolvimento de soluções para a transferência de cargas das lajes.



Imagem 1 - Portaria da Avenida Brasil antes da atual intervenção.
Foto: Departamento de Patrimônio Histórico, Casa de Oswaldo Cruz.

De modo geral, lia-se uma edificação composta por uma cobertura em pórtico com grande vão livre, formada por uma laje maciça apoiada em duas empenas cegas nas extremidades. Além disso, observavam-se outros elementos estruturais, como uma laje de cobertura que delimita a área interna, e alguns elementos verticais que, a priori, aparentavam desempenhar função de pilares.

Para decifrar a estrutura da Portaria, bem como identificar patologias estruturais, optou-se pelos seguintes métodos, por ordem de utilização: **I. Pesquisa documental:** busca por registros documentais em plantas originais do projeto, **II. Inspeção visual:** inspeções simples e assistidas por drones, a fim de mapear patologias estruturais; **III. Escaneamento não destrutivo de armaduras:** leitura de paredes com escâner de concreto, em

busca de elementos em concreto armado, **IV. Teste de estanqueidade com leitura termográfica:** para verificação de fissuras e patologias internas nas lajes **V. Modelagem em HBIM:** modelagem digital com o software Autodesk Revit, para simular hipóteses sobre o partido estrutural, **VI. Revalidação do cálculo estrutural:** a partir do modelo digital em HBIM, um engenheiro calculista verificou a viabilidade das hipóteses estruturais, **VII. Prospecção estrutural:** por fim, já com fortes evidências do partido estrutural, foram realizadas inspeções diretas em pontos críticos para análise interna.

Por meio de inspeção visual, foi possível verificar patologias como afloramento ferruginoso, fissuras e trincas, fundamentais para evidenciar a existência e a necessidade de tratamento de elementos estruturais em concreto armado. Em paralelo, realizou-se o escaneamento das paredes com equipamento de ondas eletromagnéticas, permitindo identificar a existência de armaduras embutidas. O estudo verificou a predominância de alvenaria com função estrutural não armada, e ainda, evidenciou a existência de vigas e lajes em concreto armado.

Complementarmente, foi feito teste de estanqueidade com leitura termográfica na laje inferior, permitindo identificar uma trinca transversal de flexão em seu eixo, indicando que a estrutura estaria trabalhando no sentido do maior vão — não concentrando a transferência de cargas nas paredes longitudinais.



Imagem 2 - Escaneamentos não destrutivos.
Foto: Departamento de Patrimônio Histórico, Casa de Oswaldo Cruz, 20/07/2025.

A partir desses resultados, desenvolveu-se a modelagem da possível construção original em ambiente HBIM, utilizando Revit, reconstruindo o projeto arquitetônico conforme registros do projeto original e simulando hipóteses de composições estruturais compatíveis com as evidências. Através desse exercício, foi possível notar características peculiares da construção o que levantou um questionamento central: se o projeto original previa extensas janelas em fita, descolando a laje intermediária das alvenarias do pavimento térreo, qual teria sido a solução original pensada para a transferência de carga dos pilares que aparecem apenas acima da área interna? A partir dessa questão, formulou-se a hipótese de que a laje inferior com função de cobertura das áreas internas, estaria ancorada na laje principal do pórtico por meio de um sistema de vigas e pilaretes. Tal configuração indicava a possibilidade de uma estrutura suspensa, possibilitando um pavimento térreo estruturalmente livre com grandes vãos, em consonância com os princípios da arquitetura moderna.



Imagem3 - Simulação do possível arranjo da estrutura original auxiliado por HBIM.
Fonte: Departamento de Patrimônio Histórico, Casa de Oswaldo Cruz, 2025.

Para validar ou descartar essa hipótese, o engenheiro calculista revalidou o dimensionamento dos elementos estruturais, conforme modelo simulado em HBIM. O dimensionamento estrutural mostrou-se compatível com as hipóteses levantadas. Por fim, já com fortes evidências do sistema estrutural, foram realizadas prospecções pontuais, quando se verificou a existência de armaduras em aço lisas de 8mm nas lajes e vigas principais, além da utilização de blocos cerâmicos dobrados como sistemas de apoios verticais.

A utilização combinada de métodos tradicionais e tecnologias digitais contemporâneas mostrou-se fundamental para a elucidação do sistema estrutural original, permitindo compreender sua composição e o comportamento dos esforços na edificação. Com base nesse diagnóstico, foi possível reconfigurar as paredes do térreo e restituir a leitura original da fachada, incluindo a recomposição da janela em fita, além de orientar a definição das intervenções mais adequadas para o tratamento das patologias. Estudo de Caso 2: Levantamento Cadastral do Pavilhão do Relógio.

O levantamento arquitetônico cadastral do Pavilhão do Relógio (Luiz Moraes Junior, 1904-1905, antigo Pavilhão da Peste) teve como objetivo produzir um banco de dados arquitetônico capaz de subsidiar ações de manutenção preventiva e futuras intervenções de restauro e requalificação da edificação. Essa abordagem investigativa demandou não apenas o registro geométrico do objeto, mas também a organização de dados construtivos e especificações técnicas, que subsidiariam o trabalho das equipes de conservação e restauro.

O Pavilhão do Relógio foi projetado para atender às atividades de medicina experimental voltadas à produção de soros da peste bubônica a partir da inoculação em equinos. Sua configuração espacial responde diretamente à sua função, com salões amplos, bem ventilados e pé-direito

elevado. A construção combina alvenaria estrutural em tijolo aparente com elementos industrializados, como estruturas metálicas, esquadrias com vidros coloridos e cobertura em telhas cerâmicas ornamentadas, características da arquitetura do período.

Para alcançar os objetivos esperados, o Departamento de Patrimônio Histórico (DPH) optou pela aplicação de uma metodologia de trabalho conjunta entre arquitetos projetistas e pesquisadores, estruturando o processo em quatro etapas: I. Levantamento arquitetônico indireto: contratação de varredura com laser scanner 3D para aquisição de nuvens de pontos, II. Modelagem em ambiente em HBIM: desenvolvimento do modelo digital e detalhamento técnico no software Revit, III. Pesquisa documental: busca por registros fotográficos e documentais das técnicas construtivas empregadas, IV. Estudos referenciais bibliográficos: investigação de técnicas construtivas recorrentes na arquitetura eclética brasileira do período para elucidar técnicas existentes na edificação.

Como primeira ação, a equipe de projetos do DPH desenvolveu um Plano de Execução para a modelagem do edifício. Foi necessária a análise prévia de registros e projetos existentes a fim de compreender, ainda que preliminarmente, sua composição arquitetônica. Essa etapa permitiu traçar diretrizes capazes de organizar e classificar elementos e sistemas construtivos, garantindo a eficiência na posterior inclusão de especificações e dados técnicos.

De posse da nuvem de pontos, com a qual se pôde verificar dimensões e georreferenciamento da volumetria do edifício, foi possível executar a modelagem da estrutura principal (alvenarias, lajes e cobertura), e outros elementos visíveis de modo a gerar uma geometria inicial com precisão, que serviria de base ao desenvolvimento do modelo detalhado.



Imagem 4 - Nuvem de pontos e modelagem em HBIM - REVIT.
Fonte: Departamento de Patrimônio Histórico, Casa de Oswaldo Cruz, 2025.

Tendo em mente as limitações de captação da nuvem de pontos¹, paralelamente, foi realizada pesquisa iconográfica nas bases arquivísticas da Fiocruz, a fim de obter informações sobre os sistemas construtivos e os materiais empregados.

Registros fotográficos do Pavilhão do Relógio indicam a adoção de alvenaria portante com a utilização de tijolos maciços aparentes nas paredes estruturais externas, combinados a tijolos cerâmicos furados nas vedações internas. Pelas imagens, foi possível compreender que os tijolos possuíam um sistema específico de emparelhamento como forma de amarração da alvenaria portante.

Em pesquisa bibliográfica complementar, constatou-se que alguns autores (Corona; Lemos, 1972; D'Alambert, 1994; Colin, 2010) referem-se a este sistema encontrado no Pavilhão Relógio, denominado como Aparelho Flamengo, sendo descrito como uma amarração tipicamente portuguesa (Rocha, 2012; Smith, 1969). O aparelho, também chamado perpianho, se caracteriza pela alternância de um tijolo colocado de topo no sentido da largura, ladeado por dois tijolos no sentido do comprimento, também chamado comprido ou largo, misturando os dois sentidos do tijolo em uma única fiada.



Imagem 5 - Construção Pavilhão do Relógio
Foto: Casa de Oswaldo Cruz, 1904.



Imagem 6 - Aparelho Flamengo.
Fonte: Feito com IA baseado em Rocha, 2012.

Ainda com o apoio de fontes bibliográficas, foi possível desvendar detalhes importantes para a compreensão da função estrutural oculta de elementos do edifício, tais como o uso de laje tipo abobadilha, além da identificação de arcos de alívio na alvenaria autoportante, que têm o objetivo de direcionar as cargas sobre caixilhos de grandes vão para as laterais da alvenaria.

A integração entre pesquisa histórica e tecnologias digitais foi determinante para caracterizar corretamente os sistemas construtivos e criar um banco de dados tridimensional robusto. Esse ambiente permite agregar dados técnicos, níveis de desempenho e o registro histórico de intervenções, o que moderniza as ações de manutenção preventiva, gestão de riscos e projetos de futuras intervenções.

Conclusão

A análise dos estudos de caso da Portaria da Avenida Brasil e do Pavilhão do Relógio demonstra que o diagnóstico e manutenção de patologias em edificações históricas tornam-se mais eficientes com o uso articulado entre tecnologias digitais e métodos tradicionais de investigação. Contudo, evidencia-se que essa articulação não ocorre de forma padronizada, devendo ser analisado conforme a natureza construtiva, o período histórico e os objetivos da intervenção.

No caso da Portaria da Avenida Brasil, a investigação exigiu maior protagonismo de técnicas não destrutivas e simulações digitais. A modelagem em HBIM e a validação estrutural foram essenciais para compreender o comportamento da estrutura e suas patologias, mesmo com restrições à intervenção física. Já no Pavilhão do Relógio, o levantamento combinou o uso da nuvem de pontos, fundamental para garantir precisão geométrica, com pesquisa iconográfica e bibliográfica, essenciais para a compreensão da riqueza dos sistemas construtivos da edificação.

Os dois casos evidenciam que tecnologias digitais e métodos tradicionais não são substitutivos, mas complementares. Sua eficácia depende da forma como são combinados em função das especificidades de cada objetivo. Conclui-se que o diagnóstico e o tratamento de patologias requerem abordagens adaptativas. A construção de arranjos metodológicos específicos, recorrendo a técnicas tradicionais e suportadas por novas tecnologias digitais, qualifica as intervenções e fortalece a gestão do patrimônio a longo prazo.

Referências

CORONA, E.; LEMOS, C. A. C. Dicionário da Arquitetura Brasileira. São Paulo: Edart, 1972.

D'ALAMBERT, Clara Correia. O tijolo nas construções paulistanas do século XIX. 1994. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

KÜHL, Beatriz Mugayar; CAMPIOTTO, Renata Cima; BALZANI, Marcello; MAIETTI, Federica; ROSSATO, Luca; RACO, Fabiana. Escaneamento a laser em três dimensões e métodos de levantamento integrados: reflexão crítica a partir da cooperação FAU USP-DIAPReM. Gestão & Tecnologia de Projetos, São Carlos, v. 16, n. 3, 2021.

MELO, Carina Mendes dos Santos; RIBEIRO, Rosina Trevisan M. Técnicas construtivas do período eclético no Rio de Janeiro. Revista Brasileira de Arqueometria, Restauração e Conservação, v. 1, n. 3, p. 80–85, 2007.

ROCHA, Isabel. Tijolo por tijolo: construindo alvenarias no Vale do Paraíba fluminense – 1820/1890. Rio de Janeiro: UFRJ/FAU/ PROARQ. 2012. SMITH, Robert. Arquitetura civil do período colonial. In: Revista do IPHAN, n. 17. Rio de Janeiro, SPHAN, 1969.

¹ Kühl et al (2021) ressaltam que, apesar desse método permitir dados extremamente precisos sobre as superfícies do edifício, é importante que o escaneamento a laser seja utilizado em conjunto com pesquisa bibliográfica e documental, para uma perfeita compreensão do objeto de estudo.

²Método construtivo característico do estilo eclético, para lajes intermediárias, usando perfis “I” laminados preenchidos com tijolos cerâmicos de dimensões especiais. (Melo; Ribeiro, 2007, p. 81).



Diagnóstico patológico e proposição projetual para o Conjunto Irmãos Stoltenberg: Patrimônio rural teuto-brasileiro em Vidal Ramos (SC)

Isabel Boing Barni - Centro Universitário Católica de Santa Catarina – Joinville/SC – Brasil

Laura Bahia Ramos Moure - Centro Universitário Católica de Santa Catarina – Joinville/SC – Brasil

Resumo

Este artigo avalia a importância da análise das condições físicas e condicionantes históricas do Conjunto Irmãos Stoltenberg (SC), discutindo-se o papel de abordagens multidisciplinares e estudo das técnicas construtivas na preservação do patrimônio rural e proposição projetual para o espaço.

Palavras-chave: Conjunto arquitetônico. Arquitetura Teuto-brasileira. Diagnóstico.

1. Introdução

As pequenas propriedades rurais desempenharam papel fundamental na formação do território catarinense, sendo hoje portadoras de expressões materiais e imateriais que demandam estratégias adequadas de conservação. Nesse contexto, a identificação e análise das patologias construtivas tornam-se essenciais para compreender os processos de degradação, subsidiando intervenções compatíveis com as características históricas e técnicas das edificações.

O Conjunto Irmãos Stoltenberg em Vidal Ramos, no interior de Santa Catarina, é um conjunto composto de edificações de diferentes tipologias construtivas e usos, sendo reconhecido por seu valor cultural e arquitetônico. Apesar disso, o extenso período de subutilização, agravantes por condições acidentais, e a localização rural resultaram em danos diversos à estrutura física das edificações, e consequentemente, impactam na manutenção da memória associada a ela.

O estudo propõe uma abordagem multidisciplinar, articulando o levantamento das condições físicas, a investigação das técnicas construtivas tradicionais e a leitura das condicionantes históricas, visando a preservação do conjunto. Considera-se a relação entre o patrimônio material e as práticas culturais associadas, entendendo-as como componentes indissociáveis da memória local.

A partir disso desenvolve-se a proposição projetual adequada para o conjunto, fundamentada nos diagnósticos realizados, bem como os desafios inerentes à conservação do patrimônio e paisagem rural, especialmente diante das transformações contemporâneas e das limitações de manutenção nesses contextos.

2. Referencial Histórico

O processo de instalação dos colonos em Santa Catarina foi fundamental para o desenvolvimento da relação entre cultura e arquitetura, originada a partir dos imigrantes europeus.

O povoamento europeu de Santa Catarina teve início no século XVIII, com a ocupação portuguesa e açoriana no litoral, caracterizada como uma ocupação estratégica (IPHAN, 2011; ARQUIVO NACIONAL, 2021). Conforme explicado por Seyferth (2012), a ocupação europeia do Vale do Itajaí assim como outras áreas do interior da região sul do país, começaram no início do século XIX e foram centradas no âmbito da política imigratória, medida promovida pelo Estado de forma a incentivar o povoamento do território.

Apesar de os alemães terem se instalado em várias colônias no sul do Brasil, eles não o fizeram nem produziram arquitetura da mesma maneira, já que os imigrantes alemães que se instalaram em território catarinense eram originários de regiões mais urbanizadas da Alemanha, ao contrário dos imigrantes do Rio Grande do Sul (WEIMER, 2012).

A região do Vale do Itajaí foi moldada a partir da combinação entre as influências geográficas e as variadas culturas dos imigrantes, resultando em um patrimônio edificado singular e modos de vida característicos, proveniente da complexidade das condicionantes na instalação dos imigrantes: “A conformação regional atual é o resultado da adaptação ao relevo encontrado e das experiências e cultura trazida pelos imigrantes” (BROOS apud IPHAN, 2012, p. 96).

O objeto a ser estudado é a estrutura do Conjunto Stoltenberg construído por imigrantes alemães que se instalaram na região. O histórico da casa foi remontado a partir de informações do cadastro de bens do IPHAN-SC (2011), pelo livro “Memorial do esquecimento” (ADAMI, 2011) e informações fornecidas pela família Stoltenberg.

A família de August Eirich Stoltenberg deixou a Alemanha na década de 1880 e chega na região de onde hoje é Vidal Ramos, procurando por melhores terras para se instalarem e se muda para o local da Praça Stoltenberg, onde moraram por um período em uma casa temporária de madeira. Em 1925, os irmãos Stoltenberg abrem um pequeno comércio, em um rancho.

O Casarão Stoltenberg é construído somente em 1928, com base no estilo escolhido pelos proprietários, a edificação enxaimel é a mais icônica e marcante do conjunto. Toda a madeira, que existia em abundância na área, foi serrada e aplainada a mão para utilização nas estruturas e esquadrias da casa. Os tijolos aparentes da fachada foram feitos em uma olaria local, assentados em argila, areia e cal industri-alizada, que era abundante na área. A cobertura foi feita com tabuinhas rachadas a mão.

Depois da construção da casa a família iniciou uma série de empreendimen-tos, foi aberta uma loja de comércio, uma serralheria e um açougue. A partir desse momento, foram construídos diversos anexos e o conjunto passou a representar um espaço de perfil comercial, residencial e industrial. O conjunto manteve-se ocupado com diferentes usos ao longo do tempo.

Em 2007 é lançado o programa Roteiros Nacionais de Imigração, onde em uma reunião é registrada a indicação de tombamento do Conjunto Stoltenberg por conta de sua relevância dentro do contexto da colonização da região.

Porém, no dia 12 de outubro de 2010 o casarão enxaimel sofre de um incêndio acidental que destroi de forma significativa a construção principal. De acordo com o parecer do IPHAN, no memorial descritivo da recomposição do conjunto, houve uma destruição completa da cobertura, assoalho e mobiliário, além de uma destruição par-cial das divisórias e porão (IPHAN, 2011). Em 2014 o conjunto foi recomposto pelo IPHAN, com a reconstrução da casa enxaimel. Segundo o memorial descritivo, a decisão segue diretrizes da Carta de Burra (ICOMOS, 2013), que permite reconstru-ções quando há documentação suficiente, evitando criações hipotéticas. Nesse caso, usaram-se fotografias do IPHAN e levantamento métrico de abril do mesmo ano para restaurar a versão anterior à adição de elementos recentes. As esquadrias foram fornecidas pelo proprietário, da fábrica local, e os tijolos refeitos a partir de moldes guardados pela família. As partes não afetadas pelo incêndio foram preservadas, com medidas básicas de manutenção.

A edificação foi de fato tombada em setembro de 2015 em conjunto com outras edificações do programa Roteiros Nacionais de Imigração.

3. Elementos Construtivos

A arquitetura do imigrante em Santa Catarina apresenta diversas peculiarida-des em relação ao restante do território brasileiro. Para Weimer (2012, p. 240), “É em Santa Catarina que são encontrados os exemplares mais exuberantes dessa mani-festação arquitetônica (enxaimel)”, principalmente em decorrência da interação entre diversos grupos étnicos que povoaram o estado.

Conforme Dalmo Vieira Filho (2011), na região ocorreu uma mistura nas formas de construir italiana e alemã, devido a interação entre esses dois grupos e condições específicas dessas colônias. Para se viver no Brasil, os modos de vida e os espaços residenciais tiveram que ser adaptados, alterando

a posição básica dos cômodos e aberturas.

Outra peculiaridade, é a concentração dos bens arquitetônicos nas proprieda-des agrícolas, que representa uma das expressões mais significativas do patrimônio material que remonta à formação do estado (IPHAN, 2010). As propriedades rurais eram estruturas simples, que frequentemente integravam os espaços de moradia, ser-viços e produção agrícola e pecuária em uma única unidade (VIEIRA FILHO; WEIS-SHEIMER, 2011).

As edificações comerciais, como o Casarão Stoltenberg, desempenharam um papel importante no desenvolvimento da colônia. Muitas dessas casas funcionavam não apenas como venda, mas também agregavam outras atividades produtivas e re-sidenciais, tornando-se “embriões” da atividade industrial, que se desenvolviam nos fundos do comércio. Conforme os Roteiros Nacionais de Imigração, “A casa comercial Stoltenberg, em Vidal Ramos, é um exemplo dessa magnitude, [...] Esse estabeleci-mento comercial representou um núcleo de atração em torno do qual toda a localidade se desenvolveu e com o qual ainda hoje mantém forte ligação (VIEIRA FILHO; WEIS-SHEIMER, 2011, p. 171).



Figura 1: Casarão Stoltenberg, vista da estrada. Fonte: IPHAN (2008).

O conjunto abordado aqui apresenta três das técnicas construtivas caracterís-ticas produzidas pelos imigrantes: o enxaimel, a alvenaria autoportante de tijolos e a edificação em madeira.

A arquitetura mais característica desenvolvida pelo imigrante alemão era o en-xaimel. Como definição, o método construtivo enxaimel era constituído de peças em madeira horizontais, verticais e inclinadas que compõem um sistema rígido por en-caixes, preenchido por fim com um material de vedação (ODEBRECHT, 1982). O enxaimel foi introduzido no Brasil por duas vias, a portuguesa e a germânica. Em sua forma portuguesa o enxaimel pode ser encontrado em todo o país, já a técnica alemã é exclusiva de algumas regiões do sul do Brasil (WEIMER, 2012).

Assim, as adaptações brasileiras à estrutura do enxaimel alemão, eram ne-cessárias devido a adaptação a geografia, solo, material e mão de obra disponível (WITTMANN, 2019). A estrutura principal era feita sobre fundação de pedra, de forma a evitar a principal patologia dessas construções, o apodrecimento da madeira devido a umidade (WEIMER, 2012). A partir disso estruturam-se os baldrames, a partir do qual são fixados os esteios, as travessas e as escoras, e por fim o fechal que suporta a estrutura da cobertura (WITTMANN, 2019).

Em Santa Catarina o enxaimel apresentou algumas características como a estrutura elevada do chão, os tramos diagonais nas extremidades e a existência de um ou dois tramos horizontais (VIEIRA FILHO; WEISSHEIMER, 2011). A estrutura era preenchida com taipa, madeira ou tijolos (WITTMANN, 2019), sendo o fechamento com tijolos a forma mais típica da região, normalmente assentados com argamassa de areia e cal na coloração branca, contrastando com o vermelho (VIEIRA FILHO; WEISSHEIMER, 2011). Além disso, quando havia a necessidade de se construir varandas ou anexos na casa enxaimel, elas eram frequentemente construídas em alvenaria autoportante de tijolos.

As construções de alvenaria autoportante apresentam uma grande resistência, justamente devido a sua técnica construtiva. Na alvenaria em que os tijolos ficam aparentes, era comum a confecção dos tijolos de forma manual, que podiam ser estruturados em paredes simples ou duplas. Internamente as paredes eram rebocadas, assim como algumas guarnições externas, quando se desejava um efeito estético (VIEIRA FILHO; WEISSHEIMER, 2011).

Quando as edificações eram construídas totalmente em madeira, utilizavam também o material para composição da estrutura, e normalmente eram mantidas sem pintura. A diferença entre o enxaimel e a estrutura em madeira, é que a segunda não contava com peças transversais, o que exigia a fixação por pequenas mãos francesas e uma menor secção da madeira (VIEIRA FILHO; WEISSHEIMER, 2011).

Além da incorporação como técnica construtiva, a madeira também era utilizada nas edificações do imigrante alemão para produção claro, do assoalho e estrutura da cobertura, mas também para criação de peças decorativas como lambrequins, guarda corpos, portas detalhadas, e outros elementos.

4. O Conjunto

O Conjunto Irmãos Stoltenberg é composto por diversas edificações de diferentes técnicas construtivas, datação e estados de conservação.

O Casarão Stoltenberg, a construção mais emblemática do conjunto, é uma edificação colonial de perfil comercial. Erguido com a técnica enxaimel preenchida por tijolos maciços pintados, o casarão se destaca pelo seu visual marcante, atraindo a atenção dos visitantes da região. O casarão conta com porão e mais dois pavimentos, sendo o térreo com varanda ligeiramente elevada do chão. Na parte frontal uma mansarda com guarda corpo e lambrequins em madeira trabalhada fazem parte da composição da casa. Essa edificação foi vítima de um incêndio, por conta disso teve um restauro que a reconstruiu há dez anos atrás.

As edificações comerciais no período colonial recebiam frequentemente um anexo para residência da família, nesse caso não foi diferente. Uma passagem une o casarão a este anexo residencial, e a planta segue muitas das características comuns das casas dos imigrantes. A residência é construída em tijolo maciço, inclusive a maioria das divisões internas. Aos fundos uma varanda da vista para as montanhas próximas. O porão funcionava como fábrica de banha e nos fundos da edificação ficava o açougue e a latoaria.

Uma via interna divide o complexo em duas partes. Enquanto de um dos lados localizam-se o casarão, a residência e a fábrica de banha, na outra lateral ficam a hotelaria, e anexos do defumador e refeitório. Posteriormente foram construídos um conjunto de banheiros e uma garagem.

A hotelaria é uma casa totalmente de madeira de dois pavimentos, onde funcionava uma pequena hospedaria para visitantes. A casa tem todas as esquadrias e divisórias em madeira, com telhado em telhas rabo de castor e pequenas mansardas dos dois lados.

No espaço externo, um trecho descampado do terreno cria uma “praça” na lateral do casarão. Atrás das edificações é possível visualizar a fábrica da família ainda em operação e a vista da paisagem rural ao fundo. Atualmente, todo o conjunto encontra-se desocupado.

5. METODOLOGIA

Após análise do histórico e das características construtivas de cada edificação, avaliou-se as possibilidades de intervenção para proposta tomando como premissas, além das elencadas pelo Manual de elaboração de projetos (GOMIDE; SILVA; BRAGA, 2005):

a. Avaliação das patologias atuais para subsidiar decisões projetuais importantes;

b. Escolha de uso compatível, que possa trazer a valorização do espaço, pre-servando as características da edificação, identidade do conjunto e da paisagem;

c. Proposições visando facilitar a manutenção e acompanhamento, evitando surgimento de novos danos;

6. Análise Patológica

O diagnóstico das patologias edilícias do Conjunto Irmãos Stoltenberg foi de-senvolvido a partir da articulação entre levantamento histórico, inspeção visual, análise construtiva e leitura das transformações sofridas pelo bem ao longo do tempo. Consi-derando a ausência de ensaios laboratoriais e monitoramento contínuo, optou-se por uma abordagem baseada em métodos tradicionais de investigação, complementados por registros documentais e iconográficos, o que permitiu a identificação dos principais processos de degradação atuantes no conjunto.

6.1 - Avaliação de Patologias

A análise evidenciou que o estado atual das edificações é resultado da combi-nação de fatores antrópicos e naturais, com destaque para o longo período de subu-tilização, a manutenção irregular e a ocorrência de eventos críticos, como o incêndio registrado em 2010, episódio que comprometeu significativamente o casarão principal. Ainda que tenha havido posterior intervenção de recomposição, observa-se que parte das perdas materiais e simbólicas não foi integralmente recuperada.

Na edificação em alvenaria de tijolo maciço, os principais problemas observa-dos estão relacionados à degradação superficial dos revestimentos, destacamento de argamassas, desgaste de pintura, rachaduras e fissuras, indicando processos contí-nuos degradação pela de umidade e falta de manutenção regular.

Já na edificação em madeira, os danos são mais críticos, com destaque para o apodrecimento de elementos estruturais e ataque de agentes xilófagos. Esses pro-cessos estão diretamente relacionados à exposição prolongada às intempéries e à ausência de manutenção preventiva, sendo a madeira um material particularmente sensível à umidade e à ação biológica quando não protegida adequadamente (WEI-MER, 2012).

Nos anexos e estruturas secundárias, observa-se um estado mais avançado de degradação, com descaracterização de elementos originais e uso de materiais in-compa-tíveis. De acordo com a Carta de Veneza,

intervensões que não respeitam a autenticidade material e construtiva comprometem o valor histórico do bem (CURY, 2004).

De forma geral, as patologias identificadas refletem um processo contínuo de deterioração associado à subutilização, reforçando a necessidade de estratégias in-tegradas de intervenção e uso, uma vez que “a conservação dos monumentos exige, antes de tudo, manutenção permanente” (CURY, 1964).

As principais patologias avaliadas no conjunto como um todo foram registradas em um quadro síntese (Figura 2 e Figura 3).

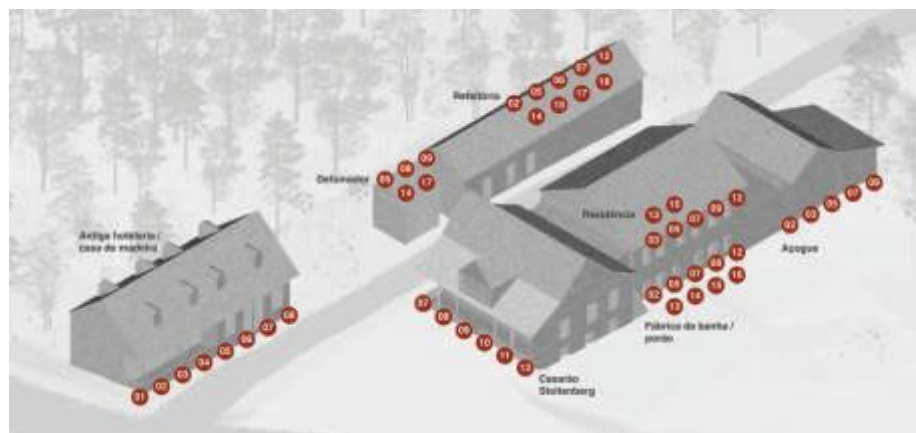


Figura 2: Síntese do Mapeamento de danos. Fonte: Autoras (2025).



Figura 3: Registro fotográfico e Soluções dos principais danos. Fonte: Autoras (2025).

7. Proposições de Intervenção

7.1 - Escolha de Uso Compatível

Os usos escolhidos para o conjunto são inspirados no que é indicado nos do-cumentos dos Roteiros Nacionais de Imigração de Santa Catarina. No projeto, é re-forçada a importância da inserção de usos que estão ligados ao patrimônio vivo ainda presentes no contexto dessas edificações. Levando em consideração as festas típicas, em Vidal Ramos, o tema foi esco-lhido em 1996, a partir de um concurso com a população, que optou por valorizar a tradição dos doces. A festa do município está associada à cultura gastronômica local, que também é considerada um aspecto importante para a preservação cultural.

Dessa forma, a opção por uma atividade principal focada na gastronomia, é uma proposta que busca enfatizar a cultura doce da cidade, e propor a preservação do patrimônio imaterial da cidade. Na intenção de permitir a passagem da tradição de forma mais ativa, uma escola de culinária será um dos usos principais, associada à atividade de um restaurante.

O espaço de memória seria destinado a contar a história local e a explorar, de alguma forma, essas lembranças. Tratando-se do Casarão Stoltenberg, uma edificação histórica com uma configuração cultural singular, é importante que exista um espaço que exponha a história local, fortalecendo a identidade da comunidade e, ao mesmo tempo, explique essas particularidades aos visitantes.

O terceiro uso, está relacionado a retomada da memória e resgate da atividade anterior da casa de madeira, que funcionava como uma hospedaria, mas renovando essa utilização de forma mais compatível com a hotelaria contemporânea.

Esses diversos usos foram estruturados para que, além de se complementarem e funcionarem em conjunto, atingissem a esfera local da vizinhança, do município, da região e também a nacional. O tombamento federal do conjunto o coloca em posição de destaque, dada sua importância em um contexto nacional. Dessa forma, o conjunto deve abrigar atividades voltadas a esse público mais amplo, ao mesmo tempo que a relação íntima do casarão com a comunidade o torna um bem essencial para o uso e a identificação da população vizinha, do município e da região.

7.2 Diretrizes de Intervenção

As proposições de intervenção foram desenvolvidas com base no diagnóstico realizado, considerando a necessidade de compatibilizar a preservação dos valores históricos e culturais do conjunto com a inserção de novos usos que garantam sua vitalidade e sustentabilidade. Conforme a Carta de Burra, a definição de um uso compatível é fundamental para a conservação do significado cultural do bem (ICOMOS, 2013).

Para o casarão principal, propõe-se a conservação de sua volumetria e elementos característicos, com intervenções pontuais voltadas à correção das patologias identificadas. Essas ações seguem o princípio da mínima intervenção, amplamente defendido pelas cartas patrimoniais, que orientam que as intervenções devem ser estritamente necessárias à conservação do bem (CURY, 2004). Internamente, as adap-

tações devem respeitar a organização espacial existente, garantindo a legibilidade histórica da edificação.

Na edificação em alvenaria, destinada à escola de culinária e restaurante, propõe-se a adaptação funcional dos espaços com a área de preparo funcionando em um anexo contemporâneo externo, decisão que visa garantir a ventilação adequada da cozinha atendendo às normas sanitárias e evita maior acúmulo de umidade na edificação histórica.

Para a edificação em madeira, a proposta envolve substituições pontuais de elementos gravemente comprometidos e tratamento contra agentes biológicos, respeitando o princípio da distinguibilidade entre partes originais e novas, conforme estabelecido na Carta de Veneza (CURY, 2004). A adaptação para hospedagem deve equilibrar conforto contemporâneo e preservação da tipologia original.

No mesmo pensamento de controlar os possíveis danos futuros na edificação, e a partir da identificação de elementos espúrios de revestimentos e instalações dos sanitários, optou-se por alocar esses elementos para um anexo externo em todos os pavimentos, deixando as instalações hidráulicas fora da edificação histórica.

Nos anexos do defumador e refeitório, propõe-se a remoção ou readaptação das estruturas que não apresentam valor histórico significativo, ação respaldada pelo entendimento de que a preservação deve priorizar os elementos que efetivamente contribuem para o valor cultural do conjunto (CHOAY, 2001).

No ambiente externo, as proposições buscam valorizar a paisagem cultural, entendida como parte indissociável do patrimônio, conforme discutido por Ribeiro (2007), integrando arquitetura, natureza e práticas sociais.

7.3 - Organização das Etapas

A organização em etapas permite uma abordagem sistemática e eficiente do processo de intervenção, garantindo que as ações respeitem tanto as necessidades técnicas quanto os valores culturais do conjunto.

Essa avaliação foi estruturada com base na matriz GUT (PERIARD, 2011), permitindo a priorização das ações conforme a gravidade, urgência e tendência. A definição de uma prioridade das intervenções é importante para destinação adequada de recursos e organização das intervenções, valendo-se do princípio da economicidade e eficiência (MEIRELLES, 2016).



Nesse sentido, foi considerada a gravidade como atual avaliação dos danos da edificação, ponderado-se a interferência em bem histórico e quantidade de esforço necessário para adequação e controle dos danos; urgência é relativo ao impacto da intervenção para a escala regional e completude do conjunto, em uma relação de historicidade e uso proposto; e tendência representa a possibilidade de evolução das patologias ao longo do tempo.

Intervenções	Gravidade	Urgência	Tendência	Prioridade
Casarão Stoltenberg	1	5	2	10
Residência	2	4	2	16
Fábrica de banha e cozinha	4	4	2	32
Hotelaria	5	3	3	45
Anexos históricos	5	1	4	20

Tabela 1: Matriz GUT. Fonte: Autoras (2025).

8. Conclusão

A análise do Conjunto Irmãos Stoltenberg evidenciou que a compreensão das condicionantes históricas, técnicas construtivas e manifestações patológicas constitui etapa fundamental para a definição de intervenções compatíveis com o patrimônio. O estudo demonstrou que os danos identificados estão diretamente relacionados ao longo período de subutilização, à exposição às intempéries e à ausência de manutenção contínua, fatores que comprometem tanto a integridade física quanto os valores simbólicos do conjunto.

A articulação entre diagnóstico patológico e proposição projetual permitiu de-senvolver diretrizes voltadas à preservação da arquitetura, identidade e paisagem. Dessa forma, o estudo reforça a importância de abordagens multidisciplinares na pre-servação do patrimônio rural catarinense, especialmente em conjuntos históricos su-jeitos a processos contínuos de degradação e descaracterização.

Referências

ADAMI, Saulo. Memorial do esquecimento: História Secreta de Vidal Ramos. Blume-nau: Nova Letra, 2011.

ARQUIVO NACIONAL. Santa Catarina: Capitania de. 13 nov. 2021. Disponível em: <https://historialuso.an.gov.br/index.php?option=com> BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Ata da 55ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. 6 dez. 2007. Rio de Janeiro, RJ.

CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio. Tradução de Lucia Machado. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

CURY, Isabelle (org). Cartas Patrimoniais. 3a edição. IPHAN, Rio de Janeiro, 2004.

GOMIDE, J. H., SILVA, P. R., BRAGA, S. M. Manual de Elaboração de Projetos de Pre-servação do Patrimônio Cultural. Brasília: MinC/Ipahan/Programa Monumenta, 2005.

ICOMOS. The Burra Charter: The Australia ICOMOS Charter for Places of Cultural Significance. Austrália, 2013. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>. Acesso em: 17. mar. 2025.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Mestres Artífices de Santa Catarina. Brasília: Iphan, 2012.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Guia do Patrimônio Cul-tural do Sul de Santa Catarina. Florianópolis: Iphan, 2010.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Cadastro de bens: Con-junto Irmãos Stoltenberg. Ficha SICG M301. IPHAN, Florianópolis, 2011.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. O patrimônio cultural do imigrante em Santa Catarina. IPHAN, Brasília, 2011.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Recomposição do Con-junto Irmãos Stoltenberg - Reconstrução da Casa Enxaimel: Anexo VIII Memorial des-critivo e anexos. IPHAN, Florianópolis, 2011.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. 42. ed. São Paulo: Malhei-ros, 2016.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: A problemática dos Lugares. São Paulo: Proj. História, 1993.

PERIARD, Gustavo. Matriz GUT: guia completo. Sobre Administração, 2011. SEYFERTH, Giralda. Memória coletiva, identidade e colonização: representações dadiferença cultural no Sul do Brasil. 2012. MÉTIS: história cultura, v. 11, n. 22.

SEYFERTH, Giralda. Nacionalismo e identidade étnica. Florianópolis: Fundação Ca-tarinense de Cultura, 1981. STOLTENBERG PORTAS. Sobre nós: História. Disponível em: <https://www.stoltenbergportas.com.br/sobre/> Acesso em: 19. mar. 2025.

RIBEIRO, Rafael Winter. Paisagem cultural e patrimônio. Rio de Janeiro: IPHAN, 2007.

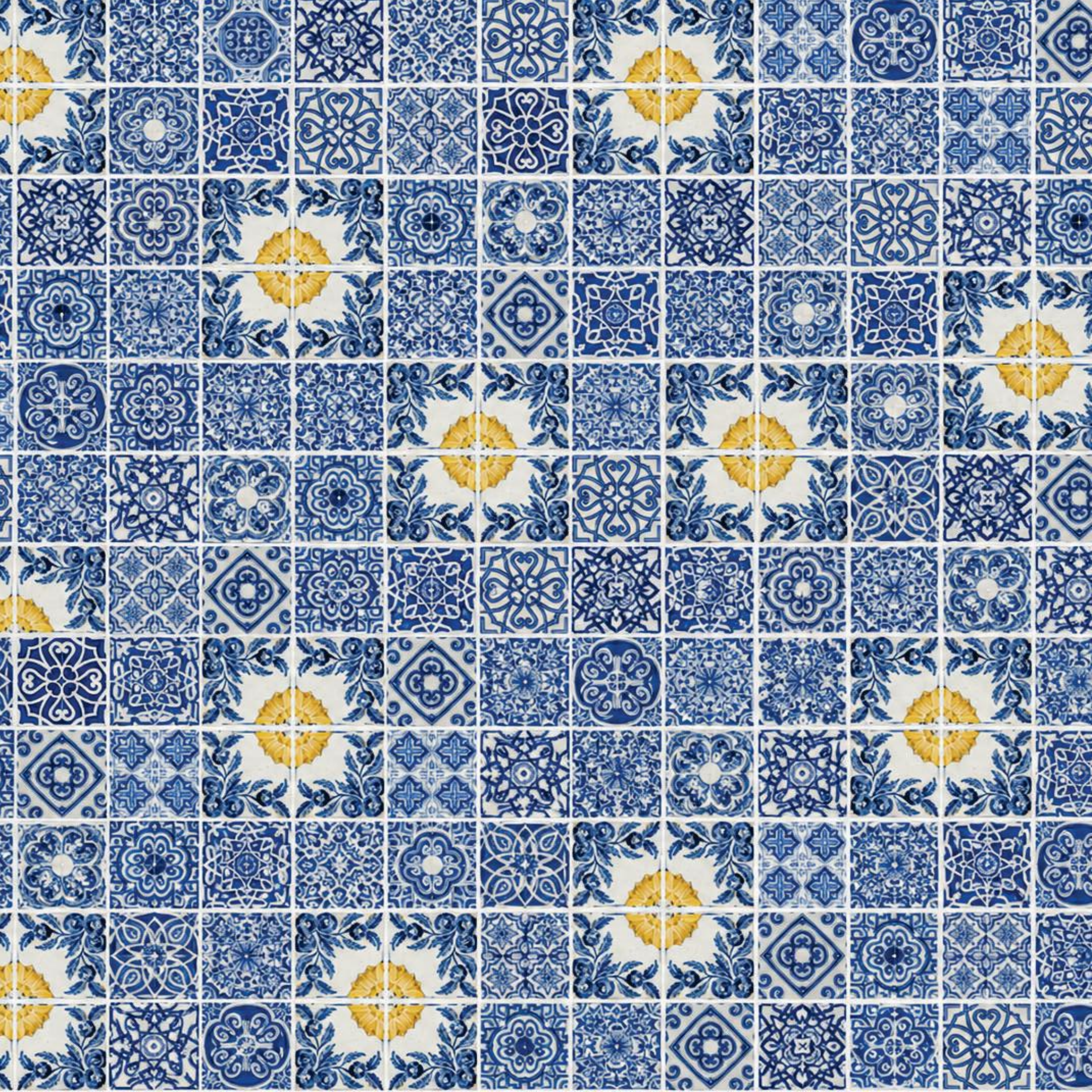
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura. Recomendação de Paris sobre a salvaguarda do patrimônio histórico urbano, de 2003. Tradução: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Brasília: IPHAN, 2003. Disponível em: <https://www.gov.br/iphan/pt-br>. Acesso em: 03 abr. 2025.

VIEIRA FILHO, Dalmo; WEISSHEIMER, Maria Regina. Roteiros Nacionais de Imigra-ção: Santa Catarina. Brasília: IPHAN, 2011.

WEIMER, Günter. Arquitetura Popular Brasileira. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

WEIMER, José Luiz M. Estruturas de madeira. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012.

WITTMANN, C. R. Angelina. FACHWERK - A técnica construtiva enxaimel. Blumenau: AmoLer editora, 2019.





Diagnóstico de obra brutalista: Uma abordagem teórica e metodológica empregada na casa escritório Hans Broos (São Paulo, 1971/ 1978).

Alcilia Afonso de Albuquerque e Melo – UFCG E FAUUSP | São Paulo | Brasil | E-mail: kakiafonso@hotmail.com

Resumo

O artigo possui como objeto de reflexão, uma abordagem teórica e metodológica empregada no diagnóstico de edificações brutalistas em concreto armado, tendo como estudo de caso, a residência e escritório do arquiteto Hans Broos (São Paulo, 1971/ 1978). O objetivo é observar de que forma o uso de novas tecnologias contribuem para diagnosticar os danos mais presentes no sistema construtivo do concreto armado, enfatizando a necessidade de leituras interdisciplinares nas áreas de arquitetura e engenharia civil, para a busca por soluções da preservação do acervo brutalista. Justifica-se trazer à tona, tal reflexão, considerando-se que a arquitetura do século XX envelheceu, e necessita de medidas protetivas para a sua correta conservação, a fim de evitar demolições e descaracterizações desse importante momento da historiografia da arquitetura- que apesar de ser recente- é também patrimônio cultural, com seus atributos, valores e significados, necessitando de mais atenção por todos os agentes envolvidos na preservação. A metodologia da pesquisa que embasou este artigo trabalhou com autores especialistas em conservação, e suas etapas de anamnese, diagnóstico e prognóstico, mas deixando claro, que o enfoque do artigo será especificamente, discutir a questão de diagnóstico e as metodologias aplicadas em investigação pós-doutoral que vem sendo realizada pela autora na FAUUSP, no departamento de tecnologia da arquitetura, mas dialogando com pesquisadores e técnicos da Escola Politécnica de São Paulo. A estrutura do artigo está dividida em introdução, aporte teórico, breve anamnese do objeto de estudo, diagnóstico, resultados e discussão, e finalmente, as considerações finais.

Palavras-chave: Diagnóstico. Concreto. Conservação

Introdução

Este documento apresenta um modelo, elaborado conforme as normas da

O artigo possui como objeto de reflexão, uma abordagem teórica e metodológica empregada no diagnóstico de edificações brutalistas em concreto armado, tendo como estudo de caso, a residência e escritório do arquiteto Hans Broos, projetada e construída em São Paulo, entre os anos de 1971 e 1978 (figura 1).

O objetivo é observar de que forma o uso de novas tecnologias contribuem para diagnosticar os danos mais presentes no sistema construtivo do concreto armado, enfatizando a necessidade de leituras interdisciplinares nas áreas de arquitetura e engenharia civil, para a busca por soluções da preservação do acervo brutalista.



Figura 1: Casa escritório de Hans Broos. SP.1971-1978
Fonte: Imagens antigas do acervo Hans Broos tratadas com IA. 2025.

justifica-se trazer à tona, tal reflexão, considerando-se que a arquitetura do século XX envelheceu, e necessita de medidas protetivas para a sua correta conservação, a fim de evitar demolições e descaracterizações desse importante momento da historiografia da arquitetura- que apesar de ser recente- é também patrimônio cultural, com seus atributos, valores e significados, necessitando de mais atenção por todos os agentes envolvidos na preservação. Portanto, se encaixa no eixo 2 deste evento, ao tratar sobre a diversidade nas formas de diagnóstico das patologias edilícias.

Algumas questões serão norteadoras para a estrutura do artigo e discutidas nos resultados, tais como: 1) De que maneira as tecnologias digitais estão mudando o processo de preservação de edifícios brutalistas em concreto armado, desde o uso de BIM até a impressão 3D de componentes;



2) como elas têm interferido na eficiência e produtividade da construção, seja por meio do emprego de equipamentos e programas?; 3) e como essa inovação tem impactado positivamente o desenvolvimento de projetos de intervenção do patrimônio edificado— desde os estudos de anamnese, diagnóstico e prognóstico realizados entre os membros da equipe , impactando na qualidade e a sustentabilidade deste edifício?

Dessa forma, justifica-se a necessidade se trazer à tona tal discussão, pois no mercado arquitetônico contemporâneo observa-se que a partir do final da década de 1980, novos desafios de conservação surgiram à medida que as obras seminais do início da era moderna e meados do século gradualmente atingiram cinquenta anos de idade e se tornaram elegíveis para proteção patrimonial, constatando-se que muitos desses edifícios não envelheceram bem.

Observa-se o atual estado de conservação de obras brutalistas em concreto e que fazem parte do acervo do patrimônio edificado do século XX , que passa por graves problemas de conservação devido a uma série de fatores, como, a falta de uma política mais eficaz para projetos de intervenção no patrimônio edificado moderno; o não reconhecimento por parte de órgãos preservacionistas e da sociedade do valor dessa tipologia patrimonial por fazer parte de um “patrimônio recente”; além, da falta de capacitação de profissionais que atuem na área de patologias do patrimônio arquitetônico moderno, havendo uma necessidade de se adotar processos científicos rigorosos para embasamento do conhecimento sobre danos na construção.

A contribuição da pesquisa que vem sendo desenvolvida e que gerou este artigo, é que, através da capacitação profissional e acadêmica, trazendo reflexões teórica e metodológica, possa-se realizar uma aproximação prática, e menos teórica, dos caminhos para se conservar o acervo brutalista em concreto armado brasileiro, que vem apresentando danos e necessitando de manutenção para a sua conservação adequada.

O artigo será estruturado realizando-se uma introdução, aporte teórico, breve anamnese do objeto de estudo, metodologia e procedimentos para a elaboração de diagnóstico, diagnóstico dos principais danos, resultados e discussão, e finalmente, as considerações finais.

1. Aporte teórico

As palavras- chaves do artigo estão voltadas para a área de patologia das construções, enfocando a etapa de diagnóstico do sistema construtivo em concreto armado para a adoção de soluções para a conservação de obras brutalistas.

A patologia das construções é entendida como o estudo metodizado dos defeitos e problemas dos materiais, componentes, elementos e sistemas constituintes de uma edificação (Bolina et al, 2019, p.1).

As obras brutalistas em concreto armado compõem parte do acervo do patrimônio do século XX, também entendido, como “patrimônio do

moderno” - que foi um termo consolidado em meados dos anos 1980. Camargo (2020,p.169) explicou sobre o papel da Carta de Veneza (Icomos,1964) nesse processo que consolidou a noção de patrimônio para além de obras excepcionais, permitindo a incorporação de outras tipologias diretamente vinculadas ao movimento moderno.

Nesse contexto, a arquitetura brutalista geralmente é associada a uma produção que se caracterizou pela adoção de estruturas robustas, em concreto armado, aparente, e que se expressam plasticamente através da “verdade” plástica dos materiais (Zein, 2005) . Dessa forma, alguns autores classificam o brutalismo em dois momentos: o primeiro “Brutalismo” e o “Novo Brutalismo”. A solidificação desses termos se deu sobretudo a partir de duas publicações, ambas do crítico Reyner Banham: “The New Brutalism”, artigo publicado na Architectural Review (Banham,1966) e o livro “The New Brutalism: Ethic ou Aesthetic?” (Banham,1955).

Os novos e inovadores métodos e materiais de construção e novas formas arquitetônicas e abordagens de planejamento que caracterizam a era moderna, desafiam as abordagens tradicionais de conservação e levantam novas questões metodológicas e filosóficas.

Algumas fontes são fundamentais para se compreender a questão da conservação, consolidada com a Carta de Burra (Icomos,1980), e tratando especificamente do acervo do patrimônio moderno, destaca-se aqui, as publicações da Getty Fondation referentes aos quatro projetos apoiados por ela no Brasil; leituras nas publicações do CECI/ Centro de Conservação Integrada, além de consultas às publicações da Revista do Docomomo Internacional, sobretudo, os Dossiers ISC/T, pois a organização tem avançado significativamente nessa discussão.

O Getty Conservation Institute's Conserving Modern Architecture Initiative (CMAI) publicou uma espécie de guia bibliográfico intitulado “Conserving Twentieth-Century Built Heritage. A Bibliography” (Macdonald e Ostergren, 2013) que funciona como um recurso para profissionais de conservação que trabalham com o patrimônio construído do século XX, além de livro de Macdonald (1996) que enfoca a conservação de obras modernas.

Diniz (2010, p. 6) escreveu que *“a grande massa de nossas cidades é feita de edifícios modernos, constituindo um grande estoque construído que detém, e continuará detendo, um papel importante no dia a dia de nossas sociedades”*.

E para diagnosticar as patologias do concreto armado, é imprescindível a leitura de mestres como Andrade Perdigão (1992) Canovas (1988), Helene (1986), Silva (1995), Souza e Ripper (1998) que são algumas referências importantes que têm sido consultadas constantemente para aportar os danos em estruturas de concreto, tais como: corrosão de armaduras, manchamento, eflorescências , carbonatação, que afetam a durabilidade do material.

Relacionado a isso, dialoga-se com os avanços sobre patrimônio inteligente, com abordagens metodológicas inovadoras para detecção e aquisição de dados, mapeamento de manifestações patológicas e modelagem as built; métodos e estratégias de levantamento utilizando drones, laser scanner, fotogrametria digital e termografia.

O conceito de “patrimônio inteligente”, trata-se de um termo que vem sendo utilizado na literatura internacional para caracterizar os estudos sobre a preservação patrimonial em projetos de cidades inteligentes. O termo refere-se a uma abordagem da preservação patrimonial em sintonia com os projetos de cidades inteligentes, “e começou a aparecer na literatura a partir da década de 2010, sendo que as primeiras tentativas de definição do termo datam de 2013”. (2020, p. 30).

2. O objeto de estudo: casa escritório de Hans Broos em São Paulo (1971-1978).

A residência e escritório do arquiteto Hans Broos (figura 2) localiza-se no bairro Fazenda Morumbi, em São Paulo, em um lote de aproximadamente 2000 m², com declividade acentuada e faces voltadas para duas ruas. O volume da casa está implantado na cota mais alta do terreno, com acesso pela rua Dr. Oscar de Almeida, e na cota mais baixa, localiza-se o escritório, semienterrado, acessado pela Rua Viriato Correa. Entre as edificações encontra-se a piscina e o jardim, projetado por Burle Marx, que além do paisagismo, projetou os painéis escultóricos em concreto aparente da sala, e da área externa.

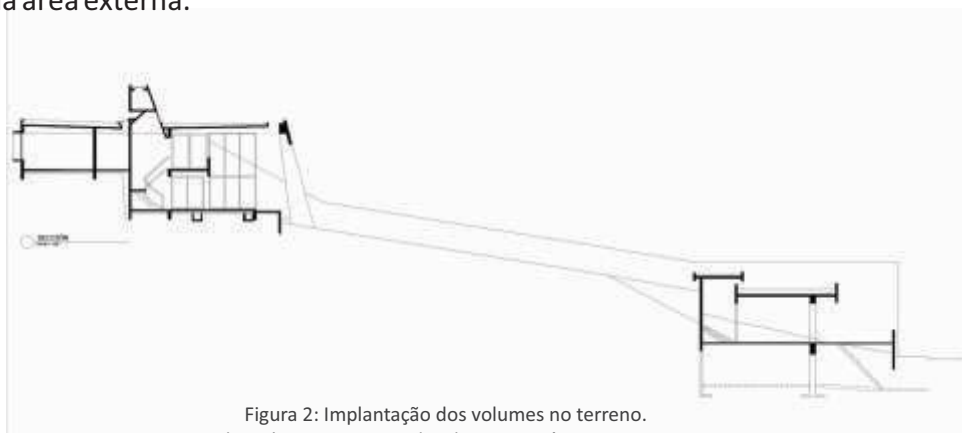


Figura 2: Implantação dos volumes no terreno.
Fonte: Redesenhos no Revit produzidos por Antônio Lucas Souza. 2025.

Afonso (2025) realizou a anamnese da obra e observou que a casa possui uma solução em planta dividida em dois níveis e sua forma dialoga com a configuração do terreno, sendo setorizada em duas zonas: privativa e social.

A zona privativa fica no nível mais alto (figura 3), acessada pela rua Dr. Oscar de Almeida, onde foi projetada parte da zona social, com sala de estar e jantar integrado e com vista para o mezanino. Entre esses dois espaços foi implantada uma escada semi-helicoidal em concreto armado aparente, que recebeu um tratamento diferenciado devido à sua plasticidade e detalhes sóbrios que a compõem: um atributo rico espacialmente.



Figura 3: Redesenhos do projeto arquitetônico.
Fonte: Redesenhos no Revit produzidos por Antônio Lucas Souza. 2025.

No nível inferior (figura 4), a planta foi trabalhada como uma lâmina modulada, abrigando uma ampla sala de estar para convidados com pé-direito duplo, e conectada a uma biblioteca e a uma suíte para hóspedes. Ao lado da área social, está uma área de serviços e apoio à piscina, com banheiro, vestiário, depósito, casa de máquinas e oficina. Todos os espaços dessa área possuem vista para o jardim e para a piscina, acarretando ambientes bem integrados com a natureza.

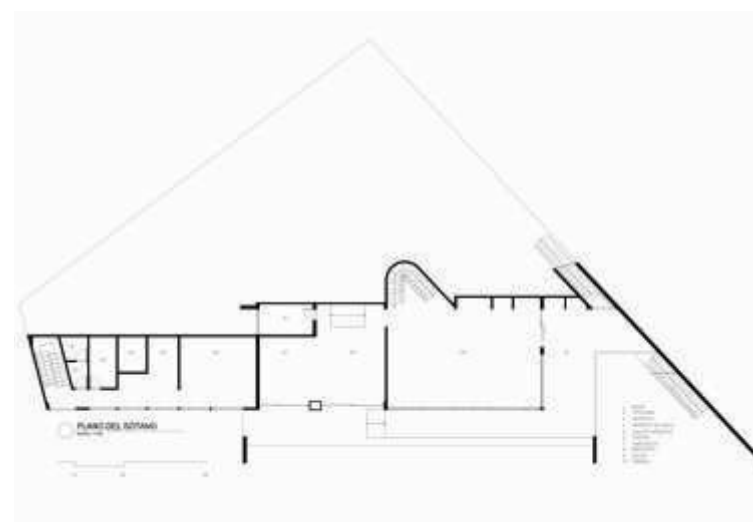


Figura 4: Redesenhos do projeto arquitetônico.
Fonte: Redesenhos no Revit produzidos por Antônio Lucas Souza. 2025.

Analisando a dimensão tectônica da casa, através das seções construtivas da casa e o documento do memorial descritivo da obra (7/10/1975), observa-se que Broos dedicou atenção especial à adoção do sistema construtivo do concreto armado, presente na solução estrutural, frisando pontos tais como, a exatidão de formas, o cuidado com as tábuas ou chapas compensadas, exame prévio do concreto, e a boa vibração para conseguir densidade do concreto e cantos vivos dos elementos estruturais.



Figura 5: Atributos do interior brutalista
Fonte: Fotomontagem com fotografias da Autora. 2025.

O concreto armado está presente não apenas na solução estrutural de pilares, vigas, lajes, mas também em detalhes arquitetônicos, como escadas, peitoris, painéis (figura 5). Devido a isso, classifica-se como uma obra brutalista, tombada em 2018 pelo Conselho Municipal de preservação do patrimônio histórico, cultural e ambiental da cidade de São Paulo -Conpresp.

Analisando-se a composição das fachadas da casa e do escritório, observa-se que a relação estrutura/arquitetura é marcante, sobressaindo-se de forma sistemática na composição, a solução estrutural, que é composta por vigas e pilares, contrapondo-se aos planos de esquadrias em vidro na área social, e em madeira e vidro nas demais áreas. O tratamento paisagístico contribuiu de maneira preponderante na qualidade da obra como um todo.

3. Metodologia e procedimentos para a elaboração de diagnóstico

Como proposta metodológica (figura 6) está sendo adotada na pesquisa em andamento, que se apoia em pesquisa bibliográfica e documental, vistorias de campo, ensaios experimentais, modelagem digital, e depoimentos de profissionais envolvidos na construção, operação e vivência da obra, devendo passar pelo processo metodológico de conservação adotado e composto por três etapas, como a anamnese, diagnóstico/ estudos de danos; e prognóstico/condução, a fim de que, a partir desse momento, obtenha-se resultados práticos que possam ser adotados como maneira de conservá-la.

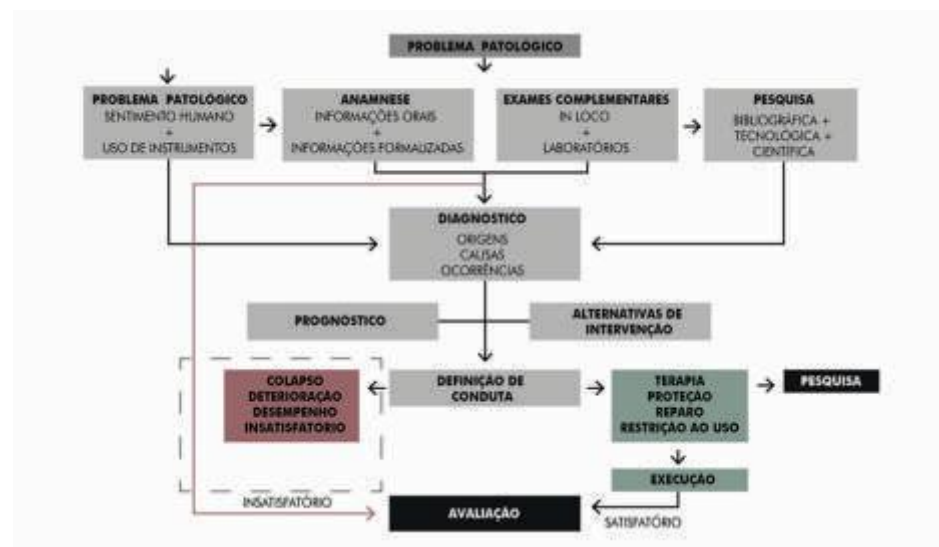


Figura 5: Atributos do interior brutalista
Fonte: Fotomontagem com fotografias da Autora. 2025.

A base do método foi proposto originalmente por Lichtenstein (1986) e atualizada por Tinoco (2019), e está sendo adotada nesta pesquisa, nas seguintes etapas:

1_ Levantamento de subsídios: acumular e organizar informações necessárias e suficientes para o entendimento completo dos fenômenos, utilizando três fontes básicas: vistoria do local; levantamento da história do problema e do edifício (anamnese do caso), e o resultado das análises e ensaios complementares.

2_ Diagnóstico da situação: Entendimento dos fenômenos em termos identificados das múltiplas relações de causa e efeito que normalmente caracterizam um problema patológico. Estão sendo realizadas vistorias, análises, gerando mapas de danos, e fichas de identificação de danos (FID's) que diagnosticam as patologias apontando soluções para prognóstico e a intervenção devida.

3_ Definição de condução: Prescrever o trabalho a ser executado para resolver o problema: definição dos meios, da mão de obra; equipamentos, previsão das consequências. Realiza-se o prognóstico, onde são levantadas hipóteses da tendência de evolução do problema e as alternativas de intervenção e seus respectivos prognósticos.

Estão sendo utilizados programas computacionais como Autocad, Revit, para a elaboração do material documental da anamnese e do diagnóstico, empregando equipamentos para realizar ensaios não destrutivos/ ENDS, tais como, a termo câmera Flir modelo E40, pacômetro Bosch D-Tect 150, esclerômetro, ultrassom, GPS, e drone- disponíveis no LABMATE/FAUUSP e no labINFRA, Escola Politécnica da USP (figura 7).

Dessa maneira, os danos mais preocupantes são:

- 1) carbonatação, expondo as armaduras de lajes e vigas em concreto;
- 2) a corrosão das armaduras nas lajes; 3) a eflorescência e a lixiviação presentes na área de estar;
- 4) o mofo presente em vários ambientes da casa.

4.1. Carbonatação

Entende-se a carbonatação como um processo químico que ocorre no concreto, quando a ação do tempo faz com que o CO₂ da atmosfera reaja com o cimento da parte superficial do concreto das estruturas (Botelho, 2006, p.172).

Silva (1995, p.71) analisou que a cura do concreto tem uma grande influência na velocidade de carbonatação, pois quando malfeita, gera fissuras, e com isto facilita a entrada de CO₂, no concreto, aumentando assim a profundidade de carbonatação. O autor explica que as consequências da carbonatação são a diminuição da estabilidade química da capa protetora ou película apassivadora do aço, provocando ou propiciando condições para a corrosão do aço e a retração da carbonatação, a qual conduz às tensões na camada de superfície, aumentando sua tendência em fissura (Silva, 1995, p.74)

Os trechos carbonatados do volume da Casa Broos, além do tratamento que vislumbra a recuperação da resistência do aço perdida pela corrosão, necessitam de realizar como conduta, o tratamento para elevar novamente o pH do concreto (realcalinização), a fim de evitar nova corrosão da armadura por carbonatação ou por ataques de outros agentes deletérios.

4.2. Corrosão das armaduras

Helene (1986, p.1) conceituou corrosão como a “interação destrutiva de um material com o ambiente, seja por reação química ou eletroquímica” e colocou que basicamente, são dois os processos de corrosão que podem sofrer as armaduras de aço para concreto armado: a oxidação e a corrosão propriamente dita.

A oxidação é entendida como o ataque provocado por uma reação gás-metal com formação de uma película de óxido. “Este tipo de corrosão é extremadamente lento à temperatura ambiente e não provoca deterioração substancial das superfícies metálicas, salvo se existirem gases extremamente agressivos na atmosfera” (Helene, 1986, p.1).

O autor explica que a corrosão propriamente dita é entendida como o ataque de natureza preponderantemente eletroquímica, que ocorre em meio aquoso, no elemento construtivo em concreto, e que “na maioria das vezes, aparecem manchas marrom avermelhadas na superfície do concreto e bordas das fissuras, completando o quadro patológico (Helene, 1986, p.6).



Figura 7: Realização de ENDs utilizando a termo câmera e pacômetro digital
Fonte: Fotomontagem da autora, 2026.

4. Diagnóstico da Casa Broos

Bolina et al (2019, p.32), conceitua a etapa de diagnóstico, como a busca para se entender o que aconteceu. Qual o fenômeno, porque ocorreu, quais as consequências, devendo-se explicar os sintomas, as origens e o mecanismo dos fenômenos envolvidos.

Afonso (2025) escreveu um artigo apresentando alguns resultados de sua pesquisa, e colocou que pode-se perceber que a obra apresenta manifestações patológicas características de estruturas em concreto armado, tais como: 1) de origem química no exterior dos dois volumes (crosta negra e carbonatação); 2) de origem química, presentes no interior da casa (não mecânicas), como umidade, manchas, mofo ou bolor e eflorescência; 3) de origem física, presentes no interior do volume da casa; 4) de origem biológica (figura 8).



Figura 8: Danos existentes na obra.
Fonte: Fotomontagem da autora, 2026.

Nos locais mais quentes e úmidos, onde o risco de condensação é maior, o processo é nitidamente visível, pois os produtos de corrosão têm, predominantemente, coloração vermelho-marrom acastanhada e, sendo relativamente solúveis, escorrem pelas superfícies de concreto, manchando-os, além de fissurá-lo ou trincá-lo. (Silva, 1995, p.20)

Silva (1995) apresentou uma série de reflexões que podem ser trazidas para nosso objeto de estudo, pois a corrosão das armaduras presentes em elementos estruturais de concreto da Casa Broos pode ter tido fatores que exerceram grande influência para aumentar a taxa de corrosão, tais como: umidade relativa dos poros; temperatura ao redor das áreas de corrosão; composição química da solução de poros, circundantes ao aço; porosidade do concreto; condições ao meio; espessura do cobrimento.

Inclusive ao realizar ensaios não destrutivos em lajes da área social da obra, observou-se uma espessura de cobrimento muito abaixo do exigida, chegando a 0,4 cm apenas em determinados locais. Helene (1985, p.4) colocou que um bom cobrimento das armaduras com um concreto de alta compacidade, sem ninhos com teor de argamassa adequado e homogêneo, garante, por impermeabilidade, a proteção do aço do ataque de agentes agressivos externos. Com certeza, pode-se afirmar que na execução do projeto estrutural, o cobrimento não foi adequado na obra analisada.

Dessa maneira, conclui-se que a carbonatação do concreto e a corrosão da armadura da peça armado leva à fragilização da estrutura devido à perda de resistência, colocando-a em risco de colapso, caso o ciclo de degradação não seja interrompido. Portanto, torna-se imprescindível a realização de ensaios não destrutivos (END) de Esclerometria que é indicado para verificar a resistência do concreto após intenso ataque por dióxido de carbono e despassivação do aço.

Conforme escreveu Helene (1986, p.30), a recuperação de elementos construtivos em concreto com corrosão de armaduras é delicada e requer mão-de-obra especializada e consiste basicamente em três etapas: 1) limpeza rigorosa; 2) análise criteriosa da possível redução de seção transversal das armaduras atacadas; 3) reconstrução do cobrimento das armaduras de preferência com concreto bem adensado.

4.3. Eflorescências no concreto

Segundo Granato (s/d, p.82), eflorescência é a “formação de depósitos salinos na superfície das alvenarias, concretos ou argamassas etc., como resultado da sua exposição à água de infiltrações ou intempéries”- sendo considerado um dano, por alterar a aparência do elemento onde se deposita.

Há casos em que seus sais constituintes podem ser agressivos e causar degradação profunda. A modificação no aspecto visual é intensa onde há um contraste de cor entre os sais e o substrato sobre as quais se deposita, por exemplo, a formação branca do carbonato de cálcio sobre tijolo vermelho.

A eflorescência ocorre em maior intensidade quando se tem um período seco e quente, precedido de um clima fresco e chuvoso. Isso ocorre quando sais solúveis presentes na matriz do concreto se dissolvem na água presente nos poros e na superfície do material. À medida que a água evapora, os sais são depositados na superfície do concreto, formando manchas brancas, esbranquiçadas ou esverdeadas, formando sobre este, grandes panos brancos e/ou estalactites.

A Casa Broos está implantada numa região com muita vegetação, e uma alta taxa de umidade do bairro do Morumbi. No espaço social da casa, a eflorescência acarretou o aparecimento de crostas brancas de carbonato de cálcio nas superfícies de concreto, que escorreram para os grandes panos de vidros da área social, criando um aspecto de má conservação e insalubridade (figura 9).



Figura 9: Eflorescências e lixiviação em lajes e vigas de concreto da sala de estar.
Fonte: Fotomontagem com imagens realizadas por Afonso. 2025.

Segundo estudos, apesar da eflorescência afetar a aparência do concreto, sendo indesejável do ponto de vista estético, nem sempre é prejudicial à resistência ou à durabilidade do concreto.

Para evitar a eflorescência é necessário um controle da umidade, uma boa ventilação, pois em ambientes fechados, aumenta-se a condensação, que contribui para a formação de eflorescências. Além disso, deve-se estar sempre atento à presença de fissuras e juntas de dilatação, procurando corrigi-las para impedir a entrada de água.

4.4. A lixiviação

É diferente da eflorescência e pode ser entendida uma parte do processo de eflorescência, mas trata especificamente da penetração da água no concreto que dissolve Ca(OH)_2 (Hidróxido de Cálcio) e Mg(OH)_2 (Hidróxido de Magnésio) no cimento e leva ao acúmulo de hidróxido de cálcio na superfície dos blocos de concreto.

A principal diferença é que a eflorescência é o depósito superficial e visível de sais brancos, enquanto a lixiviação é o processo interno de dissolução e transporte desses sais pela água.

Silva (1995,p. 19) analisou que a lixiviação dos compostos de cal do cimento ou da camada de sal na superfície das partículas de agregados, pode resultar na formação de depósitos salinos na superfície do concreto, conhecidos como eflorescências.

Isso ocorre, quando a água (por exemplo da chuva ácida) percola através do concreto mal adensado de fissuras, trincas ou juntas de concretagem mal executadas, e quando há evaporação da água na superfícies do concreto formam-se esses depositados salinos, os quais são constituídos de carbonato de cálcio puro (CaCO_3) e/ou sulfato de cálcio.

Mas, enquanto a eflorescência em si tem riscos menores de danos estruturais, a lixiviação pode diminuir a resistência mecânica das peças de concreto pela perda de sólidos e a abertura de caminhos para substâncias nocivas às armaduras e ao próprio concreto, levando a: trincas; gretagem; aberturas pela falta de hidratação no processo de cura; perda de massa; oxidação das ferragens no concreto armado.

A lixiviação carrega o material interno para fora, e quando essa água evapora na superfície, deixa a eflorescência. Uma estrutura pode sofrer lixiviação sem mostrar eflorescência, mas não ocorre eflorescência sem a lixiviação prévia.

Na Casa Broos, os ambientes da sala de jantar e estar são os locais nos quais esses dois danos dominam a laje de forro e as vigas, tendo origem em problemas na cobertura, especificamente na falta de manutenção da impermeabilização e falta de limpeza de tubos de drenagens e calhas, que ao longo desses anos, não vêm recebendo o tratamento adequado.

A má conservação da cobertura do volume da casa tem causado, em uma primeira análise, vários danos existentes no seu interior, e diagnosticá-los e propor condutas adequadas, vem a ser o primeiro passo para a preservação do imóvel, e por isso, estudos estão sendo realizados nesse sentido, em pesquisa desenvolvida pela autora.

Observou-se ainda, um grave dano em uma das placas de concreto da cobertura, que está desencaixada e pode vir a cair, de uma altura de aproximadamente 6m25 causando algum acidente fatal para a família de caseiros que habita o local, mas que não possuem condições financeiras de manter adequadamente o imóvel.

Sabe-se que a falta de soluções adequadas para o fluxo das águas pluviais, vem causando grande parte dos danos existentes na obra, e a pesquisa vem concentrando estudos através de vistorias, ensaios não destrutivos, diagnósticos que possibilitem as condutas corretas.

4.5. Mofo ou bolor

Segundo Belon (2019, p.1), o mofo “são fungos, organismos que obtêm alimentos absorvendo nutrientes de fontes externas e não através de um sistema digestivo interno”. Normalmente, o mofo é identificado facilmente pelo exame visual e muitas vezes está presente próximo ou na fonte de infiltração de água. Podem aparecer e se desenvolver em vários tipos de material, tintas, vidros, argamassas, materiais cerâmicos, dentre outros.

Constatou-se que a melhor forma de se evitar a problemática é realizar um bom trabalho de impermeabilização com técnicas que buscam proteger a edificação e armaduras da umidade, isolando as áreas suscetíveis à água e executá-lo com eficiência na fase da execução da obra. A água condensada gera manchas na superfície e favorece a proliferação de mofos e bolores.

Nesses casos, pode-se apresentar diversas soluções para o problema, pois há uma gama de diversidade de produtos disponíveis no mercado que atuam como medidas corretivas ou que os eliminam, tais como: limpeza do local com lavagem e secagem; produtos removedores de mofo e odores; aplicação de soluções desinfetantes; e repintura com material adequado.

No entanto, é recomendado que haja uma boa ventilação, como regra geral, pois ela evita a proliferação das fontes, utilização de tintas fungicidas, evitar pinturas em paredes úmidas e materiais higroscópico, servem como ações preventivas. É importante ainda fazer uma inspeção no local e próximo a ele, a fim de tentar identificar infiltrações ou vazamentos e solucioná-los. Infelizmente, essa manutenção preventiva não vem sendo realizada na obra em pauta, pelos seus moradores.

5. Principais resultados

Após realizar uma abordagem teórica e metodológica, expondo os principais danos encontrados no diagnóstico da obra, pode-se observar de que forma o uso de novas tecnologias vem contribuindo para diagnosticar os danos mais presentes no sistema construtivo do concreto armado.

As tecnologias digitais estão contribuindo de maneira bastante positiva para os estudos de conservação nesta pesquisa, que vem empregando desde o uso de BIM, equipamentos de ensaios e respectivos programas, e futuramente, a impressão 3D de componentes da obra.

Foram empregados nos estudos, recursos digitais na fase de anamnese, que criaram uma documentação baseada no material de projeto analógico, utilizando o Revit para se redesenhar pranchas arquitetônicas e facilitar as modelagens virtuais em 3D da obra (figura 10). Tal recurso está sendo empregado também na elaboração do diagnóstico, produzindo mapas de danos e FID's.

A maneira de empregar essas ferramentas digitais para colaborar no estudo dos danos existentes têm interferido na eficiência e produtividade da conservação da obra, ao poder certificar com equipamentos apropriados os danos de corrosão do concreto, os índices de umidade, através de ensaios não destrutivos, utilizando o pacômetro digital para detectar e mapear barras de aço (vergalhões) dentro de estruturas de concreto ou paredes, medindo a profundidade da camada de proteção e a localização exata do material; e termo câmera Flir modelo E40 detectando umidade em materiais porosos, fissuras e delaminações no interior de estruturas de concreto.

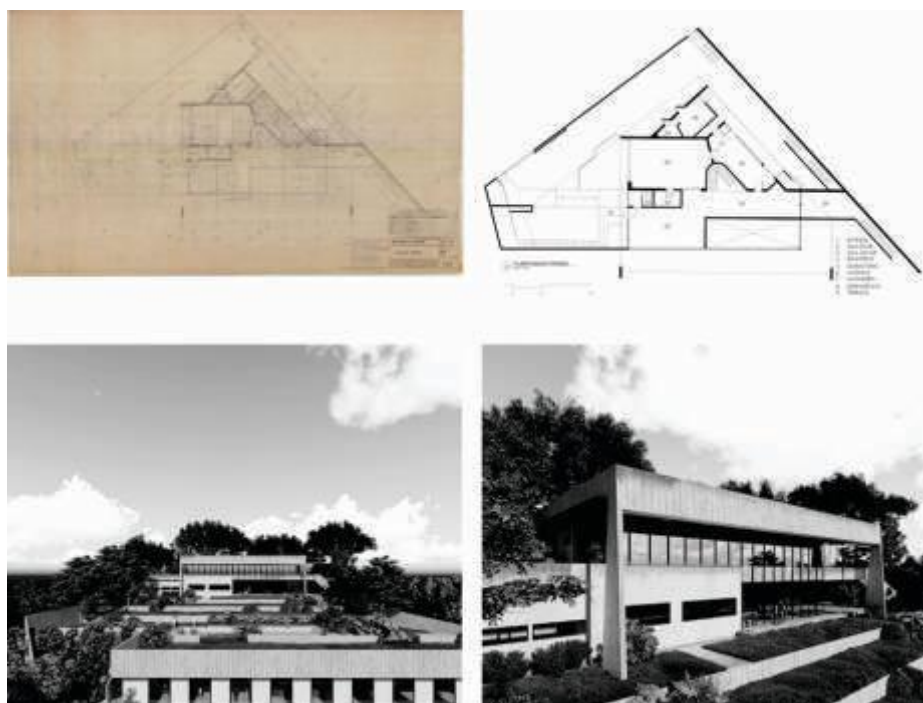


Figura 10: Material produzido na pesquisa empregando ferramentas digitais
Fonte: Fotomontagem da autora usando imagens produzidas pela pesquisa.

O estado de conservação dos elementos construtivos em concreto é preocupante, e poder ter respostas assertivas para a conduta é de fundamental importância, enfatizando a necessidade de leituras interdisciplinares nas áreas de arquitetura e engenharia civil, para a busca por soluções da preservação do acervo brutalista.

6. Considerações finais

Ao escrever a conclusão das informações aqui apresentadas sobre o tema de diagnóstico de uma obra brutalista, apresentando uma abordagem teórica e metodológica empregada na casa escritório Hans Broos (São Paulo, 1971/ 1978), pode-se apresentar algumas considerações para servirem de reflexão aos profissionais da arquitetura e da engenharia que atuam na área da construção, e da conservação do patrimônio brutalista:

1) Inicialmente, pontuo a questão do distanciamento existente na formação profissional de graduação de arquitetos (as) no cenário brasileiro dos conhecimentos de disciplinas de materiais e sistemas construtivos, de patologias da construção que dialoguem de maneira mais direta com a engenharia civil.

Sabe-se que a maior causa de danos construtivos em estruturas de concreto é decorrente de projetos mal concebidos (Granato,2002,p.6), seguidos por materiais mal especificados, soluções construtivas mal executadas e, finalmente, mal usos e outros motivos. Mas, como conceber um projeto corretamente, se o profissional de arquitetura não estudou construção na sua graduação?

O distanciamento teórico e prático entre arquitetura e engenharia civil já vem sendo posto por professores da área há décadas, e tal fato enfraqueceu sobremaneira a nossa formação, distante de materiais construtivos, canteiros de obra, ensaios em laboratórios etc. Isso cria um problema inicial, se fazendo necessário um nivelamento científico temático para poder se alcançar o objetivo de empregar novas tecnologias de conservação.

Lúcio Costa já dizia nos anos 30 do século XX, que arquitetura é construção, mas, parece que a mensagem não foi absorvida corretamente no meio acadêmico e profissional.

2) Outro ponto a considerar, é que os acadêmicos necessitam adotar abordagem teórica e metodológica nas disciplinas de projetos de intervenção no patrimônio edificado, mais voltadas às soluções práticas de conservação, equiparando-as com as discussões teóricas que dominam os programas de disciplinas, quando existentes na grade curricular. E para isso, é fundamental um aprofundamento sobre as questões de construção, a dimensão tectônica da arquitetura.

3) Refletir sobre como as inovações tecnológicas que contribuem no estudo de diagnóstico do concreto têm impactado positivamente o desenvolvimento de projetos de intervenção do patrimônio edificado é outra consideração fundamental.

A inexistência de equipamentos, como drone, pacômetro, ultrassom, gps, câmara termográfica, wall scanner, laser scanner em grande parte das faculdades de arquitetura, dificultam o manuseio deles, e o domínio para poder usá-los quando necessário.

Por outro lado, os programas de pós-graduação não preenchem essa lacuna originada na graduação, e não nos ensinam a ter um conhecimento sobre eles, e nem tampouco, a manuseá-los, juntamente com técnicos de laboratórios que deveriam ser treinados para tal, e estarem disponíveis para os avanços tecnológicos de pesquisas.

O que ocorre na realidade, é que se o pesquisador precisar realizar ensaios para diagnosticar danos, ele terá que contratar de forma particular alguma empresa, porque o que se constata são quadros deficientes de forma

particular alguma empresa, porque o que se constata são quadros deficientes de técnicos, de pesquisadores remunerados e incentivados a avançar os estudos nos laboratórios de nossas instituições de ensino, que tampouco estão investindo na compra de novos equipamentos, softwares, treinamentos e bolsas de pesquisa em todos os níveis.

4) Nas leituras sobre a conservação do sistema construtivo do concreto armado presente na obra brutalista analisada, observou-se que a falta de atenção às condições ambientais do lugar no qual a obra foi implantada, o meio ambiente- uma área de atmosfera urbana em São Paulo, com alto índice de umidade, contribuíram para originar as principais patologias existentes, tais como, carbonatação, corrosão, eflorescências, lixiviação e mofo.

A falta de impermeabilização adequada foi um dos fatores de grande parte dos danos diagnosticados, aliados à questão da pouca falta de cobrimento de armaduras do concreto empregado nas lajes. na elaboração do diagnóstico, produzindo mapas de danos e FID's.

Granato (2002, p. 72), escreveu que *“a impermeabilização na construção civil tem como objetivo impedir a passagem indesejável de água, fluido e vapores, podendo contê-los ou dirigi-los para o local que se deseja”*.

A importância da impermeabilização, além de permitir a habitabilidade e funcionalidade da construção civil, é relevada no objetivo de proteger a edificação de inúmeros problemas patológicos que poderão surgir com infiltração de água, integradas ao oxigênio e outros componentes agressivos da atmosfera (gases poluentes, chuva ácida, ozônio), já que uma grande quantidade de materiais constituintes da construção civil sofre um processo de deterioração e degradação, quando em presença dos meios agressivos da atmosfera.

Desde o início da pesquisa foi proposto que uma arquiteta, pesquisadora da modernidade, e professora de projetos arquitetônicos, entre eles, os de intervenção no patrimônio- recebesse uma capacitação técnica para saber lidar com os equipamentos e novas tecnologias empregadas para diagnosticar danos, e no caso específico, no concreto armado.

A possibilidade de ter acesso às novas tecnologias criou uma expectativa, mas os desafios encontrados para se ter acesso a elas, mesmo estando inserida no departamento de tecnologia da arquitetura de uma das mais renomadas faculdades brasileiras foram surgindo e precisando ser enfrentados.

Infelizmente, o uso de tecnologias para a preservação patrimonial no Brasil, tanto nas áreas de documentação, quanto de conservação, ainda está muito incipiente, precisando-se avançar muito para poder capacitar adequadamente os profissionais da arquitetura e da engenharia civil para atuar no mercado, e para que isso possa impactar, de fato, na qualidade e na sustentabilidade das nossas cidades e arquiteturas.

11º FIPA Brasil-Portugal

A DIVERSIDADE NAS FORMAS DE DIAGNÓSTICO DAS PATOLOGIAS EDILÍCIAS

O que se observa é muita discussão teórica sobre a conservação da arquitetura do século XX, e pouquíssimas iniciativas práticas com uso de tecnologias digitais para preservar os exemplares que marcaram a história da arquitetura brasileira, que estão sendo apagados da memória.

7. Referências

AFONSO, Alcilia. Anamnese da casa escritório brutalista de Hans Broos. Porto Alegre: Anais do XVI Seminário do Docomomo Brasil.2025.

AFONSO, Alcilia. Projeto de restauro. Da teoria à prática: Intervenções na casa Escritório Hans Broos. Belo Horizonte: 8º simpósio científico do Icomos Brasil.2025.

ANDRADE PERDIX, Maria del Carmen. Manual para diagnóstico de obras deterioradas por corrosão em armaduras. São Paulo: Pini, 1992
BANHAM, Reyner. The New Brutalism: Ethic or Aesthetic? Londres, Architectural Press, 1966.

BANHAM, Reyner. “The New Brutalism”. Architectural Review (Londres, v.118, n. 708, 1955) p. 355-361.

BELON, Karine. Principais manifestações patológicas ocasionadas pela umidade: uma revisão bibliográfica. 4º simpósio paranaense de patologia das construções. SPPC. 2019.

BOLINA, Fabrico Longhi; TUTIKIAN, Bernardo F. ; HELENE, Paulo. Patologias das estruturas. São Paulo: Oficina de textos. 2019.
BOTELHO, Manuel Henrique. Concreto armado, eu te amo, para arquitetos. São Paulo: Edgar Blücher, 2006.

CAMARGO, Mônica Junqueira de. “Patrimônio do moderno” em CARVALHO, Aline e MENEGUELLO, Cristina. Dicionário temático de patrimônio: debates contemporâneos. Campinas: Editora da Unicamp. 2020. 169-171.

CASTRO, J; BARACHO, R. O patrimônio cultural nas cidades inteligentes. Em Questão, Porto Alegre, v. 26, n. 3, p. 298-326, set./dez. 2020.
CANOVAS, Manuel Fernandez. Patologia e terapia do concreto armado. SP: Pini, 1988.

DINIZ, Fernando. Os desafios postos pela conservação da arquitetura moderna. Texto para discussão v.46. série 2. Gestão do restauro. Olinda: CECI, 2010.

Eflorescência no concreto: o que é, causas, como prevenir, diagnosticar e remover. Em rede: <https://www.hrpremo.com.br/blog-post/eflorescencia-no-concreto/> Acesso em outubro de 2025.

GRANATO, J. E. Patologia das construções. 2002. Disponível em: <<http://irapuama.dominiotemporario.com/doc/Patologiadadasconstrucoes2002.pdf>>. Acesso em: 05/05/2026.

HELENE, Paulo Roberto do Lago. Corrosão em Armaduras para Concreto Armado. 1ª ed. São Paulo: PINI, 1986. HELENE, Paulo R.L. Corrosão em armaduras para concreto armado. SP:Pini.IPT,1986.

IPHAN. A carta de Veneza. 1964. Em rede:
<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>. Acesso em 5 de junho de 2024.

ICOMOS, Carta de Burra. Republicada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). 1980. Disponível em <http://portal.iphan.gov>.

LICHTENSTEIN, Noberto. Patologia das construções. Publicado no Boletim Técnico Nº06/86 da Escola Politécnica da USP. SP: USP.1986

MACDONALD, Susan; OSTERGREN, Gail. Conserving Twentieth Century Built Heritage. A Bibliography. Los Angeles: The Getty Conservation Institute. 2013.

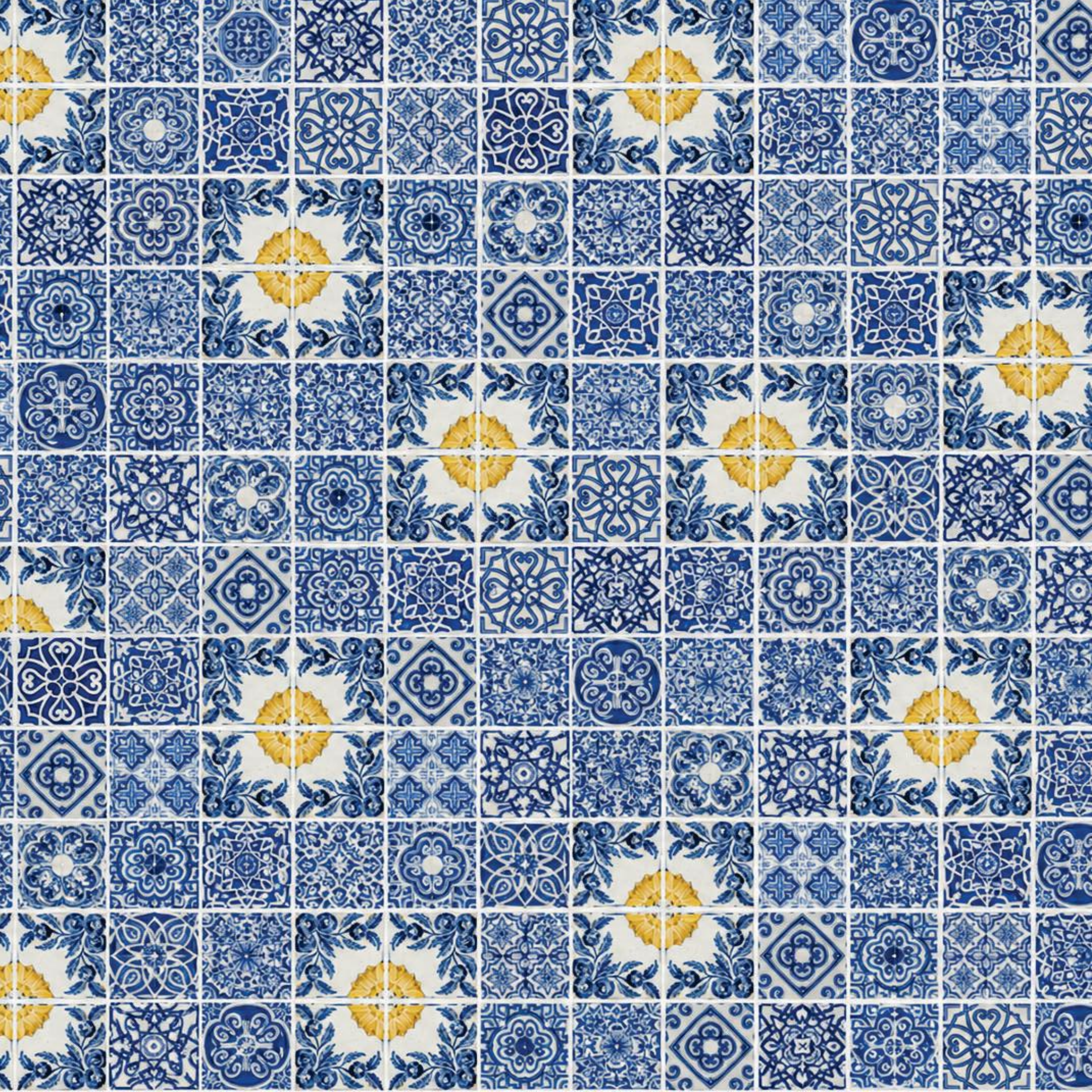
MACDONALD, Susan, ed. Moderns matters: principles and practice of conserving recent architecture. Conservations of modern architecture. Shaftesbury, Dorset: Donhead, 1996.

MACDONALD, Susan, Normandin, Kyle, Kindred, Bob, editors. Conservations of modern architecture. Shaftesbury: Donhead, 2007, p 13-46. NEVILLE, Adam Matthew. Propriedade do Concreto. 2ª ed. São Paulo: PINI, 1997.

SILVA, Paulo Fernando A. Durabilidade das estruturas de concreto aparente em atmosfera urbana. São Paulo: PINI, 1995.

SOUZA, Vicente. C.; RIPPER, Thomaz. Patologia, recuperação e reforço de estruturas de concreto. São Paulo: PINI, 1998.

TINOCO, Jorge Eduardo. Mapa de danos. Recomendações básicas. Recife: CECI/MDU UFPE
ZEIN, Ruth Verde. A Arquitetura da Escola Paulista Brutalista 1930-1973. Tese de doutorado. Porto Alegre, PROPARG UFRGS, 2005.







EIXO 3

**A DIVERSIDADE
NAS FORMAS DE RESILIÊNCIA
ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS**



Um mergulho no potencial da cidade de Gramado, na busca de novas estratégias para seu crescimento econômico, frente aos desastres naturais: movimento do solo e intempéries

Maria José Gomes Feitosa

Resumo

Gramado, uma cidade do Rio Grande do Sul da região serrana, em 2023 passou por alterações no solo, devido às mudanças climáticas de excesso de águas pluviais. Autoridades governamentais estaduais, municipais e Universidade se uniram, para o estudo e análise do solo, resultando na realização de relatórios técnicos para melhor compreender o problema ocorrido. Esta cidade tem uma característica de Patrimônio Arquitetônico e Cultural atípicos, pois foi formada por imigrantes alemães. Italianos e portugueses (açorianos). Todas estas três culturas trouxeram contribuições significativas na Arquitetura, com as técnicas construtivas de suas origens, na economia com seu trabalho artesanal e a consolidação do turismo não somente estadual, mas brasileiro.

A partir da abordagem técnica, se compreenderá, às abordagens políticas e socioambientais, considerando a sustentabilidade, que já está sendo Implementada. Somam-se, ainda, a ação do mercado imobiliário que contribuiu para o aquecimento da Economia Turística para a cidade, e as estratégias de comunicação, para uma maior visualização de Gramado em datas festivas durante o ano. A ação integrada de todas estas contribuições fez reverter a situação e hoje a cidade está em ascensão.

Palavras-chave: Patrimônio Arquitetônico, Cultural, Turismo, Solos

Introdução

Gramado possui uma topografia acidentada, montanhosa contendo desníveis, vales, lagos e quedas d'água, atingindo 830m. de altitude. O município é parte das bacias dos rios dos Sinos e Caí. Sua vegetação é exuberante com a predominância de Araucárias e muitas outras árvores, características da Mata Atlântica como plântanos (especialmente no outono), erva-mate e as oliveiras centenárias. O símbolo botânico da cidade é a flor “hortênsia”, que ladeia as estradas da região. Vide (Fig.. 01 e 02)

Gramado foi criada pela Lei 2.522 de 15 de dezembro de 1954 após ter sido emancipada de Taquara. Foi habitada, inicialmente, pelos índios caingangues. Nos séculos XVIII e XIX foi desbravada pelos portugueses açorianos, denominados de “tropeiros”, que utilizavam a região para o descanso do gado. O tropeiro Tristão José Francisco de Oliveira estabeleceu o primeiro rancho de tábuas, onde compreende hoje, o centro de cidade. Em 1913 vieram os primeiros imigrantes estrangeiros: os alemães e os italianos.

Há duas versões para nome da cidade por Gramado. A primeira é atribuída aos Tropeiros, até o fim do século XIX, pois servia de passagem do

gado pelos campos acima da Serra e onde descansavam. Encontravam-se nestas terras altas, campos de altitude cobertos por gramíneas, denominados de “gramados”. A segunda, muitos acreditam que se deve ao acesso do Vale dos Sinos à Serra Grande, numa travessia chamada de “gramado”. (Fig. 03)

Sua população pelo IBGE (1) - Censo de 2022 é de 40.134 hab. numa área de 237.019km² e densidade de 167,69 hab/km².

Sua Economia recai no Turismo e nas Fabricas de chocolate, que tornou-se a maior atração. A temperatura fria no inverno capta os turistas atraídos pela busca de neve.



Fig. 01 Araucária angustifolia
Fonte: Webysther 20190413132



Fig. 02 Estradas com hortênsias “Hydrangea macrophylla”
Fonte: <https://vivaors.com.br/Campanhas/rota-das-hortensias>

O Vale dos Quilombo que atinge 850m. é cercado pela Mata Atlântica e está tombado pelo CONDEPHAAT (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico do Estado de São Paulo). No final do século XIX, este Quilombo serviu de refúgio para os negros alforiados e fugitivos da escravidão. (Vide Fig. 03)



Fig. 03 Gramado - Vista do Vale do Quilombo denominadas de “Terras altas”
Fonte: <https://pt.wikipedia.org>

A contribuição dos imigrantes ao Patrimônio Arquitetônico e Cultural

Gramado, valorizou a identidade visual, dando ênfase a natureza, entre montanhas e vales com clima frio e após, com a unidade das casas de características europeias.

O marco principal religioso é a Igreja de São Pedro, sugerida pelo Arcebispo D. João Becker em 1917. Foi inicialmente uma pequena capela de madeira, que se transformou na construção da atual, erguida entre 1935 e 1942 com 78.000 pedras basálticas, cujo projeto foi de autoria de Johannes Henriksen. Sua torre atinge 46m de altura, abrigando um sino de 1000kg. Seus vitrais retratam a vida do apóstolo Pedro, tendo sido feitos pela artista alemão Pedro Dobmeyer. Esta igreja foi inspirada no estilo Romano. (Vide Fig. 04)



Fig. 04 Igreja Matriz de São Pedro - Gramado - Fonte: <https://gramadoinesquivel.tur.br>
Secretaria de Turismo de Gramado -RS

A ferrovia à cidade foi outrora muito importante para a Prefeitura Municipal, tendo sido criado um acervo digital sobre a construção de linha férrea, Taquara-Canela, incluindo a Estação de Vargem Grande, (1919) que preserva a história ferroviária com exposições permanentes de documentos, objetos e painéis fotográficos. Este Memorial Ferroviário passou em 2024 por uma restauração estrutural e inovação expográfica (1) e conceitual para dar ênfase a Memória Ferroviária e a História do município. Foram incluídos um Plano Museológico e um Espaço para Reserva Técnica, além de Biblioteca. Houve a integração com a comunidade através de exposições permanente e rotativas. Integrou-se ao Projeto “Escolas + Museus” tendo várias atividades e valorizando o conceito de Territorialidade, pois trabalha com os Museus dos municípios da Região do Vale dos Sinos, através de uma Associação Regional de Museus.

(1) *Expografia é o conjunto de técnicas, métodos e conhecimentos utilizados para criar, desenvolver e montar exposições.*

A documentação de Gramado, bem como todas as outras cidades de origens de imigrantes, ficou registrada, graças ao agrimensor e funcionário do Estado do Rio Grande do Sul José Adriano Flesch (1880 - 1962), que colecionou mapas das colônias dos imigrantes do Rio grande do Sul e de Santa Catarina e criou uma Mapoteca que leva o seu nome e guarda este valioso material. (Vide Fig. 05)



Fig.05 - Planta de parte do Centro de Gramado, sede do 5º Distrito de Taquara - 1936
Fonte: Mapoteca de José Adriano Flesch - colônias dos Imigrantes no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina

A Arquitetura da Serra Gaúcha teve influência europeia, principalmente germânica (bávaras), com casas de pedras, emprego do “enxaimel”, que segundo o Dicionário de Arquitetura Brasileira de Carlos Lemos e Eduardo Corona (2) é a técnica construtiva tradicional em que a estrutura da edificação é feita por uma armação de peças de madeira, dispostas vertical, horizontal e diagonalmente (aparência visível). “Os vãos são preenchidos por materiais leves ou disponíveis na região como tijolos, taipa (barro, pedras ou adobes). As inclinações dos telhados são mais abruptos para o escorregamento da neve. A seguir há alguns exemplos de casa dos imigrantes em Gramado. (Vide Fig. 06, 07e 08).

(2) *Lemos, Carlos & Corona, Eduardo. Dicionário de Arquitetura Brasileira. São Paulo: Editora Edart, 1973.*



Fig.06 Museu Italiano
Fonte: <http://gramado.memo...italiana.jpg> 310.77KB



Fig.07 Casa do Colono
Fonte: <https://gramado.casa-alema.jpg> 72.78KB



Fig. 08 Casa Portuguesa
 Fonte: <https://gramado.casa-...s-etnicas.jpeg> 253.63KB

As outras edificações de Gramado sejam residenciais ou comerciais, seguem o mesmo padrão de características europeias, segundo as normas para construções da Prefeitura. (Vide Fig. 09)



Fig.09 Rua Borges de Medeiros-a principal de Gramado
 Fonte: <http://melhoresdestinos.com.br>

É antiga a preocupação com o meio ambiente em Gramado. O Parque Knorr (até pouco tempo a Aldeia do Papai Noel) foi fundado em 1940 por Oscar Knorr, com área de 9 hectares. Sua residência foi em estilo bávaro e, seu jardim transformado em parque repleta de pinheiros centenários e hortênsias.

O lago Negro, a atração turística mais visitada, está localizada no Bairro Planalto, antigamente denominado de Vale do Bom Retiro, tendo sido destruído em 1942 por um incêndio. Leopoldo Rosenfeld iniciou seu reflorestamento e a construção da barragem do lago em 1953., assemelhou-se aos lagos europeus. As mudas de pinheiros que o rodeiam vieram da Floresta Negra (3). Sua área total é de 89.336m² e do lago de 17.470m².



Fig. 10 Lago Negro - Fonte: <https://www.gov.br/Ministério do Turismo>
 (3) Em alemão “Der Schwarzwald” em Baden-Wurttemberg – Alemanha

O outro lago famoso é “Joaquina Bier”, artificial cercado de casas, hotéis e araucárias adultas. Nele há a celebração do “Natal Luz”, que virou uma atração turística brasileira. Sua área é de total é de 89.336m² e a área de 17.000m².

Há outros como o Parque de Lavanda (particular), Parque Natural Municipal de Pinheiros, Parque Olivas de Gramado etc. Foram contemplados pelo Plano Diretor de Gramado (2022) cerca de 33 bens históricos- culturais naturais e imateriais (pão com linguiça, doces como a “cuca”, vinhos e danças típicas dos imigrantes.

O aparecimento de um desastre natural em 2023: fendas no solo urbano e intempéries

Houve apreensão, movimentação por parte governamental e privada para compreender a situação inédita que a cidade estava passando. Os estudos foram iniciados pelo estudo básico dos solos. Que tipo é este desta cidade, que o solo cede em determinadas áreas urbanas e aparecem fendas nas ruas?

O conhecimento das tipologias do solo do estado do Rio Grande do Sul e principalmente da cidade de Gramado foram o ponto de partida.

TIPOS DE SOLOS	S O L O S	
	COMPOSIÇÃO DOS SOLOS	
	RIO GRANDE DO SUL	GRAMADO
- arenoso - siltoso argiloso - argiloso - orgânico	- rochas vulcânicas ou rochas magnáticas extrusivas; - rochas sedimentares; - rochas plutônicas metamórficas; - sedimentos recentes;	- rochas vulcânicas-que integram a Serra Geral – predominantemente argiloso, derivado de rochas basálticas, com textura fina (+ de 60% de argila)

Fig. 11 – Tabela Solos - Fonte: Paisagens da Geomorfologia. Temas e Conceitos no Século XXI. Org. Antonio Guerra, Hugo Loureiro. Rio de Janeiro: Betrand Brasil, 2022.

Chama-se a atenção para o solo argiloso e compactado: a oxigenação e a drenagem, para evitar o encharcamento do mesmo e conseqüentemente, o escorregamento do terreno. O diagnóstico realizado, comprovou esta afirmação. As fendas e os deslizamentos nos Bairros de Três Pinheiros foram causados pelos movimentos intensificados pela volume de chuvas.

O fenômeno identificado como “rastejo” foi um deslizamento lento e contínuo, que gerou as fendas no Bairro Três Pinheiros e na Ladeira das Azaleas. O estudo se iniciou dividindo em 3 zonas afetadas: baixo, moderado e elevado risco, ajudando as interdições da Defesa Civil.

A FEPAM – Fundação Estadual de Proteção do Ambiente realizou vistorias, confirmando a instabilidade no Bairro Três Pinheiros e no Loteamento Orlandi.

Os técnicos de Engenharia abrangeram o movimento geológico em maior escala e não monitoraram, somente, pontos isolados de risco. A Prefeitura de Gramado e Defesa Civil continuam sistematicamente. as ações de contenção e monitoramento.

Os estudos estão se aprimorando, agregando o máximo de dados geo-ambientais, socioambientais das áreas cársticas, (4) segundo Gutiérrez (2016) afim de compreender sua dinâmica físico-natural e a interferência antrópica na deflagração de situações de risco no intuito de mitigar os impactos produzidos nessa relação sociedade/natureza.

As Recomendações do Serviço Geológico do Brasil sugeriram: o monitoramento permanente, obras estruturantes de drenagem e estudos geotécnicos contínuos.

A União do poder público e privado para reverter o problema

Não existe problema sem solução, mesmo que seja difícil. Os acontecimentos naturais que ocorreram em Gramado, deram esta demonstração. A Prefeitura sozinha não solucionaria com suas Secretarias. Solicitou à Universidade Federal do Rio Grande do Sul ajuda de especialistas específicos evaporitos e mesmo nas rochas menos solúveis como os quartzos, granitos e balsáticos, este último em Gramado. como: Engenheiros de diversas áreas, buscou geólogos para o estudo dos solos, geógrafos, arquitetos da área de Patrimônio, economistas para replanejar o Turismo, as Incorporadoras para o aquecimento do mercado imobiliário e se uniu às ações políticas das Câmara dos Vereadores, que aprovaram um projeto de Lei do Executivo, estabelecendo a nova centralidade – um marco de expansão urbana.

O projeto ocupa uma área de 900 hectares entre os Bairros de Moura e Mato Queimado, Ele está estruturado em 5 pilares: sustentabilidade ambiental, mobilidade e conectividade, desenvolvimento econômico e atratividade, equidade e qualidade de vida, gestão inteligente e participativa.

Em suas diretrizes estão a preservação de áreas ambientais, a criação de parques, corredores ecológicos e ciclovias além da integração entre urbanização e natureza. Foram previstas soluções para mobilidade urbana, transporte público estruturado, incentivo a mobilidade ativa e implantação de um terminal intermodal.

A partir do problema de fendas no solo em alguns locais específicos da cidade, houve a geração de estudos, análises, em todos os setores, observando o potencial existente da cidade e dessa forma, reverteram a situação e estrutural e econômica, avançando com êxito. O mergulho foi benéfico.

Bibliografia

Alvares, Ana Cristina O. Centro de Preservação da História Ferroviária no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Sardi Editora Metrópole, 1995.

Cavalcante, Wanderley e outros. Gramado: dos primeiros povoadores à chegada do trem em 1919. Gramado: Prefeitura Municipal de Gramado, 2023.

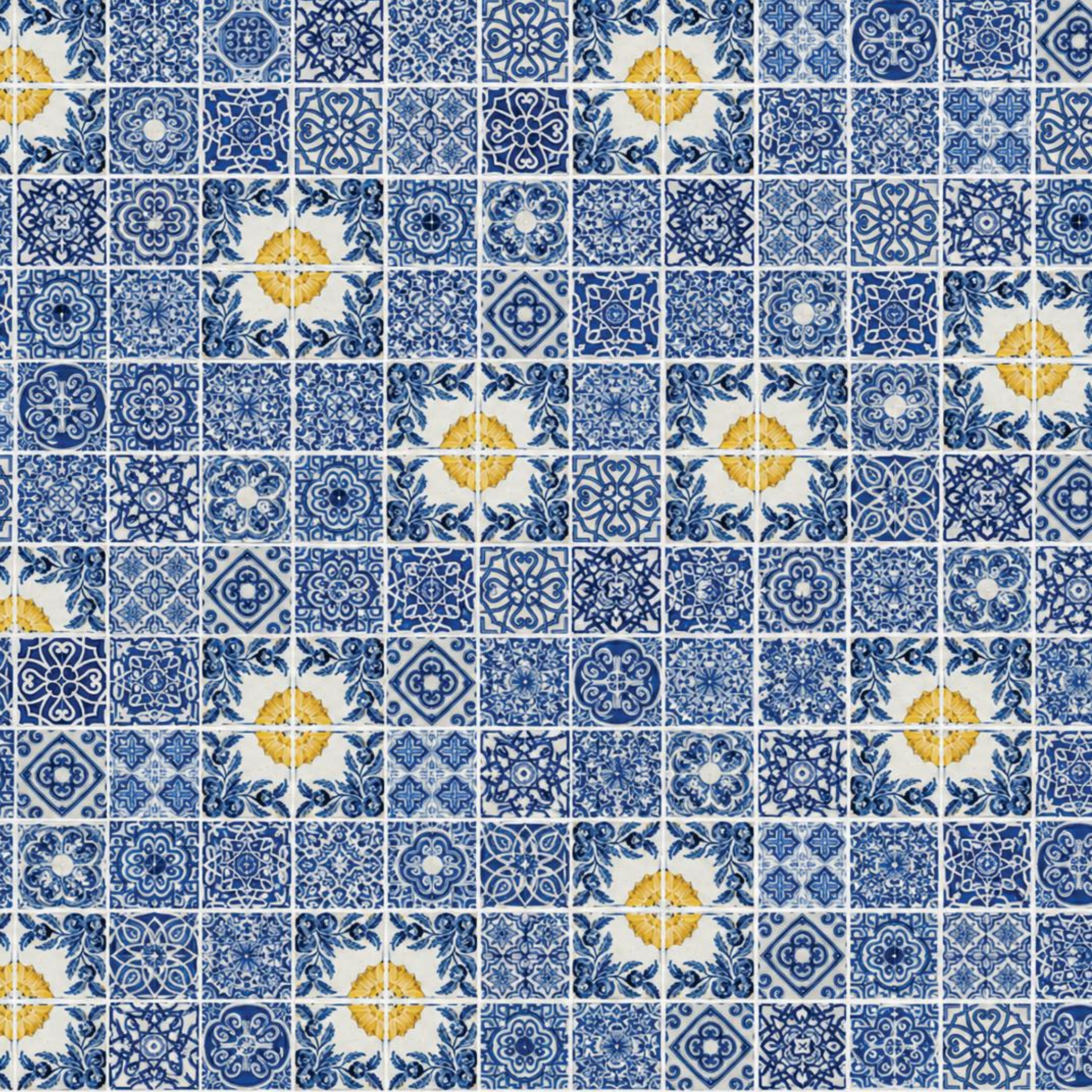
Geomorfologia. Uma atualização de Bases e Conceitos. Org. Antônio José Teixeira Guerra e Sandra Baptista da Unha. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2022.

Paisagens da Geomorfologia Temas e Conceitos no Século XXI. Org. Antônio José Teixeira Guerra e Hugo Loureiro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2022.

Piló, L. B. Geomorfologia Cárstica. In: Revista Brasileira de Geomorfologia, V.1, n.1, p.88-102, 2000.

Prefeitura Municipal de Gramado. Gramado: Secretaria de Turismo, 2024.

Maria José Gomes Feitosa PhD Arquiteta e Urbanista pela Universidade de São Paulo, Docente pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Estágios de Pós Doutorado pela Universidade de Aveiro, Diretora de Programa de Trabalho da União Internacional de Arquitetos: Espaços Públicos (2018-2023) e membro da equipe de Professores de Pós-Graduação da FAUUSP. (1994-2014)





Patrimônio em Disputa: Repensando o Patrimônio Modernista por Meio da Resiliência Urbana

Alessandra Branco Moreira - Erasmus Mundus Joint Master Programme in Architectural and Urban Contemporary Heritage, Guaramirim/SC, Brasil – a.branco.moreira@gmail.com

Resumo

A crescente frequência de desastres relacionados às mudanças climáticas intensificou vulnerabilidades urbanas, especialmente no que se refere à crise habitacional em cidades contemporâneas. Nesse contexto, a reutilização de edifícios abandonados surge como estratégia fundamental para enfrentar desafios ambientais e sociais. Este artigo discute o papel de edifícios modernistas não tombados como potenciais ativos patrimoniais, defendendo que seu valor ultrapassa o reconhecimento institucional formal. A partir do estudo de caso de um edifício modernista vazio em Porto Alegre, afetado pelas enchentes de 2024, a pesquisa investiga como o reuso adaptativo pode contribuir para a resiliência urbana e a inclusão social. O estudo evidencia o paradoxo entre a abundância de imóveis subutilizados e o crescente déficit habitacional em cenários pós-desastre. Ao integrar debates sobre patrimônio e resiliência urbana, o artigo propõe uma revisão dos modelos tradicionais de preservação, defendendo uma compreensão mais dinâmica e inclusiva do patrimônio, na qual a função social e a relevância contemporânea ocupam papel central.

Palavras-chave: Reuso adaptativo; Resiliência urbana; Habitação social.

Introdução

As enchentes de 2024 em Porto Alegre evidenciaram a fragilidade dos sistemas urbanos diante de eventos climáticos extremos, agravando o déficit habitacional e deslocando milhares de moradores. Paralelamente, a cidade apresenta uma contradição persistente: um número significativo de edifícios vazios, muitos deles públicos e localizados em áreas centrais, permanece subutilizado, apesar de seu potencial estrutural e urbano.

Esse paradoxo revela uma desconexão entre políticas urbanas, estruturas institucionais de preservação e necessidades sociais contemporâneas. Enquanto populações vulneráveis enfrentam condições crescentes de precariedade, recursos já existentes no tecido urbano permanecem inativos devido à burocracia, à fragmentação institucional e a modelos rígidos de reconhecimento patrimonial.

Entre essas estruturas estão edifícios modernistas de meados do século XX, frequentemente excluídos das políticas de preservação por sua relativa contemporaneidade e por percepções associadas à obsolescência funcional. Este artigo argumenta que tais edifícios, mesmo sem reconhecimento oficial, devem ser reconsiderados como ativos patrimoniais. Seu valor não reside apenas em atributos arquitetônicos e históricos, mas também em sua capacidade de responder a desafios urbanos urgentes.

Em contextos pós-desastre, o reuso adaptativo emerge como estratégia crítica para discussões mais amplas sobre inclusão social, desenvolvimento urbano sustentável e resiliência a cataclismas, reutilizando recursos existentes, como a revitalização de edifícios abandonados.

2. Referencial Teórico

2.1 Patrimônio além do reconhecimento oficial

As abordagens tradicionais de preservação patrimonial historicamente privilegiaram edifícios oficialmente tombados, monumentos e arquiteturas associadas a períodos históricos mais antigos. Entretanto, debates contemporâneos têm ampliado essa compreensão, reconhecendo o patrimônio como uma construção social dinâmica (Smith, 2006).

Segundo Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), o patrimônio deve ser entendido não apenas a partir de seus atributos materiais, mas também por seus valores sociais, culturais e simbólicos. Essa perspectiva questiona modelos institucionais excludentes, que frequentemente deixam de reconhecer parcelas significativas do ambiente construído contemporâneo.

Nesse sentido, aquilo que é preservado, ou negligenciado, reflete estruturas de poder, disputas de memória e sistemas de valorização cultural.

2.2 A negligência da arquitetura modernista

Apesar de sua relevância histórica e urbana, a arquitetura modernista permanece esquecida em políticas de preservação. Edifícios produzidos ao longo do século XX frequentemente enfrentam abandono, descaracterização ou demolição antes mesmo de serem reconhecidos como patrimônio.

Esse cenário revela o que Prudon (2008) descreve como uma “lacuna patrimonial”, na qual arquiteturas relativamente recentes enfrentam dificuldades para alcançar legitimação institucional. Muitas vezes associadas à obsolescência técnica ou funcional, essas edificações são percebidas como substituíveis, apesar de seu valor arquitetônico e urbano.

2.3 Resiliência urbana e reuso adaptativo

Existe uma interação entre patrimônio urbano e resiliência urbana, marcando uma mudança paradigmática na gestão do patrimônio cultural, afastando-se de uma abordagem focada em bens isolados em direção a uma perspectiva mais holística e integrada. Para falar de patrimônio em escala urbana, é preciso compreender o complexo sistema de patrimônio tangível e intangível

A resiliência urbana é a capacidade de um sistema urbano se adaptar, resistir e se recuperar de perturbações, mantendo suas funções essenciais. No entanto, é importante entender por que isso contribui e pode instigar o valor atribuído aos bens patrimoniais, independentemente de serem oficialmente designados como tal.

As vulnerabilidades urbanas raramente ocorrem isoladamente; sendo geralmente interligadas, reforçando-se mutuamente em um ciclo que exacerba a fragilidade. À medida que as cidades enfrentam desafios climáticos crescentes e urbanização acelerada é crucial fazer perguntas como “resiliência para quem e de quê para quê?”, pois uma vez identificado cuidadosamente esses fatores, é possível ir além e entender como as cidades financiam e quem se beneficia ou perde com a promoção da resiliência. (Meerow & Newell, 2019)

Embora os desastres — naturais ou provocados pelo homem — sejam devastadores, os objetivos de recuperação e reconstrução deixados após eles oferecem um espaço singular para que as sociedades resolvam problemas estruturais reais e previnam sofrimento futuro para as populações afetadas. A participação ativa das comunidades e de diversos grupos de cidadãos no planejamento e na implementação de estratégias é necessária para um resultado bem-sucedido a longo prazo. Considerada uma fonte primária de resiliência, a inclusão social entre as comunidades e as partes interessadas (instituições governamentais e privadas) é essencial para o conhecimento local na promoção de soluções equitativas e eficientes. (Ribeiro & Gonçalves, 2019)

A resiliência social, que se refere à capacidade de uma comunidade de se auto-organizar, ajustar-se às tensões e adaptar-se às mudanças sem comprometer as funções essenciais, desempenha um papel vital na resposta a desastres. Muitas vezes, os primeiros a responder e a agir como os parceiros mais importantes durante uma emergência são as pessoas afetadas por ela. Assim, por que é necessário considerar os fatores e desejos sociais ao tentar construir uma solução de mitigação robusta? (Jha et al., 2013)

A reutilização de edifícios existentes contribui para vitalidade econômica, identidade local e coesão social, fatores essenciais para a resiliência urbana. Sob essa perspectiva, reutilizar edifícios vazios pode ser uma alternativa sustentável à demolição e à construção de novas estruturas, reduzindo impactos ambientais e preservando energia incorporada. Compreendida assim como ato espacial e político, redefinindo relações entre propriedade, uso e valor urbano.

O ICOMOS, alinhado com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas, particularmente a Meta 11.4, defende a criação de cidades e assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis, fortalecendo os esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural mundial.

3. O Paradoxo da Vacância

As cidades brasileiras convivem com uma contradição persistente: a falta de infraestrutura habitacional ao lado de um número considerável de prédios vazios, ocupações irregulares e paisagens urbanas em decadência. Uma grande contradição entre o déficit de moradias e a abundância de edifícios subutilizados ou abandonados cria um cenário propício para ocupações que levam à deterioração ainda maior dessas estruturas, geralmente em áreas bem localizadas da metrópole, como o centro da cidade. Muitos desses imóveis pertencem ao poder público e permanecem desocupados devido à ineficiência administrativa ou à ausência de planejamento estratégico.

Simultaneamente, movimentos sociais e ocupações urbanas evidenciam o potencial desses espaços como resposta emergencial à crise habitacional. Principalmente considerando que nas grandes cidades há uma necessidade urgente de habitação social para acomodar migrantes e famílias de baixa renda.

A Constituição Federal Brasileira de 1988 estabelece o direito à moradia, a função social da propriedade e o acesso equitativo aos recursos da cidade. No entanto, sua aplicação prática permanece limitada, contribuindo para a manutenção de desigualdades espaciais e para o desperdício de recursos urbanos já existentes.

4. Estudo de Caso: Um Edifício Modernista em Porto Alegre

O estudo de caso concentra-se em um edifício modernista localizado no centro histórico de Porto Alegre, originalmente concebido para uso institucional federal. A edificação expressa princípios característicos do modernismo, como racionalidade estrutural, funcionalidade e integração urbana.

Embora não seja oficialmente tombado, o edifício possui relevância arquitetônica e urbana significativa, representando parte importante da produção modernista no sul do Brasil e do arquiteto Emil Bered, agente importante no cenário arquitetônico porto-alegrense. Sua localização estratégica e sua escala reforçam seu potencial como instrumento de regeneração urbana.



Figura 1 - Fachada do edifício do INSS após a ocupação.
Nota: foto de Jonathan Heckler for Agência RBS, 2024



Figura 2 - Pessoas apoiando a ocupação.
Nota: foto de Isabelle Rieger for Sul21, 2024

Após as enchentes de 2024, o edifício foi informalmente ocupado pelo MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto) para abrigar famílias desalojadas. A ocupação recebeu o nome de Maria da Conceição Tavares, em homenagem à economista e escritora luso-brasileira. (figura 1 e 2)

A iniciativa persiste até os dias atuais ao desenvolvimento desta pesquisa, revelando assim sua capacidade latente de funcionar como infraestrutura emergencial, demonstrando adaptabilidade, acessibilidade e imediata usabilidade. Mais do que um objeto arquitetônico estático, o edifício evidenciou sua condição de ativo urbano capaz de responder a demandas sociais urgentes.

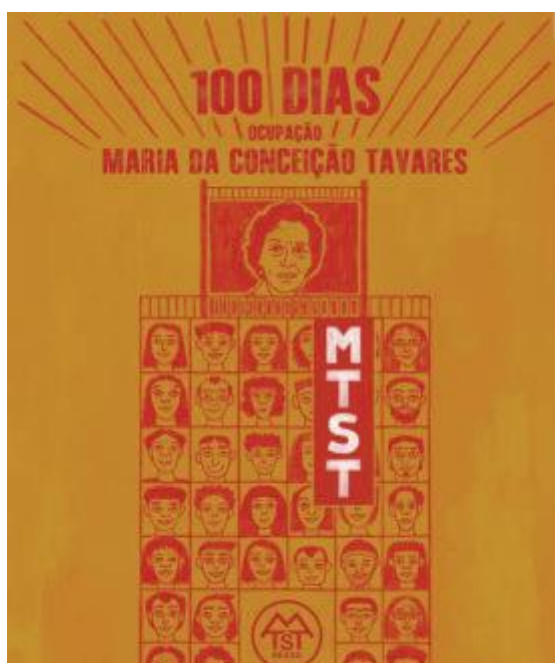


Figura 3 - Banner celebrativo de 100 dias (MTST, 2024)



Figuras 4 e 5 - Fotos das atividades na ocupação. (Isabelle Rieger/Sul21, 2024)

5. Discussão

O estudo de caso evidencia as limitações dos modelos tradicionais de preservação patrimonial, frequentemente baseados em reconhecimento oficial e distanciamento histórico como critérios centrais de legitimação. Tais abordagens mostram-se insuficientes diante das urgências urbanas contemporâneas, especialmente em contextos marcados por vulnerabilidade climática, desigualdade habitacional e fragilidade institucional.

Nesse cenário, edifícios modernistas não tombados ocupam posição ambígua: apesar de sua relevância arquitetônica e urbana, permanecem excluídos das políticas de preservação, tornando-se suscetíveis ao abandono ou à demolição. Entretanto, como demonstrado em Porto Alegre, essas estruturas podem desempenhar papel fundamental na resposta a crises urbanas, particularmente por sua capacidade de acolher habitação emergencial e apoiar processos de resiliência comunitária.

Este artigo defende que a função social deve ser incorporada como critério central no reconhecimento patrimonial. Edifícios que contribuem ativamente para enfrentar desafios contemporâneos — como déficit habitacional e resposta a desastres — representam uma forma de “patrimônio vivo”, cujo valor é continuamente produzido pelo uso, pela ocupação e pela adaptação.

Essa perspectiva exige uma transição de modelos estáticos de preservação para abordagens mais dinâmicas e inclusivas. Em vez de compreender o patrimônio como categoria fixa e imutável, torna-se necessário entendê-lo como recurso em constante transformação, capaz de dialogar com demandas urbanas presentes e futuras.

Nesse sentido, o reuso adaptativo ultrapassa uma estratégia meramente técnica, configurando-se como instrumento crítico de redefinição do papel da arquitetura frente às agendas sociais, ambientais e climáticas contemporâneas.

6. Conclusão

A intensificação de desastres relacionados às mudanças climáticas exige uma revisão das práticas de planejamento urbano e preservação patrimonial. O caso de Porto Alegre demonstra que edifícios modernistas não tombados — frequentemente negligenciados por estruturas institucionais — possuem potencial significativo como instrumentos de resiliência urbana.

Ao ampliar os critérios de reconhecimento patrimonial para incluir função social, adaptabilidade e relevância contemporânea, torna-se possível integrar preservação, justiça social e sustentabilidade urbana. Mais do que preservar objetos estáticos do passado, o patrimônio deve ser compreendido como elemento ativo na construção de futuros urbanos mais inclusivos, resilientes e sustentáveis.

Referências

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 maio 2026.

HARVEY, David. Rebel Cities: From the Right to the City to the Urban Revolution. London: Verso, 2012.

ICOMOS. Culture, Heritage and Resilience. Paris, 2019.

JHA, A. K.; MINER, T. W.; STANTON-GEDDES, Z. Building urban resilience: principles, tools, and practice. Washington, DC: World Bank, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1596/978-0-8213-8865-5>. Acesso em: 10 maio 2026.

MEEROW, Sara; NEWELL, Joshua. Urban resilience for whom, what, when, where, and why? Urban Geography, 2019.

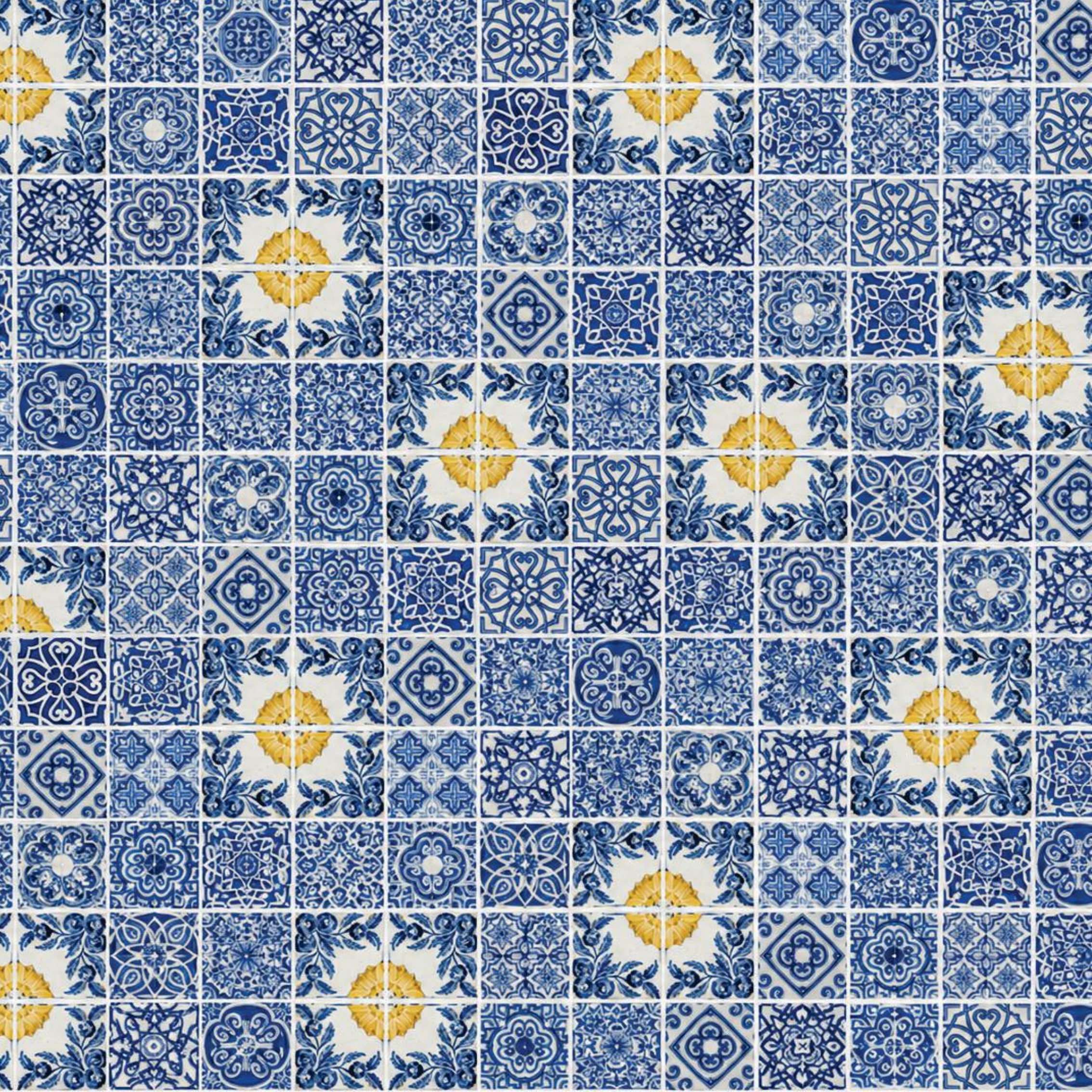
PRUDON, Theodore H. M. Preservation of Modern Architecture. Wiley, 2008.

RIBEIRO, P. J. G.; GONÇALVES, L. A. P. J. Urban resilience: a conceptual framework. Sustainable Cities and Society, v. 50, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.scs.2019.101625>. Acesso em: 10 maio 2026.

SMITH, Laurajane. Uses of Heritage. Routledge, 2006.

UNITED NATIONS. Transforming Our World: The 2030 Agenda for Sustainable Development. New York, 2015.

United Nations. Paris Agreement. Paris: United Nations Framework Convention on Climate Change (UNFCCC), 2015.





DO MAR À CIDADE: Regeneração da Orla do Mar Grosso, Laguna/SC como estratégia de resiliência climática e proteção do patrimônio costeiro.

Vitória Kallenberger Parzianello - Egressa da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Laguna, Brasil – vitoria.parzianello@gmail.com.

Claudione Fernandes de Medeiros - Doutora, professora da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Laguna, Brasil – claudione.medeiros@udesc.br

Resumo

O processo histórico de urbanização desordenada em áreas litorâneas, como na orla do Mar Grosso, em Laguna/SC, tem intensificado vulnerabilidades socioambientais em decorrência às mudanças climáticas, especialmente relacionadas a alagamentos, erosão costeira e degradação da restinga, impactando também o patrimônio cultural e paisagístico local, perdendo a identidade e a memória coletiva da cidade. Este artigo, é resultante do Trabalho de Conclusão de Curso de Arquitetura e Urbanismo, analisa os conceitos de regeneração urbana, urbanidade e infraestrutura verde, incorporando a resiliência climática como base projetual. Como objetivo, propõe diretrizes para a regeneração da orla, visando mitigar riscos ambientais, restaurar ecossistemas e valorizar a identidade cultural. A proposta evidencia o papel das soluções baseadas na natureza como estratégia de adaptação climática e proteção do patrimônio costeiro.

Palavras-chave: Regeneração Urbana; Infraestrutura verde; Resiliência Climática.

Introdução

A regeneração urbana consiste em um processo voltado à solução de problemas de degradação ambiental e à promoção de melhorias nas condições urbanas, sociais e econômicas (ROBERTS; SYKES, 2000; MENDES, 2013). No entanto, no cenário atual, o crescimento urbano associado à vocação turística das cidades litorâneas tem intensificado impactos negativos sobre seus ecossistemas frágeis (SILVA, 2021).

Atualmente, as mudanças climáticas ampliam esses desafios, especialmente em áreas costeiras, onde se observam alagamentos recorrentes, erosão e perda de ecossistemas, como a restinga. Esses processos não apenas afetam a infraestrutura urbana, mas também ameaçam o patrimônio cultural e paisagístico associado à relação entre cidade e mar. Em Laguna/SC, o desenvolvimento urbano seguiu a lógica de expansão sobre áreas naturais costeiras, especialmente na orla do bairro Mar Grosso, um importante polo turístico. A ocupação desordenada contribuiu para a degradação ambiental e para a fragilidade desse sistema costeiro (GIOVANNI, 2019).

Diante disso, a proteção da restinga e a qualificação dos espaços urbanos tornam-se fundamentais para promover resiliência climática, qualidade ambiental e valorização cultural. A utilização de infraestrutura verde

apresenta-se como estratégia relevante nesse contexto, ao possibilitar a replicação de processos naturais e contribuir para a adaptação às mudanças climáticas (HERZOG, 2010; PELLEGRINO, 2014).

Este artigo, tem como objetivo propor diretrizes projetuais para fortalecer a identidade local, através da regeneração urbana e paisagística e proteção do patrimônio costeiro para a orla do Mar Grosso.

Metodologia

A pesquisa possui uma abordagem qualitativa e natureza exploratória e propositiva, sendo estruturada em quatro etapas complementares. Inicialmente, realizou-se uma revisão bibliográfica sobre regeneração urbana, urbanidade, infraestrutura verde e resiliência climática, visando fundamentar teoricamente a proposta e compreender estratégias aplicáveis a áreas costeiras.

Na segunda etapa, desenvolveu-se a análise da área de intervenção, na orla do bairro Mar Grosso, em Laguna/SC, com foco na identidade do local, a partir de levantamentos históricos, culturais, físicos, ambientais, urbanos e legais. Foram elaborados mapas temáticos, como os pontos de interesse da população, mapa de usos e fluxos, análise do uso do solo, sistema viário, vegetação, legislação e identificação de pontos de alagamento, possibilitando a identificação das condicionantes e potencialidades do território.

Na terceira etapa, foram realizados estudos de referências projetuais, selecionando casos nacionais e internacionais de requalificação de orlas urbanas que resgatam a memória coletiva e a regeneração urbana.

Por fim, com base no referencial teórico, na análise da área e nos estudos referenciais, foi desenvolvido o partido urbanístico, estruturado a partir de diretrizes projetuais voltadas à regeneração urbana e ambiental e ao resgate da memória coletiva. Integrando a infraestrutura verde, valorização do patrimônio costeiro e promoção da urbanidade, consolidando-se a proposta como uma estratégia de intervenção para a orla do Mar Grosso.

O texto foi revisado e teve apoio na redação com auxílio do ChatGPT (OpenAI), sob validação crítica das autoras.



Estratégias integradas para a regeneração e resiliência de paisagens costeiras.

A regeneração urbana busca reverter processos de degradação e promover melhorias ambientais, sociais e espaciais, atuando na requalificação de áreas urbanas fragilizadas (ROBERTS; SYKES, 2000; MENDES, 2013). Em áreas costeiras, esse conceito está diretamente relacionado à recuperação de ecossistemas e à adaptação às mudanças climáticas, especialmente diante da intensificação de eventos extremos e da vulnerabilidade ambiental desses territórios. Nesse contexto, a regeneração ultrapassa a ideia de simples recuperação, assumindo um papel estratégico na construção de cidades mais resilientes e sustentáveis (CASTANHEIRA; BRAGANÇA; MATEUS, 2014).

A urbanidade refere-se à qualidade das relações entre pessoas e espaço urbano, sendo fundamental para a apropriação e vitalidade dos espaços públicos (AGUIAR, 2012; BENEDET, 2019). Em frentes d'água, a promoção da urbanidade torna-se ainda mais relevante, ao possibilitar a reconexão entre população, paisagem e corpo hídrico, fortalecendo o sentimento de pertencimento e a identidade local.

A infraestrutura verde, por sua vez, consiste em aplicar soluções baseadas na natureza (SbN), como jardins de chuva, canteiros pluviais e recuperação da vegetação nativa, capazes de replicar processos naturais no ambiente urbano (HERZOG, 2010; CORMIER; PELLEGRINO, 2008). Essas estratégias contribuem para a melhoria da drenagem, redução de alagamentos e qualificação ambiental das cidades.

Além disso, a infraestrutura verde desempenha papel fundamental na promoção da resiliência climática, ao aumentar a capacidade dos sistemas urbanos de absorver, adaptar-se e responder aos impactos das mudanças climáticas (PELLEGRINO, 2014). Em áreas costeiras, a recuperação de ecossistemas como a restinga atua como barreira natural, auxiliando na proteção contra processos erosivos e eventos extremos, ao mesmo tempo em que contribui para a preservação da biodiversidade e da paisagem cultural.

Dessa forma, esses conceitos orientam a construção de estratégias projetuais capazes de integrar adaptação climática, regeneração ambiental e qualificação do espaço urbano em áreas costeiras.

Análise da Orla do Mar Grosso e de referenciais projetuais

A Orla do Mar Grosso, no município de Laguna/SC, é caracterizada pela forte vocação turística e crescente pressão urbana sobre ecossistemas costeiros (SILVA, 2021; GIOVANNI, 2019). A análise do território evidenciou condicionantes ambientais, urbanas e culturais que necessitam de estratégias de regeneração urbana para promover a adaptação às mudanças climáticas e de urbanidade para salvaguardar a identidade local.

Do ponto de vista urbano, observa-se a predominância do uso residencial, com presença pontual de atividades comerciais voltadas ao turismo, além de uma forte pressão imobiliária que vem apagando a cultura local. A

área apresenta carência de espaços públicos qualificados, resultando em baixa diversidade de usos.

Em relação à mobilidade, verifica-se a predominância do transporte individual, associada à baixa oferta de transporte público e à descontinuidade da malha cicloviária. Essa condição compromete o acesso equitativo à orla, impactando de forma mais significativa a própria população local, reforçando a necessidade de estratégias voltadas à mobilidade ativa e à integração urbana.

Do ponto de vista ambiental, destacam-se a degradação da restinga, a presença de espécies invasoras e a fragilidade das dunas, evidenciando a perda da capacidade natural de proteção costeira (Silva, 2021). Essa condição amplia a vulnerabilidade da área frente às mudanças climáticas, especialmente quanto à erosão e ao avanço da areia sobre o sistema viário. Também foram identificados pontos recorrentes de alagamento, sobretudo na Avenida Maurílio Kfourir, demonstrando a insuficiência do sistema de drenagem urbana. Esse cenário reforça a necessidade de adoção de soluções baseadas na natureza como estratégia de mitigação e adaptação climática (Herzog, 2010; Pellegrino, 2014).

No campo cultural, destaca-se a pesca artesanal com auxílio dos botos, prática reconhecida como patrimônio cultural imaterial, cuja preservação está diretamente vinculada à memória coletiva.

A partir desse diagnóstico, identificam-se como principais desafios da área: a fragilidade do ecossistema costeiro, a recorrência de alagamentos, a baixa qualidade dos espaços públicos e a necessidade de preservação e valorização do patrimônio cultural. Esses elementos orientam diretamente a definição das diretrizes projetuais.

Foram analisados três projetos de referência: o Parque Urbano da Orla do Guaíba, em Porto Alegre/RS, o Atlântica Parque e Parque Costeiro, em Vitória/ES, e a Orla de Thessaloniki, na Grécia (quadro 1). A seleção considerou intervenções em frentes d'água com enfoque na regeneração urbana, qualificação do espaço público e preservação da cultura local.

Referencial	Aspectos relevantes
Parque Urbano da Orla do Guaíba	Forte urbanidade, pertencimento local, diversidade de usos, acessibilidade e integração entre população e água. O partido aplica -se estratégias como percursos contínuos, espaços de permanência, áreas de lazer e valorização da relação visual e física com o corpo d'água (Vale, 2021).
Atlântica Parque e o Parque Costeiro:	Referência em regeneração ambiental, recuperação da restinga com espécies nativas e implementação da educação ambiental. Estratégias fundamentais para a definição de diretrizes voltadas à recomposição do ecossistema costeiro e à conscientização da população, influenciando na criação de um centro de educação ambiental e de recuperação das dunas (Vale, 2024).
Orla de Thessaloniki:	Contribuiu na organização espacial do projeto, com zoneamento claro, distribuição de equipamentos ao longo da orla, criação de espaços de contemplação e permanência, valorizando a paisagem e da identidade cultural. Esses aspectos influenciaram diretamente na proposta de organização do Parque Entre Mar (CUOMO, 2013).

Quadro - Síntese dos aspectos relevantes analisados - Fonte: Elaborado pelas autoras, 2026.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com base nos resultados, estabeleceram-se diretrizes e estratégias projetuais que indicam que a integração entre regeneração urbana, infraestrutura verde e urbanidade potencializa a valorização da identidade local, do patrimônio costeiro e da resiliência climática (quadro 2).

Diretrizes	Estratégias
Propor espaços que estimulem o convívio social e o pertencimento local. (Urbanidade)	- Propor um parque central, integrador e acolhedor para todas as idades. - Propor a valorização do patrimônio costeiro com espaços de lazer, permanência, esporte, gastronômicos.
Propor a regeneração e preservação da biodiversidade (Projeto de Regeneração ambiental)	- Propor a recuperação da restinga e as dunas com espécies nativas, removendo invasoras, visando restaurar a paisagem natural. - Promover a partir da regeneração ambiental, a resiliência do ambiente costeiro frente às mudanças climáticas. - Implantar centro de educação ambiental para a conscientização da comunidade.
Incentivar práticas esportivas acessíveis a todas as idades	- Implantar espaços de esporte e lazer, como quadras, pista de skate, escola de surf, espaço infantil e academia ao ar livre.
Valorizar o Pedestre	- Proposta de requalificar a ciclovia para torná-la mais segura e conectada a outros bairros. - Calçadas completas, acessíveis, seguras e convidativas.
Reduzir alagamentos na orla do Mar Grosso (Infraestrutura Verde)	- Propor soluções baseados na natureza e no conceito de infraestrutura verde para solucionar o agravamento de espaços alagados na orla do Mar Grosso; - Utilizar pisos drenantes e materiais sustentáveis para a área.

Quadro - Síntese dos aspectos relevantes analisados - Fonte: Elaborado pelas autoras, 2026.

Nesse contexto, a proposta estrutura-se na criação do Parque Entre Mar, concebido como elemento articulador entre a memória local, a cidade, a orla e ecossistema natural. A intervenção busca mitigar processos de degradação ambiental, especialmente a perda da restinga e os alagamentos recorrentes, com foco na adaptação da cultura local às emergências atuais (figura 1).



Figura 1 : Proposta de criação do Parque Entre Mar.
Fonte: Projeto das autoras, com renderização de AK.Oficina.

Do ponto de vista ambiental, a principal estratégia consiste na recuperação da restinga e das dunas com espécies nativas, associada à remoção de invasoras, promovendo a reestruturação do sistema ecológico costeiro, a proteção contra processos erosivos e o fortalecimento da biodiversidade local. A

infraestrutura verde é a estratégia central para a mitigação e adaptação às mudanças climáticas, as tipologias utilizadas, como pavimentos drenantes, áreas permeáveis e dispositivos de drenagem natural, respondem aos problemas de alagamento identificados, ampliando a capacidade de infiltração e retenção das águas pluviais (figura 2).

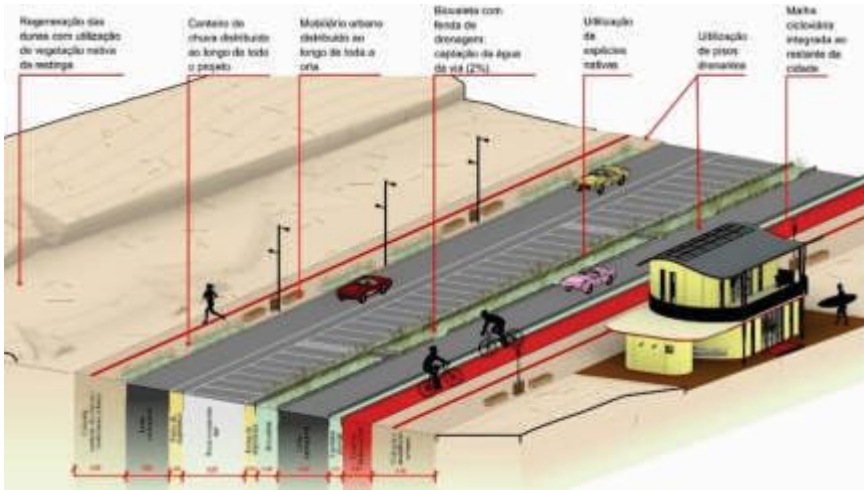


Figura 2: Perfil de via Av. Maurílio Kfourri com propostas para a regeneração ambiental.
Fonte: Elaborado pelas autoras, 2025.

No âmbito urbano, os resultados evidenciam a necessidade de qualificação dos espaços públicos promovendo a urbanidade e apropriação do território. Nesse sentido, a proposta cria percursos contínuos, espaços de permanência, equipamentos de lazer e esportes, além da requalificação da praça Seival na figura 3, estabelecendo conexões entre os diferentes pontos de interesse da orla.



Figura 3: Proposta de requalificação da Praça Seival
Fonte: Projeto das autoras, com renderização de AK.Oficina

Outro aspecto relevante foi valorização do patrimônio cultural, especialmente a pesca artesanal com auxílio dos botos e a prática do surf, que estão diretamente ligada à identidade local. A proposta reconhece que a preservação desse patrimônio depende da integridade ambiental da lagoa e da orla, incorporando estratégias de educação ambiental com a implantação de um centro educativo e da escola de surf.

A análise integrada demonstra que a regeneração da orla não deve ser compreendida apenas como uma intervenção física, mas como um processo que articula dimensões ambientais, sociais e culturais. Nesse sentido, o projeto evidencia o potencial das soluções baseadas na natureza como instrumentos de adaptação climática, ao mesmo tempo em que reforça a importância da urbanidade na construção de espaços que respeitem a cultura local e não se tornem padrões sem identidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa evidenciou que áreas costeiras urbanizadas, como a orla do Mar Grosso em Laguna/SC, apresentam vulnerabilidade frente às mudanças climáticas, especialmente em função da degradação de ecossistemas naturais, da ocupação desordenada e da insuficiência de infraestrutura urbana, assim como, que o desenvolvimento da orla pode estabelecer padrões, aos quais a comunidade não se identifique mais, perdendo a memória local.

Portanto, a regeneração urbana deve aliar questões ambientais para a resiliência climática, mas também urbanidade cultural na qualificação dos espaços públicos e na reaproximação entre população e ambiente natural. Essa relação é fundamental para a preservação do patrimônio cultural, como a pesca artesanal com auxílio dos botos e a prática do surf. Os resultados demonstram que a integração entre regeneração urbana, infraestrutura verde e valorização cultural constitui um caminho consistente para o desenvolvimento de áreas costeiras mais resilientes e sustentáveis.

Por fim, destaca-se que a efetividade dessas estratégias depende não apenas de intervenções físicas, mas também do envolvimento da comunidade e da articulação entre políticas públicas, planejamento urbano e educação ambiental, garantindo a continuidade dos processos de regeneração e a preservação dos valores naturais e culturais ao longo do tempo. Dessa forma, o estudo reforça o papel do projeto urbano como instrumento ativo de adaptação climática e preservação do patrimônio em territórios costeiros.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Douglas. Urbanidade e a qualidade da cidade. In: HOLANDA, Frederico de et al. Urbanidades. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2012. p. 61-80.

BENEDET, Michelle Souza. Urbanidade em frentes de água: o encontro da água, da cidade e das pessoas. 2019. 460 f. Tese (Doutorado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

CASTANHEIRA, G. S.; BRAGANÇA, L.; MATEUS, R. Definindo melhores práticas em projetos de Regeneração Urbana Sustentável. Ambiente Construído, Porto Alegre, v. 14, n. 3, p. 7-25, jul./set. 2014. ISSN 1678-8621 Associação Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído.

CUOMO, Bernard. Requalificação da Nova Orla de Thessaloniki. ArchDaily Brasil, 10 jul. 2013. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/01-126020/requalificacao-da-nova-orla-de-thessaloniki-slash-prodromos-nikiforidis-bernard-cuomo>. Acesso em: 13 abr. 2025. ISSN 0719-8906.

GIOVANNI, Eduardo Nogueira. TERRITÓRIO EM TRANSFORMAÇÃO: turismo costeiro, processos de crescimento urbano e espaço público em laguna-SC. 2019. 215 f. Tese (Doutorado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

HERZOG, Cecília Polacow. Infraestrutura verde para cidades mais sustentáveis. Secretaria do Ambiente. Versão Executiva. [S. l.]: ICLEI Brasil, 2010.

MENDES, Luís. A regeneração urbana na política de cidades: inflexão entre o fordismo e o pós-fordismo. Urbe - Revista Brasileira de Gestão Urbana, [S. l.], v. 5, n. 449, p. 33, 2013. Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUCPR. <http://dx.doi.org/10.7213/urbe.7784>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/urbe/a/3N9PYJv3CJ8WntFbMVYnVCM/?lang=pt>. Acesso em: 24 mar. 2025.

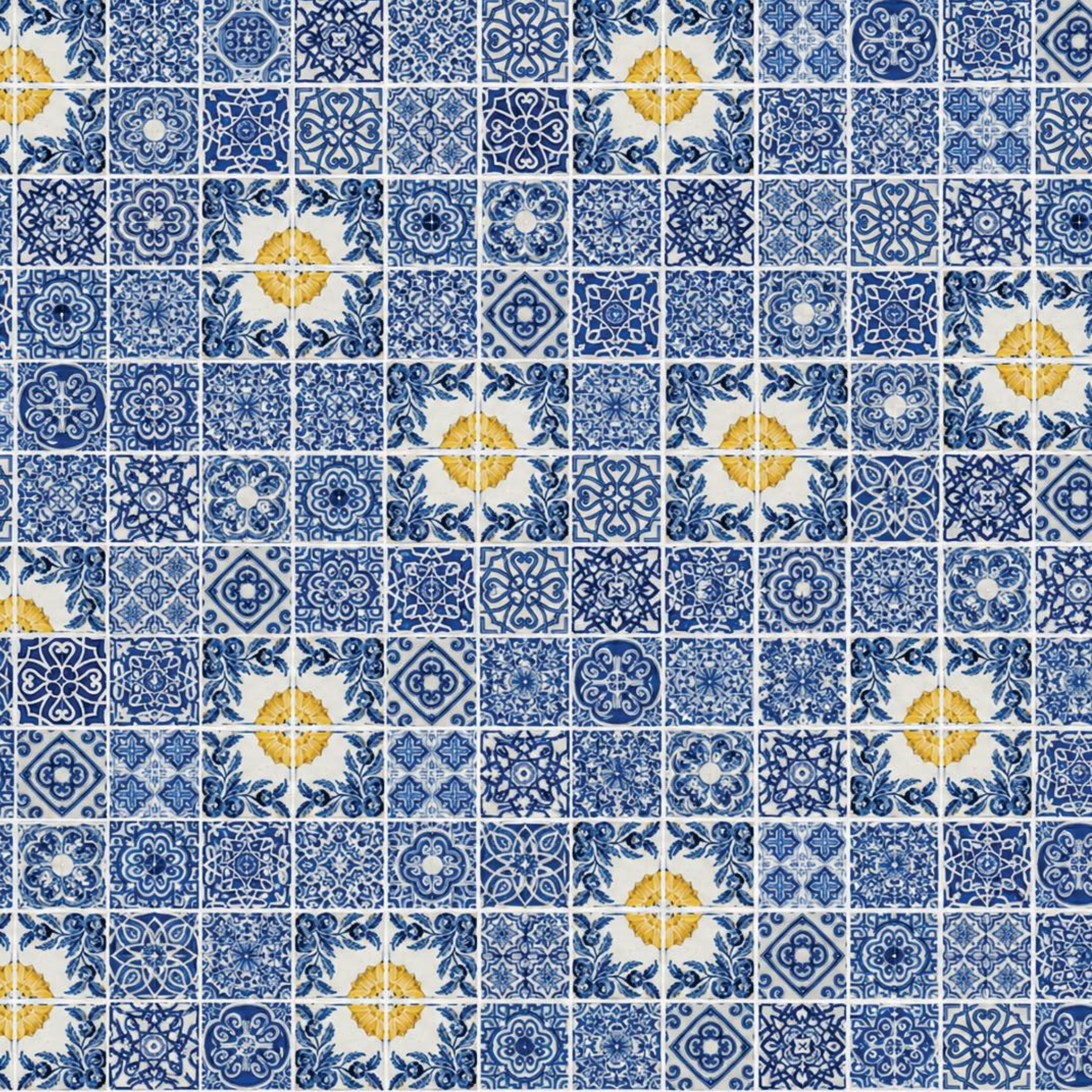
ROBERTS, Peter; SYKES, Hugh. Urban Regeneration. [S. l.]: Sage, 2000. 337 p. Disponível em: <https://planninginsights.co.in/data/ebook/1622361552.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2025.

SILVA, Rhafe Concolato da. Urbanização e exploração turística do litoral brasileiro: Relações e implicações. Múltiplos Acessos, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 167-177, ago. 2021. Revista Científica Interdisciplinar Múltiplos Acessos. <http://dx.doi.org/10.51721/2526-4036>. Disponível em: <http://www.multiplosacessos.com/multaccess/index.php/multaccess/article/view/217/164>. Acesso em: 24 mar. 2025.

PELLEGRINO, Paulo Renato M. A paisagem como Infraestrutura: função e método. Volume apresentado ao concurso de títulos da FAUUSP. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2014.

VADA, Pedro. Parque Urbano da Orla do Guaíba: Jaime Lerner arquitetos associados. Jaime Lerner Arquitetos Associados. 2021. Disponível em: https://www.archdaily.com.br/br/907892/parque-urbano-da-orla-do-guaiba-jaime-lerner-arquitetos-associados?ad_medium=gallery. Acesso em: 13 abr. 2025.

VALE S.A. TCA Praia de Camburi. Disponível em: <https://vale.com/pt/camburi>. Acesso em: 13 abr. 2025.





Catedral Santa Teresinha do Menino Jesus
Joaçaba/SC

Paisagem Cultural da Serra Catarinense. Patrimônio ameaçado.

Ana Alice Miranda Duarte - Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL – Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Florianópolis, Brasil – ana.alice@ulife.com.br

Resumo

O artigo discute a preservação autêntica da paisagem cultural da serra catarinense, enfatizando a relação histórica entre o homem e o meio ambiente diante das transformações contemporâneas. Analisa patrimônio material e imaterial e aponta o turismo sustentável como estratégia de conservação.

Palavras-chave: paisagem cultural; patrimônio cultural; turismo sustentável.

Introdução

A vida estruturada em lombo de mulas percorrendo caminho sinuosos e indo do planalto serrano ao litoral era uma constante na paisagem catarinense. Muito mais que um meio de vida e sustento da população local, essa cultura formou a paisagem dessa região. Surgindo os corredores de taipa (muros de pedras) que serviam como limite para o gado, evitando assim a sua dispersão ao longo da rota. Esses são os resquícios culturais de uma região que apresenta constante transformações.

A cultura é um dos maiores patrimônios que detém uma população, pois é ela a responsável por apreender as raízes de um povo e sua identidade, distinguindo-os enquanto cidadãos.

O presente trabalho tem como objetivo fortalecer a importância da preservação dessa paisagem face as constantes transformações presentes nesta região e sugerir possíveis ações para a sua conservação. A região da serra catarinense além de riquezas culturais tem um grande potencial turístico que está sendo abordado com o incentivo do turismo rural.

Porém uma sociedade que busca o progresso de forma consciente e sustentável tem como meta conviver de forma harmoniosa como a herança dos seus antepassados e a paisagem cultural serve de elo entre o passado e o presente, verdadeiro testemunho da memória de uma comunidade. Funcionando como um elemento de resgate da cidadania para a atual e futuras gerações que conhecerão sua própria origem e história de sua cidade.

As ações de preservação e conservação deste legado são um importante meio de desenvolvimento turístico para a região. Soma-se a esse cenário de fragilidade institucional e normativa o agravamento dos impactos decorrentes das mudanças climáticas, que vêm intensificando processos naturais de degradação da paisagem cultural. Eventos extremos, como chuvas intensas, variações bruscas de temperatura, períodos prolongados de estiagem e aumento da frequência de processos erosivos, afetam diretamente a integridade física dos remanescentes materiais, especialmente estruturas construtivas tradicionais como os corredores de taipa, caracterizados por técnicas de empilhamento de pedras sem argamassa. Essas estruturas, historicamente adaptadas a um regime climático mais estável, tornam-se cada vez.

Contextualização

Região colonizadas pelos tropeiros no século XVIII, vindos de São Paulo, sob o auxílio da Coroa Portuguesa, tinha como objetivo agregar a economia, a geopolítica e a cultural do Sul com o centro do Brasil. As relações mercantis realizadas entre o planalto serrano e o litoral catarinense passavam muitas das vezes pela região de Coxinha Rica, que se constitui de uma planície na serra catarinense que pertence ao município de Lages/SC, a mil metros acima do nível do mar.

As fazendas do planalto catarinenses surgem como uma extensão das atividades pecuarista praticadas nos Campos Gerias e no Rio Grande do Sul. Elas se constituem em um importante ponto de invernção e criação do gado. A vegetação dessa região é construída pelos campos de altitudes, onde predomina as gramíneas e o renascente da floresta de araucária. O que favorece a pecuária e influência a economia nos dias de hoje. A população descendente de escravos, indígenas e do colonizador paulista constitui em um modo de vida caracterizado pela diversidade cultural. Esse espaço passa a ser caracterizado pela formação de grandes fazendas pastoris, em áreas com baixa densidade demográfica.

Desta forma, estabeleceram-se as principais ligações entre os Estados do Sul com o Sudeste. Ligações essenciais para os transportes de mercadorias e comunicações com os centros consumidores. Essas relações desenvolveu uma paisagem cultural singular que reflete a relação do homem com o meio ambiente.

A paisagem dessa região é constituída de mais de 100 Km de corredores de taipas, elemento que constitui um patrimônio cultural e histórico da serra catarinense. As taipas são formadas por muros de fragmento de rochas empilhando que servem de limites para o gado evitando a sua dispersão ao longo do trajeto que eram conduzidos pelos tropeiros. A construção das taipas configura-se em uma técnica simples e de baixo custo, empregando trabalho de agregado e no século XIX também dos escravos.

Ao longo desses caminhos a paisagem foi sendo construída de forma singular, verdadeiro testemunho da relação do homem com a natureza. Os tropeiros conduziam tropas de mulas e boiadas, vestiam-se com bombachas, poncho, botas com esporas, na cintura a guaiaca, a garrucha e o facão, para defesa na estrada. Com seus caminhos de taipas foram criando ao longo do trajeto áreas de pouso e invernada. A comercialização da produção, como queijo, couro, lã, cera, banha e toucinho ocorria através da base da troca, inclusive por tecidos, calçados, ferramentas e armarinhos em geral. Por mais de dois séculos transformaram e enraizaram a paisagem com suas idas e vindas pelos caminhos sinuosos da serra catarinense, trazendo notícias, transportando alimentos e construindo a região.

Conforme (Brandt, 2012, p. 109), “A ocupação do planalto, se ocorria preferencialmente nas áreas com melhor qualidade, próximos aos caminhos de tropas ou em áreas de acesso facilitado em suas ramificações, passou também, na medida em que a região se povoava, a ocupar espaços cada vez mais distantes, interiorizando o povoamento.”

A paisagem do planalto serrano catarinense começa a sofrer transformações significativas, a partir do século XX, devido principalmente a política de modernização da agricultura. A partir da década de 40 do século XX, o estado de Santa Catarina procura modernizar e desenvolver a economia agrária. Pois ele encontrava-se em atraso em relação aos outros Estados, principalmente São Paulo e Rio Grande do Sul.

Essa tríade de ações, êxodo rural, inserção do *Pinus elliotti* na paisagem e a fragmentação territorial em pequenas áreas rurais de subsistência, favorecem a descaracterização da paisagem local. O que compromete a conservação e a preservação da paisagem cultural do planalto serrano catarinense.

Mudanças climáticas e vulnerabilidade da paisagem cultural rural

As mudanças climáticas configuram-se, na contemporaneidade, como um dos principais vetores de risco ao patrimônio cultural, especialmente às paisagens culturais rurais, onde os bens se encontram diretamente expostos às dinâmicas naturais. Diferentemente do patrimônio edificado urbano, frequentemente protegido por intervenções técnicas e monitoramento contínuo, os elementos que compõem as paisagens culturais extensas — como caminhos históricos, muros de taipa, áreas de inverno e campos naturais — apresentam elevada sensibilidade a processos de erosão hídrica, instabilidade do solo e alterações na cobertura vegetal.

No contexto da serra catarinense, a intensificação de eventos climáticos extremos potencializa a descaracterização da paisagem construída pelos tropeiros ao longo de séculos. Chuvas concentradas favorecem o deslizamento e a remoção das pedras das taipas, enquanto períodos de estiagem prolongada contribuem para a fragilização estrutural dos muros e para a alteração da vegetação campestre que historicamente conformou essa paisagem. Tais processos, quando associados à ausência de manutenção sistemática e à falta de políticas públicas específicas de adaptação climática voltadas ao patrimônio cultural, resultam em perdas progressivas e, muitas vezes, irreversíveis.

A vulnerabilidade da paisagem cultural da Coxilha Rica deve ser compreendida, portanto, como resultado da sobreposição de fatores históricos, econômicos, institucionais e ambientais. Além das transformações decorrentes da modernização da agricultura e da fragmentação territorial, os efeitos das mudanças climáticas ampliam significativamente os riscos à conservação desse patrimônio. A instabilidade climática compromete não apenas os elementos materiais da paisagem, mas também os modos tradicionais de uso e manejo do território, alterando práticas produtivas e relações simbólicas estabelecidas entre a comunidade local e o espaço ao longo do tempo.

Turismo Sustentável

O espaço físico constitui a base do turismo, tanto natural como o produzido pelo homem. Como qualquer atividade humana, o turismo também gera efeitos sobre o ambiente. Indo ao encontro dessas afirmações, o turismo sustentável insere-se em um contexto de integração entre o homem e a natureza.

Desta forma, é importante a participação direta da comunidade como estratégia para a consolidação de um turismo sustentável, através da participação nos projetos, planos e programas voltados para a sustentação de um novo modelo de desenvolvimento em determinados lugares. A comunidade é a melhor guardiã do patrimônio, em uma ação conjugada com os organismos de proteção. Essa participação evita os projetos de planejamento de gabinetes, que desconsidera em sua grande maioria a presença da comunidade. O que falta é um trabalho de informação e conscientização dessa comunidade para que ela possa exercer esse papel.

De acordo com (Stigliano, 2011, p.14) “A participação da comunidade deve ser uma importante estratégia para a consolidação do turismo sustentável em sua relação com a paisagem cultural.”

O turismo deve ser um fator de desenvolvimento local e regional e a participação das comunidades locais não são homogêneas. Desta forma, é importante que haja uma metodologia de atuação para deliberar sobre visões antagônicas, comum em ações deste meio. Reforçando os ganhos coletivos em contraponto as questões individuais. Esse é um desafio constante, aonde a busca pela preservação do patrimônio deve ser o guia das ações e conduções desse processo.

Para (Choay, 2001, p. 11) o Patrimônio Histórico é uma parte do Patrimônio Cultural. A expressão designa um bem destinado ao uso-fruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se agregam por seu passado comum: obras e obras-primas das belas artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e *savoir-faire* dos seres humanos.

Os moradores locais e sua relação com o meio ambiente fazem parte da formação das paisagens culturais. É importante associar as práticas humanas presentes e a preservação do patrimônio cultural e ambiental.

(Stigliano, 2011, p.16), destaca nesse processo duas questões que devem ser analisadas, primeiramente a forma como uma comunidade vê e se relaciona com a paisagem e posteriormente e não menos importante, qual a visão do poder público e dos empresários locais sobre a paisagem cultural? Os projetos e propostas de intervenção turística devem levar em consideração a singularidade do local, reforçando nos grupos envolvidos, o senso de identidade e pertencimento de um lugar. Reforçando desta forma, a cidadania da comunidade e seus aspectos positivos para conversação e proteção da paisagem cultural.

Conforme (Stigliano, 2011, p.16), “Uma das principais finalidades da definição de uma paisagem cultural tem relação com a intenção de que suas características primordiais sejam mantidas. Entre outras razões para tal está a intenção de propiciar que o referido patrimônio seja expressão de processos cognitivos, de atividades mentais, de trocas de informações, conhecimento e ideias.”

Possíveis ações para a relação do trismo sustentável e a preservação da paisagem cultural serão destacados e comentados:

a) Integração dos diversos grupos que compõem a sociedade local - Um processo de planejamento e gestão devem envolver todos os seguimentos da sociedade. Os detentores do poder capitalista, o poder público e a comunidade local. Somente um processo democrático e inclusivo poderá fomentar a participação de todos.

b) Identificar paisagens existentes e valores das comunidades locais - Através da percepção e compreensão da leitura da paisagem e relações da comunidade com o espaço.

c) Considerar a visão local sobre a salvaguarda de práticas materiais - Cada comunidade tem suas particularidades em transmitir seus saberes, essas singularidades devem ser respeitadas e ponderadas no processo.

d) Reconhecer as conexões entre as ciências naturais, sociais e exatas nas ações a serem desenvolvidas - O processo de planejamento envolve várias esferas de relacionamentos, importante que todos os elementos estejam conectados.

e) Fortalecer a cooperação entre instituições que cuidam do patrimônio natural e histórico-cultural - Firmar as conexões com ações que envolve todas as esferas de preservação. Ex. estimular palestras e curso de capacitação sobre a temática envolvendo todas as instituições.

f) Melhorar o relacionamento dessas instituições com os grupos sociais envolvidos - Isso envolve constante participação dos órgãos de preservação com a comunidade. Ex. estimular e propiciar fóruns participativos.

Diante desse cenário, o turismo sustentável associado à paisagem cultural deve incorporar, de forma explícita, estratégias de adaptação às mudanças climáticas. A valorização turística sem considerar os riscos ambientais pode intensificar processos de degradação, sobretudo em áreas frágeis e sem infraestrutura adequada. Torna-se imprescindível que planos de gestão da paisagem cultural integrem ações de monitoramento ambiental, conservação preventiva e educação patrimonial voltada à compreensão dos impactos climáticos sobre o patrimônio, reforçando a necessidade de articulação entre políticas culturais, ambientais e territoriais.

Os Tropeiros no Caminho da Preservação

A paisagem cultural da serra catarinense através dos caminhos dos tropeiros e seus corredores de taipa, possuem características patrimoniais significativas. Pois apresenta muitos remanescentes materiais e imateriais, a predominância rural e o caráter vivo do patrimônio preservado através dos tropeiros.

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) desenvolveu em Santa Catarina, o projeto dos roteiros nacionais de imigração. Esse projeto tem a proposição básica de potencializar a sustentabilidade e a geração de trabalho e renda e qualificar as paisagens urbanas e rurais da região. Ampliando as alternativas econômicas e contribuindo para a fixação dos detentores do patrimônio em seus lotes.

Dentro desta premissa, podem ser atribuídas, as mesmas condutas de conversação e preservação da paisagem cultural do planalto serrano catarinense. Destacamos os seguintes procedimentos que abrange os três níveis governamentais: o municipal, o estadual e o federal.

a) Agregar alternativas de renda para as famílias detentoras do patrimônio como forma de sustentabilidade social e econômica da região.

b) Criação de eco-museus e oficinas de aprendizado na construção dos muros de taipa, como forma de educação patrimonial e preservação do patrimônio imaterial.

c) Estímulo às visitas planejadas e pernoites em propriedades rurais como forma de envolvimento com a cultura dos tropeiros.

d) Promoção de festas e eventos como forma de manifestação da cultura.

e) Educação patrimonial através de programas com escolas, envolvendo visitas dirigidas como forma divulgação cultural.

Os municípios envolvidos nessa ação devem assumir os seguintes compromissos:

a) Indicar um técnico como responsável pela conservação patrimonial e promover alternativas de turismo e lazer controlados que influa os moradores locais.

b) Participar das ações de divulgação da paisagem cultural, através de cartazes, folders e cartazes de sinalização.

c) Criar um fundo de preservação da paisagem cultural, que deverá ser gerida por um conselho que envolva as três esferas: municipal, através secretaria de cultural, estadual através da Fundação Catarinense de Cultura e federal através do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)

d) Criar um espaço de comercialização de produtos tradicionais vinculados a gastronomia dos tropeiros.

6. Conclusões

A totalidade de uma paisagem cultural só existe a partir de uma ação que favoreça a integridade das condições ambientais, econômicas, sociais e culturais. As ações municipais, estaduais e federais podem contribuir para o estabelecimento de políticas de preservação e conservação da paisagem cultural da serra catarinense. O cerne está na criação de alternativas de sustentabilidade local, na promoção da qualidade de vida do morador, nas ações de conservação da paisagem cultural, além da difusão do conhecimento e valorização da história e das tradições locais e da divulgação dos atrativos culturais e naturais da região.

A paisagem cultural na sua plenitude tangível e intangível devem passar a integrar as políticas de desenvolvimento do país. Pois a defesa da paisagem cultural e a intensificação do turismo sustentável são dois lados de uma mesma moeda: são ações paralelas que devem coexistir e sobrepor-se com a firme intenção de melhorar a qualidade da paisagem e consequentemente da população envolvida.

As mudanças climáticas impõem um novo e complexo desafio à preservação da paisagem cultural da serra catarinense, ao intensificar processos naturais de degradação e acelerar a perda de integridade dos remanescentes históricos. Quando associadas à ausência de instrumentos legais eficazes, à fragilidade da fiscalização e à atuação descontínua dos órgãos de preservação, essas transformações ambientais ampliam o risco de descaracterização e desaparecimento dos caminhos dos tropeiros e de seus corredores de taipa. Preservar essa paisagem exige, portanto, a incorporação da variável climática nas políticas de patrimônio cultural, reconhecendo a paisagem como um sistema dinâmico e vulnerável, que demanda estratégias integradas de conservação, adaptação e gestão territorial.

Referências

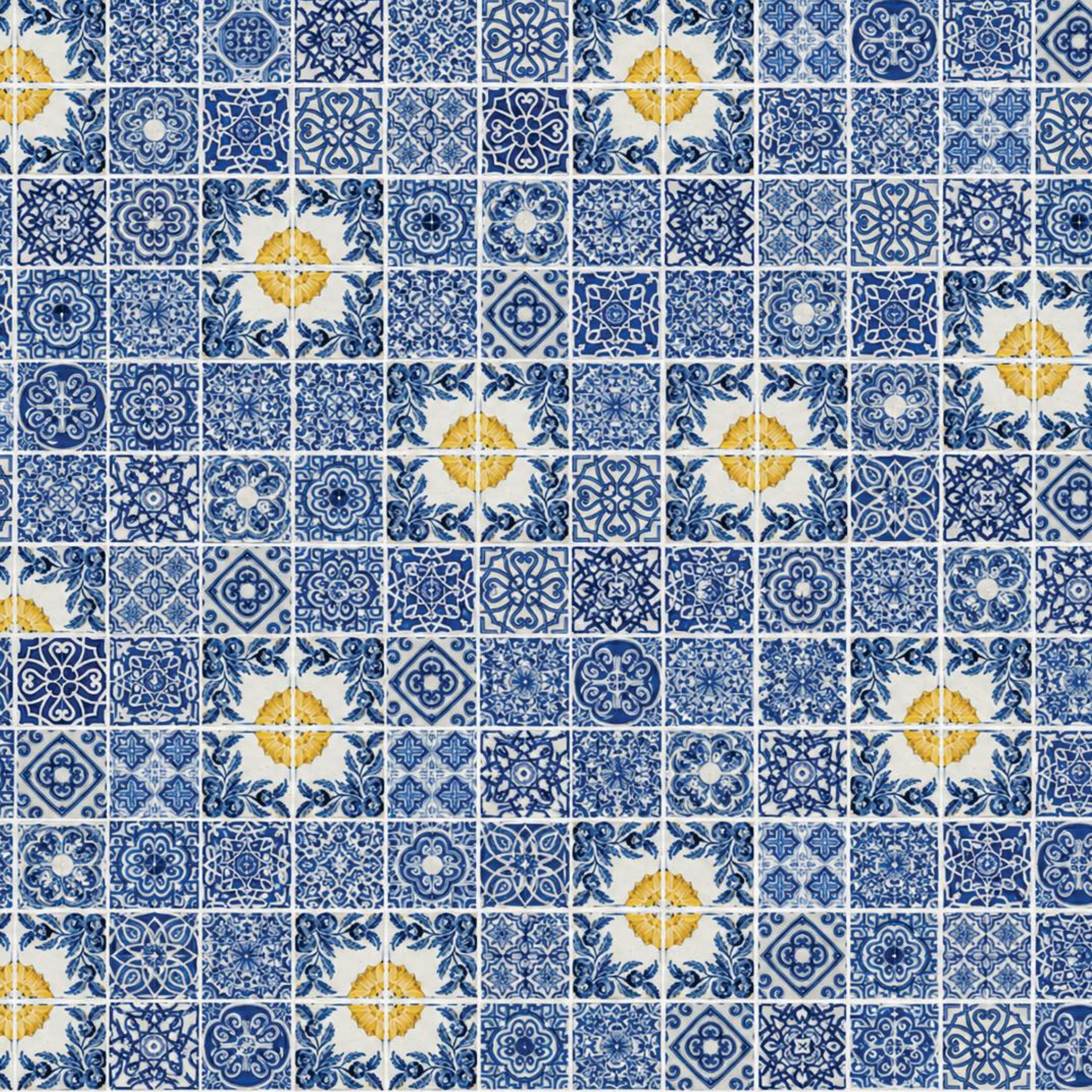
BRANDT, Marlon. Uma história ambiental dos campos do planalto de Santa Catarina. - Florianópolis, SC, 2012. 322 p. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História.

CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio. 3.ed. São Paulo : Estação da liberdade : UNESP, 2006.

PINTO-CORREIA, T; CANCELA D´ABREU, A; OLIVEIRA, R. Identificação de unidades de paisagem: metodologia aplicada a Portugal Continental. Finis-terra, v. 36, n.71,2001, p.195-2006.

RIBEIRO, Rafael Winter. Paisagem Cultural e Patrimônio. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007.

STIGLIANO, Beatriz Veroneze; RIBEIRO, Helena; CÉSAR, Pedro de Alcântara Bittencourt. Paisagem Cultural e Sustentabilidade: Possíveis conexões e subsídios para políticas públicas e planejamento do turismo. Turismo em análise. Vol. 22 N.3, 2011.





Patrimônio edificado em um clima de transformação: desafios da restauração contemporânea frente às mudanças climáticas

Aline de Gusmão Ronchetti Kist - Arquiteta e Urbanista, Canoas, Brasil – alinekist@gmail.com

Resumo

Os eventos climáticos extremos vêm ampliando os processos de deterioração do patrimônio edificado, especialmente em cidades vulneráveis às dinâmicas hídricas, como o caso de Canoas, no Rio Grande do Sul. Nesse contexto, a Villa Nenê constitui objeto de reflexão acerca da resiliência do patrimônio arquitetônico frente às mudanças climáticas. A partir de revisão bibliográfica, análise conceitual e estudo de caso, o artigo articula geografia urbana, climatologia e conservação arquitetônica, discutindo estratégias contemporâneas de restauro resiliente aplicáveis ao patrimônio histórico. Discute-se, assim, a necessidade de incorporar novas tecnologias, materiais compatíveis e soluções preventivas, sem comprometer os valores culturais, históricos e simbólicos do bem cultural.

Palavras-chave: patrimônio cultural; restauro contemporâneo; resiliência climática; conservação arquitetônica; mudanças climáticas.

1. Introdução

As transformações climáticas vêm alterando significativamente as condições de conservação do patrimônio edificado, especialmente em territórios marcados por elevada vulnerabilidade hídrica e intensa urbanização. No contexto do Rio Grande do Sul, os recentes eventos extremos evidenciaram a fragilidade das edificações históricas. Tais alterações colocam em debate os limites das práticas tradicionais de preservação arquitetônica diante de um cenário ambiental distinto daquele para o qual muitos edifícios históricos foram originalmente concebidos. Analisando os impactos ambientais observados no contexto de Canoas/RS, a Villa Nenê apresenta-se como um importante exemplar da memória urbana. Localizada em uma cidade historicamente vinculada às dinâmicas hídricas da Região Metropolitana de Porto Alegre, a edificação passa a enfrentar condições ambientais progressivamente mais agressivas, decorrentes não apenas da intensificação das precipitações extremas, mas também das transformações territoriais promovidas pela impermeabilização urbana, pela poluição atmosférica e pela maior incidência de radiação ultravioleta. Nesse sentido, o artigo parte da hipótese de que os modelos tradicionais de conservação, centrados predominantemente na permanência da materialidade original, tornam-se insuficientes diante da nova realidade ambiental, afetada diretamente pela mudança climática. Diante desta abordagem, considera-se a necessidade de revisão das práticas tradicionais de preservação, reabilitação e restauro das edificações históricas, levando em consideração que tais edifícios, ao serem originalmente concebidos, estavam condicionados aos fatores globais do local, no período da construção. Busca-se, assim, refletir sobre estratégias de adaptação compatíveis e reversíveis capazes de responder às transformações climáticas sem comprometer os valores culturais, históricos e simbólicos do patrimônio edificado.

2. Patrimônio, conservação e restauro contemporâneo

A conservação do patrimônio edificado consolidou-se historicamente a partir de diferentes correntes teóricas que buscavam definir os limites entre preservação, reconstrução e intervenção. Entre os séculos XIX e XX, autores como Viollet-le-Duc, John Ruskin e Cesare Brandi estabeleceram fundamentos que permanecem centrais para o campo da restauração arquitetônica. Enquanto Viollet-le-Duc defendia intervenções capazes de recompor estilisticamente a unidade do edifício, Ruskin valorizava a permanência das marcas do tempo como expressão da autenticidade histórica. Posteriormente, Cesare Brandi propôs uma abordagem crítica do restauro, compreendendo a intervenção como um processo de reconhecimento da obra de arte em sua dimensão histórica e estética. A partir dessa perspectiva, conceitos como autenticidade, reversibilidade e mínima intervenção tornaram-se fundamentais para as práticas contemporâneas de conservação.

Entretanto, as transformações ambientais observadas nas últimas décadas ampliam os desafios da preservação patrimonial. Conforme aponta Françoise Choay (2001), todo patrimônio encontra-se submetido a processos permanentes de transformação territorial e cultural. Nesse contexto, as mudanças climáticas introduzem variáveis ambientais que tensionam diretamente os princípios clássicos da restauração arquitetônica. A conservação arquitetônica contemporânea passa a exigir estratégias capazes de articular preservação cultural e adaptação ambiental. Para Milton Santos (2006), o espaço geográfico é constituído pela interação entre sistemas de objetos e sistemas de ações, condição que permite compreender o patrimônio arquitetônico como parte ativa das dinâmicas territoriais contemporâneas e não apenas como testemunho material do passado. Mais do que conservar a matéria original, o restauro contemporâneo precisa compreender o patrimônio como elemento inserido em um território em constante transformação climática e urbana.

3. Espaço Geográfico, clima e degradação material do patrimônio

As transformações territoriais e climáticas, segundo o IPCC (2023) vêm promovendo alterações significativas nos regimes de temperatura, precipitação e umidade, ampliando os riscos associados à conservação do patrimônio cultural construído. Argamassas de cal, rebocos minerais e elementos de madeira tornam-se progressivamente mais vulneráveis à ação combinada da umidade, dos poluentes atmosféricos e das variações térmicas. Em edificações históricas, tais fenômenos tornam-se ainda mais críticos devido à elevada sensibilidade higroscópica dos materiais originais. Paralelamente, o aumento da incidência de radiação ultravioleta intensifica processos de envelhecimento físico e químico dos materiais construtivos. Associadas às oscilações térmicas e à umidade persistente essas condições ambientais ampliam



significativamente os mecanismos de degradação do patrimônio arquitetônico. Nesse contexto, a deterioração das edificações históricas deixa de ser compreendida apenas como consequência da passagem do tempo, passando a refletir alterações mais amplas nas dinâmicas territoriais, atmosféricas e climáticas que redefinem as condições de permanência material do patrimônio cultural.

3.1. Formação territorial e mudanças climáticas

O município de Canoas apresenta características territoriais historicamente associadas à presença de áreas de várzea e à dinâmica hídrica da Região Metropolitana de Porto Alegre. Sua ocupação urbana ocorreu em um território naturalmente suscetível às cheias e à saturação hídrica, condição que se intensificou ao longo do processo de urbanização e impermeabilização do solo. Nas últimas décadas, observa-se em Canoas a intensificação de eventos extremos, caracterizados por precipitações concentradas, aumento persistente da umidade ambiental e enchentes. A preservação do patrimônio arquitetônico não pode ser compreendida apenas como manutenção estética da edificação, mas como processo técnico e cultural de permanência da memória urbana. No caso da Villa Nenê, conservar o edifício significa também preservar parte da formação territorial e simbólica de Canoas, especialmente em um contexto no qual as transformações climáticas vêm alterando profundamente as relações entre cidade, ambiente e patrimônio.



IMAGEM: Enchente de maio de 2024 em Canoas. Fonte: Sul Meteorologia (acesso 21/5/26)

TABELA - Transformações climáticas e ambientais em Canoas ao longo do último século:

Aspecto climático	Século XX	Última década
Regime de chuvas	Maior regularidade sazonal	Chuvas concentradas e eventos extremos
Precipitação intensa	Menor recorrência	Maior frequência de temporais severos
Enchentes urbanas	Episódicas	Recorrentes e mais intensas
Temperatura urbana	Mais estável	Aumento das ilhas de calor
Umidade urbana	Menor saturação prolongada	Permanência de alta umidade
Solo urbano	Maior permeabilidade	Forte impermeabilização
Poliuição atmosférica	Menor emissão industrial e veicular	Maior concentração de partículas e gases
Radiação UV	Menor exposição acumulada	Maior incidência e degradação superficial

Fonte: elaboração da autora com base em INMET (1991–2020), séries climatológicas regionais e literatura sobre mudanças climáticas urbanas (2026).

4. A Villa Nenê como estudo de caso

Tombada pelo município em 2009, a Villa Nenê constitui importante referência da memória urbana e arquitetônica de Canoas, representando um testemunho material das transformações históricas e territoriais do município. Sua permanência no tecido urbano ultrapassa o valor puramente construtivo, assumindo relevância cultural e simbólica para a cidade. O terreno onde foi construída a casa em 1928 tem um pequeno declive. Quanto a implantação geral do imóvel nos sugere estar exatamente colocada em uma área de expansão do centro histórico de Canoas.



IMAGEM: Vila Nenê à esquerda, durante a década de 40. Fonte: Imagens da Aldeia net (acesso em 9/5/2026).



IMAGEM: Vila Nenê à esquerda, durante a década de 40. Fonte: Imagens da Aldeia net (acesso em 9/5/2026).

4.1. Análise tipológica e identificação de materiais:

O domínio das técnicas construtivas e os materiais disponíveis na região, muito interferem no processo construtivo. No início do século XX, nota-se a diversidade de materiais, importada através dos vapores: telhas, madeira, vidro, cerâmicas, tintas, cimento, ferro, instalações de água e esgoto, elementos decorativos em estuque. Somente são de origem local pedras, cal, areia e tijolo prensado. A análise tipológica classifica os edifícios de acordo com o seu desenvolvimento planimétrico e do espaço e à sua função. No caso de estudo a Villa Nene é um edifício típico residencial urbano, da década de 20 no sul do Brasil onde o estilo eclético predominava no gosto das famílias de classe média e mais abastados. É de uso residencial, elevado do solo com base de pedra e com porão que aproveita o declive natural do terreno, e as paredes são de tijolos. Do ponto de vista construtivo, a edificação apresenta materiais e técnicas tradicionais característicos do período de sua implantação, incluindo argamassas minerais, rebocos à base de cal, esquadrias em madeira e sistemas construtivos sensíveis às variações de umidade. Tais características, embora fundamentais para sua autenticidade arquitetônica, tornam-se também elementos vulneráveis diante das novas condições ambientais contemporâneas.



IMAGEM: ESTADO ATUAL DA FACHADA - Foto: Alisson Moura - PMC

As enchentes recentes evidenciaram fragilidades relacionadas à umidade ascendente, infiltrações, degradação de revestimentos e deterioração superficial dos materiais construtivos. Além disso, a permanência prolongada da umidade favorece a proliferação biológica, a perda de coesão das argamassas e o comprometimento gradual dos elementos em madeira. Nesse contexto, a Villa Nene passa a representar não apenas um objeto de preservação histórica, mas também um exemplo das novas vulnerabilidades enfrentadas pelo patrimônio arquitetônico em cenários de transformação climática.



IMAGEM: FACHADA DO BEM NA OCASIÃO DO TOMBAMENTO (2009) Foto: Gustavo Garbino/PMC

5. Restauro contemporâneo e resiliência climática

O restauro contemporâneo deve incorporar estratégias resilientes capazes de responder às novas condições climáticas sem comprometer a autenticidade cultural e histórica das edificações. Entre essas estratégias destacam-se soluções compatíveis e reversíveis tais como a tabela abaixo:

Tabela — Materiais Tradicionais × Materiais Contemporâneos Compatíveis no Restauro da Villa Nenê

Elemento construtivo	Material tradicional	Material/tecnologia contemporânea compatível	Aplicação no restauro contemporâneo
Argamassas de revestimento	Cal aérea e areia	Argamassas de cal hidráulica natural (NHL)	Maior resistência à umidade mantendo permeabilidade
Argamassas de assentamento	Cal, areia e saibro	Argamassas mineralizadas compatíveis	Melhor desempenho mecânico sem bloquear a respiração das paredes
Rejuntas	Cal e areia fina	Rejuntas flexíveis minerais	Redução de fissuras e infiltrações
Pinturas externas	Caiação mineral	Tintas minerais silicatadas	Alta permeabilidade ao vapor e durabilidade
Proteção contra umidade	Espessamento de paredes e ventilação natural	Barreiras capilares reversíveis	Controle da umidade ascendente sem descaracterização
Impermeabilização	Soluções empíricas tradicionais	Hidrofugantes silano-siloxano compatíveis	Proteção sem selar completamente os materiais históricos
Reforço estrutural	Consolidação artesanal	Fibra de carbono reversível e discreta	Reforço estrutural sem grandes interferências visuais
Coberturas	Telha cerâmica tradicional	Membranas respiráveis sob cobertura	Controle de condensação e infiltrações
Esquadrias	Madeira natural	Madeira tratada com proteção hidrorrepelente	Maior durabilidade frente à umidade
Drenagem	Escoamento superficial simples	Sistemas de drenagem perimetral	Mitigação dos impactos das enchentes
Proteção de fundações	Fundação direta tradicional	Sistemas de alívio hidrostático	Redução da pressão da água em períodos de inundação

Fonte: elaboração da autora com base em INMET (1991–2020), séries climatológicas regionais e literatura sobre mudanças climáticas urbanas (2026).

O debate contemporâneo sobre restauro passa a exigir uma revisão crítica da ideia de autenticidade exclusivamente material. Em determinados contextos climáticos extremos, a adoção criteriosa de materiais contemporâneos compatíveis pode representar não uma descaracterização do patrimônio, mas uma estratégia necessária para assegurar sua permanência física e cultural ao longo do tempo.

6. Consideração final:

A utilização de novos materiais e tecnologias não deve ser compreendida como ruptura dos princípios clássicos da conservação, mas como possibilidade de continuidade da permanência física e simbólica do patrimônio diante das transformações ambientais contemporâneas. Nesse sentido, a Carta Internacional para a Conservação e Restauração de Monumentos e Sítios — Carta de Veneza (1964), em seu artigo 10º, já reconhecia a legitimidade do emprego de técnicas modernas quando as soluções tradicionais se revelassem insuficientes, desde que respaldadas por comprovação científica e experiência consolidada. Assim, preservar o patrimônio histórico no século XXI implica reconhecer que a permanência da autenticidade não depende apenas da manutenção absoluta da matéria original, mas também da capacidade ética e técnica de garantir sua continuidade em um clima em constante transformação.

Referências:

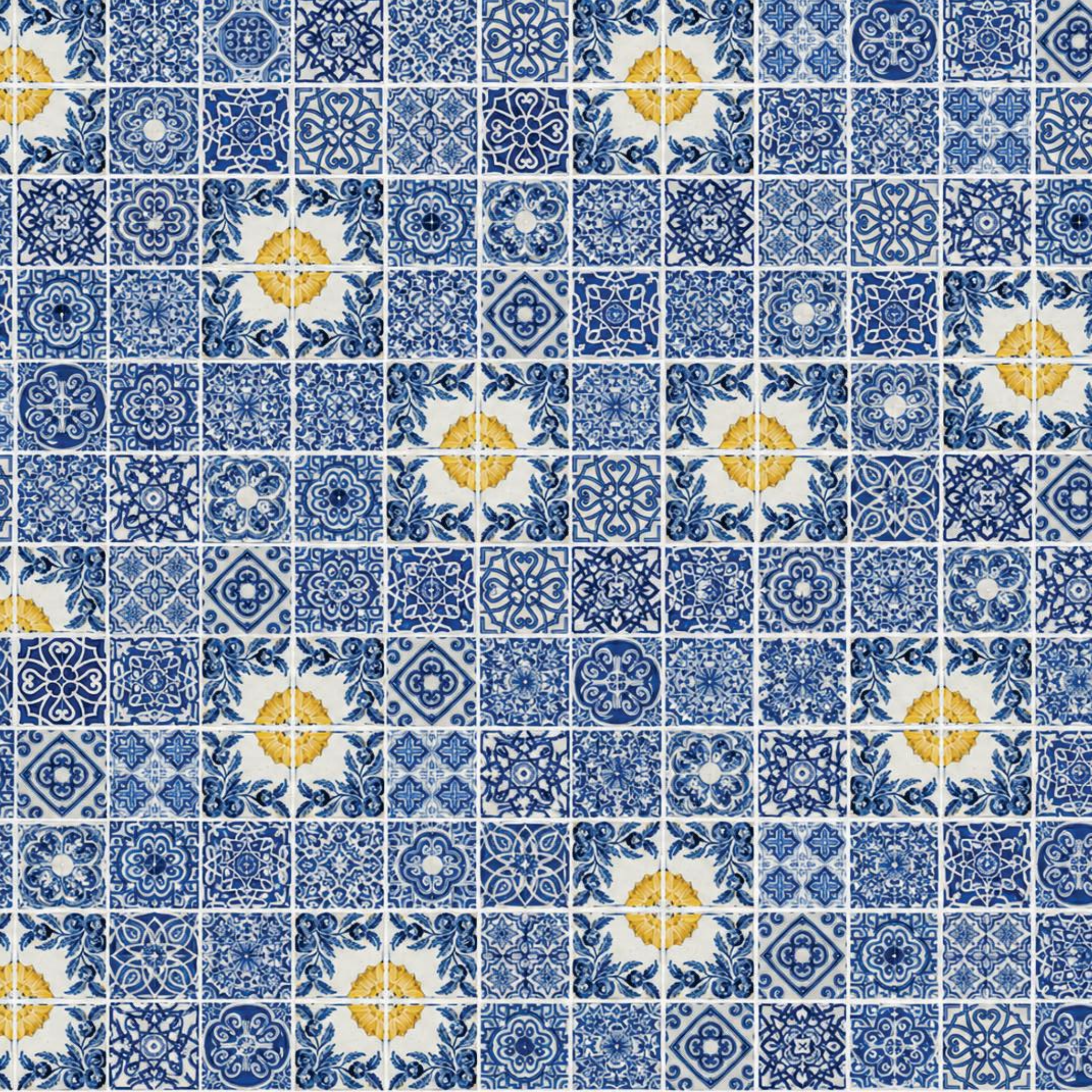
CARTA de Veneza. Documento de restauro. (1964). Veneza.
CHOAY, Françoise. A Alegoria do Patrimônio. 3. ed. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2001.

INSTITUTO NACIONAL DE METEOROLOGIA (INMET). Normas Climatológicas do Brasil: 1991–2020. Brasília, DF: INMET, 2022. Disponível em: Portal INMET – Normais Climatológicas. Acesso em: 11 maio 2026.

IPCC. Climate Change 2023: Synthesis Report. Contribution of Working Groups I, II and III to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. Geneva: Intergovernmental Panel on Climate Change, 2023. DOI: 10.59327/IPCC/AR6-9789291691647. Disponível em: IPCC AR6 Synthesis Report. Acesso em: 11 maio 2026.

SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço Técnica e Tempo Ed. 2. São Paulo Editors da Universidade de São Paulo, 2006.

RIBEIRO, R. T. M. (1997). Recuperação de obras históricas - Restauração da Casa França-Brasil (RJ). In: CONGRESSO IBEROAMERICANO DE PATOLOGÍA DAS CONSTRUÇÕES, 4., Porto Alegre, 1997. v.2. p.681-683.J). In: CONGRESSO IBEROAMERICANO DE PATOLOGÍA DAS C





Patrimônio como recurso climático: moradias históricas e resiliência urbana no interior paulista.

Ana Carolina Gleria Lima - FAUUSP, São Paulo, Brasil – anagleria@usp.br

Natalia Cappellari de Rezende - IAUUSP, São Carlos, Brasil – nataliacrezende@usp.br

Resumo

O artigo discute a moradia urbana do final do século XIX e início do século XX como elemento estratégico no enfrentamento da crise climática contemporânea, articulando preservação do patrimônio cultural, justiça ambiental e adaptação urbana. A partir das pesquisas realizadas em Ribeirão Preto e Mococa, evidencia-se que o estoque edificado de moradias de interesse histórico, longe de representar obstáculo ao desenvolvimento, constitui recurso fundamental para a construção de cidades mais resilientes, inclusivas e enraizadas socialmente. As metodologias de identificação, mapeamento e documentação das moradias revelam permanências construtivas, repertórios técnicos tradicionais e formas de ocupação que dialogam com desafios atuais, como ondas de calor, eventos extremos e desigualdades socioambientais. Ao analisar as transformações urbanas impulsionadas pela economia cafeeira, pela ferrovia e pela modernidade, o estudo demonstra que a preservação dessas moradias contribui para a continuidade da memória social, para a manutenção da identidade coletiva e para a formulação de estratégias de adaptação climática baseadas no conhecimento de cada território.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural; Adaptação Climática; Moradia Urbana.

Introdução

A urbanização contemporânea configura-se como um dos principais territórios de discussão da crise climática global. A intensificação de eventos extremos, a elevação do nível do mar, a alteração de regimes hídricos, a ampliação das ilhas de calor e o agravamento das desigualdades socioambientais reposicionam a cidade no centro dos debates sobre sustentabilidade, governança e direitos. Nesse cenário, arquitetura e urbanismo deixam de operar exclusivamente como práticas técnico-formais e passam a assumir papel estratégico na mediação entre modelos de desenvolvimento, produção do espaço e garantia de direitos. É o que reforça Acseirad, Mello e Bezerra no livro “O Que é Justiça Ambiental” (2009), e Saramago em “Arquitetura sustentável? Quando o discurso não mais sustenta um futuro para a prática arquitetônica” (2023), ao destacarem que justiça ambiental e sustentabilidade não se restringem à eficiência técnica ou à mitigação de impactos ambientais, mas envolvem também a garantia de condições de vida dignas, capazes de assegurar a permanência das comunidades em seus territórios, a preservação de sua identidade cultural e a manutenção do sentimento de pertencimento por meio da continuidade e valorização do estoque edificado existente.

É justamente a partir dessa compreensão ampliada da sustentabilidade, associada não apenas ao desempenho ambiental, mas também à permanência das relações sociais, culturais e territoriais, que este ensaio propõe

compreender o estoque edificado como instrumento articulador entre adaptação climática e preservação do patrimônio cultural. Para tanto, fundamenta-se em uma leitura crítica da produção do espaço e da arquitetura, articulada à incorporação do conhecimento científico sobre o clima, reconhecendo o patrimônio construído não como obstáculo à transformação urbana, mas como componente estratégico para a construção de cidades mais resilientes, inclusivas e socialmente enraizadas.

O Relatório Síntese do Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC, 2023) define o risco climático como resultado da interação entre perigo, exposição e vulnerabilidade, deslocando o foco do evento natural para as condições socioespaciais que estruturam os territórios. Embora os impactos climáticos incidam de maneira mais severa sobre populações historicamente vulnerabilizadas e assentadas em áreas precárias, seus efeitos também repercutem sobre áreas centrais consolidadas e sobre o estoque edificado de valor histórico e cultural, incluindo moradias que participaram e ainda participam da conformação material e simbólica das cidades. Assim, enfrentar a emergência climática implica também reconhecer a necessidade de preservação do estoque edificado existente, considerando seu papel na manutenção da memória urbana, da identidade coletiva e da continuidade histórica.

Nesse cenário, conforme explicita Torelly no texto “Patrimônio cultural e desenvolvimento sustentável” (2012), o patrimônio cultural emerge simultaneamente como elemento vulnerável e como recurso estratégico. Vulnerável porque edificações antigas, paisagens culturais e bens materiais encontram-se expostos à intensificação de chuvas, à umidade excessiva, às ondas de calor e à elevação do nível do mar. Estratégico porque sistemas construtivos tradicionais, técnicas consolidadas e formas históricas de ocupação e adaptação ao meio ambiente oferecem repertórios técnicos e culturais relevantes para a construção de cidades mais resilientes. Nesse contexto, a articulação entre preservação patrimonial e adaptação climática desloca o debate para a necessidade de reconhecimento, manutenção, conservação e preservação do estoque edificado.

Essa compreensão converge com as diretrizes da UNESCO ao articularem patrimônio e Agenda 2030. A noção de paisagem cultural evidencia que a relação entre sociedade e natureza sempre se deu por processos adaptativos, tornando arquiteturas vernaculares e técnicas tradicionais repertórios de inteligência ambiental a serem reavaliados à luz das mudanças climáticas. Conforme explicita o IPCC (2023), os impactos não se limitam a danos materiais, mas incluem perdas culturais tangíveis e intangíveis, afetando identidade e modos de vida. Tal ampliação dialoga com Choay em “A alegoria do patrimônio” (2001), ao compreender o patrimônio como construção histórica que media passado, presente e futuro – mediação hoje tensionada pela ameaça climática, tanto os bens materiais quanto os referenciais da memória coletiva.

No Brasil, a crise climática também se articula às dinâmicas de transformação urbana conduzidas pelo mercado imobiliário. Como aponta Hermínia Maricato em “O impasse da política urbana no Brasil” (2011), a histórica subordinação do planejamento urbano aos interesses fundiários e imobiliários contribui para a substituição acelerada do estoque edificado existente, especialmente em áreas valorizadas das cidades. Nesse processo, edificações antigas localizadas em setores dotados de infraestrutura tornam-se alvo constante de demolições e verticalizações, impulsionadas pela valorização da terra e pela lógica de renovação imobiliária. Tal dinâmica compromete a permanência material do patrimônio construído e, de modo consequente, a continuidade da paisagem urbana, da memória coletiva e das referências históricas associadas à formação dessas áreas consolidadas.

A recente Carta Brasileira do Patrimônio Cultural e Mudanças Climáticas (2025) reforça essa perspectiva ao reconhecer o patrimônio como componente essencial das estratégias de adaptação e justiça climática no país. O documento explicita que bens culturais – materiais e imateriais – não apenas sofrem impactos desproporcionais dos eventos extremos, mas também constituem infraestruturas sociais, técnicas e simbólicas fundamentais para a resiliência dos territórios. Ao enfatizar os saberes tradicionais, as práticas comunitárias e a preservação do estoque edificado na construção de respostas climáticas contextualizadas, a Carta amplia o entendimento de patrimônio como recurso ativo no enfrentamento da crise climática. Desse modo, converge com a proposta deste artigo ao reconhecer que a permanência das moradias de interesse histórico e de seus repertórios construtivos integra as estratégias de adaptação urbana e de garantia de direitos.

Apesar do avanço das pesquisas que articulam patrimônio cultural, sustentabilidade e justiça ambiental, ainda são escassos os estudos que compreendem o estoque edificado histórico como infraestrutura ativa de adaptação climática, especialmente nas cidades médias do interior paulista. Em geral, a literatura aborda o patrimônio como elemento vulnerável às mudanças climáticas ou como obstáculo ao desenvolvimento urbano, relegando a segundo plano seu potencial como recurso estratégico para mitigação de impactos, qualificação microclimática e fortalecimento comunitário. Além disso, permanecem limitadas as pesquisas que articulam mapeamento, documentação e análise territorial para demonstrar a contribuição das moradias históricas para a resiliência urbana. Nesse contexto, as pesquisas desenvolvidas em Ribeirão Preto e Mococa contribuem para ampliar esse debate ao articular mapeamento, documentação e análise territorial das moradias de interesse histórico, evidenciando o papel do patrimônio construído na formulação de estratégias urbanas mais sensíveis às especificidades locais.

Sob a perspectiva do desenvolvimento sustentável, a gestão do patrimônio demanda instrumentos capazes de identificar, mapear e compreender o estoque edificado existente. Assim, o próximo item apresenta, de forma sintética, as metodologias adotadas nas pesquisas realizadas em Ribeirão Preto e Mococa, bem como os principais resultados obtidos nos processos de levantamento e documentação das moradias históricas analisadas.

Ao sintetizar as metodologias e resultados das pesquisas realizadas em Ribeirão Preto por Lima (2026 e 2020), e em Mococa por Rezende (2025), evidencia-se como os processos de identificação e documentação do estoque

edificado constituem base essencial para orientar estratégias de preservação, garantir a continuidade do patrimônio construído e fundamentar políticas de adaptação climática sensíveis às particularidades de cada território. Nesse sentido, as moradias de interesse histórico de Ribeirão Preto e Mococa demonstram, de maneira exemplar, que o patrimônio construído incorpora de forma integrada os três pilares da sustentabilidade definidos por Carlos Leite em “Cidades sustentáveis, cidades inteligentes: desenvolvimento sustentável num planeta urbano” (2012) – sendo eles ambiental, econômico e social. No âmbito ambiental, a reabilitação das edificações existentes reduz significativamente a geração de resíduos e o consumo energético associados às demolições e novas obras, reafirmando a perspectiva que Rypkema (2005) mostra em sua publicação “The Economics of Historic Preservation: A Community Leader's Guide” de que preservar é, antes de tudo, evitar impactos desnecessários. Na dimensão econômica, os bairros centrais dessas cidades, marcados por usos mistos e pela presença do comércio e dos serviços de proximidade, fortalecem economias locais, estimulam a caminhabilidade e reduzem a necessidade de deslocamentos motorizados – outro ponto trazido na publicação de Rypkema. Já no aspecto social, a permanência dessas moradias sustenta vínculos comunitários, preserva referências identitárias e reforça o sentimento de pertencimento dos moradores, elementos fundamentais para a coesão e a resiliência urbana. Assim, a preservação dessas moradias ultrapassa a proteção da memória e da paisagem: ela se consolida como uma estratégia sustentável completa, capaz de articular justiça ambiental, dinamismo econômico e continuidade social diante dos desafios contemporâneos.

As camadas historiográficas da cidade revelada pelos arquivos: reconstruindo Ribeirão Preto através do SIG histórico e da pesquisa documental.

As pesquisas desenvolvidas em Ribeirão Preto por Lima (2026 e 2020) demonstram como a combinação entre humanidades digitais, arqueologia da paisagem e análise documental permite reconstituir, com precisão e profundidade, os processos que moldaram a cidade nas primeiras décadas do século XX. Ao articular o acervo de Obras Particulares do Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto (APHRP) com técnicas de georreferenciamento, redesenho cartográfico e levantamento físico do tecido urbano, esses estudos revelam uma paisagem em permanente transformação, marcada por ciclos de expansão, adensamento e reconfiguração espacial. Essa abordagem se consolida em uma metodologia integrada que envolve a digitalização e sistematização de 4.565 processos, a espacialização de mais de dois mil registros entre 1920 e 1933, a sobreposição de cartografias históricas e a produção de mapas temáticos seriados em ambiente SIG, especialmente no QGIS.

O cruzamento entre documentação primária, plantas cadastrais, livros de lançamento predial e folhas de emplacamento possibilita compreender não apenas onde se construiu, mas como e por quem a cidade foi produzida, evidenciando a atuação concentrada de determinados projetistas, a força dos eixos viários como vetores de crescimento e a coexistência entre abertura de novos bairros e intensificação das áreas já consolidadas. Complementado por um levantamento físico e documental lote a lote na Vila Tibério, que aplica critérios de autenticidade e integridade para identificar remanescentes arquitetônicos, o protocolo metodológico resultante não só amplia o conheci-

mento historiográfico sobre a urbanização de Ribeirão Preto, como também oferece uma base replicável para políticas de salvaguarda, planejamento urbano e gestão do patrimônio cultural.

A narrativa urbana que emerge desses dados mostra uma Ribeirão Preto em ritmo acelerado de modernização, especialmente na década de 1920, quando picos de aprovação de projetos revelam um ambiente de forte dinamismo econômico e imobiliário. A leitura espacial dos usos do solo confirma a complexidade do bairro Vila Tibério, onde comércio, serviços e moradia se entrelaçam fora do quadrilátero central, enquanto a zona sul se consolida como território predominantemente residencial. O levantamento lote a lote, por sua vez, expõe a permanência de 413 remanescentes arquitetônicos e a correspondência direta de 121 deles com processos históricos, demonstrando que o tecido urbano atual ainda guarda marcas materiais significativas daquele período.

Ao mesmo tempo, a pesquisa evidencia tensões contemporâneas: a sobreposição entre os remanescentes identificados e a legislação urbanística vigente aponta riscos concretos de descaracterização da paisagem, sobretudo diante de processos de verticalização e substituição do estoque edificado. Nesse sentido, o estudo não apenas reconstrói o passado, mas intervém no presente ao propor que políticas de salvaguarda, zoneamento e planejamento urbano se apoiem em bases cartográficas robustas e metodologias replicáveis, capazes de orientar decisões públicas e proteger a memória arquitetônica da cidade. Assim, Ribeirão Preto deixa de ser apenas objeto de investigação histórica e se torna campo de reflexão crítica sobre o papel do patrimônio na construção de futuros urbanos mais conscientes, informados e sustentáveis

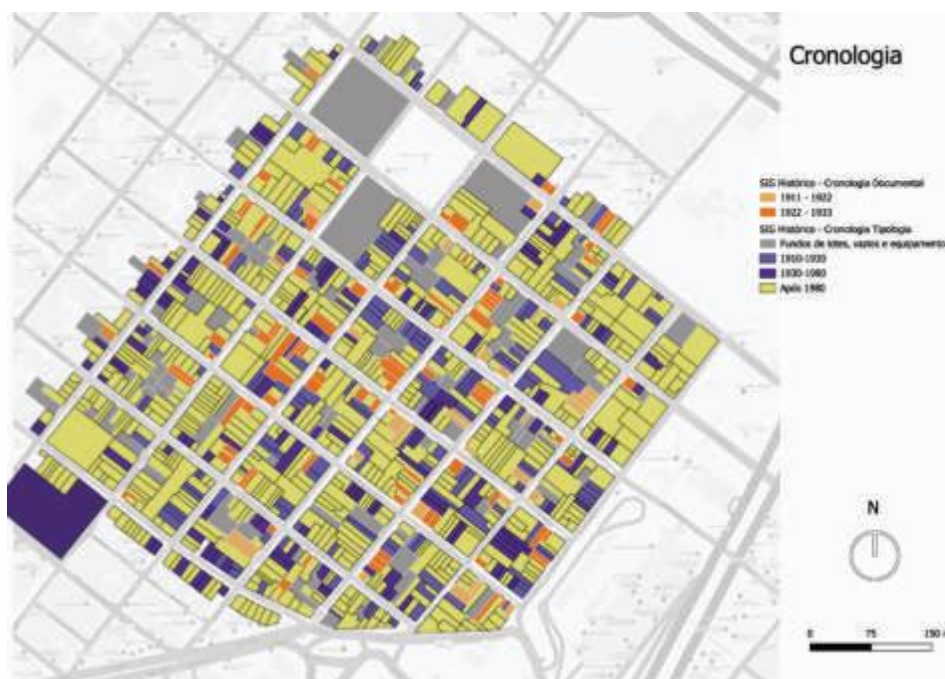


Figura 1: Mapa de área de Ribeirão Preto georreferenciado lote a lote com sinalização da cronologia construtiva e edificações de interesse histórico identificadas. Fonte: Elaborado por Ana Carolina Gleria Lima.



As camadas historiográficas de Mococa reveladas pelos arquivos e pela materialidade urbana existente.

As pesquisas desenvolvidas por Rezende (2025) sobre a cidade de Mococa evidenciam como a articulação entre história urbana, análise arquitetônica, documentação patrimonial e levantamento de campo permite compreender os processos de transformação da paisagem construída entre 1878 e 1913. Inserida na dinâmica de expansão da economia cafeeira e da chegada da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, em 1890, Mococa consolidou-se como importante núcleo urbano regional, passando por aceleradas mudanças espaciais, técnicas e culturais que impactaram diretamente a configuração da cidade, seus espaços públicos e suas formas de morar. A partir da análise das moradias urbanas remanescentes (), a pesquisa demonstra como a arquitetura local expressa simultaneamente permanências vinculadas às tradições construtivas luso-brasileiras e mineiras e a incorporação de novos repertórios técnicos, espaciais e estéticos associados aos ideários de progresso e modernidade difundidos no período.

A metodologia adotada estrutura-se a partir da integração entre diferentes escalas e fontes de investigação, articulando arquitetura, urbanização, legislação, agentes da construção civil, técnicas construtivas e organização do espaço doméstico. O estudo envolveu a identificação, mapeamento e documentação de 130 moradias urbanas remanescentes, compreendidas como documentos históricos capazes de revelar práticas cotidianas, modos de morar, relações sociais e processos de produção da cidade. Para isso, foram mobilizados jornais, almanaques, cartografias, fotografias históricas, relatórios administrativos, registros imobiliários, inventários, legislações urbanas, projetos arquitetônicos e processos de aprovação de obras, possibilitando o cruzamento sistemático entre dados textuais, gráficos e iconográficos. A utilização articulada dessas fontes permitiu reconstruir a expansão urbana de Mococa, identificar permanências e substituições do tecido edificado e compreender a consolidação das áreas centrais ao longo do tempo.



Figura 2: Mapa de Mococa com sinalização da mancha urbana levantada e edificações identificadas. Fonte: Elaborado por Natalia Cappellari de Rezende.



O levantamento de campo constituiu etapa central da pesquisa e foi realizado de maneira sistemática, rua a rua e lote a lote, permitindo registrar as edificações remanescentes construídas no período. Durante esse processo, foram produzidos registros fotográficos, levantamentos métricos, croquis e documentação das características arquitetônicas, construtivas e espaciais das moradias. A análise revelou transformações significativas nos modos de implantação das edificações, na organização interna dos ambientes, nas condições de higiene e salubridade, nas técnicas construtivas e na própria conformação dos lotes. Evidenciou também a coexistência de diferentes linguagens arquitetônicas, associadas à difusão do ecletismo e de novos referenciais estéticos, incluindo exemplares com influências neocoloniais, art nouveau e art déco.

Os resultados demonstram que a paisagem urbana de Mococa foi conformada por processos simultâneos de permanência, adaptação e renovação do estoque edificado. Ao mesmo tempo em que parte significativa das moradias preserva características construtivas e espaciais vinculadas às tradições locais, diversas edificações passaram por alterações, descaracterizações ou substituições decorrentes das transformações urbanas ocorridas ao longo do século XX e XXI. Nesse sentido, a pesquisa amplia o conhecimento historiográfico sobre a formação urbana e arquitetônica de Mococa, e também estabelece bases metodológicas para políticas de preservação, planejamento urbano e gestão do patrimônio cultural, reconhecendo o estoque edificado como componente fundamental da memória urbana e da permanência das referências culturais da cidade.

Considerações finais: historicidade, permanência e políticas públicas para cidades resilientes

As investigações realizadas em Ribeirão Preto e Mococa demonstram que reconhecer, mapear e interpretar as camadas de historicidade das cidades é um exercício historiográfico e também um fundamento indispensável para a formulação de políticas públicas comprometidas com justiça ambiental, adaptação climática e permanência das populações em seus territórios. Ao revelar a complexidade dos processos de urbanização, a diversidade dos repertórios construtivos e a persistência de remanescentes arquitetônicos que atravessam mais de um século, as pesquisas evidenciam que o patrimônio construído constitui infraestrutura ambiental, social e cultural — e não um entrave ao desenvolvimento.

A leitura sistematizada do território, possibilitada pelos levantamentos documentais, cartográficos e de campo, oferece subsídios concretos para orientar ações públicas que conciliem melhoria ambiental e preservação, garantindo que a adaptação climática não se converta em mais um vetor de remoção, mas em instrumento de fortalecimento das comunidades e de continuidade das paisagens urbanas. Assim, ao evidenciar o valor estratégico das moradias históricas e de seus repertórios técnicos, as pesquisas reafirmam que a construção de cidades resilientes depende, necessariamente, da capacidade de reconhecer o passado como recurso ativo, capaz de sustentar políticas urbanas que assegurem às populações locais o direito de permanecer, de pertencer e de projetar futuros possíveis em seus próprios territórios.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília; BEZERRA, Gustavo. O que é justiça ambiental. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

CARTA Brasileira do Patrimônio Cultural e Mudanças Climáticas. Brasília, 2025. ICOMOS-Brasil; ICOM Brasil; IPHAN; IBRAM; Casa de Oswaldo Cruz. Documento final resultante do processo participativo do projeto Diálogos sobre Patrimônios e Ações Climáticas. Disponível em: <https://www.gov.br/iphan/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/ciclo-de-dialogos-patrimonio-cultural-e-acoes-climaticas/referencias>. Acesso em 13 de maio de 2026.

CHOAY, Françoise. A Alegoria do Patrimônio. São Paulo: Estação Liberdade, 2006.

LEITE, Carlos; AWAD, Juliana di Cesare Marques. Cidades sustentáveis, cidades inteligentes: desenvolvimento sustentável num planeta urbano. Porto Alegre: Bookman, 2012.

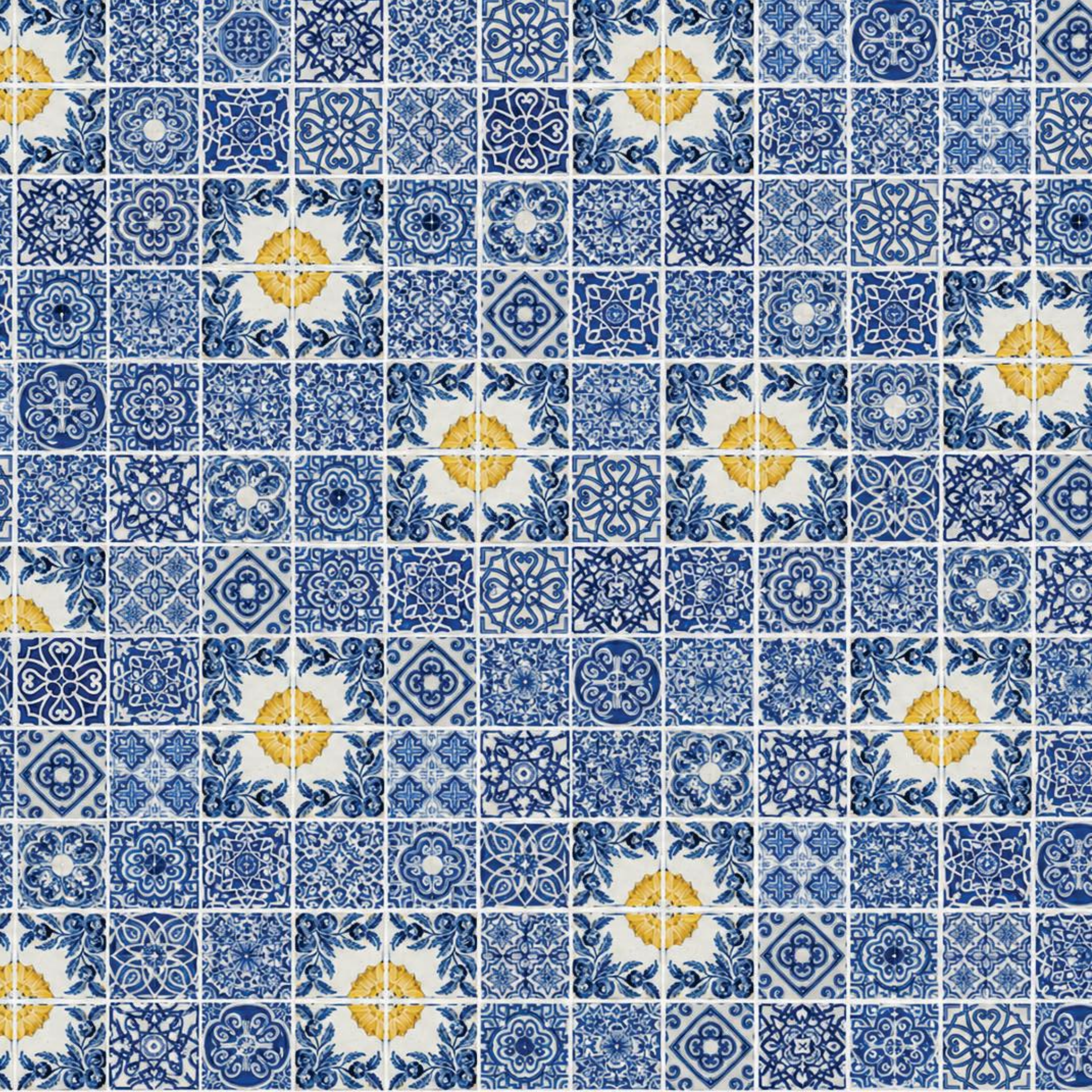
MARICATO, Hermínia. O impasse da política urbana no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2011.

RYPKEMA, Donovan. The Economics of Historic Preservation: A Community Leader's Guide. Virginia: University of Virginia Press, 2005.

TORELLY, Luiz Philippe. Patrimônio cultural e desenvolvimento sustentável. Brasília: Iphan, 2012.

UNESCO. Operational guidelines for the implementation of the World Heritage Convention. Paris: UNESCO, 2019.

IPCC. Climate change 2023: synthesis report. Genebra: IPCC, 2023. SARAMAGO, Rita de Cássia Pereira. Arquitetura sustentável? Quando o discurso não mais sustenta um futuro para a prática arquitetônica. São Paulo: Annablume, 2024.







EIXO 4

A DIVERSIDADE NAS FORMAS
DE AVALIAÇÃO DE
IMPACTOS AMBIENTAIS



Mineração e Patrimônio Cultural

Arq. Urb. Prof. Dr. Flávio de Lemos Carsalade - UFMG - PRESIDENTE ICOMOS BRASIL

A proposta de realização de mesa de debates sobre “Mineração e Patrimônio Cultural” no âmbito do 11º. FIPA ocorre em razão de vários pontos que extrapolam os tradicionais impactos da atividade minerária em sítios patrimoniais. Não que esses impactos já tenham sido solucionados – na realidade, eles se fazem cada vez maiores e mais presentes – mas é que outras questões se agregam a essa discussão, desde a abordagem epistemológica até a convivência, na prática, da extração mineral e o patrimônio cultural. Começamos por apresentar uma breve contextualização do problema para, a seguir, apontarmos a extensão dos problemas.

A atividade mineradora no Brasil se apresenta como importante fonte de recursos, especialmente pela exportação. O minério de ferro, por exemplo, é uma das principais commodities que o país exporta, sendo responsável por cerca de 60% do total de exportação mineral nos últimos dez anos e, do ponto de vista tributário, sendo responsável por aproximadamente 75% das arrecadações dessa década, principalmente através do CFEM (Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais). O Brasil se apresenta internacionalmente um dos maiores detentores de patrimônios minerais e importante produtor e exportador de minérios de alta qualidade, importância esta que tende a crescer exponencialmente através da exploração das chamadas “terras raras”. Estados como Minas Gerais dependem enormemente dessa exportação para compor seu orçamento, o que faz com que as empresas mineradoras tenham muita força política nas decisões governamentais. O resultado dessa dependência e dessa força política não se restringe ao enorme lucro dessas mineradoras, mas geram um enorme passivo ambiental, cultural, social e territorial através de cavas abertas expostas em meio à paisagem e às tragédias/ crimes ocasionados pelo rompimento de barragens de minério, como os ocorridos nas cidades de Mariana e Brumadinho. Em Mariana, assistimos a 663km de poluição ao longo dos rios, 19 mortos e 400 famílias desabrigadas. Em Brumadinho, 270 pessoas morreram, se configurando como o maior desastre ambiental do país.

Assim, conforme exposto, temos que a mineração é agente importante de impactos territoriais profundas, na medida em que se configura como forte indutor de transformações tanto físicas quanto socioeconômicas. Trata-se de uma atividade de grande porte que afeta substancialmente a paisagem com suas grandes cavas abertas e, nas cidades onde se instalam, trazendo muitos “forasteiros”, injetando recursos em curto tempo, alterando as relações locais e que, quando sai, deixa um vazio e uma séria estagnação econômica no local. Por conta de sua dependência locacional, o território é sua base de operações. Além disso, a maior parte da riqueza não fica no município onde ela é gerada, restando às administrações locais a tarefa de lidar com a evasão de emprego e renda, além das transformações sociais legadas pelo tempo da mineração. Sobretudo, a exportação de matéria prima e a importação de bens transformados a partir dela mostra uma face subdesenvolvida do país, muito parecida com o extrativismo colonial que aqui se verificou.

A primeira exploração aurífera em Minas Gerais, no Século XVIII, nos deixou uma civilização sofisticada entre as montanhas do Quadrilátero Ferrífero, com cidades do porte de Ouro Preto e Mariana, dentre outras, ou de Diamantina, esta rica em diamantes como seu próprio nome indica. Eram cidades marcadas por uma comunidade letrada, forte produção cultural representada por uma música original, uma produção teatral intensa, uma literatura de alto refinamento – o arcadismo – e uma arquitetura belíssima, considerada patrimônio mundial em várias de suas expressões. Só em Minas Gerais, temos os seguintes centros históricos tombados pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional): Serro, Ouro Preto, Congonhas, Mariana, Diamantina, Sabará, São João del Rei e Congonhas. Destas, três são patrimônio mundial: Ouro Preto, Diamantina e Congonhas (com o conjunto-santuário de Bom Jesus do Matozinhos). Em todas essas cidades permanecem conflitos entre patrimônio cultural e mineração.

Apesar do país ter uma legislação exemplar, construída a partir dos anos 1970 e que se consolidou com a Constituição Federal de 1988 através da Política Nacional do Meio Ambiente que institui a recuperação de áreas degradadas, a mineração está longe de ter limitações. A normatização estabelece formalmente o compromisso de reabilitação das áreas, por meio da apresentação do Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD), instrumento exigido a todos os empreendimentos de extração mineral em operação no país. De acordo com o seu art. 3º: “A recuperação deverá ter por objetivo o retorno do sítio degradado a uma forma de utilização, de acordo com um plano preestabelecido para o uso do solo, visando a obtenção de uma estabilidade do meio ambiente”. Em Minas Gerais, esta exigência evoluiu para Deliberação Normativa do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM) nº127/2008, que demanda do minerador a elaboração do Plano Ambiental de Fechamento de Mina (PAFEM), desde a concepção do empreendimento. Além disso, solicita uma antecedência mínima de dois anos antes do encerramento da atividade para que o PAFEM seja protocolado no órgão ambiental responsável.

No entanto, dificuldades de integração governamental e o interesse das mineradoras em postergar o momento de fechamento definitivo das minas têm apresentado um número muito pequeno de boas soluções pós-mina, sendo mais abundantes os casos negativos. Dentre as boas práticas podemos evocar três casos: O de Inhotim que transformou uma antiga área minerada no maior espaço de exibição de artes na América Latina; o do Morro do Chapéu, nome de um condomínio anexo a uma área de mineração que se transformou no primeiro campo de golfe da Região Metropolitana de Belo Horizonte e o caso do Parque dos Mangabeiras, junto à fronteira sul de Belo Horizonte, onde a mineração Ferrobela deu lugar a um belíssimo parque com trabalhos de Roberto Burle-Marx. Considerando-se o imenso número de cavas existentes no Estado, esse número é irrisório, o que aponta para um passivo ainda enorme e sem solução. Não há qualquer diretriz urbanística ou legal para as áreas mineradas nos planos diretores da grande maioria das cidades que se situam nesse território.

Assim sendo, instrumentos legais como o PRAD e outros de regulação da atividade minerária não conseguem contemplar toda complexidade das relações territoriais e do processo de fechamento de mina numa visão sistêmica e global, articulando os aspectos ambientais, sociais, econômicos e culturais. No âmbito político, a articulação entre as diversas instâncias e setores governamentais é frágil, dificultando o diálogo e a efetividade nas discussões, a implementação desses planos e ações relacionadas à reintegração de áreas antes degradadas, por meio de um planejamento urbano e regional integrado.

Assim, embora a legislação brasileira se baseie em três pilares – a função social da propriedade, a recomposição ambiental e riqueza do subsolo como propriedade da união – e pressuponha uma ação concorrente entre estados, municípios e federação, com competência comum nas atividades de registro, acompanhamento e fiscalização das concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seus territórios, de fato, as questões socioculturais, talvez por não serem explicitamente indicadas na legislação, fazem com que o meio ambiente seja o único alvo das compensações legais. Acresce-se a essa lacuna a dificuldade de se lidar com o setor minerador face à importância econômica que a atividade possui. Percebe-se, claramente, que apenas ações de viés regulatório não têm dado conta dos problemas gerados pela mineração, sobretudo porque as empresas ainda detêm grande autonomia sobre as áreas mineradas.

Todo esse quadro mostra contundentemente que a requalificação de espaços degradados, a melhoria do impacto visual, paisagístico e ambiental sobre os municípios mineradores e o desenvolvimento e proposição de novos usos para estas áreas são reflexões que merecem ser mais bem estabelecidas. Tais questões devem, necessariamente, considerar as características endógenas do lugar e as aspirações das comunidades envolvidas, vislumbrando a melhoria da qualidade ambiental e urbana.

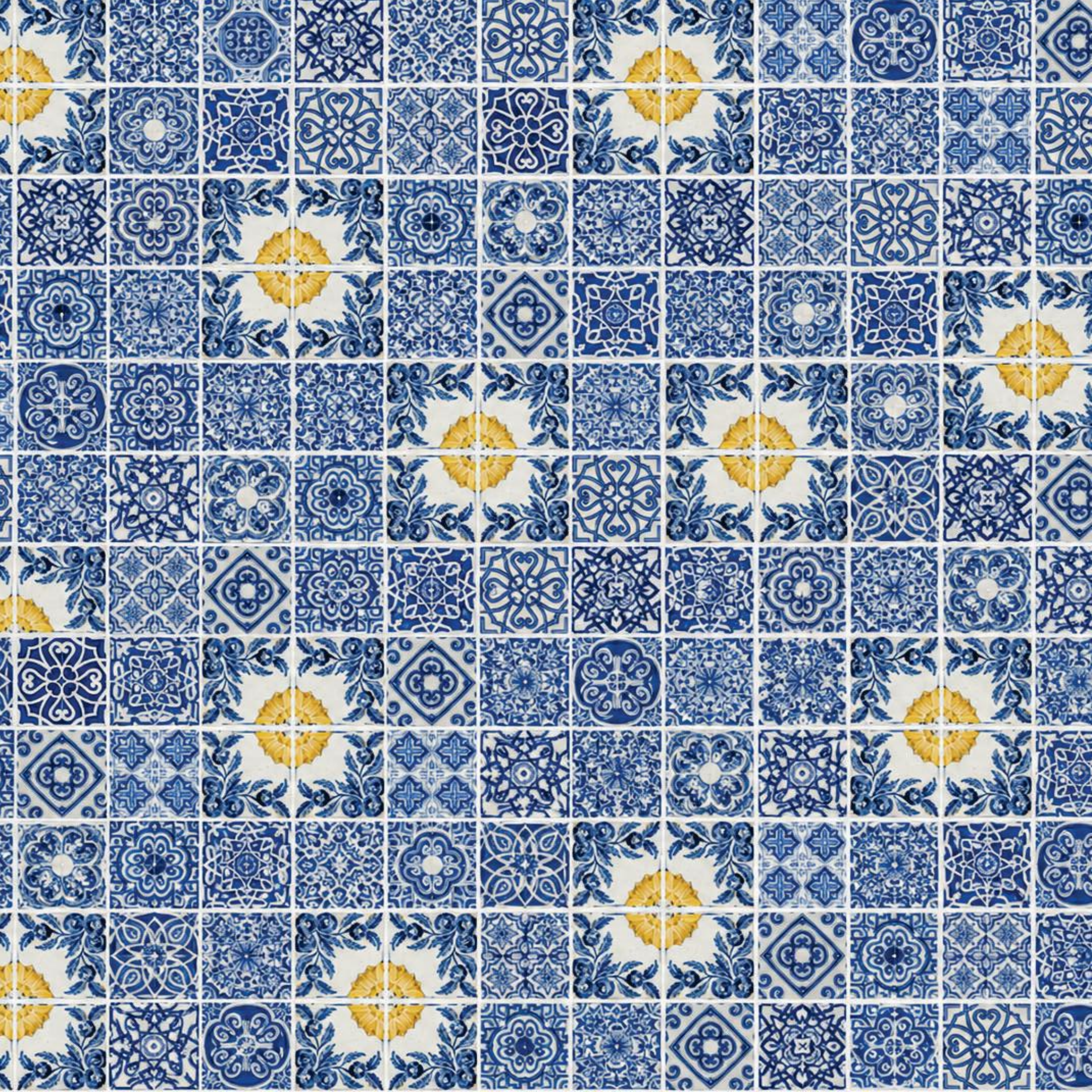
O número de minas em operação sugere ações preventivas e estratégias de interface com as realidades locais para que não se tornem passivos a serem resolvidos, quando então eles se apresentariam mais impactantes e com soluções ainda mais complexas. A literatura especializada na questão de fechamento de minas já aponta para a necessidade desta questão ser abordada o mais precocemente possível e que se vislumbrem cenários futuros desde sua abertura, ainda que, é claro, esses cenários sofram ações corretivas através de monitoramento constante ao longo de sua vida útil. Importante lembrar que este acompanhamento é vital para o sucesso do pós-fechamento, inclusive em virtude da característica dinâmica do território e da paisagem.

Estudos recentes sobre a questão minerária apontam para aplicações necessárias de novas tecnologias e relações em patrimônio paisagístico, planejamento e gestão municipal, gestão de mineração, patrimônio cultural, turismo e meio ambiente. Temas importantes se agregam à discussão, como apontamos no início deste texto. Os que apresentamos a seguir, a título de exemplo, são apenas alguns deles, longe de esgotar o rol que o problema traz consigo:

- O campo patrimonial passa, hoje, por uma importante revisão epistemológica, onde o conceito de “paisagem cultural” vem adquirindo proeminência pelo seu valor abrangente e integrador. A ação da atividade mineradora incide de maneira mais devastadora especialmente na paisagem e no equilíbrio territorial;
- Apesar da forte legislação, o sistema de licenciamento ambiental em paisagens históricas é frágil, desintegrado e ineficiente;
- Em momento de alterações climáticas significativas e a partir de estudos que vêm sendo realizados que constata impactos importantes sobre os bens patrimoniais, a ação mineradora tem de ser compreendida nesse novo quadro;
- A recente busca por minerais especiais não foi ainda avaliada quanto aos impactos que vai causar em nossas paisagens, especialmente em contextos patrimoniais como os de Araxá, em, Minas Gerais, só para citar um exemplo;
- Novas categorias patrimoniais têm sido consideradas, além dos tradicionais rótulos de material e imaterial e alguns deles estão situados no encontro entre natureza e cultura como é o caso dos recursos hídricos, a partir dos quais importantes núcleos culturais foram gerados e que são fortemente impactados pela atividade minerária.

Assim, é a partir dessas questões que se estrutura a mesa “Mineração e Patrimônio Cultural”. Longe de esgotar a discussão, mas muito com a intenção de fomentar debates futuros, convidamos especialistas para falar sobre três temas que devem indicar mudanças de rumos se quisermos ter uma maior sustentabilidade de nossas ações sobre a natureza e a cultura. June Elaine Minomi apresenta um relato sobre as relações entre mineração e paisagem cultural, seus conflitos e problemas conceituais; Daniela Lorena Fagundes de Castro nos apresenta, além da denúncia de problemas de licenciamento, novas possibilidades epistemológicas no trato dessas questões e Filipe Condé Alves expõe sobre o tema dos novos patrimônios minerais, focando sobre a questão das águas minerais como formadora de civilizações onde se dá o encontro privilegiado de natureza e cultura.

Esperamos que essa mesa possa contribuir para debates e ações futuras nesse momento importante de renovação epistemológica do campo do patrimônio e de emergência climática.





Patrimônio e Paisagem Minerária: o Reconhecimento como Estratégia para o Fechamento de Mina

June Elaine Minomi - *Universidade Federal de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável, Belo Horizonte - MG, Brasil – juneminomi@gmail.com*

Flávio de Lemos Carsalade - *Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura e Urbanismo. Departamento de Projetos, Belo Horizonte - MG, Brasil – flavio.carsalade@terra.com.br*

Resumo

A mineração exerceu papel fundamental na formação territorial do Quadrilátero Ferrífero - MG, deixando registros que configuram uma paisagem singular. No entanto, o encerramento das atividades minerárias ainda é predominantemente abordado sob a perspectiva técnica e ambiental, subestimando o seu potencial no processo de reconversão territorial. Este trabalho discute os principais entraves ao reconhecimento do patrimônio e da paisagem minerária no contexto do fechamento de mina, considerando limitações de natureza conceitual, temporal, paisagística, socioeconômica e institucional. Também defende que o reconhecimento dos valores patrimoniais da mineração pode ampliar as possibilidades de reconversão das áreas mineradas ao subsidiar estratégias integradas de preservação, planejamento, diversificação econômica e desenvolvimento territorial sustentável. Portanto, a incorporação do patrimônio e da paisagem minerária ao planejamento do fechamento de mina pode contribuir para a ressignificação dos territórios pós-mineração, articulando memória, identidade, cultura e governança.

Palavras-chave: Patrimônio minerário, Paisagem minerária, Fechamento de mina

Introdução

A mineração exerce papel estruturador na formação econômica, urbana e territorial, especialmente no Quadrilátero Ferrífero, em Minas Gerais, onde a exploração mineral moldou cidades, infraestruturas, paisagens e modos de vida desde o final do século XVII. Porém, quando a atividade minerária se encerra, surgem desafios relacionados ao descomissionamento das estruturas, à recuperação ambiental, à diversificação econômica e à redefinição dos usos futuros das áreas mineradas. Nesse contexto, o fechamento de mina extrapola sua condição de etapa do ciclo de vida da atividade minerária, assumindo também uma dimensão territorial, social e cultural.

Desde a segunda metade do século XX, o conceito de patrimônio tem passado por um significativo processo de ampliação, deixando de se restringir aos monumentos históricos e aos bens artísticos excepcionais para incorporar conjuntos industriais, paisagens culturais, sistemas produtivos e outros referenciais associados às relações entre sociedade, técnica e território. Essa ampliação conceitual converge com os documentos internacionais e com a legislação brasileira, que passaram a reconhecer o patrimônio como

expressão das relações históricas entre sociedade, cultura e território.

Apesar desses avanços, o patrimônio e a paisagem minerária ainda permanecem pouco valorizados nas políticas patrimoniais e nos processos de planejamento territorial. Em grande parte dos casos, as áreas pós-mineradas continuam sendo percebidas predominantemente como passivos ambientais ou remanescentes de atividades produtivas, sem que lhes sejam atribuídos valores patrimoniais capazes de orientar estratégias de reconversão territorial e subsidiar o planejamento do fechamento de mina.

Este trabalho propõe discutir os principais entraves ao reconhecimento do patrimônio e da paisagem minerária no contexto do fechamento de mina, tomando como referência o Quadrilátero Ferrífero. Parte-se da premissa de que a atribuição de valores patrimoniais à mineração representa condição fundamental para orientar novas formas de ocupação do território e promover processos de desenvolvimento territorial mais sustentáveis.

Patrimônio, paisagem e mineração: uma abordagem territorial

A ampliação da noção de patrimônio contribuiu para expandir o escopo dos bens culturais reconhecidos, incorporando instalações industriais, sistemas produtivos, infraestruturas, paisagens transformadas pela ação humana e memórias do trabalho como importantes testemunhos da história das sociedades.

No caso da mineração, esse avanço conceitual adquire relevância, uma vez que a atividade produz transformações que extrapolam os limites físicos das áreas de extração e configuram extensos sistemas territoriais. Entretanto, apesar dessa compreensão mais abrangente do patrimônio, o reconhecimento da paisagem minerária ainda não se traduz de forma efetiva nas políticas de preservação e nos instrumentos de planejamento territorial. Essa compreensão da mineração como um fenômeno territorial encontra respaldo na trajetória teórica desenvolvida por Llurdés i Coit, que inicialmente aborda o patrimônio minerário como recurso para o desenvolvimento local (LLURDÉS I COIT, 1997) e, posteriormente, amplia essa abordagem ao reconhecer a paisagem minerária como patrimônio territorial (LLURDÉS I COIT, 2017). Nessa perspectiva, a mina deixa de ser compreendida como um objeto isolado para integrar um sistema territorial complexo, constituído por elementos materiais e imateriais, ambientais, sociais, culturais e econômicos que expressam a identidade e a memória dos territórios mineradores.

Ao transitar da escala da mina para a escala territorial, essa abordagem amplia as possibilidades de atuação no contexto do fechamento de mina. Em vez de restringir esse processo à recuperação física das áreas degradadas ou ao cumprimento de exigências ambientais, passa-se a reconhecer a necessidade de planejar o futuro dos territórios minerados de forma integrada, considerando seus valores patrimoniais, suas referências culturais, sua memória coletiva e seus potenciais de reconversão territorial e diversificação econômica.

Os entraves ao reconhecimento do patrimônio e paisagem minerária

O reconhecimento do patrimônio e da paisagem minerária ainda enfrenta obstáculos. O primeiro deles possui natureza conceitual, pois ainda predomina uma concepção tradicional de patrimônio, fortemente associada a monumentos históricos e aos bens artísticos tradicionais, enquanto estruturas industriais permanecem relativamente excluídas das políticas de preservação.

Associado a esse aspecto encontra-se o entrave temporal. As estruturas industriais são geralmente consideradas recentes para adquirir valor patrimonial, o que dificulta o seu reconhecimento. Em muitos casos, somente após a perda completa da função produtiva, determinadas estruturas, principalmente situadas no meio urbano, passam a ser valorizadas como patrimônio. Enquanto antigas minas coloniais ou pré-industriais recebem reconhecimento, grandes complexos minerários continuam sendo percebidos exclusivamente como instalações industriais em operação ou áreas degradadas, ainda que desempenhem papel decisivo na configuração territorial.

Outro desafio refere-se à dimensão paisagística. A paisagem minerária frequentemente é interpretada como antítese da paisagem considerada "natural" ou "bela". Cavas, pilhas de estéril, barragens, taludes e equipamentos industriais costumam ser associados à degradação ambiental, reforçando uma percepção negativa da atividade minerária e invisibilizando a compreensão dos seus valores históricos, tecnológicos, científicos e culturais.

Entretanto, conforme argumenta Llurdés i Coit (2017), justamente a singularidade dessas paisagens constitui um de seus principais atributos patrimoniais. O reconhecimento das marcas deixadas pela mineração possibilita fortalecer identidades territoriais, ampliar a compreensão histórica das transformações do território e construir novas estratégias de desenvolvimento local baseadas na valorização das especificidades regionais.

Também existem limitações de natureza socioeconômica, pois dificilmente o uso futuro da área minerada, por meio de atividades como o turismo industrial e o geoturismo, consegue substituir, de forma proporcional, a geração de emprego e renda anteriormente promovida pela mineração. Dessa forma, a patrimonialização não deve ser compreendida como a única solução para os territórios minerários, mas como um dos componentes de estratégias mais amplas de reconversão territorial, planejamento regional e desenvolvimento econômico.

Finalmente, em relação à dimensão institucional, ainda são escassas as políticas públicas integradas capazes de articular patrimônio, paisagem, planejamento urbano, desenvolvimento regional e fechamento de mina. Em geral, esses temas permanecem distribuídos entre diferentes órgãos e instrumentos de gestão, dificultando abordagens interdisciplinares e territorialmente articuladas.

O fechamento de mina como oportunidade de reconversão territorial

O fechamento de mina representa uma oportunidade estratégica para redefinir as relações entre mineração, patrimônio e paisagem, baseado no planejamento da transição para novos ciclos de desenvolvimento capazes de atender às demandas ambientais, sociais, culturais e econômicas. Diante disso, o reconhecimento do patrimônio e da paisagem minerária pode contribuir para ampliar as alternativas de uso futuro das áreas mineradas por meio de iniciativas voltadas à preservação, valorização cultural e reconversão territorial.

No Quadrilátero Ferrífero, alguns bens protegidos pelo IPHAN (2026) e pelo IEPHA-MG (2026), como conjuntos paisagísticos, centros históricos, sítios industriais e formações geológicas, evidenciam que a mineração está relacionada à construção das identidades territoriais. Entretanto, uma abordagem integrada que ultrapasse a preservação de elementos isolados ainda é necessária. Para isso, é importante que o patrimônio minerário seja compreendido como parte de uma paisagem cultural em constante transformação, envolvendo serras, cidades, áreas produtivas, sistemas naturais, memórias coletivas e dinâmicas econômicas.

Nesse sentido, a articulação entre poder público, empresas mineradoras, universidades, comunidades locais e demais agentes sociais pode favorecer processos participativos de definição dos usos futuros do território minerário.

Considerações finais

Os desafios relacionados ao reconhecimento do patrimônio e da paisagem minerária evidenciam que o fechamento de mina não pode ser reduzido a procedimentos técnicos de recuperação ambiental e estabilidade das estruturas. É um processo complexo de transformação territorial que abrange memória, identidade, cultura, economia, planejamento urbano e governança.

No Quadrilátero Ferrífero, onde a mineração constitui elemento estruturador da formação territorial, reconhecer o patrimônio minerário significa reconhecer também a história da construção da paisagem regional. Essa perspectiva amplia as possibilidades de reconversão das áreas mineradas e favorece estratégias de desenvolvimento que conciliem preservação patrimonial, valorização das identidades locais e diversificação econômica.

Assim, a transição de uma visão fragmentada do patrimônio para uma abordagem territorial integrada representa importante avanço conceitual e metodológico para o planejamento do fechamento de mina. Mais do que conservar vestígios materiais da atividade extrativa, trata-se de compreender a paisagem minerária como patrimônio coletivo e como recurso estratégico para a construção de novos projetos de território. Dessa forma, patrimônio, paisagem e planejamento deixam de constituir campos isolados para se consolidarem como dimensões complementares na gestão das transformações pós-mineração.

Referências

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). Lista dos bens tombados e processos em andamento (atualizado em maio/2026). Brasília, DF: IPHAN, 2026.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS (IEPHA-MG). Tabela de bens culturais materiais protegidos pelo IEPHA-MG: tombamentos estaduais em Minas Gerais. Belo Horizonte: IEPHA-MG, 2026.

LLURDÉS I COIT, J. C. El paisaje minero, ¿patrimonio o inconveniente paisajístico? *Ería, Oviedo*, v. 2017-2, ano XXXVII, p. 151–167, 2017.

LLURDÉS I COIT, Joan Carles. El turismo de patrimonio industrial y minero. Una experiencia de turismo interior inexplorada en el estado español. In: VALENZUELA RUBIO, Manuel (coord.). *Los turismos de interior: el retorno a la tradición viajera*. Madrid: Ediciones de la Universidad Autónoma de Madrid, 1997. p. 197-205.



A interveniência do IPHAN no Licenciamento Ambiental: uma cartografia das controvérsias da mineração na cidade de Serro

Daniela Lorena Fagundes de Castro

Afala elaborada para a Mesa no FIPA vem apresentar a pesquisa em desenvolvimento através do Programa de Doutorado do Núcleo de Pós-Graduação da Escola de Arquitetura, da Universidade Federal de Minas Gerais, sob orientação do Professor Doutor Flávio de Lemos Carsalade, que se propõe relatar e analisar a participação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/IPHAN no licenciamento ambiental brasileiro, para se discutir controvérsias relacionadas às áreas de influência de empreendimentos minerários de grande porte e seus potenciais impactos à luz do patrimônio cultural tombado e sob a perspectiva da TEORIA ATOR-REDE — TAR, conforme proposto por Bruno Latour e outros autores.

Como objeto empírico apresentaremos uma análise crítica de tais práticas no contexto do conjunto arquitetônico e urbanístico tombado da cidade brasileira do Serro, ao norte do estado de Minas Gerais.

O tema da avaliação de impacto ambiental em bens culturais tombados, se faz bastante presente em diferentes fóruns, exatamente pelo lugar de atenção que o licenciamento ambiental vem ocupando e pelo número crescente de empreendimentos que avançam sobre áreas abarcadas por outras esferas de atenção no domínio social – ambiental, cultural, social. Assim, quer seja pela premência do contexto ambiental e ecológico, quer pela heterogeneidade de interesses e posições, quer pela sensibilidade e fragilidade de grupos sociais, de objetos e coisas mobilizadas, quer pelas nebulosidades intrínsecas ao próprio campo do “patrimônio cultural”, acreditamos que a presente contribuição se faz bastante pertinente e necessária aomomento.

Para esse exercício, faremos rápida menção a interessante abordagem metodológica da Cartografia das Controvérsias conforme proposto por Latour e desdobrados por Tommaso Venturini e Anders Kristian Munk que subsidiam a pesquisa. E no desenvolvimento do relato, naperspectiva da cosmopolítica, conforme propôs Isabelle Stengers, ou ecologia política segundo Latour, mencionaremos ainda a enquete discutida também pelo autor sobre a composição de diferentes modos de existência nos processos de mediações, tão caros à modernidade e tão presentes nos contextos do licenciamento cultural brasileiro: os modos da reprodução, dos hábitos, da técnica, da política, do direito, da ficção, entre outros e suas metalinguagenspróprias.

As controversas redes do licenciamento são descritas na pesquisa em desenvolvimento não como a estrutura analítica, mas como entrelaçamentos provisórios, descontinuidades, hiatos a serem descritos e interpretados. Ao se discutir a chegada da mineração nesse território mineiro, exercitamos a construção de um relato sobre como são mobilizadas coisas, lugares, pessoas, ideias, ações; enfim, reforçando uma discussão necessária de como a entropia desse tema subsiste em inúmeras e desdobráveis práticas institucionais, especialmente dos órgãos de preservação. A partir daí buscaremos analisar e construir uma cartografia das controvérsias relacionadas à abrangência e

alcance dos impactos relacionados a grandes empreendimentos de mineração sobre áreas tombadas.

Tal leitura desconstruída se coloca na pesquisa como uma oportunidade de desfazer a simplificação causa/efeito relacionada a empreendimentos de grande impacto, para enfim explorar as relações holísticas reivindicadas neste tema, repensando os processos formais de atribuição de valor, impacto e dano, contrapostos aos processos orgânicos e indelimitados de permanência e transformações de coisas, indivíduos, grupos, especialmente bens tombados, todos atores, actantes e híbridos como aponta a Teoria Ator-Rede, trazendo as disputas e dissensos como pressupostos destas interações.

Aspectos importantes serão trazidos à discussão: das materialidades, das temporalidades, dos efeitos cumulativos, das capacidades de monitoramento (inclusive para danos não previstos); das dificuldades de se isolar origens de problemas, enfim são muitos os desafios do licenciamento ambiental frente a bens culturais tombados.

Lembremos que arcabouço normativo/institucional do licenciamento ambiental no Brasil, peça de suporte fundamental às práticas por ele desdobradas na esfera institucional e política, não é ainda capaz de alcançar integralmente os bens tombados na perspectiva de análise de impactos e assim se constituir como instrumento suficiente de precaução em um ambiente de estabilidade de propósitos. Ao mesmo tempo, não avistamos grandes esforços de clareza, sobretudo por parte das instituições de preservação, que estabeleçam exatamente a amplitude do que deva ser cuidado, impedido, evitado, mitigado, em relação aos bens acautelados, sobretudo em relação a conjuntos urbanísticos. Este pois, foi o ponto de partida, o que aqui arriscamos a nominar como nossa controvérsia matriz.

Um importante ponto de fragilidade é reconhecer que não temos hoje, nas bases normativas e legais do licenciamento ambiental brasileiro, uma delimitação de áreas de influência e amortecimento constituídas a partir da grande lente da preservação de bens culturais. Áreas de influências são apresentadas pelos próprios empreendedores, e chegam aos órgãos de preservação a reboque de aspectos definidos pela legislação ambiental, ainda que a política patrimonial tenha se aproximado em muito da política ambiental ambos como instrumentos de reconhecimento de interesses difusos e direitos coletivos, necessários à democratização de acesso ao meio ambiente natural e cultural saudáveis promulgados na Constituição Cidadã de 1988. É nesse contexto que vivenciamos as disputas que se estabelecem em favor da restrição e circunscrição das áreas consideradas impactadas, sendo que, por outro lado, o advogamos para que tais áreas possam enfim corresponder à amplitude das ambiências, dos conceitos abrangentes de significados, de intersubjetividades na constituição de variadas redes de significado do patrimônio. É importantíssimo destacar que o componente área de influência em processos de licenci-



licenciamento ambiental, em síntese, define o contorno da participação do IPHAN como interveniente no licenciamento ambiental. Para reflexão, podemos nos questionar se, na configuração de uma cidade tombada, as questões habitacionais, populacionais, do uso da água, do custo e do acesso à cidade, das conformações de novas centralidades e periferias, enfim, outras tantas questões que buscaremos correlacionar, não seriam todas elas “da conta” da preservação do patrimônio?

Na fala destacaremos que essa perspectiva ampliada acontece com uma perceptível assincronia entre parâmetros legais e normativos limitados ainda moldados por idealizações restritas de tombamento e valor histórico-artístico. Lembraremos que, no contexto dos primeiros tombamentos urbanísticos empreendidos pelo IPHAN, ainda não temos ainda hoje definidos os perímetros e critérios específicos de preservação para muitos bens acautelados, incluindo os mais importantes conjuntos arquitetônicos e urbanísticos tombados em Minas Gerais. Assim, podemos claramente presumir que o flanco está aberto à manipulação interpretativa de preceitos, normas e objetivos, aberto ainda aos conflitos jurídicos que tangenciam princípios de prevenção, precaução e mitigação, presunção de danos e mais importante, sujeitando bens culturais tombados ao risco de significativos e irreversíveis impactos.

Devemos lembrar que as bases legais operativas do licenciamento ambiental foram delineadas na perspectiva do meio ambiente físico e biológico. A explicitação do que abrange o chamado contexto socioeconômico das análises de impacto, que abarca também os bens culturais acautelados, fica endereçada aos demais órgãos intervenientes, que passam a ter a responsabilidade de se ajustar nas suas competências em função daquilo que está posto, como acontece nas normativas utilizadas pelo IPHAN nas suas avaliações de impacto. Aqui vale ainda pontuar muitos desafios e obstáculos que se imperam no licenciamento, frente ao atual desmonte da legislação ambiental brasileira.

Aqui apresentamos o objeto empírico, o Conjunto Arquitetônico e Urbanístico do Serro, um dos primeiros conjuntos tombados inscrito no livro de tombo no ano de 1938, cuja excepcionalidade foi consubstanciada também na sua condição “original” preservada, permitida por um longo ciclo de estagnação econômica que freou interesses de crescimento, substituição e renovação urbana, inclusive pela interrupção do seu ciclo minerário ainda no século XVIII e início do XIX. O Serro preservou-se, como muitos já analisaram, pelo congelamento não forçado, quando vem assim assumir sua vocação agrícola, consolidando a paisagem atual onde o natural e o cultural interagem da menor à maior escala, dos pequenos quintais aos seus morros e picos.

Trazemos o momento atual da intrincada relação histórica do estado de Minas Gerais com a mineração, onde grandes empreendimentos de mineração buscam expandir sua atuação para além da região denominada quadrilátero ferrífero. Vemos se iniciar um processo de “marcha ao norte da Serra do Espinhaço”, onde mineradoras de porte internacional se instalam para exploração do minério de ferro, e mais recentemente, para exploração dos chamados minerais raros. A mineração de minério de ferro chegou de

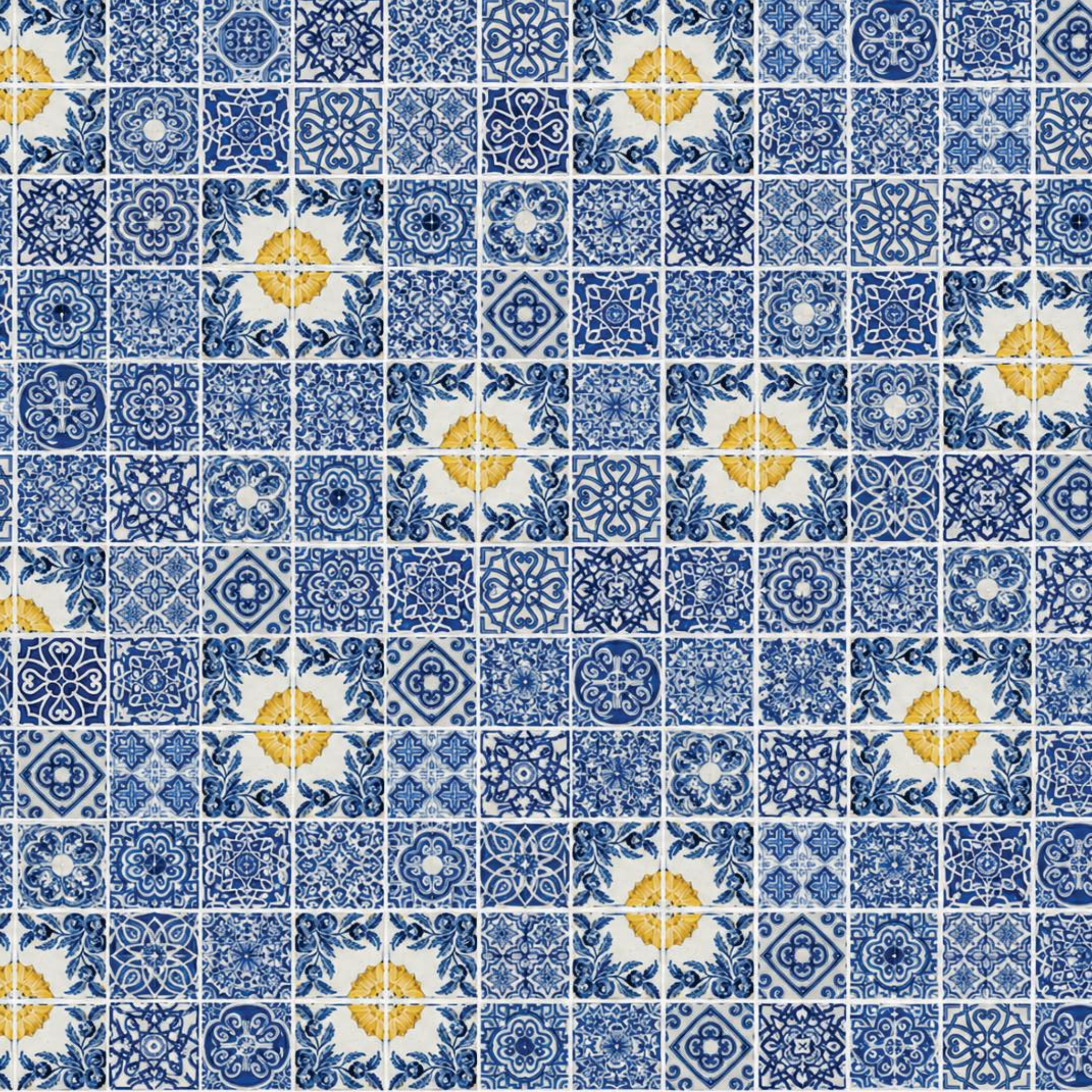
forma devastadora na cidade de Conceição do Mato Dentro a partir de 2007, e nesta mesma incursão, iniciam-se os processos para a instalação de empreendimentos também na cidade do Serro, distante apenas cerca de 60 km da vizinha Conceição.

Neste ponto, a partir da apresentação que fizemos até aqui, apresentamos como o relato das controvérsias vem sendo construído onde o próprio processo administrativo de licenciamento no Serro, instrumento para formalização de solicitação de anuência do IPHAN, se configura como evento de partida, porta de entrada. Este é o curso de ação que apresenta o primeiro salto de descontinuidade relatado na pesquisa.

Assim, o rastreamento do próprio processo administrativo, sem se estabelecer prevalências, atribui cursos de ações onde são convocados inúmeros atores, que em suas mediações e traduções, invocam outros eventos, novos cursos de ação, redes e muitos pontos de descontinuidades.

Desta forma, atribuímos participação a sujeitos, grupos, anti-grupos, mas também considerando como dotados de ação normas, conceitos, documentos, trâmites, para além do próprio minério de ferro, a mineradora, o IPHAN e a cidade do Serro enquanto bem cultural.

Neste exercício de análise a partir do processo administrativo, podemos assim discutir as interações entre bens tombados e mineração buscando não validar entendimentos, mas sobretudo, evidenciar as problemáticas que emergem dessas relações, analisar o que se qualifica neste processo como influência, abrangência, impacto direto, percorrendo domínios, narrativas e percepções de “verdades” que compõem a nossa pergunta matriz. Analisar como se dão os erros de categoria para os diferentes modos de existência, e assim, como se conformam as chamadas “caixas-pretas” que impedem o avanço das discussões sobre conflitos e riscos e que, sobretudo, dificultam a percepção de problemas coletivos. Estas caixas são aquelas que desmobilizam e silenciam diversos atores, não apenas sujeitos e grupos sociais, mas também os actantes e sobretudo seus híbridos.



ORGANIZADORES:



CIU/SC CIU/BR

universidade de aveiro
theoria poiesis praxis



ciceco
instituto de materiais de aveiro

universidade de aveiro



demac
departamento de engenharia
de materiais e cerâmica



ARQUITETURA | ENGENHARIA | CULTURA



PARCERIA INSTITUCIONAL



MINISTÉRIO DA
CULTURA



CIU/SC

CIU/BR



REPÚBLICA
PORTUGUESA
CULTURA

PATRIMONIO
CULTURAL
Direção-Geral do Património Cultural



HORREA



ROTA DO
ROMÂNICO



APOIO INSTITUCIONAL
INSTITUTIONAL SUPPORT



INSTITUTO DE
ARQUITETOS
DO BRASIL



ICOMOS
Brasil

do.co, mo.mo_
brasil



casa
da arquitetura



INSTITUTO
pedra

instituto_
vassouras_
cultural

estúdio
Sarasá



TICCIH
Comissão Internacional de Monumentos e Sítios
do Patrimônio Mundial da UNESCO



Associação Brasileira
de Arquitetos Paisagistas

ACCR
Associação de Conservação e Restauração de Monumentos e Sítios Culturais

APOIO DE MÍDIA
MEDIA SUPPORT

arch



daily



Ponte Hercílio Luz – Florianópolis / Santa Catarina – Brasil

Organizadores:



CIU/SC CIU/BR

universidade de aveiro
theoria poiesis praxis



ciceco
instituto de materiais de aveiro

universidade de aveiro



demac
departamento de engenharia
de materiais e cerâmica

III P3R
ARQUITETURA | ENGENHARIA | CULTURA



ISBN: 978-65-02-33605-2



9 786502 336052